



22

revista cpc

10 ANOS

2º semestre de 2016
ISSN 1980-4466

EDIÇÃO 22 (2016)

A Revista CPC é um periódico do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. De caráter acadêmico e científico configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em duas seções principais: uma seção de artigos originais relacionados aos temas patrimônio cultural, coleções e acervos, e conservação e restauração; e uma seção de resenhas, notícias e depoimentos. A Revista CPC conta com uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo, composto por nomes de especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e/ou internacionais que desenvolvam trabalhos em áreas afins, bem como com assessores/pareceristas *ad hoc*.

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 22, 2. semestre 2016.

Semestral
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC

CDD 025.8

Editora

Mônica Junqueira de Camargo

Comissão Editorial

Beatriz Mugayar Kühl - USP
Fernanda Fernandes da Silva - USP
Gabriel de Almeida Fernandes - USP
Mônica Junqueira de Camargo - USP
Paulo Cesar Garcez Marins - USP
Simone Scifone - USP

Conselho Consultivo

Adilson Avansi de Abreu - USP
Beatriz Coelho - UFMG
Leonardo Castriota - UFMG
Maria Beatriz Borba Florenzano - USP
Maria Inez Turazzi - IBRAM
Regina Andrade Tirello - Unicamp
Rosina Trevisan M. Ribeiro - UFRJ
Sílvia Wolff – UPPH SEC SP
Walter Pires – DPH SMC SP

Editora científica

Fernanda da Silva Fernandes

Editora executiva

Ana Célia de Moura

Projeto Gráfico

HAY Arquitetura e Design

Diagramação

Luciana Mattar

Colaboradores

Deborah Dias dos Santos (normalização)
Caroline Ploennes (secretaria gráfica)
Gisele Gonçalves (revisão de texto)
Kaio Amorim Donadelli (revisão inglês)
Milton Bortoleto (consultoria técnica)

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Marco Antonio Zago, Reitor
Prof. Dr. Vahan Agopyan, Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

Universitária

Prof. Dr. Marcelo Romero, Pró-Reitor
Profa. Dra. Ana Cristina Limongi França,
Pró-Reitora Adjunta

Centro de Preservação Cultural

Prof. Dra. Mônica Junqueira de Camargo,
Diretora
Profa. Dra. Fernanda da Silva Fernandes,
Vice-Diretora

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil
Tel/fax + 55 11 2648 1511
revistacpc@usp.br - www.usp.br/cpc
facebook.com/revistacpc/

EDIÇÃO 22 (2016)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO 4-7

NOMINATA DE PARECERISTAS 8-9

ARTIGOS

A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO: ARTE, POLÍTICA E UM TERRITÓRIO EM DISPUTA? PEDRO LUIZ STEVOLO 10-36

O CAVALO DE BATALHA MODERNO: IRJEXISTÊNCIAS, DEBATES E POSSIBILIDADES EM TORNO DO CASO DO HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS. GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS; JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO; NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO 37-69

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA RETOMADA. ANDRÉA O. TOURINHO; MARLY RODRIGUES 70-91

SE CAMILLO SITTE VISITASSE O RIO DE JANEIRO? CLAUDIO ANTONIO S. L. CARLOS 92-117

APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY-RJ. MARIANA FREITAS PRIESTER 118-144

OURO PRETO E O SÉCULO XIX: O MITO DA DECADÊNCIA. LILIANE DE CASTRO VIEIRA 145-189

A CIDADE DE BAURU E A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS E A BUSCA PELA VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E INDUSTRIAL NO BRASIL. TAÍS SCHIAVON 190-219

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE, A URBANIDADE E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: O CASO DO BEXIGA, SÃO PAULO. NADIA SOMEKH 220-241

A POLÍTICA DE REGISTRO DAS CONGADAS EM MINAS GERAIS: MOBILIZAÇÃO, DIÁLOGOS E DESCONTINUIDADES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG. FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS 242-266

PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. JOÃO LORANDI DEMARCHI 267-291

NOTÍCIAS

SEMINÁRIO: ESCANEAMENTO LASER EM TRÊS DIMENSÕES PARA BENS ARQUITETÔNICOS: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE USO. BEATRIZ MUGAYAR KÜHL 292-295

AÇÃO EXPOSITIVA DO CPC EM 2016: AS MOSTRAS CORES DO BIXIGA NA YAYÁ E YAYÁ, UM LUGAR DE MEMÓRIA. GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES 296-306

APRESENTAÇÃO

PATRIMÔNIO CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Revista CPC, ao longo de seus dez anos de circulação, vem contribuindo sistematicamente à reflexão sobre o patrimônio cultural sob uma condição que lhe é peculiar: é um dos poucos periódicos editados por um órgão de extensão universitária. Sua vinculação ao Centro de Preservação Cultural da USP, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, sediado desde 2004 fora da Cidade Universitária, em um bairro culturalmente de grande interesse - tanto que tombado pelo CONPRESP -, não é apenas de uma questão de organograma administrativo, mas sobretudo, uma condição do olhar que têm influído muito no desenvolvimento dos trabalhos do CPC-USP, incluindo aí a revista. A troca entre o conhecimento científico, o saber prático e a convivência com a dinâmica de um bairro tombado tem proporcionado constante questionamento e reflexão dos princípios e teorias consolidadas no meio acadêmico, gerando significativo avanço no debate sobre cultura e sobre patrimônio. Os cursos, seminários, oficinas, exposições e a revista atendem a uma demanda cada vez mais ampliada e diversificada, criando uma rara oportunidade de diálogo entre o corpo docente, pesquisadores e técnicos, e a sociedade não acadêmica.

Até recentemente, no campo do patrimônio cultural, a contribuição no âmbito da extensão universitária resumia-se a pareceres, consultorias, sendo a mais reconhecida a participação do corpo docente no órgão de preservação estadual - CONDEPHAAT, que conta com representantes de quatro departamentos: geografia, história, história da arquitetura e ciências sociais, das três universidades estaduais: USP, UNICAMP e UNESP, cujo embasamento teórico constitui fundamental apoio na elaboração de pareceres e nas avaliações dos processos de tombamento. Mesmo com embates muito ricos e polêmicos, é ainda uma troca entre especialistas.

Os trabalhos do CPC-USP vêm ampliando, de forma sistemática, essas relações. São parcerias com artistas locais em atividades com moradores do bairro; com escolas, para ações conjuntas de educação sobre o patrimônio; com colecionadores que abrem seus arquivos; além dos cursos dirigidos para os professores de ensino médio, para interessados fora do meio acadêmico, que têm trazido situações inusitadas ao campo disciplinar. A Revista CPC tem cumprido o papel de extroversão e alargamento do debate. Esta edição de número 22 traz dez artigos com temas que abrangem da escala urbana ao objeto, com problematizações diversas, de nove procedências distintas.

Os dois primeiros artigos apresentam as dificuldades de reconhecimento e da conservação do patrimônio moderno. *A casa modernista de Flávio de Carvalho: arte, política e um território em disputa?*, por Pedro Luiz Stevolo, analisa uma casa ícone, não só da arquitetura moderna, mas das vanguardas artísticas de meados do século 20 na cidade de São Paulo que, apesar de tombada, não conta com qualquer apoio do poder público. *O cavalo de batalha moderno: [r]existências, debates e possibilidades em torno do caso do Hotel internacional Reis Magos*, de George Alexandre Ferreira Dantas; José Clewton do Nascimento e Natália Miranda Vieira-de-Araújo, sobre um hotel que é um importante marco para o desenvolvimento do turismo em Natal em meados dos anos 1960, ameaçado de ser demolido.

Sobre o debate das questões conceituais, Andréa de Oliveira Tourinho e Marly Rodrigues retomam as ideias sobre Patrimônio Ambiental Urbano lançadas e discutidas nos anos 1970-1980, que ficaram restritas à gestão territorial, apesar do envolvimento de profissionais de distintas formações. A recuperação do histórico desse conceito pode ser um bom subsídio às discussões atuais que, segundo as autoras, enfrentam o reconhecimento

de identidades diversas. Tão atual é essa discussão que os quatro artigos seguintes tratam do patrimônio urbano, segundo óticas distintas. Em *Se Camillo Sitte visitasse o Rio de Janeiro?* Claudio Antonio Santos Lima Carlos analisa, a partir das teorias do urbanista vienense Camillo Sitte, duas situações urbanas no Rio de Janeiro: a Igreja da Candelária e o portão principal de acesso ao Jardim da Quinta da Boavista. A relação desses monumentos com o entorno circundante é foco da interpretação das teorias de Sitte. No artigo intitulado *Apropriações e percepções sobre o bairro histórico de Paraty- RJ*, Mariana Freitas Priester discute a repercussão das intervenções do Iphan no conjunto histórico de Paraty a partir de uma pesquisa com moradores, tendo sido recorrentemente por eles associada à ideia de identidade e tradição. Liliane de Castro Vieira questiona essa construção historiográfica em *Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência*, argumentando a partir de documentos que a cidade se manteve muito dinâmica nos 1800 com o comércio e as atividades artesanais, culminado com a inauguração da ferrovia em 1888. Também tendo a ferrovia como parâmetro de modernização do interior do país, Taís Schiavon descreve o papel da ferrovia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizada na região Oeste do Estado de São Paulo, no processo de urbanização da região Oeste do Estado de São Paulo e da internacionalização do sistema produtivo, identificando a importância da ferrovia como registro desse processo. Fecha o tema do patrimônio urbano o artigo *A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bexiga*, no qual Nádia Somekh defende o conceito de patrimônio ambiental urbano para a preservação do bairro do Bexiga, alegando que é a apropriação dos espaços públicos que produz urbanidade; e que é a participação e o diálogo na identificação e proteção do patrimônio que construirá o futuro das cidades.

Sob a ótica das referências culturais, Francimário Vito dos Santos analisa, no artigo *A política de registro das congadas em Minas Gerais: mobilização, diálogos e descontinuidades em Santo Antônio do Monte/MG*, o processo para o pedido de registro de uma prática cultural através da metodologia específica denominada de INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, recuperando a condução do processo de mobilização da base social, com diálogos institucionais entre estado e congadeiros e possíveis descontinuidades da política.

Encerrando a sessão de artigos, João Lorandi Demarchi identifica no texto *Perspectivas para atuação em educação patrimonial* uma falta de embasamento teórico nas discussões sobre o tema, e propõe uma sistemática reflexão sobre o tema com o objetivo de construir novas possibilidades de atuação.

Na sessão notícias, são comentados algumas das atividades promovidas pelo CPC-USP. O seminário *escaneamento laser em três dimensões para bens arquitetônicos: características e possibilidades de uso*, sob a coordenação da Profa. Dra. Beatriz Kuhl, trouxe a público os trabalhos realizados no edifício da FAU-USP por um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Ferrara, ligados ao Development of Integrated Automatic Procedures for Restoration of Monuments (DIAPReM). Essa atividade tinha por objetivo a formação de pesquisadores da FAU-USP para o uso de técnicas digitais para registro, interpretação e modelagem eletrônica de bens arquitetônicos e conjuntos urbanos, que contribuirá muito para o restauro do patrimônio arquitetônico. E a Casa de Dona Yayá, após permanecer fechada por ao longo de 2016 para as obras de acessibilidade, reabriu ao público com duas exposições: *Infinitas Cores do Bixiga na Yayá* e *Yayá, um lugar de memória*, sob a curadoria do arquiteto Gabriel Fernandes. A primeira é resultado de uma oficina de arte *naif* coordenada pelo artista plástico Arieih, e a segunda, de caráter permanente, vem atender a uma recorrente solicitação dos visitantes de maiores informações sobre Dona Yayá. A partir da documentação existente, construiu-se uma linha do tempo dessa personagem, suscitando aos leitores novas leituras dessa trajetória.

Espero que os textos a seguir agucem a curiosidade e despertem novas questões.
Mônica Junqueira de Camargo

NOMINATA DE PARECERISTAS

Ana Lúcia Cerávolo, Centro Universitário Central Paulista, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Andrea de Oliveira Tourinho, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Antonio Soukef Junior, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Cássia Regina Carvalho de Magaldi, Universidade Católica de Santos, Santos, São Paulo, Brasil.

Clarissa Maria Rosa Gagliardi, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Claudia dos Reis e Cunha, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Ermelinda Moutinho Pataca, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fernando Atique, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil.

Heliana Angotti-Salgueiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Joana Mello de Carvalho e Silva, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

José Geraldo Simões Junior, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil.

José Simões de Belmont Pessôa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Juan Manuel Cano Sanchiz, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, São Paulo, Brasil.

Lilian Sagio Cezar, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

Luiz Antonio Recamán Barros, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Marcos Virgílio da Silva, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Maria Amélia Jundurian Corá, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Marina Mello e Souza, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Paulo Roberto Masseran, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, São Paulo, Brasil.

Sarah Feldman, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Simone Sayuri Takahashi Toji, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Pontifícia Universidade Católica da Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO:

ARTE, POLÍTICA E UM TERRITÓRIO EM DISPUTA?

PEDRO LUIZ STEVOLO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Graduado em História pela PUC Campinas e em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Vínculo Institucional: Universidade de São Paulo, pesquisador bolsista no projeto "A USP durante o regime autoritário: formas de controle e resistência na Universidade de São Paulo, 1964-1982". E-mail: pedro.stevolo@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p10-36>

A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO: ARTE, POLÍTICA E UM TERRITÓRIO EM DISPUTA?

PEDRO LUIZ STEVOLO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar e historicizar a situação atual e a impossibilidade de uso público da Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, localizada na cidade de Valinhos (SP). Para tanto, partiu-se de um breve histórico da atividade do artista no campo da arquitetura e das características de sua casa modernista. Em seguida, levantamos os entraves que se desenvolveram após a morte do artista, o processo de tombamento do imóvel, enquanto patrimônio histórico cultural, e as promessas da prefeitura da cidade de Valinhos. Como conclusão, desenvolveremos as questões apresentadas relacionando-as com a proposta de urbanização tomada pelo município – expansão de áreas particulares em detrimento de espaços públicos -, evidenciando como, neste caso, arte e política se entrecruzam, fazendo do espaço um território em disputa.

PALAVRAS-CHAVE

Flávio de Carvalho. Patrimônio cultural. Arquitetura moderna.

FLÁVIO DE CARVALHO'S *CASA MODERNISTA*: ART, POLITICS AND TERRITORY UNDER DISPUTE?

PEDRO LUIZ STEVOLO

ABSTRACT

The present work aims to problematize and historicize the current situation of Flavio de Carvalho's *Casa Modernista da Fazenda Capuava*, and the impossibility of its public use. To this end, the starting point was a brief history of the artist's activity in the field of architecture and the features of his modernist house. Next, we identified the barriers that arose after the artist's death, the process of granting the building its historical and cultural heritage status, and the promises made by the municipality of Valinhos. Finally, as a conclusion, we develop the questions presented, while relating them with the urban development path taken by the municipality – the expansion of private areas to the detriment of public spaces – demonstrating how art and politics cross each other in this case, making the space a territory under dispute.

KEYWORDS

Flavio de Carvalho. Cultural heritage. Modern architecture.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a situação da Casa Modernista da Fazenda Capuava, construída por Flávio de Carvalho na cidade de Valinhos-SP em 1938. Patrimônio histórico cultural tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1982, desde a morte do artista, em 1973, vem sofrendo abandono e descaso devido à falta de política cultural consciente do município e a entraves que envolvem os herdeiros da família e o próprio Condephaat. Esse patrimônio, além do risco de ruína, é ameaçado pela crescente especulação imobiliária de condomínios horizontais de luxo, política tomada pela cidade desde meados da década de 1990, enquanto sua população carece de políticas culturais e de espaços públicos de vivência. Embora o tema seja amplo, iniciaremos esta análise apresentando o artista Flávio de Carvalho, sua relação com arquitetura e as características gerais de sua Casa Modernista. Em seguida, a partir dos dados de que dispomos, apresentaremos os entraves envolvendo a propriedade após a morte do artista, as promessas feitas pela prefeitura da cidade e a situação de abandono da casa até seu tombamento pelo Condephaat. Como conclusão, a partir da importância histórica e cultural deste patrimônio, faremos uma breve apresentação do histórico da cidade de Valinhos, relacionando-o ao perfil urbano atual definido pelo município, de especulação imobiliária,

condomínios fechados horizontais e espaços particulares em detrimento de espaços públicos, evidenciando o uso atual feito pela família, de modo a problematizar como, nesse caso, arte e política se entrecruzam, fazendo do espaço um território de/em disputa.

2 FLÁVIO DE CARVALHO E A ARQUITETURA

Agitador cultural, artista plástico, cenógrafo, jornalista, analista geopolítico, escritor, arquiteto e engenheiro de formação, Flávio de Carvalho (1899-1973), figura excêntrica ou mesmo marginal na história da modernidade artística brasileira, tem sido retomado nos últimos anos, como atestam recentes publicações e exposições acerca de seus trabalhos. Conhecido mais por suas pinturas e por suas polêmicas experiências artísticas, pouco se fala de sua produção no campo da arquitetura. Após concluir o curso superior em Engenharia Civil em Newcastle, norte da Inglaterra, na Universidade de Durhan, Flávio retornou ao Brasil em 1922 e passou a trabalhar no escritório Ramos de Azevedo até 1926, quando abriu seu próprio escritório no centro da cidade de São Paulo.

Se foi Gregori Warchavchick (1896-1972) quem publicou no Brasil o primeiro manifesto a favor da arquitetura moderna, em 1925, Flávio de Carvalho é quem realiza, em 1927, aquele que é considerado o primeiro projeto de arquitetura moderna no país. Sob o pseudônimo de *Eficácia*, o projeto excêntrico é feito para o concurso do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Embora derrotado, seu trabalho gera polêmica e produz discussões ao apresentar inovações estilísticas e estéticas para o período, rendendo três artigos de Mário de Andrade com elogios e críticas, publicados no jornal *Diário Nacional*¹.

Outros projetos vieram no ano seguinte, participando dos concursos da Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro, da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e do concurso Internacional do Farol de Colombo na atual República Dominicana, neste último recebendo menção honrosa por sua originalidade. Acerca de seus projetos polêmicos e inovadores para o período, comenta João Carlos Durand (1991), “(...) em arquitetura, ele preferiu jogar para perder (...)”. Embora tenha saído derrotado de todos os concursos

1. *Arquitetura moderna – I* de 2/2/1928, *Arquitetura moderna – II* de 3/2/1928 e *Arquitetura moderna – III* de 4/2/1928. In: DAHER, 1982, p. 16, Nota 4.

dos quais participou, Flávio de Carvalho nunca deixou de realizar projetos que dialogavam com a tendência e proposta de arquitetura moderna que vigorava na Europa, porém, “Entra para a história da arquitetura brasileira por seus por seus projetos não realizados”. (DURAND, 1991 apud BRAGA, 2005)

Flávio de Carvalho se preocupou também em escrever sobre a questão da cidade moderna. Em 1930, participou no Rio de Janeiro do IV Congresso Panamericano de Arquitetos, apresentando a tese conferência *A cidade do homem nu*, na qual pensava na imagem de um homem “(...) despido dos preconceitos da civilização burguesa” (DAHER, 1982, p. 35, nota 11) e, com base na ideia da máquina e da lógica funcional, intencionava organizar as cidades por zonas, cada qual com sua função e construções concêntricas, pois “(...) as necessidades do homem serão concêntricas por ser a disposição concêntrica mais igualmente acessível a todos.” (DAHER, 1982, p. 101)

Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias. Em 1936, iniciou a construção da Vila Modernista, concluída em 1938: um conjunto de 17 casas de aluguel localizadas no atual bairro Jardim Paulista (São Paulo-SP), na esquina da Alameda Lorena com a Rua Rocha de Azevedo. As casas vinham com uma “bula”, folheto informativo explicando os modos de uso que potencializariam sua habitação, que destacava: “Casas frias no verão e quentes no inverno”.²

Em 1938, Flávio de Carvalho construiu a Casa Modernista da Fazenda Capuava, na cidade de Valinhos-SP.³ De acordo com Flávio, em entrevista concedida a Dulce Carneiro para a revista *Casa e Jardim* em 1958, sua casa é concebida “(...) dentro de uma visão poética, é produto de pura imaginação, tentando criar uma maneira ideal de viver”. (LEITE, 1983, p. 51) Com a conclusão da casa, Flávio passou a viver nela, que além de moradia funcionava como ateliê, onde vivenciava sua maneira ideal de viver. Afastada do centro urbano da cidade de São Paulo, a pacata cidade de Valinhos tornou-se seu refúgio de produção artística e intelectual, sendo visitadas por diversos amigos, intelectuais e artistas nacionais e internacionais que assinavam o livro de visitas. A casa era

2. Para uma descrição da Vila Modernista com imagens, ver: LEITE, Rui Moreira. *O Arquiteto Flávio de Carvalho*. In: 17º *Bienal de São Paulo*, São Paulo, 1983, pp. 47 a 53.

3. Vale acrescentar que à época da construção da casa, Valinhos ainda era um distrito vinculado à cidade de Campinas e sua emancipação ocorre apenas no ano de 1953. Porém, para todos os efeitos, utilizaremos sempre a denominação cidade de Valinhos.

(...) um misto de templo e aeronave, (...) uma aposta na continuidade do fazer artístico no espaço da existência (...). A reunião de materiais improváveis como o alumínio e a madeira, a escala dos espaços, a preocupação com detalhes como o tipo e a forma das maçanetas e armários, a policromia dos tetos, paredes e colunas, a conexão entre portas e janelas nas quinas de alguns cômodos, a integração entre espaços internos e externos, o paisagismo, enfim, a totalidade arquitetônica foi dimensionada cuidadosamente por Flávio de Carvalho. Mais do que uma máquina de morar, ele conseguiu um ninho ao mesmo tempo primitivo e futurista. (OSÓRIO, 2009, p. 29-35)

Destoante para os padrões da época, principalmente por se localizar em uma cidade do interior do Estado de São Paulo que teve grande imigração italiana e forte tradição católica e conservadora, a casa de Flávio de Carvalho vislumbrou sua maneira ideal de viver, onde natureza e “civilização” dialogam e o campo natural visa compor o cenário artístico do qual é composta a edificação, numa mistura de templo egípcio e arquitetura pré-colombiana, dialogando com a proposta moderna ou mesmo futurista, caracterizada principalmente por suas “asas” laterais, em concreto armado. Sua fachada é

(...)um trapézio muito alto, rosto permanente e grandioso de um vasto salão. (...) com seu perfil egípcio ladeado por palmeiras, refletindo na água da piscina. Lateralmente, duas varandas – como sempre, simétricas (...). (DAHER, 1982, p. 67-69)

FIGURA 1

Fachada da Casa com as varandas “asas” laterais e a piscina à frente.
Fonte: Foto do autor.
03.01.2015



No seu cotidiano, a casa vivenciava festas “anormais” e, quando o artista hasteava uma bandeira no mastro localizado ao lado da piscina, significava que seus empregados não poderiam se aproximar, pois os convidados, na maioria das vezes mulheres, estavam nadando nus, ou mesmo, alguma modelo estava posando para o artista realizar seus retratos de nus femininos.⁴

Tal excentricidade chocava os habitantes cidade, que o viam como louco, ou mesmo pervertido, chegando a ser “demonizado” pelo Monsenhor Bruno Nardini, padre da matriz e pessoa de fortíssima influência. A relação do “Comedor de Emoções”, como sugere J. Toledo no título de biografia escrita sobre Flávio, com o município e com a família é paradoxal e, para entendê-la, é necessário explanar o imbróglio envolvendo os herdeiros, o processo de tombamento da casa e a proposta de cidade do município, assuntos esses que trataremos a seguir.

3 O PROCESSO DE TOMBAMENTO E AS PROMESSAS DE UMA PREFEITURA

Na madrugada do dia 16 de maio de 1973, Flávio de Carvalho sofreu um acidente vascular cerebral e, como morava sozinho, não foi atendido prontamente. Foi encontrado de manhã, ainda com vida, por parentes que o encaminharam para a Santa Casa de Misericórdia de Valinhos. Entretanto, sua situação se complicou e Flávio não resistiu, falecendo no dia 4 de junho do mesmo ano.

J. Toledo, artista e amigo mais próximo de Flávio em seus últimos anos de vida, expõe na biografia que escreveu sobre o amigo detalhes do processo ocorrido após o falecimento. Toledo afirma que Custódio Ribeiro de Carvalho, tio de Flávio, deixou a cargo dele as decisões elementares sobre o processo. A passagem a seguir, embora longa, esclarece bem esses problemas.

No saguão do hospital, eu falava ao telefone com políticos solícitos que queriam providenciar homenagens e o enterro dele em São Paulo, no cemitério do Araçá, onde a família possuía jazigo perpétuo (...) enquanto Almeida Salles – então secretário particular do governador Sodré – oferecia-me a Biblioteca Municipal para o velório, Noêmio Mourão

4. Segundo depoimento do tio de Flávio Custódio Ribeiro de Carvalho na nota 43 do livro de Daher, op., cit., p. 73.

telefonava pra artistas e celebridades, e Luiz Saia então conselheiro do Condephaat, e a meu pedido perguntava detalhes sobre a grande casa modernista de Valinhos, que categórico, dizia, seria tombada *urgentemente*. (...) Os parques parentes locais do artista ficaram em silêncio absoluto! O antigo rancor existente entre eles há décadas era sentimento mais forte, e impedia-os de uma aproximação solidária na hora do luto e da dor. Sem eles, alguém deveria tomar várias providências finais. E assim, coube a mim a triste tarefa. (...) Ao meu lado, enquanto falava ao telefone, estava toda a casta política nativa tentando persuadir-me a que o artista fosse sepultado lá mesmo, na pequena cidade de Valinhos. (...) Pus-me a negociar com os políticos locais. (...) Arildo Antunes dos Santos – o Prefeito – na presença de vereadores, prometeu-me que, se eu concordasse com o sepultamento ali, Flávio teria todas as homenagens que São Paulo oferecia, e muitas mais: embalsamento, velório na Câmara Municipal, três dias de luto oficial, um monumento túmulo, nome numa rua, a restauração da casa e a instituição de um museu; recursos para publicar livro sobre o artista e a verba para se concluir meu filme sobre ele... Além disso, a Prefeitura dali arcaria com despesas hospitalares – como, a meu pedido já havia sido feito – e com a dos funerais, o que de fato se viu depois. E a família do artista morto não dera um pio. (TOLEDO, 1994, p. 728 – 729)

Das promessas feitas pela prefeitura, Flávio recebeu uma rua com seu nome, velório na Câmara Municipal, embalsamento e um “tumulozinho deprimente” realizado às pressas e secretamente na calada da noite, segundo Toledo, um ano após sua morte. Isso foi realizado depois da publicação de algumas matérias nos jornais de Campinas denunciando o abandono e a não realização de seu monumento-túmulo. (TOLEDO, 1994, p. 735)⁵

No dia 11 de setembro de 1973 o então prefeito Arildo Antunes encaminha ou uma carta ao Condephaat solicitando, “(...) dentro do espírito de eternizar o trabalho desse artista, conhecido internacionalmente, o tombamento dessa residência, e ulterior transformação em museu histórico de suas obras”. (SOUZA, 2009, p. 151) Porém, nos nove anos após a morte de Flávio, em que se seguiram

5. Monumento-túmulo de Flávio de Carvalho. *Diário do Povo*, Campinas, 30/03/1974; Preservação do patrimônio deixado por Flávio de Carvalho. *Correio Popular*, Campinas, 29/01/1974; e Flávio de Carvalho – um monumento para além da vida. *Correio Popular*, Campinas, 31/03/1974.

inúmeras manifestações de Toledo em relação ao tombamento e à situação decadente da casa, o Condephaat finalmente emitiu parecer final tombando a Casa Sede da Fazenda Capuava como “bem de valor histórico-cultural”, conforme a Resolução 42, de 12/5/82, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1982.

FIGURA 2

Resolução de Tombamento da Casa Modernista de Flávio de Carvalho, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1982. Disponível em : <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/?&NumeroPagina=13&DataPublicacao=19820521&Caderno=executivo>>.

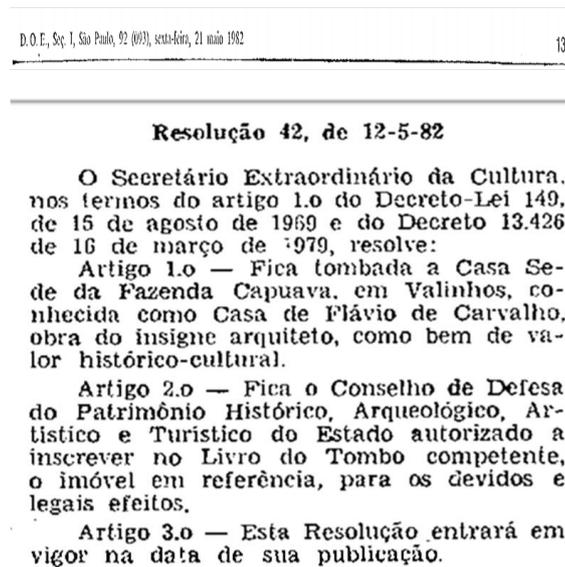


FIGURA 3

Ruínas da casa de Flávio (1988). TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Foto de Emilion Kohn Neto.

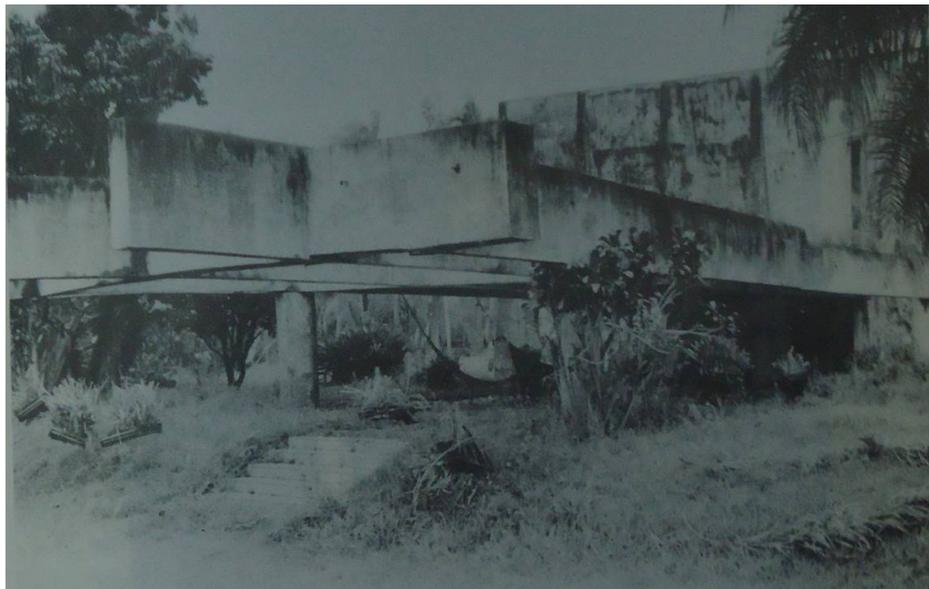
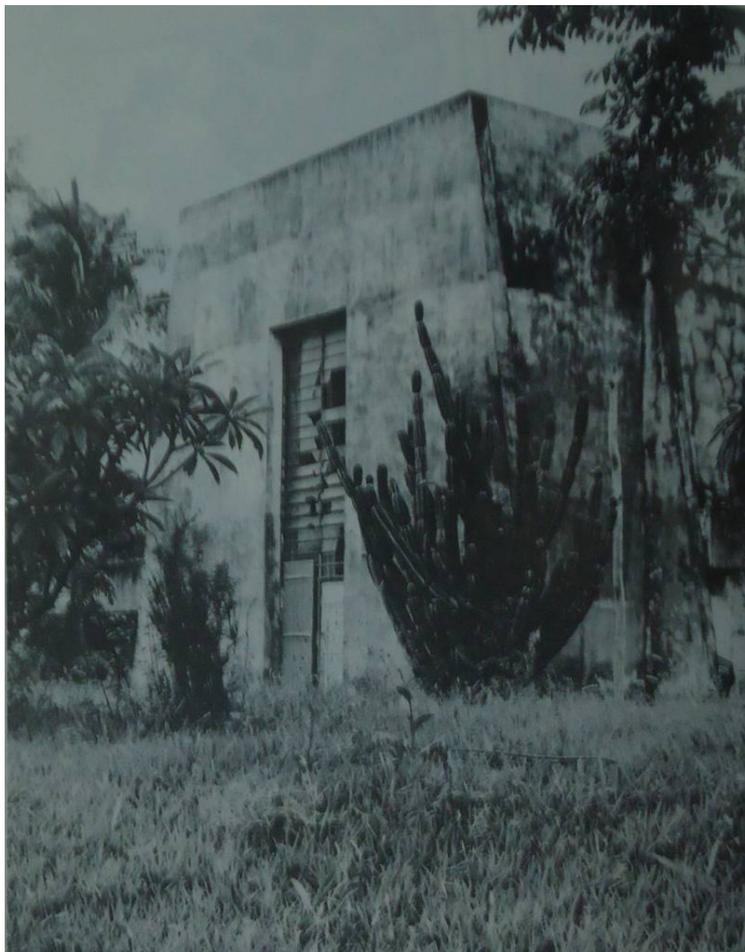


FIGURA 4

Ruínas da casa de Flávio após sua morte (1988). TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Foto de Emilion Kohn Neto.



Com o imóvel tombado, em 24 de agosto de 1987, a prefeitura da cidade se manifestou novamente, através do prefeito Vitório Antoniazzi, sucessor do antigo prefeito Arildo Antunes, de acordo com Toledo, sobre “(...) a possibilidade de que a cidade venha a receber recursos através de convênios (...) para serem aplicados na conservação e restauração da casa de Flávio de Carvalho (...)”. (TOLEDO, 1994, p. 747, nota 25). Ainda segundo J. Toledo, a resposta do Condephaat se deu no dia 8 de outubro do mesmo ano e explicava a falta de recursos, colocando seu corpo técnico à disposição para elaborar os projetos de restauro cujas despesas seriam arcadas pela prefeitura de Valinhos - que se retrai e acaba nada fazendo.

Uma reportagem publicada no jornal *Diário do Povo*, de Campinas-SP, em 18 de dezembro de 1989,⁶ relata o estado de abandono da casa por parte do setor público e do Condephaat, que nada faziam para restaurar a casa e nem permitiam a restauração por parte da família, temendo que esta fizesse alterações na construção. Quanto à família, estes se manifestaram através de Lúcia de Carvalho, filha de Custódio Ribeiro, em depoimento ao jornal *Folha de São Paulo*, em 1991, onde afirmava que, depois do tombamento, “(...) o Condephaat só apareceu duas ou três vezes para inspecionar”. (TOLEDO, 1994, p. 747, nota 25)⁷

Para verificar a posição oficial em relação ao abandono do bem mencionado, verificamos junto aos processos arquivados no Condephaat, quais documentos tramitaram nesse período. Encontramos o processo nº 30965/1993, com o assunto *Recursos financeiros para obras de Restauração da Casa de Flávio de Carvalho, Valinhos*. O longo processo trata, em linhas gerais, da solicitação da prefeitura de Valinhos junto ao Condephaat e à Secretaria Estadual de Cultura, do auxílio para restauração do imóvel e das complicações que envolveram sua realização.

Na folhas nº. 11 a 25 do referido processo, encontramos um relatório de vistoria do arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes onde é apresentada sua situação de abandono e o estado de deterioração do imóvel, demonstrando sua preocupação em relação ao bem e da necessidade de se levantar verbas para seu restauro, datando de 5 de setembro de 1989. O relatório é seguido de uma relação de registros fotográficos feitos em junho de 1989 que evidenciam a argumentação do arquiteto.

Os trâmites burocráticos se arrastaram entre as instituições até dezembro de 1993, quando o Condephaat apresentou o orçamento das obras de restauro do bem, que seriam realizadas com verbas provenientes da Secretaria Estadual de Cultura. No ano seguinte, o jornal *Terceira Visão*, de Valinhos, publicou duas reportagens, nos dias 8 de janeiro⁸ e 2 de abril⁹, divulgando a obra de restauro do imóvel. De acordo com Oliveira,

6. FELISMO, David. Casa histórica abandonada em Valinhos. *Diário do Povo*, Campinas, 18 dez. 1989.

7. Falta de Manutenção ameaça casa de Flávio de Carvalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev.1991.

8. Casa de Flávio de Carvalho começa a ser restaurada. *Terceira Visão*, Valinhos, 8 jan. 1994

9. Flávio de Carvalho: restauração da casa do artista deverá estar concluída em 60 dias. *Terceira Visão*, Valinhos, 2 abr. 1994.

(...) ocorreu uma licitação onde a construtora Sampaio Arruda ganhou e começou o seu trabalho em 29 de março de 1994. Foi dado um prazo de 60 dias para terminar a restauração, onde se constatou que a casa estava em péssimo estado. No jornal de Valinhos datado de 7 de janeiro de 1994,¹⁰ também foi divulgado a restauração, e neste também informado que a prefeitura de Valinhos estaria ajudando com o apoio técnico da Secretaria de Obras da Cidade. Essa restauração acaba não acontecendo por falta de verba e a casa continua sem reparos e sem uso (...). (OLIVEIRA, 2012, p. 44)

Porém, o que Oliveira não aponta é que as obras foram paralisadas devido à falta de pagamento à construtora. A folha nº. 105 do processo, datada de 19 de julho de 1994 e assinada por Sueli Ferreira de Bem, diretora técnica do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), afirma que “(...) entraves burocráticos ou outro fator que desconhecemos, provavelmente junto à Secretaria da Fazenda do Estado, levaram já à paralisação completa das obras”. Apenas em 11 de junho de 1996 é que o processo recebeu novos documentos, quando o Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado da Cultura, emitiu o ofício G nº 551/96, folha 130, assinado pelo chefe de gabinete Antonio Vagner Pereira, endereçado a Ulpiano Bezerra de Meneses, então vice-presidente do Condephaat, no sentido de dar continuidade às obras de restauro liberando a verba necessária, que seria repassada à Secretaria de Cultura de Valinhos.

Entretanto, o referido processo se encerra nesse parecer da Secretaria de Estado da Cultura e não é possível saber se essa verba foi repassada à construtora responsável, se chegou ou se o restauro foi finalizado. A folha nº. 129 do referido processo apresenta uma saída ou mesmo, mais dúvidas. Este documento, datado pelo STCR de 10 de outubro de 1996 e assinado pelos arquitetos Walter Luiz Fragoni e Silvana S. N. Diniz, diz que: ao “(...) se constatar anormalidades no pagamento dos serviços contratados e dada a extensão dos atrasos ocorridos, cabe a abertura de novo processo de restauração do bem”. Entretanto, nenhum novo processo é mencionado nestes documentos e na pesquisa junto ao Condephaat não encontramos processo algum que dê continuidade a esse projeto de restauro.

10. Casa de Flávio de Carvalho começa a ser restaurada. *Jornal de Valinhos*, Valinhos, 7 jan. 1994.

Muitos anos se passaram desde a morte do artista e a promessa da Prefeitura da Cidade de Valinhos de transformar sua antiga casa em um museu. Até que, em 1998, o secretário de Cultura da cidade, Antônio Stopiglia, divulgou no *Jornal de Valinhos* de 14 de agosto¹¹ que a casa seria aberta à população, em um acordo entre prefeitura e a família. O contrato de empréstimo – sob regime de comodato com a família de Flávio de Carvalho – possibilitou que o espaço fosse aberto para visitação com agendamento prévio junto à Secretaria de Cultura. Tal iniciativa foi impulsionada em virtude da comemoração do centenário de Flávio e se estenderia até 31 de dezembro de 2000, com o fim do mandato do então, e novamente prefeito, Vitório Antoniazzi.¹²

Ao que parece, algumas visitações chegaram a ocorrer no período, mas matéria publicada no jornal *Correio de Valinhos* no dia 23 de març o de 2000¹³, afirmava que fora feita apenas uma limpeza na piscina e ao redor da casa, o resto continuou da mesma forma ou pior. De acordo com a prefeitura, através do secretário de cultura, quem deveria arcar com a restauração seria o governo estadual e governo federal, bem como o próprio Condephaat, já que a prefeitura não dispunha de verbas para as despesas.

A pesquisa realizada não encontrou nenhum documento que mencionasse esse processo de restauro e o contrato de comodato, porém, algumas pistas podem ser indicadas. No processo n . número 000286/1973, que solicita o tombamento da Casa de Flávio e Carvalho em Valinhos, observamos na folha 114 que Sandra Yumi Fujita pede ao Condephaat cópias do processo de tombamento do bem em 3 de Agosto de 2000, “ (...) para realização de uma pesquisa referente ao estado de conservação da fazenda Capuava para ser apresentada aos representantes do DO.CO.MO.MO.” J  na folha 118, encontramos outro pedido de vistas do processo de tombamento realizado pelo Instituto Ruy Othake em 25 de junho de 2002. Embora em si não apresentem a abertura de novos processos de restauro ou intervenções, os mencionados pedidos de vistas de processos pode indicar suas iniciativas que podem, futuramente, serem investigadas a partir de outros nomes de busca.

11. Casa de Flávio de Carvalho passa para municipalidade. *Jornal de Valinhos*, Valinhos, 14 ago.1998.

12. Casa de Flávio de Carvalho será aberta para visitação. *Terceira Visão*, Valinhos, 14 ago. 1998. Ver também: ANGIOLILLO, Francesca. Casa construída por Flávio de Carvalho em Valinhos (SP) beira   ruína, Folha de S. Paulo, Valinhos, 26 fev. 2002.

13. Prefeitura não cumpre promessa de restauração de casa modernista. *Correio de Valinhos*, Valinhos, 23 mar. 2000.

Desses pedidos de vistas de processos, o mais sintomático é o que encontramos na folha nº. 122 do processo de tombamento, onde a Prefeitura do Município de Valinhos solicita ao Condephaat a cópia integral do processo, com isenção de taxas das cópias, que: “(...) ajudará nos preparativos do restauro deste bem tombado – em fase de reativação - bem como forma de consulta para nosso Conselho Municipal de Cultura (CMC)”, assinado pelo Secretário de Cultura e Turismo Danilo Sérgio Sorroce, em 26 de setembro de 2008. Este pedido finaliza o processo de tombamento e não apresenta nenhuma evidência de abertura de novo processo de intervenção e restauração que se conecte a essa solicitação.

Até aqui, mais de 30 anos se passaram desde o falecimento de Flávio de Carvalho e das promessas feitas pelo então prefeito Arildo Antunes em relação ao território. Acusações ou meros devaneios políticos se sucederam ao longo dos anos, enquanto o patrimônio se deteriorava e a população não dispunha e nem usufruía desse aparelho cultural e patrimônio histórico cultural. Antes de adentrarmos à situação da casa, apresentaremos um breve histórico da cidade de Valinhos.

4 VALINHOS: UM NOVO PADRÃO DE CIDADE DORMITÓRIO E A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO

Distrito de Campinas a partir de 1986, Valinhos foi parte das extensas fazendas de café que caracterizavam a região. Com o fim da escravidão, a região passou receber grande quantidade de imigrantes, em sua maioria de origem italiana, que no início do século XX representavam cerca de 90% de sua população¹⁴. Com a crise de 1929 e a conseqüente decadência da cultura cafeeira, boa parte dessas fazendas foi vendida e seus territórios subdivididos, mudando a dinâmica do distrito. Nesse contexto, as famílias de imigrantes mais antigas que já haviam juntado algum dinheiro passaram a adquirir propriedades, se fundamentando como poder político e econômico. Essa “casta” de famílias se firmou no comércio e agricultura, especialmente na plantação de figo roxo. Emancipada de Campinas em 1953, a então cidade de Valinhos, com aproximadamente 11 mil habitantes, tomou novos rumos com a instalação de indústrias de grande porte

14. É nesse contexto que o cafeicultor, Raul Resende de Carvalho (pai de Flávio) adquiriu terras na região, onde outros grandes cafeicultores do período já possuíam, com Orosimbo Maia, Antônio Egídio de Souza Aranha, Luiz de Campos Salles etc.

durante as décadas de 1960 e 1970, passando de 18 mil para 30 mil habitantes, respectivamente. Em 1978, já eram 50 mil habitantes.

O crescimento substancial do número de habitantes, impulsionado talvez pelo momento histórico, o chamado “milagre econômico”, e a consolidação no Brasil de uma população predominantemente localizada na região urbana, foi cenário da morte de Flávio em 1973.

Nos anos subseqüentes, observou-se uma nova dinâmica urbanística na cidade. De acordo com o texto *Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório?*, assinado em 2006 por Eliana Miglioranza e José Marcos Pinto da Cunha, se a urbanização crescente da cidade observada com a chegada de algumas indústrias nos anos 50, 60 e 70 estava vinculada à implantação de chácaras de lazer, fixando uma imagem de cidade de boa qualidade de vida, o mesmo não se observa na década de 1990. Eles dizem que a cidade se transformou em uma

(...) ocupação mais densa, em que fazendas com atividades com terras agricultáveis foram substituídas por condomínios fechados, a fim de atenderem à demanda de imigrantes (a maioria paulistanos) abastados que chegaram à região. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 541)

Paralelamente, as pequenas e médias empresas saíram da cidade, enquanto as grandes diminuíram seu quadro de funcionários. A cidade desenvolveu atividades para atender à demanda dos moradores dos condomínios, como serviços de jardinagem, comércio de móveis de decoração, redes de *fast-food*, salões de beleza, academias etc.

Os autores acrescentam ainda que

Dados da prefeitura municipal de Valinhos mostram que, no período 1991-1996, foram a provados e implantados 29 *condomínios fechados horizontais*. Para melhor compreensão do que este número representa, pode-se compará-lo com o de São José dos Campos, cidade do interior de São Paulo com mais de 500 mil habitantes e apenas 12 *condomínios fechados*, no total. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 541)

É importante ressaltar que esse período corresponde exatamente ao momento em que o *Jornal Terceira Visão* noticiou a iniciativa de restauração da casa de Flávio de Carvalho com verbas provenientes da Secretaria Estadual de Cultura, em 1994. Posteriormente, à iniciativa do secretário de Cultura

do município, Antônio Stopiglia, de abrir a casa para visitação sob o regime de comodato da prefeitura com a família, o que aconteceu precariamente.

Quanto aos condomínios, esses espaços fechados e particulares geram uma nova forma de “segrega o socioespacial”, bloqueando a integra o entre grupos de pessoas e partes da cidade e, no mesmo sentido, sua parte interna, antes pública e livre, torna-se de acesso restrito aos condôminos e agentes de segurança. Em detrimento dos espaços públicos e das grandes áreas de espaço verde de mata nativa - sem contar a redu o de suas reservas aquíferas – a cidade optou pelo desmatamento e pela privatiza o de seus territórios. Segundo Miglioranza e Cunha, essa dinâmica de cidade provoca mudanças no cotidiano de seus habitantes, com os chamados enclaves fortificados, que são

(...) uma nova maneira de organizar a segrega o, a discrimina o social e a reestrutura o econômica. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de vigilância e controle. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 543)

No que se refere à Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, observa-se claramente essa segrega o socioespacial. De acordo com o trabalho *A Fazenda Capuava em Valinhos: estudo de caso de evolu o urbana*, escrito por Rodrigo Henrique Busnardo de Souza em 2009:

Atualmente a Fazenda Capuava, quase inteiramente urbanizada, possui em seu território: a sede modernista tombada; a A.C.E.S.A- Capuava (escola particular para deficientes¹⁵); a sede antiga (casarão simples, de estilo colonial); o bairro denominado “Conjunto Habitacional de Interesse Social Valinhos B - Jardim São Marcos”, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), contendo vários equipamentos urbanos, entre eles, escolas igrejas, comércio etc.; o *condomínio fechado, denominado Terras do Caribe*; o *condomínio fechado, denominado Terras do Oriente*, ambos, pertencentes ao bairro Jardim Alto da Colina; o extinto shopping Caribe Center; a escola particular de educa o infantil e ensino fundamental, denominada Nova Escola, pertencente ao bairro Samambaia; uma extensão de terra situada na parte de tr s da sede modernista, sendo parte dela formada por uma pequena mata remanescente. (SOUZA, 2009, p. 110-111)

15. Pessoas com deficiência.

FIGURA 5

Vista a partir do Jardim da frente da casa modernista. Ao fundo, urbanização em antigo terreno pertencente à fazenda Capuava, 8.12.2012. Foto do Autor.



Naturalmente, com a crescente urbanização das últimas décadas, boa parte da antiga Fazenda Capuava foi vendida e ocupada por equipamentos urbanos públicos, mas, como de costume na cidade, também por condomínios particulares horizontais de alto padrão. É importante destacar que a segregação socioespacial realizada pelos condomínios horizontais é muito maior do que pelos verticais. Com uma área mais ampla, segrega não só a população mais pobre que habita as adjacências, como o CDHU Jardim São Marcos, mas impede e limita o acesso, mesmo que de passagem, das pessoas que circulam pela cidade. Outro importante fato a se destacar é que esses condomínios horizontais vendem a promessa de qualidade de vida, lugar pacato, sem violência e, principalmente, com áreas verdes, de acesso único e exclusivo dos condôminos, mas, para cada área verde “preservada” que garante “qualidade de vida” ao cliente que compra, uma área aproximadamente dez vezes maior é desmatada.

Enquanto essa transformação urbana se desenvolvia ao redor do patrimônio histórico-cultural em questão, em 8 de agosto de 2002 foi publicada

no jornal *Folha de S. Paulo* reportagem de Francesca Angioli, intitulada *Casa de Flávio de Carvalho será recuperada* que mencionava um processo de restauração do imóvel, em acordo entre a Casa da Cultura de Valinhos, familiares e o Condephaat. As obras de restauro seriam realizadas pela arquiteta Adriana Monteiro, encarregada pela família, e o processo acompanhado pelo arquiteto Flávio Moraes, do Condephaat¹⁶. Nesse contexto, em 2004¹⁷ foi realizada uma mostra de trabalhos de Flávio de Carvalho no espaço com o objetivo de divulgar o projeto de recuperação do imóvel, que passou a abrigar a Fundação Flávio de Carvalho, ligado à Associação Cultural Educacional Social e Assistencial (ACESA), descrita como uma:

(...) entidade sem fins lucrativos, que trabalha com pessoas com deficiência. Seu principal objetivo é trabalhar para o desenvolvimento das potencialidades humanas por meio do atendimento múltiplo nas áreas de Saúde, Educação e Cultural, e atualmente começando a investir também na área de profissionalização.¹⁸

A entidade ACESA foi iniciativa de Heloisa de Carvalho Crissiuma, neta de Custódio Ribeiro, herdeira da propriedade que se mostrou aberta ao projeto de restauração e abertura da casa para visitação pública. Ela diz: “Eu também não acho justo: embora eu seja da família, acho que, como patrimônio, tem de ser preservado, as pessoas têm de ter oportunidade de vir, ver.”¹⁹ Na mesma matéria, Heloisa ainda se queixa do Condephaat e da burocracia que as iniciativas de restauro implicam, impedindo a manutenção do imóvel.

Do projeto de 2004, realizou-se na casa uma pequena restauração, com projeto do arquiteto Lucas Otávio Rotta²⁰. É importante ressaltar ainda

16. ANGIOLILLO, Francesca. Casa de Flávio de Carvalho será recuperada: Condephaat autoriza família a fazer obras e dar ao imóvel uso privado, desde que o público possa agendar visitas. *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 08 ago. 2002.

17. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno. *A Casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista/Rosana, 2012, p. 45.

18. De acordo com: <<http://acesacapuava.blogspot.com.br/>> Acesso em: fev. 2016.

19. ANGIOLILLO, Francesca. Casa construída por Flávio de Carvalho em Valinhos (SP) beira à ruína. *Folha de S. Paulo*, Valinhos. 26 fev.2002.

20. OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno. *A casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. 2012. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

que o espaço sofreu pequenas alterações em suas imediações como forma de atender às necessidades de locomoção dos alunos da ACESA. Heloisa Crissiuma morreu em 2005 e, desde então, associação e casa modernista passaram a ser administradas por seu filho, Ricardo de Carvalho Crissiuma Piscioti. De acordo com Ricardo, em entrevista concedida em 2012,

(...) manter esse patrimônio é muito oneroso, visto que o interesse público e privado com a casa é nulo. (...) atualmente a fazenda está em processo de venda para uma construtora de Valinhos, porém, o contrato só será realizado com a liberação por parte da prefeitura para sua exploração. (OLIVEIRA, 2012, p. 47)

Em vista da ampla e complexa situação que envolve a Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, das fontes de que dispomos pudemos observar que há um grande debate acerca da preservação da casa e de seu uso. Das partes envolvidas, os herdeiros da família, a prefeitura da cidade de Valinhos e o Condephaat, a família se mostrou disposta a fazer algo com o espaço, porém, queixando-se da burocracia do Condephaat e dos altos custos de manutenção da propriedade. Da parte da prefeitura, desde a morte de Flávio de Carvalho, as promessas se perderam no tempo sob a argumentação de falta de verbas.

Em relação ao Condephaat, o Processo nº 68200/2013, Estado de Conservação refere-se a uma vistoria realizada pelo Condephaat em 28 de janeiro de 2013, assinada por Marília Babour, coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), mas não apresenta resoluções. Os documentos contêm fotografias do bem tombado feitas por Priscila M. Miura em 27 de junho de 2012, classificando como ruim o revestimento e a estrutura da casa e como regular seu estado de conservação, cobertura, paredes, piso e caixilhos.

Entretanto, é importante frisar que por se tratar de uma propriedade particular, a conservação e eventual restauração de um imóvel tombado cabem em primeiro lugar ao seu proprietário²¹, de acordo com a opção Perguntas Frequentes, disponível no sítio eletrônico do Condephaat. Em caso de falta de verbas próprias para a preservação do imóvel, como é o

21. Disponível em :<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.c6d8f9f146d654d9b-83f9110e2308ca0/?vgnnextoid=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD#Pergunta9>>. Acesso em: jun. 2016.

caso, ao que parece, o Condephaat indica a existência de incentivos para conservação e restauração, como as Leis de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet e ProaAC, que a partir de projetos como “Patrimônio Histórico e Artístico” ou “Restauração e Conservação de bens protegidos por órgão oficial de preservação” podem ser encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e sujeitos a aprovação, para posterior contratação de empresa responsável. Das informações de que dispomos, até o momento não conseguimos identificar novos projetos que caminhem nessa direção.

Das atribuições que cabem ao Condephaat, de acordo com a Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado, criado pelo art. 128 da Constituição Estadual, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único, incisos II, III, IV e V, caberá ao Conselho:

- II – celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata este Artigo;
- III – propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;
- IV – sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;
- V – ter a iniciativa de projetar e executar às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste Artigo;

Vale notar ainda que, embora não se observe nenhuma atividade prática em relação às visitas ou mesmo atividades realizadas na Casa Modernista por parte da prefeitura, ainda hoje o artista e sua casa são anunciados como atividade cultural da cidade de Valinhos, através de agendamentos sem muitas especificações, de acordo com informações disponíveis em panfletos distribuídos pela Secretaria de Cultura da Cidade divulgando as atividades culturais do ano de 2015.

Se a cidade optou, como procuramos demonstrar, por uma política de desenvolvimento que prioriza espaços privados em detrimento dos espaços públicos e de sua área verde em relação à casa, as promessas do antigo prefeito beiram a desinformação ou caem no esquecimento devido a um mero “propagandismo” por meio de imagens. Para Flávio de Carvalho, ao

contrário, sua casa é fruto de uma poética de pura imaginação, um espaço aberto de preservação e fomentação de áreas verdes; do diálogo clássico da arquitetura moderna, entre áreas internas e externas; lugar de festas, encontros, discussões, produção artística e liberdade intelectual e moral que hoje quase cai no esquecimento, perdendo-se sua memória. Ora, se a Casa Modernista é um patrimônio histórico cultural e, se o Decreto-Lei 25/1937 (que organizou o patrimônio no Brasil e ainda serve de guia) estatuiu que:

Art. 1º Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

É de se compreender o porquê de a casa ser tombada em 1982 sob essa prerrogativa, em que as instituições, no caso, o Condephaat, eram quem instituía e determinavam o que era patrimônio para a sociedade. Porém, isso mudou um pouco a partir da Constituição de 1988, ligada às mudanças de concepção de patrimônio em âmbito mundial. O artigo 216 da Constituição toca diretamente nesse ponto:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).

Se o tombamento realizado pelo Condephaat em 1982 diz que esse bem tem valor histórico-cultural, significa dizer que não é sua arquitetura original que é digna de ser preservada, mas seu significado histórico e cultural. Nesse sentido, se a casa deve ser preservada - segundo as afirmações dos herdeiros de Flávio - qualquer restauro a ser realizado no patrimônio necessita da autorização do órgão responsável, ou seja, o Condephaat -, o significado histórico e cultural da casa se coisifica em sua matéria. Ainda nessa linha, significa dizer que um bem de valor histórico e cultural como a Casa Modernista de Flávio de Carvalho, tem duas dimensões, material e imaterial. Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses,

(...) o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*.

Isso vale também para o chamado *patrimônio imaterial*, pois se todo patrimônio *material tem uma dimensão imaterial de significado e valor*, por sua vez todo *patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se*. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2009, p. 31)

A partir dessa noção de Meneses, é possível afirmar que, se a casa de Flávio de Carvalho tem como justificativa de tombamento ser um bem de valor histórico-cultural, isso significa que o valor imaterial fez dela algo de significado histórico-cultural e, como se sabe, são amplas suas justificativas. Além de possuir uma arquitetura arrojada para seu tempo, que dialogava com as noções de arquitetura moderna do período, o espaço de vivência que lá se constituiu, com visitas de artistas e intelectuais do mundo todo, tem a ver com a própria história do desenvolvimento das artes no Brasil. Desse modo, o tombamento da Casa Modernista e, principalmente, sua preservação e abertura para acesso público. é a dimensão material que permite ao patrimônio imaterial se realizar.

Nesse sentido, preservação e divulgação de sua história e de sua produção artística, a casa tem de se tornar um bem de acesso público de modo a se realizar enquanto patrimônio, pois, se isso não acontece se perde sua memória, não se criam vínculos sociais nem mesmo valores afetivos que “(...) constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens (...)”. (MENESES, 2009, p. 36)

As peculiaridades que envolvem a Casa Modernista de Flávio de Carvalho e a opção tomada pela cidade de Valinhos de expandir áreas privadas em detrimento dos espaços públicos em meados da década de 1990, coincidem com o problema observado e discutido pela *Declaração de São Paulo II*, de julho de 1996, e com as recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS que, de modo geral, teve como objetivo discutir o tema central da *Declaração de Sofia*, de outubro de 1996, em vista a problematizar a necessidade de enfrentar os conflitos entre a expansão urbana e a preservação de patrimônios culturais no país. Dentre as várias recomendações, a *Declaração de São Paulo II* sugere fazer do Icomos uma instância de defesa dos bens culturais, entendidos como símbolos das coletividades, em face das ameaças de sua destruição por ação privada ou

mesmo pública. Deste modo, preservar a materialidade da Casa Modernista de Flávio de Carvalho é tarefa fundamental, não apenas do Icomos, mas também da sociedade, na medida em que permite manter viva a memória histórica e cultural deste patrimônio.

A falta de preservação, ou mesmo de uma maneira de fazer com que se constitua como espaço de acesso ao público, pode fazer com que a família não resista a um bom montante de dinheiro vindo das empreiteiras especializadas em condomínios que já batem à sua porta, em detrimento do valor imaterial que o bem material representa como referencial a ser preservado.

Entre os dias 14 e 17 de setembro de 2015, apresentamos uma versão resumida deste trabalho no II Seminário de Estética e Crítica de Arte, promovido pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, intitulado *Arte e política: territórios em disputa*. Naquele momento, nossa intenção era apenas levantar o problema que o caso apresenta e propor reflexões acerca da questão, no tempo que esses tipos de atividades permitem. Entretanto, durante as pesquisas realizadas em 2016 no Condephaat encontramos dois processos sintomáticos.

O primeiro deles, nº 75384/2015, Serviços de Conservação, com data de 30 de setembro de 2015, trata de um estudo detalhado das condições de preservação do imóvel e das medidas necessárias para restauro, realizado pelo arquiteto Ricardo Leite Filho, representante da empresa Território – Serviços Administrativos e Participações LTDA – ME, solicitando autorização para obra de conservação de bem tombado da Casa Sede da Fazenda Capuava. O processo se encontra ainda em trâmite junto ao Condephaat e sua última folha descreve reunião realizada no órgão de preservação no dia 26 de abril de 2016. O outro processo, de nº 75279/2015 pedido de aprovação de intervenção, com data de 7 de outubro de 2015, da empresa Território – Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda – EPP, de propriedade de Ricardo de Carvalho Crissiuma Pisiciotta, submete à apreciação ao Condephaat referente ao empreendimento Loteamento Residencial Reserva da Mata, nas terras da área envoltório da Casa Sede da Fazenda Capuava, em virtude do tombamento da casa de Flávio de Carvalho. Em linhas gerais, é um pedido de autorização junto ao Condephaat de loteamento das terras pertencentes à Fazenda Capuava para transformação, ao que parece, em um condomínio fechado horizontal, com plantas e demonstrações das

áreas dos lotes e resoluções de como ficariam em relação ao bem tombado. Também ainda em trâmite, a folha 147 é a última deste processo, como a mencionada anteriormente, e descreve a mesma reunião realizada no órgão de preservação no dia 26 de abril de 2016.

Embora de nomes diferentes, trata-se da mesma empresa solicitante dos dois processos, de propriedade de Ricardo de Carvalho Crissiuma Pisiciotta, atual herdeiro da propriedade que pertencia a Flávio de Carvalho. A divergência se deve a um erro de alteração, sendo o nome empresarial correto Território – Serviços Administrativos e Participações Societárias LTDA – EPP, de acordo com a folha 11 do processo nº. 75279/2015. Uma apreciação desses dois processos encontrados recentemente demandaria mais páginas e leituras mais técnicas das propostas apresentadas, mas esta não é nossa intenção neste trabalho, cabendo, talvez a uma segunda parte deste artigo que possa ser feita no futuro. O que nos interessa ressaltar agora é que no momento em que realizávamos nosso seminário em setembro de 2015, levantando os problemas relacionados ao bem tombado, duas propostas, feitas pela mesma empresa e com os mesmos e divergentes interesses, estavam sendo encaminhados ao Condephaat: um projeto de preservação do imóvel e outro de privatização e loteamento de sua área envoltória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nossa intenção, em setembro de 2015, foi problematizar a situação da Casa Modernista de Flávio de Carvalho, de modo que dialogasse com o tema do seminário, a nosso ver a situação apresenta um caso onde arte e política se misturam, dialogam e fazem do espaço um território de/em disputa, como pretendemos questionar no título deste trabalho, reforçada pelas propostas, projetos e nome da empresa Território - Serviços Administrativos e Participações Societárias.

Em suma, longe de pretendermos soluções ou mesmo respostas prontas ao caso, nossa intenção é apenas levantar os problemas que envolvem a situação, de modo a abrir espaços de reflexão e ação social, uma vez que as partes envolvidas, ao que parece desconhecem ou mesmo não se preocupam em realizar suas tarefas enquanto agentes sociais.

Tal imobilidade social das instituições responsáveis impede a instauração de poderes constituintes de propagação cultural, afinal cultura pode

ser tomada num campo específico de criação: “(...) criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência que se exprime em obras de arte e obras de pensamento, quando buscam ultrapassar criticamente o estabelecido”. (CHAUI, 2006, p. 135) Em última instância, a cultura é algo que se transmite e principalmente se preserva, um direito do cidadão e os órgãos públicos devem, acima de tudo, “(...) assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais”. (CHAUI, 2006, p. 136)

Assim, os órgãos públicos devem assegurar o direito à sociedade de criar, produzir e participar das decisões sobre as políticas culturais, conscientes das peculiaridades que envolvem cada bem de valor histórico-cultural e das diferentes possibilidades de ação junto aos órgãos de preservação responsáveis, numa tentativa de retomar a promessa do antigo prefeito da cidade, a restauração definitiva da casa e a transformação do espaço em um museu (ou mesmo um centro cultural), garantindo assim o acesso à população em geral a este patrimônio de referência à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, evitando assim sua deterioração e esquecimento que a crescente expansão urbana da cidade possa ocasionar.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, V. Louco divino revolucionário maldito. *Revista Design e Interiores*, São Paulo, nº 24, p. 94-98, 1991. *Apud*. BRAGA, Marcos da Costa. Flávio de Carvalho: Uma contribuição ao campo arquitetônico brasileiro. *Revista Intellectus*, ano 4, v.II, p.1, 2005. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Marcos%20da%20Costa%20Braga.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUNHA, J. M. P.; MIGLIORANZA, E. Valinhos: um novo padrão de cidade dormitório? In: José Marcos Pinto da Cunha (org.) *Novas metrópoles paulistas - população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.539-560.

DAHER, Luiz Carlos. *Flávio de Carvalho: arquitetura e expressionismo*. São Paulo: Projeto, 1982.

DURAND, José C. Le Corbusier no Brasil: negociação política e renovação arquitetônica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, nº16, 1991. *Apud*. BRAGA, Marcos da Costa. Flávio de Carvalho: uma contribuição ao campo arquitetônico brasileiro. *Revista Intellectus*, ano 4, v. II, p.1, 2005. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Marcos%20da%20Costa%20Braga.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Declaração de*

São Paulo II. 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201996.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

LEITE, Rui Moreira. O arquiteto Flávio de Carvalho. In: *Exposição Flávio de Carvalho, 17º Bienal de São Paulo de 14 de outubro a 16 de dezembro de 1983*, Parque Ibirapuera, 1983. (Catálogo)

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *I Fórum nacional de patrimônio cultural: sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG, 2009. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Brasília, DF: Iphan, 2012.

OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno de. *A casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

OSÓRIO, Luiz Camilo. *Flávio de Carvalho*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SOUZA, Rodrigo Henrique Busnardo de. *A Fazenda Capuava em Valinhos: estudo de caso de evolução urbana*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Universidade de Campinas, 1994.

Artigo recebido em: 29/02/2016

Artigo aprovado em: 17/11/2016

O CAVALO DE BATALHA MODERNO:

[R]EXISTÊNCIAS, DEBATES E POSSIBILIDADES EM
TORNO DO CASO DO HOTEL INTERNACIONAL REIS
MAGOS

GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP). Professor adjunto do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal-RN). E-mail: georgeafdantas@ct.ufrn.br

JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Doutor em Arquitetura e urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal-RN). E-mail: jclewton@hotmail.com

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Doutora em Desenvolvimento Urbano na área de concentração Conservação Integrada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal-RN). E-mail: natalia.vieira@ufpe.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p37-69>

O CAVALO DE BATALHA MODERNO: [R]EXISTÊNCIAS, DEBATES E POSSIBILIDADES EM TORNO DO CASO DO HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS¹

GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS

JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

RESUMO

Este artigo é um exercício de memória e resistência, com inegável sentido de relato quase jornalístico. Pela memória, presta-se a registrar o passo a passo das discussões e querelas que se formaram em torno dos intentos de demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM) a partir dos últimos meses de 2013. Pela resistência, serve como mapeamento de erros e acertos, dos limites e possibilidades do debate sobre as questões arquitetônicas e urbanísticas e, em especial, das patrimoniais quando assomam à esfera pública. Como uma das questões de fundo, ilumina-se com nitidez as dificuldades de compreensão do acervo da arquitetura modernista como patrimônio, cuja possibilidade de restauro, preservação e reuso muitas vezes nem se coloca. E, cabe enfatizar, essa dificuldade vem à tona mesmo entre os colegas arquitetos e urbanistas, engenheiros ou do campo das artes em geral. Parece que a questão do patrimônio, a despeito dos inúmeros avanços nas experiências projetuais e do acúmulo de discussões e formulações teóricas e conceituais, não consegue escapar, ao menos na esfera pública, da ideia do tombamento. É possível construir um novo campo discursivo em prol de uma noção de tombamento que possibilite albergar intervenções contemporâneas?

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura moderna. Patrimônio arquitetônico. Tombamento.

1. Este artigo é uma versão revisada e ampliada do trabalho apresentado pelos mesmos autores no 11º Seminário DOCOMOMO Brasil, realizado em Recife em abril de 2016.

THE MODERN BATTLE HORSE: [RE]EXISTENCES, DEBATES AND POSSIBILITIES REGARDING HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS

GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS

JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

ABSTRACT

This article is an exercise of memory and resistance, with an undeniable sense of quasi-journalism. Through memory, it registers the storyline and the details of the arguments and complaints about the intended demolition of Hotel Internacional Reis Magos, since late 2013. Through resistance, it works as a register of mistakes and successes, limits and possibilities created when constructing a debate about architectural, urbanistic and (in particular) heritage-related questions. As one of the background questions, it enlightens the difficult recognition of modern architecture as heritage, whose possibilities for restoration, preservation and reutilization are often not even considered. It is important to stress that this difficulty comes out even among fellow architects and urbanists, engineers and artists. It seems that the heritage question, in spite of countless advances in conceptual experiences and the accumulation of theoretical and projectual formulations, cannot escape, at least at the public sphere, from the idea of listing. Along with this idea, fear and resistance from complete “freezing” contribute to stir up the disputes. Which alternatives are there to surpass this dichotomy? Is it possible to build a new discourse towards an idea of listing that makes it possible to include contemporary interventions?

KEYWORDS

Modern architecture. Architectural heritage. Heritage listing.

1 INTRODUÇÃO

É certo que a vida urbana é um contínuo, um fazer e refazer-se cujos atos de destruição e construção são parte dos processos de modernização. Contudo, se os escombros são constitutivos, signos visíveis desses processos, não podem ser naturalizados. São restos materiais das disputas sobre os significados da cidade, seus usos, apreensões, suas memórias. Afinal, o interesse:

“Puesto en el tema de la demolición resulta de los enfoques, ideas y realizaciones nacidas de la angustia por la deflagración de un estatuto que se creía unitario (SATO, 2005, p. 58).”

Este artigo é assim, antes de mais nada, um exercício de memória e de resistência. Portanto, ainda que acadêmico, pejado das notas, referências e demais anteparos necessários, tem um inegável sentido de relato quase jornalístico. Pela memória, presta-se a registrar o passo a passo e as minudências das discussões e querelas que se formaram em torno dos intentos de demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM), retomados a partir dos últimos meses de 2013. Pela resistência, serve como mapeamento de erros e acertos, dos limites e possibilidades da construção do debate sobre as questões arquitetônicas e urbanísticas e, em especial, das patrimoniais quando assomam à esfera pública.

Como uma das questões de fundo, ilumina-se com nitidez as dificuldades de compreensão do acervo da arquitetura modernista como patrimônio, cuja possibilidade de restauro, preservação e ou reuso muitas

vezes nem se coloca. Diga-se isso a despeito da relação, desde o início, entre o projeto ideológico e estético do modernismo no Brasil e a construção da própria noção de patrimônio e da sua institucionalização.²

Cabe enfatizar também que essa dificuldade de compreensão vem à tona mesmo entre os colegas arquitetos e urbanistas, engenheiros ou do campo das artes em geral. Parece que a questão do patrimônio, a despeito dos inúmeros avanços nas experiências projetuais e do acúmulo de discussões e formulações teóricas e conceituais, não consegue escapar, ao menos na esfera pública, da ideia do tombamento.

Tombamento. Palavra e possibilidade que, mais que salvar, parece assustar tão somente. Inúmeros são os casos – pitorescos, lamentáveis, açodados – em que a mera sinalização da ação de tombamento pelos órgãos de preservação levou ao derrubamento físico do bem que poderia vir a ser preservado.³

A restrição da legislação quase que exclusivamente ao instrumento do tombamento, seja ele municipal, estadual ou federal, foi sendo tomado, historicamente, como um obstáculo para ações preservacionistas mais plurais e efetivas. O estigma carregado pelo mal entendimento do tombamento tem causado grandes estragos ao debate, aos projetos e às políticas de preservação e proteção.⁴

2. Para uma discussão abrangente sobre as dificuldades de conservação das edificações modernistas, dentre as quais se colocam as dificuldades do seu reconhecimento como objeto portador de valor, Cf. Fernando Moreira (2011) e Mércia Rocha (2011). Mais recentemente, como discutem Nivaldo Andrade Jr., Maria Rosa Andrade e Raquel Freire (2009), no âmbito do Iphan, o Inventário Nacional de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos aponta para um esforço de avanço no reconhecimento desse patrimônio para além dos bens tombados do chamado período “heroico”, muito vinculados à “escola carioca”. Esse vínculo se percebe claramente na lista dos bens modernistas tombados pelo Iphan, desde a Igreja de São Francisco, na Pampulha (inscrito no Livro de Belas Artes, em 1947), até o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha (inscritos nos Livros Históricos, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1997) (Cf. a atualização de ROCHA, 2011, p.173).

3. Um marco nesse tipo de ação foi a destruição deliberada do engenho colonial Megahype, em Pernambuco, ainda nos anos 1920. Pré-selecionado pelo inventário da recém-criada Inspetoria de Proteção aos Monumentos do estado, o proprietário o demoliu para evitar eventuais “restrições” ao uso do imóvel (CANTARELLI, 2012).

4. O Brasil passa a ser, em 1937, o primeiro país da América Latina a possuir uma entidade oficial, a nível federal, para a preservação do patrimônio histórico e artístico e o “tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (FONSECA, 2005, p. 105). Entretanto, esse pioneirismo tem consequências que levam a um certo engessamento da ação preservacionista em torno desse instrumento. Sônia Rabelo (1991, p. 5) aponta que devido à força do tombamento e ao fato de ter se constituído como o principal instrumento de preservação, durante muito tempo chegou-se a confundir-se tombamento com preservação.

No já célebre *Obituário Arquitetônico Pernambuco Modernista*, Luiz Amorim (2007) destaca, a partir de exemplos pernambucanos, as várias formas de “morte” que o patrimônio modernista vem sofrendo. As mortes identificadas por Amorim em Pernambuco se alastram Brasil e mundo afora. Interessa-nos aqui destacar a chamada “morte por abandono”.

Entendendo a relação indissociável entre a arquitetura e sua capacidade de abrigar, de promover encontros programados ou aleatórios, o autor conclui:

Quando a arquitetura deixa de ser por nós ocupada e passa a constituir apenas forma edificada, torna-se um pouco menos arquitetura. Essa morte por falta de vida humana mata e imprime profundas marcas no corpo da arquitetura (AMORIM, 2007, p. 62).

Nesse sentido, lembra do caso das salas de cinema instaladas na área central da cidade que, durante a primeira metade do século XX, foram palco para o florescimento de novos hábitos e “expressões formais da modernidade que representava” (Ibidem). Entretanto, as mudanças na forma de comercialização e distribuição do produto cinematográfico acabam por ser a *causa mortis* desses exemplares. O autor chama a atenção também para o fato de que, às vezes, esse abandono “(...) faz hibernar, existindo sempre a esperança de introduzir vida nova” (Idem, p. 65). É neste estado de hibernação que o HIRM viveu os últimos 25 anos – a decisão sobre o seu despertar ou pela consumação de sua morte é o que se encontra em pauta.

É sintomático também que a palavra tombamento tenha sido tomada em sentido literal como lugar-comum nos embates em torno do HIRM nas redes sociais digitais (e mesmo na mídia impressa). O tombamento-preservação deu lugar ao tombamento-demolição no acirramento das discussões, pode-se dizer. É possível então construir um novo campo discursivo – que não seja apenas técnico e que supere essa dicotomia, em prol de uma noção de tombamento que possibilite albergar intervenções contemporâneas? O caso do HIRM pode ser exemplar dessas possibilidades.⁵

5. O artigo apresentado por Flávia Assis e Raíssa Ferreira (2016, p. 08-11) avança nesse sentido ao discutir, para o caso específico do HIRM, alternativas ao tombamento e as possibilidades de utilização de políticas de desenvolvimento urbano baseadas em instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade.

Mais recentemente, no final de 2013, começaram a vir a lume notícias de que o HIRM seria demolido pelo grupo proprietário. Tal informação foi recebida com estranheza, afinal as notícias até então apenas reforçavam a tentativa de negociação em prol da restauração do imóvel.⁶ A prefeitura de Natal já cogitava a desapropriação do imóvel para reformá-lo e usá-lo como centro administrativo ou mesmo em parceria com o setor hoteleiro, como albergue internacional.⁷

Ainda assim, essa proposta de demolição receberia apoio aberto do então Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Natal (Setur/PMN), apontando para um novo projeto – de um centro empresarial com grandes fachadas envidraçadas – sobre os escombros do antigo. Mais ainda, apontaria para a futura alteração na legislação de proteção do gabarito e da paisagem da região.⁸ É importante registrar que o projeto preliminar (com três novas torres de sete pavimentos cada) foi rechaçado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), exatamente por contrariar a legislação urbanística da área). O tema da demolição do HIRM coloca-se então em um contexto mais amplo, tornando-se um cavalo de batalha das disputas imobiliárias sobre uma região da cidade com grande potencial de valorização.

Nesse contexto, a legislação urbanística, como é comum acontecer na dinâmica sociopolítica das cidades brasileiras, acaba sendo invariavelmente transformada em obstáculo a certas visões de “progresso”. Os lugares-comuns voltam à tona, como o tema do “engessamento”, como se fala toda vez em que se discutem alterações no Plano Diretor. Da mesma maneira, certos temas (como invasões de terra) funcionam muito mais como palavras-fetichê a mobilizar medos do que realidades investigáveis:

A maior razão [do presidente do grupo proprietário do HIRM] José Pedroza, pai, é de que *nenhum tostão deveria ser aplicado no projeto enquanto a Praia*

6. Cf., dentre várias notícias, “Hotel Internacional Reis Magos tem prazo para a recuperação”, *Jornal de Hoje*, Natal, 26 jan. 2013, em que se apontava inclusive a proposta de desapropriação pela prefeitura de Natal, caso o grupo Hotéis Pernambuco não garantisse o uso do imóvel.

7. “A prefeitura estuda transformar o Hotel Reis Magos num centro administrativo. A Secretaria de Turismo prefere transformá-lo em um albergue. O destino do imóvel, segundo [o] secretário municipal de Turismo, poderá ser discutido em reunião da Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e Turística, caso as negociações com o grupo controlador não avancem” (*Tribuna do Norte*, Natal, 30 ago. 2013).

8. Várias matérias e notas na imprensa escrita e digital apontaram para esse aspecto; cf. Nelson Freire, Ponto de Vista [blog do Nelson Freire], 10 set. 2013; Sem título, *Jornal de Hoje*, Natal, 20 set. 2013.

do Meio continuasse restrita ao gabarito de quatro andares pelo Plano Diretor de Natal, um problema que também engessa o desenvolvimento da Zona Norte e entrega toda a área de bandeja para a degradação das invasões de terra (S/t, Jornal de Hoje, Natal, 11 jan. 2014; grifos nossos).

Esse tipo de discurso veiculado na imprensa local levou a reações e à mobilização de parte da sociedade civil organizada. O Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania (IAPHACC),⁹ de maneira mais decidida, ingressou com pedido de tombamento nas três instâncias de governo e provocou o Ministério Público Estadual a se manifestar e cobrar posicionamento dos entes públicos.

Este artigo pretende então discutir, tomando como ponto de partida a querela que se formou e se exacerbou com a possibilidade de demolição do HIRM, as questões e injunções em torno das dificuldades de afirmar a importância da preservação e da conservação dos bens patrimoniais, em especial do acervo modernista, na gestão e nas estratégias de desenvolvimento urbano contemporâneos.

Para tanto, e baseado na participação direta dos autores, acompanha a minudência dos fatos e eventos, as decisões judiciais, os debates públicos (em palestras, reuniões com as comunidades, nas redes sociais etc.), o envolvimento do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande Do Norte (CAU-RN) e do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento do Rio Grande Do Norte (IAB-RN) (posicionando-se publicamente contra a demolição e a favor do reuso), as audiências com o executivo municipal e órgãos do judiciário, as repercussões na imprensa escrita, a mobilização das associações comunitárias, a criação do movimento [R]Existe Reis Magos e a entrada em cena do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Rio Grande do Norte (Iphan-RN), com o intuito de mapear e problematizar os lugares-comuns e (pré) conceitos mobilizados.

9. O IAPHACC é uma entidade sem fins lucrativos, surgida em 12 de março de 2004, a partir da iniciativa de um grupo de amigos preocupados com o “resgate da história e com a preservação do patrimônio artístico-cultural e da cidadania no Rio Grande do Norte”. A ONG é formada por estudantes, servidores públicos e profissionais liberais “unidos por um interesse em comum: o desejo de manter viva a memória cultural do nosso povo.” (Fonte: <<https://regynna.wordpress.com/tag/ong-natal/>>). Além das discussões sobre o HIRM, o Instituto se envolveu também nos últimos anos com a criação do Museu do Trem, inaugurado recentemente, em meados de 2016, anexo ao IFRN, no bairro das Rocas.

Contra o acantonamento dos especialistas, o artigo aponta, por fim, para a necessidade de construir termos comuns que possibilitem a constituição de uma esfera pública em que os agentes envolvidos se reconheçam, em prol de um diálogo criativo e produtivo para o patrimônio.

Cabe ainda uma advertência final nesta introdução: apesar de todo o cuidado na exposição do caso, tentando sopesar as várias e complexas discussões e interesses, deve-se reconhecer que os autores têm interesse na discussão em prol da preservação do HIRM (a partir de um processo aberto de discussão, como parte do desenho urbano democrático para esta zona importante da cidade, incorporando as possibilidades da intervenção contemporânea para além do mero tombamento como se tem praticado no Brasil), e isso marca o texto.

2 O HIRM, A PAISAGEM E A ESTRUTURA URBANAS DA PRAIA DO MEIO
Construído pelo governo do estado do Rio Grande do Norte (RN) no contexto do desenvolvimento urbano de Natal vinculado ao turismo da década de 1960, o Hotel Internacional Reis Magos logo se tornou uma referência local e regional (BENTES SOBRINHA, 2001). Inaugurado em 1965, o HIRM, projeto do escritório pernambucano de Waldecy Pinto, Antonio di Dier e Renato Torres,¹⁰ seria um ponto de visitação e hospedagem mais refinado para os viajantes dos estados vizinhos, local para realização de eventos de porte nacional e internacional (como o Congresso de Astronomia, em janeiro de 1967) e elemento estruturador, potencializando a ocupação urbana da área entre a Praia de Areia Preta e a Ponta do Morcego (cuja caracterização como espaço de lazer urbano já se definira no início do século XX) e o secular Forte dos Reis Magos. Mais ainda, e em consequência, torna-se marco na paisagem urbana, referência de lazer e apropriação espacial e simbólica da população da cidade, principalmente dos bairros adjacentes (vários deles de características populares) (ver figuras 1 e 2).¹¹ A relevância do HIRM se mantém até meados da década de 1990, quando, por uma série de razões, é deixado sem uso pelo grupo proprietário (Hotéis Pernambuco S/A).

10. Sobre a relação e influência da “escola pernambucana” para a produção modernista no Rio Grande do Norte, ver TRIGUEIRO et al. (2014, p. 04-06), entre outros.

11. A pesquisa desenvolvida pelo Iphan-RN, por meio de história oral e da análise documental nos periódicos de época, para instruir o processo de tombamento tem iluminado a significância como marco urbano relevante para toda a cidade e também para o cotidiano da população dos bairros adjacentes, mesmo depois do seu abandono há mais de duas décadas (COSTA; CRUZ; PINHEIRO, 2016).

FIGURA 1

HIRM ainda no final dos anos 1960, consolidando a estrutura formal da beira-mar (da Praia de Areia Preta), contrastando com os assentamentos populares que vinham se estabelecendo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Fonte: Acervo do arquiteto Waldecy Pinto.



É importante assim salientar a distinção entre o processo que gerou as transformações na área da Praia do Meio, capitaneadas pela construção do hotel, e o processo especulativo que ora se constrói, com a tentativa de revisão do plano diretor. O primeiro momento se caracteriza pela consolidação urbana de novas áreas da cidade. Veloso e Bentes Sobrinha (2002, p. 48) apontam que a localização do Hotel definiu três eixos principais de expansão para a cidade de Natal:

- 1) Na faixa litorânea, o prolongamento do acesso da praia de Areia Preta até a praia do Forte;
 - 2) A extensão da via entre a cidade e o aeroporto de Parnamirim;
 - 3) ampliação das vias de ligação entre Natal e a Barreira do Inferno.
- No primeiro caso, verifica-se que, na década de 1960, o uso da praia como forma de lazer já estava difundido. Nesse sentido, a infraestrutura decorrente da implantação do Hotel Reis Magos estimulou a utilização dessas áreas devido à melhoria dos acessos.

FIGURA 2

A permeabilidade física e visual na relação do HIRM com seu entorno urbano potencializou os sentidos de pertença. Mesmo como equipamento elitista (hotel de “luxo”), o edifício tornou-se parte do cotidiano, como local de trabalho, paisagem, lazer, festas da sociedade etc. Fonte: Acervo do arquiteto Waldecy Pinto. Final dos anos 1960.



A partir desse novo equipamento e do eixo de desenvolvimento onde se localiza, constrói-se uma nova paisagem que passará a representar um período importante da história da cidade. O reconhecimento da importância cultural da paisagem que se forma na Praia do Meio se expressa na legislação urbanística, que procurou preservar as características da paisagem local instituindo Áreas de Controle de Gabarito, destinadas a proteger o valor cênico-paisagístico daquele trecho da cidade.

Em 1984, Natal teve aprovado seu segundo Plano Diretor (Lei n. 3175/1984) que recomendava, em suas diretrizes gerais, “ordenar: o uso da orla marítima e áreas adjacentes a rios, córregos e outros cursos d’água, incentivando as atividades de turismo e lazer, desde que não prejudique o equilíbrio ecológico, a paisagem, a qualidade da água, ou provoque alterações no clima.” Algumas zonas denominadas especiais foram objeto de regulamentação específica, destacando-se as Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZET), subdivididas em três, sendo a ZET 3 correspondente às

Praias de Areia Preta, do Meio e do Forte, na qual se insere o HIRM. A esta área aplica-se o controle do gabarito das edificações, definido a partir de cones visuais que contribuíram para preservar a paisagem da praia, na qual se destaca a presença do Forte dos Reis Magos.

Tal regulamentação foi sucessivamente incorporada aos Planos Diretores de Natal. Atualmente, o controle de gabarito refere-se a dois setores da cidade: a orla marítima e o entorno do Parque das Dunas, além de áreas *non aedificandi*. Assim, a garantia da preservação da paisagem e do acesso visual ao mar na maior parte da orla urbana, assim como de diversos visuais do Parque das Dunas, é um dos principais ganhos da cidade, previstos no atual Plano Diretor (Lei Complementar n. 082/2007). Como consequência, as Áreas Especiais – sejam de controle de gabarito, de interesse social ou de proteção ambiental – contribuem para manter fortes referências visuais, que fornecem identidade ao tecido urbano, fazem parte do imaginário coletivo e se destacam no contexto social da cidade. (NASCIMENTO; VIEIRA-DE-ARAÚJO; NOBRE, 2016, p. 12).

FIGURA 3

Natal – Praia do Meio, bairros da Ribeira, Rocas, Brasília Teimosa e Santos Reis. Acima, ponte Newton Navarro e Fortaleza dos Reis Magos, na embocadura do Rio Potengi. O quartirão do HIRM está destacado no círculo amarelo.
Fonte. Google Maps
©. Acesso em: 25 nov. 2016.



Assim, é nesse contexto urbanístico que, ao longo dos últimos 20 anos, várias propostas foram apresentadas, ora apontando para reformas que retomassem o uso primordial como hotel, ora para novos usos e adaptações. Em todas as propostas, de maneira geral, mantinham-se as características formais e espaciais fundamentais de um edifício que foi reconhecido, também, como exemplar significativo da “boa” arquitetura modernista brasileira dos anos 1950 e 1960 – como se percebe no modo de implantação do edifício no lote, na configuração e articulação dos volumes e planos, no detalhamento das superfícies, e, ainda, na solução construtivo-estrutural.

Tais atributos definem, do ponto de vista da forma, o paradigma modernista delineado em três categorias morfológicas: (1) a interface entre espaço público e privado, oferecendo à rua múltiplas fachadas, compostas por planos sucessivos de eventos paisagísticos e arquitetônicos, que definem, como nunca antes ou depois, um episódio de lua-de-mel entre o edifício e a rua; (2) a setorização por uso, conforme a máxima modernista da “forma segue a função”; (3) o diálogo inovador entre os mandamentos do “estilo internacional” – a primazia do volume, a estrutura independente, a ausência de ornamentação estilística pretérita – e (re)criações resultantes do conhecimento da nossa realidade ambiental e sociocultural – as superfícies vazadas, os protetores solares e os arranjos espaciais hierarquizados.

A ocupação do lote caracteriza-se pela inserção longitudinal do corpo principal da edificação e seus volumes anexos, resguardando amplos recuos frontais e de fundos, setorizados, respectivamente, com atividades de entretenimento e serviço/estacionamento.

Visualmente integrada à praia e à avenida, a área de lazer abre-se para a contemplação dos transeuntes, estabelecendo um diálogo entre o espaço público e o espaço privado. Este é ainda acentuado pelas permeabilidades proporcionadas pelo uso dos pilotis e outros elementos. A área da piscina se integra às áreas internas de lazer sob pilotis, representando espacialmente a configuração de novos hábitos e formas de sociabilidade – eminentemente “modernas” – que o hotel viria ajudar a instituir na capital potiguar.

A concepção volumétrica do conjunto edificado (Figura 4) se define por um corpo principal de cinco pavimentos, levemente serpenteado e parcialmente suspenso sob pilotis, ao qual se interceptam dois volumes menores: um prisma retangular com dois pavimentos, sob pilotis – na

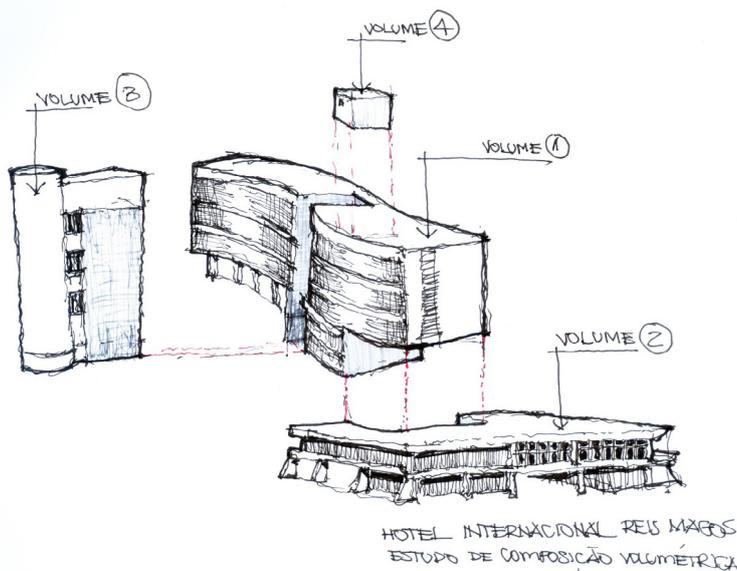
extremidade sudeste –, e o outro correspondente às circulações verticais – a caixa de escadas e elevadores – centralizado. Este último se conforma pela justaposição de um cilindro e um prisma retangular. Esse jogo dinâmico com volumes prismáticos assimetricamente definidos constitui em aspecto essencial da leitura modernista dessa obra.

Os panos de cobogós que marcam a fachada sudoeste do bloco principal também remetem ao que se conformou como uma ampla tradição do modernismo brasileiro, representada por um esforço de adequação da arquitetura às características do clima tropical, na medida em que permitem o arejamento e a proteção contra a elevada incidência de radiação solar. Além disso, vistos do interior, produzem um jogo de luz e sombras que valoriza a forma sinuosa do volume principal.

Mesmo com toda a degradação decorrente das duas décadas de abandono, esses atributos formais e plásticos permanecem reconhecíveis. Assim, pode-se dizer que muito das polêmicas e equívocos nasce também, além das disputas entre a legislação urbanística de proteção da paisagem e os interesses de valorização imobiliária, da sobreposição e da confusão entre a leitura atual da má conservação inegável do edifício, a ideia restrita do tombamento e da falta de debate sobre as perspectivas de intervenção contemporânea.

FIGURA 4

Estudo da volumetria do HIRM.
Fonte: elaboração do arquiteto e professor José Clewton do Nascimento.



3 DE “MUNDRUNGOS” E DEGRADADOS

A decisão de primeira instância prolatada no âmbito da Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, que indeferiu a ação cautelar impetrada pelo Ministério Público Estadual (ver RN/PJRN, 2014), a partir de representação feita pelo Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte (IAPHACC), acabou, involuntariamente, é verdade, (re)abrindo as portas para uma série de discussões sobre a questão patrimonial na esfera pública, incluindo os círculos institucionais de embate e decisão (como palestras, aulas e audiências públicas, além das peças jurídicas).

Se a discussão sobre a questão ambiental conseguiu avançar na esfera pública – e, por conseguinte, no próprio entendimento pelos membros das várias instâncias do judiciário acerca da importância do meio ambiente em relação a outros valores consagrados juridicamente, como o direito de propriedade¹² –, o mesmo não se percebe em relação à questão patrimonial, como se depreende em vários estudos mais recentes sobre o tema em Natal (ASSUNÇÃO, 2014; ANDRADE, 2002).

As dificuldades para pensar, discutir e formular políticas e projetos para o patrimônio em Natal e no Rio Grande do Norte tem se colocado mais claramente desde a década de 1990, com os esforços para elaboração de projetos de intervenção em áreas de interesse patrimonial, como o Fachadas da Rua Chile e o Viva Ribeira. Se essa dificuldade se coloca mesmo para as áreas em que há um reconhecimento mais generalizado de que seriam “históricas” – não à toa, os bairros da Ribeira e Cidade Alta, que foram abarcados pela delimitação do perímetro de proteção patrimonial pelo Iphan, em 2010 –, o que dizer do acervo eclético, *art decó* e modernista, em especial em sua variante mais simplificada dos bairros populares, como Alecrim, Quintas e Rocas?!

O mesmo dilema se coloca para o acervo modernista erudito, como bem discutiu Luiz Amorim (2007). Com um agravante: a falta de “velhice”, que dificulta ainda mais o entendimento de discussões que apontam para a necessidade de reconhecimento do valor patrimonial de edifícios, como o HIRM, que tem, invariavelmente e no máximo, 50 anos de fundação.

12. Há um acúmulo claro de forças desde os anos 1990, que levaram a vitórias importantes, como a proteção do Morro do Careca e a proibição da construção de grandes empreendimentos verticais na sua área de entorno. Para uma discussão aprofundada e mais abrangente sobre as condições do direito ambiental e suas relações com o espaço urbano em Natal, ver Duarte (2010) e Ataíde (2013).

É desse cipoal de dificuldades, *vis-a-vis* as disputas urbanísticas e imobiliárias sobre a área em que se insere o edifício, sobre as quais trataremos adiante, que se entende o apodo pejorativo que o texto da decisão de primeira instância se utiliza para designar o HIRM: “mundrungo”.¹³ A expressão regionalista hoje pouco usada designa originalmente um cavalo velho, sem “serventia”, e acabou se estendendo para as coisas feias, velhas, malamanhadas.

A representação original do IAPHACC (de salvaguarda do HIRM à luz do alegado valor histórico e cultural do imóvel para a cidade de Natal), que motivaria a ação cautelar impetrada pelo Ministério Público Estadual-RN, veio de encontro às notícias publicizadas entre setembro e dezembro de 2013 que informavam o interesse do grupo proprietário, em proximidade com as propostas oriundas da Setur, em demolir o edifício abandonado e construir um novo centro comercial no térreo, com 220 lojas e 300 vagas de estacionamento, além das torres para receber um hotel cinco estrelas (*Tribuna do Norte*, Natal, 30 jan. 2014). A ação cautelar solicitava que o Município de Natal não emitisse nenhuma licença ou autorização para demolição do HIRM. Em adendo, demandava que o grupo Hotéis Pernambuco S.A. se abstinhasse de qualquer ação que levasse à alteração do imóvel, enquanto não se julgasse o mérito da ação.

Como era de certo modo previsível, a resposta técnico-jurídica sobre a necessidade da cautelar foi rechaçada. Como não havia nenhum pedido de demolição tramitando na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb/PMN), o juízo entendeu que não haveria o *periculum in mora* (RN/PJRN, 2014, fls. 50-51). Contudo, mais do que a discussão técnica, interessa-nos observar de perto a construção da argumentação sobre o valor do HIRM que embasaria a discussão e decisão nesse momento. E foi isso que mais chamou a atenção, como se percebeu pelos debates que se seguiram e pela reação a certas formulações.

Nesse sentido, deve-se lembrar que, após a representação original junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPE-RN), o IAPHACC procurou apoio dos departamentos de História (DHIS) e de Arquitetura (DARQ) da UFRN, em janeiro de 2014. Diante da urgência do pedido e da

13. “Agora, independente de ter havido uma coerção administrativa, o proprietário informa que pretende instalar um projeto econômico no local, demolindo aquele *mundrungo* e construindo uma galeria de lojas comerciais – dando o pontapé inicial para uma tão necessária recuperação urbanística na região da Praia do Meio; (...)”. (Grifo nosso). (RN/PJRN, Processo citado, 2014, fls. 51).

impossibilidade de elaborar estudo mais alentado, grupos de professores de ambos os departamentos produziram cartas abertas indicando, em linhas gerais, a importância do HIRM. Ambas as cartas foram apensadas ao processo.

Antes de mais nada, a carta vinculada ao DARQ defendia a necessidade de debate público sobre o patrimônio e sobre o reconhecimento do HIRM como bem de referência no acervo da produção modernista em Natal:

(...) parece-nos que, no caso de Natal, tem sido muito danoso a essa vivência *os processos de desconstrução simbólica que têm se dado ao lado das ações de demolição e destruição*. Nesse sentido, o caso do estádio Machado é ainda exemplar. O “Poema de concreto”, outra referência importante de qualidade na concepção espacial e estrutural na produção arquitetônica brasileira, foi desdenhado como se nem mesmo marco urbano fosse. O possível debate sobre alternativas para reforma e modernização do Machado praticamente não se colocou, amarrado pelas pressas do “novo” e, pior, pelo apagamento do significado do estádio como marco na história da cidade, em sua paisagem, em suas práticas sociais de lazer e cultura.

Infelizmente, muito já se perdeu do patrimônio edificado no Rio Grande do Norte (...). Várias certamente derivadas da falta de educação patrimonial – para a qual contribuem as *discussões enviesadas que tendem à desvalorização e ao apagamento simbólico e histórico* toda vez que um determinado bem é transformado em estorvo a certos interesses do “progresso”.

É por conta desse contexto que, por meio desta, vimos defender e reiterar o valor arquitetônico do Hotel Internacional Reis Magos, assim como sua condição como marco simbólico, histórico e de referência na paisagem; mais ainda, vimos defender a necessidade do debate público sobre o seu destino e nos posicionar abertamente contra a sua demolição (CARTA ABERTA em defesa..., 2014).

Por sua vez, o texto da decisão em primeira instância tornou-se exemplar das dificuldades de conduzir as discussões sobre o patrimônio, em especial o modernista, no RN. Além de apodar como “mundrongo”, o texto vai tomar o HIRM, visto como “cadáver estrutural”, como “símbolo do abandono daquela região da cidade (Praia do Meio)”. O quadro de decrepitude (sem nenhum laudo técnico até aquele momento a lhe embasar) seria

completado com uma observação que, enfatize-se, não encontra guarida em nenhum estudo ou observação sistematizada, quer sanitária, ambiental, urbanística ou sociológica: “O que existe ali é um ninho de ratos, cobras e maconheiros, escoltados todas as noites por um séquito de prostitutas e travestis que lhe cerca os limites!” (RN/PJRN, 2014, fls. 50-51).

Essa coleção de lugares-comuns se estende para considerações sobre as possíveis melhorias sociais e econômicas que um novo edifício poderia ensejar para a área; mais ainda, e advertendo que “não costuma fazer digressões” em suas decisões, nem “tampouco apontar elementos extraautos não documentados”, reconhecia que, “nesse caso, diante da perplexidade que me causou a inicial (...), antes de fazer a decisão, consultei a opinião de alguns colegas juízes e promotores sobre o caso”. Desse “encontro”, que não viu nenhuma relevância arquitetônica ou histórica no HIRM, resulta a conclusão de que a cidade não perderia “alguma coisa com a demolição, muito pelo contrário” (RN/PJRN, 2014, fls. 51-52).

Por fim, a pá de cal sobre a possibilidade de avocar valor ao HIRM:

Com a devida vênia ao posicionamento defendido em Carta Aberta pelo grupo de professores de arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (...), não vislumbro no antigo Hotel Reis Magos um bem de valor arquitetônico, capaz de atrair a proteção constitucional ao patrimônio cultural do Estado, e ressalte-se: reconhecer que o prédio tem um traço de arquitetura modernista, tá [sic] longe muito longe de torná-lo uma singularidade da arquitetura moderna apto a mobilizar a intervenção estatal em defesa do mesmo. (RN/PJRN, 2014, fls. 52-53; grifos nossos)

Diante disso, e como parte dos autores e signatários da carta aberta original, os autores deste artigo decidimos transformá-la em uma petição organizada *on-line*, que rapidamente colheu mais de 1.700 assinaturas, circulando nacional e internacionalmente.¹⁴

Publicada no mesmo dia em que o texto da decisão de primeira instância foi assinada e divulgada, a carta aberta – agora petição – motivou uma série de discussões e ações que se estenderiam pelos dias e semanas seguintes.

14. A petição ainda pode ser encontrada na plataforma Avaaz. Ver: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministerio_Publico_Estadual_do_Rio_Grande_do_Norte_Contra_a_demolicao_do_Hotel_Internacional_Reis_Magos_NatalRN/?pv=2>

FIGURAS 5 e 6

à esquerda, trecho da coletiva de imprensa realizada no Auditório do CT/UFRN; à direita, entrevista à Rede TV (ao fundo, desenho do HIRM nas paredes do pátio dos Laboratórios de Arquitetura). Estiveram presentes também a TV Cabugi (afiliada da rede Globo), a TV Senado, o Novo Jornal e a TV Universitária. Fonte: acervo dos autores. Fevereiro de 2014.



3.1 Um emaranhado de confusões e equívocos

Em meio aos embates nas redes sociais e às tentativas de estabelecer contraponto aos vários textos depreciativos sobre a possibilidade de tombamento do HIRM,¹⁵ foi convocada uma entrevista coletiva, encabeçada pelo DARQ e pelo IAPHACC, para esclarecer os termos da discussão, os fundamentos do pedido liminar (figuras 5 e 6). Com o apoio do IAB-RN e do CAU-RN, a entrevista ocorreu no dia 30 jan. 2014, no Auditório do Centro de Tecnologia/UFRN, com a cobertura de vários órgãos de imprensa escrita e televisiva.

A entrevista foi marcada pelo esforço para 1) demonstrar didaticamente a importância do HIRM não apenas para a história da arquitetura no Nordeste e 2) para qualificar o debate, defendendo o lugar da fala e do

15. Dentre vários, veja-se o texto de opinião do engenheiro e empresário Adauto Medeiros (2014), cuja pergunta (“Se tombar, quem vai cuidar?”), pertinente, diga-se, logo se perde em meras desqualificações, como “discussão bizantina”, e ironias, como usar o termo “arautos do bem”. A sugestão de que os envolvidos com a discussão sobre o HIRM nos preocupemos com outros casos mais urgentes, como o Museu da Segunda Guerra, revela o desconhecimento sobre as muitas iniciativas e ações culturais em andamento: afinal, muitos dos autores participaram de projetos culturais e arquitetônicos de estudo, documentação e preservação. O IAPHACC, por exemplo, conduziu de maneira abnegada e foi exitoso na criação do Museu do Trem em Natal.

saber profissionais e técnicos como parte importante das estruturas de argumentação, de gestão e decisão. Isto é, afirmar a necessidade de construir um campo comum em que as diferenças, os contrapontos, as propostas e dúvidas se colocassem de maneira clara.

Nesse sentido, insistíamos em apontar para as possibilidades de projeto, de intervenção qualificada que partisse dos valores fundamentais do HIRM como objeto arquitetônico e urbanístico, recuperando as ideias contidas na carta-petição:

É inaceitável que a primeira solução aventada seja a demolição do Hotel. Há todo um conjunto de reflexões teóricas e de práticas projetuais desenvolvidas nas últimas décadas que apontam diversas possibilidades de trabalhar e atuar sobre o patrimônio, com respeito à sua integridade e autenticidade, ao mesmo tempo em que se atende às demandas legais e tecnológicas contemporâneas. (CARTA aberta..., 2014).

Nessa mesma semana o Ministério Público Estadual-RN recorreu da decisão em primeira instância, enfatizando a necessidade de que se aguardasse a manifestação dos órgãos de cultura sobre o pedido de tombamento do imóvel. No sábado, dia 1º de fevereiro de 2014, alunos e professores de vários cursos de Arquitetura e Urbanismo de Natal promoveram sessão de desenho de observação e um “abraço simbólico” ao edifício (Figura 7).

FIGURA 7

Abraço simbólico ao HIRM, em 01 de fevereiro de 2014. Foto de autoria de Fred Luna. Acervo do Movimento [R] Existe Reis Magos.



Há uma aceleração de ações, marchas e contramarchas nas discussões sobre o HIRM. Ainda sem maior embasamento para a defesa do valor patrimonial do HIRM, deve-se reconhecer, o recurso do MPE/RN foi indeferido em segunda instância da Justiça Estadual do RN – que se ateve à questão técnica da inexistência de pedido de alvará de demolição junto à Semurb/PMN (*Tribuna do Norte*, Natal, 6 fev. 2014).

Os eventos se precipitam. Alguns dias depois dessas ações, a Fundação José Augusto (FJA), órgão cultural vinculado à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do RN, acata a inicial do IAPHACC e decreta o “tombamento provisório” (isto é, protegido de qualquer ação até que os estudos definitivos sobre o valor patrimonial do imóvel fossem apresentados) do HIRM (*Tribuna do Norte*, Natal, 15 fev. 2014.). Esse episódio ainda precisa ser melhor aclarado, mas é fato que esse ato deu fôlego para a construção de reflexões e propostas para o HIRM como contraponto à ideia de demolição.

Chama a atenção a recorrência na repetição de equívocos e erros factuais básicos, como se percebe na fala do então presidente do Sinduscon/RN:

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN), Arnaldo Gaspar Júnior, considerou nesta terça-feira o tombamento provisório requerido pela Fundação José Augusto das ruínas do antigo Hotel dos Reis Magos “*um absurdo, especialmente quando já existem decisões de primeiro e segundo graus na Justiça já autorizando*”. (...)

Sobre isso, o dirigente acrescentou que *não considera o Reis Magos como um imóvel com valor de tombamento, especialmente nas condições em que se encontra*. E se disse perplexo que decisões de um juiz e um desembargador sejam desconsideradas dessa maneira, criando impedimento para que uma área venha a ser beneficiada com investimentos novos, beneficiando todos os moradores do lugar – no caso as praias do Meio, do Forte e dos Artistas (HOLLANDA, 2014).

O equívoco do vínculo entre valor e estado de conservação é compreensível para um leigo, pode-se dizer. Contudo, a leitura equivocada acerca das decisões judiciais, não. Tanto a primeira e, principalmente, a decisão de segunda instância apontavam para a falta de base para o pedido de ação cautelar, tão somente. Falta de uma abordagem mais técnica.

Não cabia autorização do ato de demolição – que, para tanto, exige cumprimento dos trâmites, com apresentação de estudos, projetos, junto a Semurb/PMN. O texto da decisão em primeira instância é que se arvora a discutir política urbana sem pontuar as questões já existentes, escorregando para a positividade da realização de obras por si, sem discutir como os eventuais novos investimentos, atrelados à ideia de alteração da legislação existente, poderia beneficiar os moradores do lugar.¹⁶

Em meio a esse emaranhado de questões, a permanência de mal-entendidos e incompreensões sobre os pressupostos das discussões, três aspectos foram se tornando claros: a necessidade de desenvolvimento de um estudo mais alentado sobre o valor patrimonial do HIRM (aprofundando os termos do que se tornara a carta-petição); a articulação com os moradores dos bairros circundantes; e a estratégia para dar visibilidade à discussão, buscando superar as confusões semânticas e conceituais acerca do tema e, mais ainda, as argumentações falaciosas.

3.2 Um parêntese, ou das (im)possibilidades do debate nas redes sociais

Um dos espaços mais utilizados como campo de discussão acerca da polêmica gerada pela possibilidade de demolição do hotel foi o das redes sociais criadas via internet. Sobre este aspecto, Oliveira e Liberalino (2014) desenvolveram uma reflexão ainda sob o calor dos acontecimentos sobre a percepção ambiental do Hotel Reis Magos, cuja questão central trata do modo como as pessoas experienciam e percebem a arquitetura do HIRM e seu entorno, reconhecendo ou não como objeto de significação cultural, remontando esta percepção ao passado glamouroso e/ou ao presente, onde prevalece a imagem do abandono.

As autoras identificam a importância dos estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, que o valor histórico, simbólico e arquitetônico do HIRM para a cidade, porém, esta noção ainda não seria suficiente para possibilitar o reconhecimento da necessidade da valorização/preservação do bem como

16. O juízo afirma: “A demolição e transformação em um centro comercial como parece pretender a parte ré, ao revés, irá conferir destinação útil a um bem abandonado e representa um importante instrumento na retomada do processo de reurbanização da Praia do Meio, atraindo outros empreendimentos para a região e promovendo a melhoria de sua infraestrutura” (RN/PJRN, 2014, fls. 51).

edifício significativo do patrimônio cultural natalense. Com relação à temática discutida e apontada nos discursos presentes nas mídias sociais, são identificados dois caminhos:

um grupo compreende e defende a preservação do edifício, enquanto outro demonstra uma grande dificuldade de assimilar e atribuir estes valores ao edifício (OLIVEIRA; LIBERALINO, 2014, p. 7).

Em seguida as autoras apresentam, ancoradas nos referidos discursos, os principais argumentos construídos, sob os dois pontos de vista: dos que querem a demolição e dos que defendem a preservação do edifício. Quanto aos primeiros, os argumentos apresentados estão vinculados:

Ao custo com obras de reabilitação; à possível e não comprovada condenação de sua estrutura, que, supostamente, não poderia ser recuperada e à urgente necessidade de apagar da paisagem urbana a imagem do abandono e vandalismo, associadas aos crimes e consumo de drogas no local. (OLIVEIRA; LIBERALINO, 2014, p. 8)

Com relação ao segundo grupo, o principal argumento apresentado se aproxima dos argumentos apresentados pela instância acadêmica, na discussão puxada notadamente pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, ou seja, “o respeito ao patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, símbolo do desenvolvimento do turismo do RN” (OLIVEIRA; LIBERALINO, 2014, p. 8). Arelada a essa argumentação, o artigo também apresenta um quadro que revela o viés saudosista em grande parte dos depoimentos, em que se busca relembrar “os tempos áureos do HIRM, frequentado por muitos artistas e autoridades”, corroborado pelos seguintes aspectos:

Essas pessoas demonstram o apego ao lugar, facilitados pela identidade de lugar que se desenvolveu ao longo dos anos com a orla e o próprio edifício em si. Como consequência, apreciam a arquitetura moderna, dizem que o edifício é belo e falam do quanto foi luxuoso na época de sua construção (Idem, p. 8).

Outro aspecto a se salientar acerca do grupo que defende a preservação do edifício é a ênfase dada à necessidade de reuso do edifício. Nesta

perspectiva, os discursos apresentados buscam esclarecer que lutar pela preservação e manutenção do edifício significa manter a imagem do abandono, “congelar” a situação em que o edifício se encontra.

Para concluir este parêntese, um breve “causo”, cujos registros já se perderam nos meandros das redes digitais. Em meio aos primeiros debates sobre a possibilidade de tombamento do HIRM, fomos questionados (e aqui parafraseamos): “e por acaso esse hotel é o Parthenon para merecer ser preservado? Nem mesmo é tão velho quantos as casinhas da Ribeira. Elas é que merecem preocupação”. Não, por óbvio, não é. Esse pequeno relato é ilustrativo quase por si – e ajuda a expressar os desafios para pensar as possibilidades da preservação na articulação necessária entre o registro técnico e as percepções e representações sobre os elementos materiais que compõem a cidade.

4 OS USOS, AS MEMÓRIAS, OS SIGNIFICADOS

O esforço de aproximação com as comunidades dos bairros circunvizinhos (Praia do Meio, Brasília Teimosa e Rocas, principalmente) aconteceu desde o início. Mediado pelos contatos do IAPHACC, profissionais vinculados ao IAB-RN e ao CAU-RN, além de professores do DARQ-UFRN, conduziram e ou participaram de várias reuniões e palestras nas associações, clubes de mãe e mesmo na sede de escola de samba (no caso, das Rocas). Isso levou, por um lado, a uma articulação importante entre profissionais, especialistas e população em prol da defesa do debate e da busca de alternativas para o imóvel e, como consequência e mais importante ainda, a uma compreensão maior dos significados do HIRM para muitos moradores, tanto para os que estão na região há mais de 50 anos, desde antes da inauguração do Hotel, quanto para os mais jovens.¹⁷

Esses encontros resultaram também em importantes reuniões com o poder público. Primeiro, com a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, na qual participaram diversas lideranças comunitárias, além de representantes do IAPHACC e do DARQ-UFRN. E, depois, em 26 de fevereiro de 2014, a reunião com a Prefeitura, com mais de 20 lideranças

17. Além dos nossos registros documentais e memorialísticos, muitos depoimentos foram colhidos em 2014 e 2015 e estão sendo sistematizados pelo jornalista e pesquisador Frederico Luna (doutorando do PPGAU-UFRN) e pela historiadora Gessica Régis (Iphan-RN).

FIGURA 8

Reunião das associações comunitárias e representações da sociedade civil com o Prefeito Carlos Eduardo Alves acerca da polêmica do HIRM, em 26 fev. 2014. Fonte: Acervo IAPHACC.



comunitárias e as representações do CAU, IAB, OAB, DARQ, além de diversas secretarias (Figura 08). Nesse momento, foi publicizada uma informação crucial e um compromisso que serviram para estruturar as lutas nos meses seguintes: primeiro, a informação, revelada pelo próprio prefeito, de que o grupo Hotéis Pernambuco acumulara dívida milionária com o município e que esta dívida teria sido renegociada em 2009, sob a condição de recuperação da estrutura do HIRM. O compromisso, assumido publicamente pelo prefeito, era pelo envolvimento da PMN na discussão, em prol da não demolição do HIRM e, mais ainda, pela requalificação do imóvel como estratégia de desenvolvimento.

Como desdobramento, matérias críticas e sem contrapontos, en-grossaram o coro contra o compromisso assumido pela requalificação do HIRM.¹⁸ Ainda assim, manteve-se a perspectiva. O próprio presidente do grupo Hotéis Pernambuco veio a Natal e posou, junto com o prefeito, com a chave da cidade, além de apor placa no terreno do HIRM, apontando que o novo Hotel iria surgir (figuras 8 e 9).

18. Dentre várias que compõem o acervo de *clipping* dos autores deste artigo (arquivado no grupo de pesquisa MUsA, Morfologia e Usos da Arquitetura, do DARQ-UFRN), ver “Em defesa do atraso”, *Jornal de Hoje*, Natal, 7 mar. 2014.

FIGURAS 9 e 10

Uma solução para a polêmica sobre a demolição do HIRM?
Fonte: fotografia de Natália Vieira-de-Araújo, março de 2015.



Excetuando tentativas de reunião para discutir algum projeto de requalificação junto a Semurb, com a consultoria do DARQ-UFRN (reuniões que foram frustradas pela ausência em cima da hora dos representantes do grupo proprietário do HIRM), pouco aconteceu no segundo semestre de 2014.

As novas ações judiciais, as tentativas de demolição – e desqualificação do debate – assomaram com força em 2015. Junto com elas, o Movimento [R]Existe Reis Magos se estruturou.

5 [R]EXISTIR É PRECISO

O movimento que se intitula [R]Existe Reis Magos e que se constituiu em torno da defesa da conservação e reutilização da estrutura desse importante patrimônio modernista do nordeste brasileiro, o HIRM, organizou várias mobilizações em frente ao hotel para discutir os rumos do desenvolvimento desta área e as perspectivas que se colocam para a estrutura do hotel.

O [R]Existe Reis Magos foi criado por um grupo de estudantes de arquitetura da UFRN, no início de 2015, na lógica dos modelos horizontais de resistência, como o Ocupe Estelita, de Recife-PE, com a intenção de ampliar o debate institucional e acadêmico já em andamento para a população em geral¹⁹. O movimento surgiu nesse contexto mais amplo de retomada das

19. Impossível citar a todos os envolvidos, mas cabe nominar ao menos aqueles que ajudaram a estruturar diretamente as ações, a dizer, Alain Souza e Manuela Carvalho e, depois, Sarah Esli e Evelynne Albuquerque.

mobilizações populares, de ocupação da rua e intervenções (muitas vezes artísticas) para problematizar a inação do poder público, o senso comum de certa visão de “progresso” e “desenvolvimento urbano” (que atropela direitos sociais e as noções de patrimônio ambiental e cultural, para dizer o mínimo) e os interesses que não se nomeiam – por ignorância ou silêncio cúmplice.

A participação dos arquitetos, com destaque para o Estúdio Modelo de Arquitetura (EMA)²⁰, Departamento de Arquitetura da UFRN e o Sindicato de Arquitetos do RN são significativas na organização e difusão do movimento, desde o início de 2014 (a partir da provocação do IAPHACC, e com o apoio do IAB-RN, CAU-RN, Comissão de Meio Ambiente da OAB-RN, além de outros setores da sociedade). Contudo, e por isso mesmo, o debate precisou extrapolar o âmbito do campo profissional da arquitetura e do urbanismo. Precisou e precisa ainda extrapolar também o âmbito do próprio Hotel. Afinal, o que tem sido discutido são modelos de cidade e, mais ainda, as possibilidades de pensar o patrimônio como parte das estratégias de gestão, projeto e apropriação democrática dos espaços e paisagens urbanos.

Como já apontou o arquiteto Vinícius Galindo:

A princípio, grande parte da sociedade pode não enxergar, mas a questão do Hotel Reis Magos está diretamente envolvida com o planejamento do desenvolvimento urbano. O hotel não é o responsável pela “decadência” daquela área da cidade. Tampouco será ele, sozinho, seu “salvador”. Existem muitos aspectos que acabaram por criar essa conjuntura e eles devem ser analisados com cuidado e seriedade. O prédio chegou ao presente estado de deterioração devido à falta de investimentos de seu proprietário, que possui deveres além de tão somente pagar os tributos cabíveis. Os instrumentos de desenvolvimento e regulação urbana existentes (como o Plano Diretor, por exemplo) preveem consequências para esse tipo de caso, bem como disponibiliza ferramentas que o poder público pode utilizar, para minimizar ou resolver o problema. No entanto, tais instrumentos não são utilizados. As sanções e punições previstas para tais irresponsabilidades não são aplicadas. E aí voltamos ao ponto de que, infelizmente, não é o poder público quem, na prática, define os rumos do desenvolvimento urbano.

20. O Estúdio Modelo de Arquitetura, capitaneado pelas arquitetas Raissa Camila Salviano e Flávia Assis, teve participação fundamental na organização da mobilização do dia 4 de outubro, ampliando significativamente os parceiros do movimento.

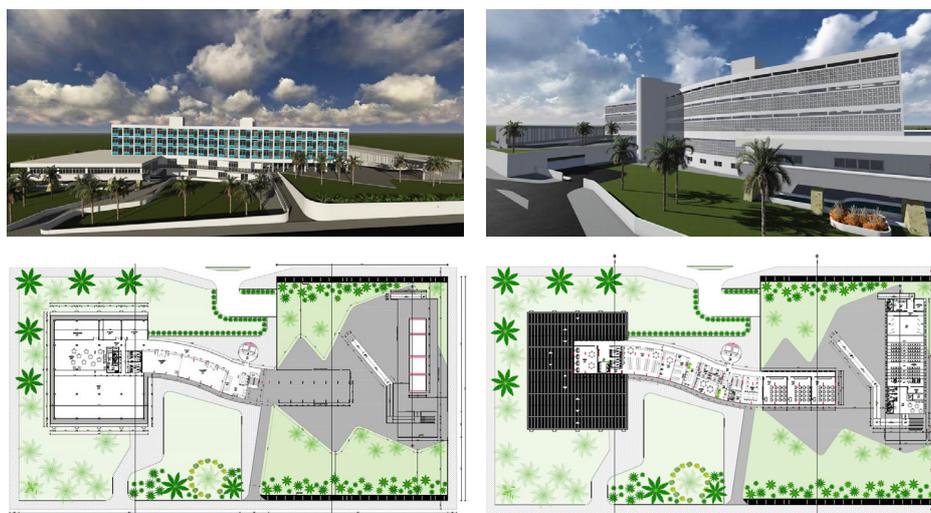
Mesmo nos casos em que há um desejo genuíno do gestor em assumir o comando do planejamento urbano, o contexto político e econômico existente, a mídia e até mesmo a estrutura técnica e organizacional do próprio poder público acabam atuando em contrário. (GALINDO, 2014)

Até o momento já aconteceram três edições do [R]Existe Reis Magos: a primeira em 28 de março, a segunda em 25 de maio, e a terceira no dia 4 de outubro, todas em 2015. A cada edição se agregou um maior número de pessoas e parceiros em torno da causa. Todas as edições se propuseram a utilizar e ocupar o espaço em frente ao hotel, tendo o último conseguido o fechamento da via no trecho correspondente ao hotel com a devida autorização dos órgãos municipais responsáveis.

Para o evento, foi montada uma estrutura de quiosques para abrigar as atividades programadas que consistiu em uma exposição didática (organizada pelo DARQ-UFRN), constando das seguintes informações: um painel trazendo a discussão sobre a questão “Motivos para preservar?”; um painel apresentando exemplos nacionais de edifícios similares recuperados e reutilizados (Hotel Brasília, Copacabana Palace etc.); e outro painel intitulado “futuros possíveis”, com projetos desenvolvidos por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN para o Hotel Internacional Reis Magos em 2014 e 2015 (figuras 11 a 14). Um painel foi destinado para que os visitantes pudessem deixar recados, críticas, sugestões (figuras 17 e 18).

FIGURAS
11, 12, 13 e 14

Esforços para pensar a viabilidade da requalificação e reuso do edifício modernista. Trabalho Final de Graduação desenvolvido pela aluna, agora arquiteta, Heloísa Solino de Souza, durante o ano de 2015. Utilização do HIRM como Centro de Cultura e Educação, prevendo a recuperação do edifício e construção de anexo. Fonte: Souza, 2015.



FIGURAS
15, 16, 17 e 18

Atividades realizadas durante o 3º evento [R]Existe Reis Magos (outubro de 2015). Bicletada, debate aberto, painéis informativos e projetos expostos. Fonte: Movimento [R]Existe Reis Magos, 2015.



Outra atividade programada foi uma “roda de conversa” na qual foi realizado um debate com a população local sobre a situação do Hotel Reis Magos e da área (Figura 16). Neste debate, que contou com a participação da Associação de Moradores da Praia do Meio, o que se identificou foi uma convergência para a compreensão de que a questão sobre HIRM diz respeito às possibilidades de desenvolvimento urbano da área, e não apenas à temática do patrimônio (modernista). Está se construindo um consenso entre esses vários atores sobre a necessidade de ações que primem pela conservação e reuso do edifício, garantindo o respeito à legislação que impõe um limite de gabarito para as construções.

A mobilização contou com o apoio de vários grupos culturais e coletivos da cidade, que participaram ativamente, seja com as apresentações artísticas (Grupo Folia de Rua, de Ponta Negra, Escola de Samba Balanço do Morro, das Rocas, e vários grupos musicais e artistas locais), seja em atividades de organização (Coletivo OIÁ e EMA – Estúdio Modelo de Arquitetura), e de movimentos como o Cidade para Todos (Movimento

Bicicletada) (Figura 15). Também foram registrados depoimentos de vários moradores colhidos no dia da mobilização e publicados em *blogs* locais.²¹

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar a especificidade de Natal no que diz respeito aos dilemas do patrimônio cultural e ambiental em uma cidade marcada pela indústria do turismo (de sol e mar) e pelo enorme peso econômico do setor imobiliário (e do seu braço mais recente, o do turismo imobiliário).²² Assim, e com muita frequência, a discussão sobre a necessidade de conservação e preservação desse patrimônio nem mesmo se estabelece, desqualificada como entrave a novos ciclos de modernização. A tônica é o esvaziamento da possibilidade de uma esfera pública em que se estruture o debate e se exponha o contraditório.

Mais ainda, em uma cidade marcada pela fixação pela novidade, a preservação do patrimônio modernista assume um desafio ainda maior na capital potiguar, como se depreende da (falta de) discussão sobre a demolição do estádio de futebol Machadão, marco na paisagem urbana de Natal desde os anos 1970 e referência de qualidade arquitetônica (em suas dimensões espacial, estrutural e plástica), que foi transformado em estorvo em meio às discussões de Natal como sede da Copa de 2014. Isto é, antes da demolição física, a demolição simbólica dos bens culturais – processo que tem se repetido, de maneira preocupante, em relação ao HIRM. Como afirmamos antes,

“a obsolescência do moderno é tema crucial a se discutir quanto à questão de valor – funcional e simbólico – e do alcance desse valor – os habitantes da cidade, a nação, o mundo – para que se possa contemplar a possibilidade de pleitear a inclusão de edifícios modernos como objetos de políticas de preservação patrimonial”.²³

21. Cf. <<http://www.brechando.com/2015/10/0-que-os-moradores-da-praia-do-meio-pensam-sobre-hotel-reis-magos/>>

22. Já há ampla bibliografia com esses dados para o caso da Região Metropolitana de Natal, em especial a tese do professor Alexsandro Ferreira Silva (2010) e as várias publicações do Observatório das Metrôpoles, dentre as quais destaque-se “Natal: transformações na ordem urbana” (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015).

23. Parte do texto de apresentação do evento IV DOCOMOMO Norte-Nordeste, realizado em Natal, entre maio e junho de 2012.

Em meio a esse imbróglio, há um capítulo que merece discussão à parte: as decisões jurídicas sobre o caso. Ora apodado de maneira depreciativa (como “mundrongo”), ora ignorando o pronunciamento de especialistas,²⁴ ora reiterando afirmações que não encontram guarida em qualquer observação, sistemática ou não, de campo, ora encampando “políticas” urbanas e sociais superadas há décadas, tais peças têm descontextualizado e, mais ainda, ajudado a interditar o necessário debate. As mobilizações, esforços, propostas, discussões em torno do HIRM tiveram como objetivo central situar a discussão da conservação do edifício, por meio de sua reutilização e incorporação à dinâmica da cidade contemporânea, neste panorama mais amplo, buscando compreender a cidade que queremos e o patrimônio cultural que representa a cidade de Natal.

Com a entrada em definitivo do Iphan-RN como parte interessada, o processo passou a tramitar na esfera federal. Em 2015, recebeu sentença favorável da Justiça Federal do RN, em primeira instância. Depois de recurso por parte do MPF-RN, o processo foi julgado em segunda instância e recebeu sentença favorável e unânime dos três desembargadores, no TRF, em Recife-PE, em janeiro de 2016. Foi dado prazo de um ano para a instrução do processo de tombamento.

24. O recurso do MPF-RN (Apelação de 05 de junho de 2015) contra a decisão da Justiça Federal (que concede liminar solicitada pelo Iphan-RN para que os órgãos públicos não aprovem qualquer pedido de demolição do Hotel enquanto não se concluir a discussão sobre o processo de tombamento) não dialoga, cita ou refuta em nenhum momento o documento preparado por diversos professores e pesquisadores do Depto de Arquitetura da UFRN acerca da importância do Hotel Internacional Reis Magos. Documento disponibilizado publicamente (*on-line*) havia mais de um ano e que pode ser encontrado aqui: <<http://www.mprn.mp.br/controle/file/Estudo%20sobre%20Hotel%20Reis%20Magos.pdf>>.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Luiz. *Obituário arquitetônico*: Pernambuco Modernista. Recife: Luiz Amorim, 2007.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo; ANDRADE, Maria R. de C.; FREIRE, Raquel N. da C. O Iphan e os desafios da preservação do patrimônio moderno: a aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos. In 8º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil. *Anais...* [eletrônico], Rio de Janeiro: DOCOMOMO BR, 2009. 28 p. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/142.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

ASSIS, Flávia L. C. de; FERREIRA, Raissa C. S. Hotel Internacional Reis Magos: estudo de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para a preservação do patrimônio histórico modernista em Natal/RN. In 11º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil. *Anais...* [eletrônico]. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. 12 p. Disponível em: <http://www.seminario2016.docomomo.org.br/artigos_apresentacao/sessao%2010/DOCO_PE_S10_LARANJEIRA_%20COSTA%20DE%20ASSIS.pdf>. Acesso em: 1 maio 2016.

ASSUNÇÃO, Gabriela de A. L. M. *Percepção ambiental do patrimônio cultural: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

ATAÍDE, Ruth M. da C. *Interés ambiental frente a interés social: La gestión de los conflictos socio-espaciales en los espacios naturales protegidos: los retos de la regularización urbanística de los asentamientos informales en Natal, RN*. Tese (Doutorado em Geografia), Universitat de Barcelona, Barcelona, 2013.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. *Patrimônio público, gestão do território e direito ao meio ambiente: Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Carta aberta em defesa do debate sobre o Hotel Internacional Reis Magos como bem arquitetônico de valor. documento avulso, s/p., Natal, jan. 2014. [além dos autores deste artigo, subcreveram a Carta os professores Giovana Paiva de Oliveira, Paulo José Lisboa Nobre, Marcelo Bezerra de Melo Tinoco e a arquiteta e pesquisadora Luiza Maria Medeiros de Lima].

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Angela L. (eds.) *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

COSTA, Andrea V. F.; CRUZ, Luana H.; PINHEIRO, Maria Gêssica R. As contribuições da pesquisa histórica para a preservação do patrimônio edificado: o caso do Hotel Internacional Reis Magos. Natal/RN. In 11º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil. *Anais...* [eletrônico]. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016. 12 p. Disponível em: <http://www.seminario2016.docomomo.org.br/artigos_apresentacao/sessao%2010/DOCO_PE_Sio_COSTA_CRUZ_PINHEIRO.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

DUARTE, Marise C. de S. *Espaços especiais em Natal (moradia e meio ambiente): um necessário diálogo entre direitos e espaços na perspectiva de proteção aos direitos fundamentais na cidade contemporânea*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

Em defesa do atraso. *Jornal de Hoje*, Natal, 07 março 2014.

FJA adota medida para preservar o “Reis Magos”. *Tribuna do Norte*, Natal, 15 fev. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 1997. 316p.

GALINDO, Vinícius. Hotel Reis Magos: descascando o debate superficial do patrimônio cultural. *Minha Cidade*, ano 15, n. 176.06, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

GRUPO promove abraço simbólico. *Tribuna do Norte*, Natal, 01 fev. 2014.

HOLLANDA, Marcelo. Para Sinduscon, tombamento do Hotel Reis Magos é um “absurdo”. *Jornal de Hoje*, Natal, 7 mar. 2014.

MEDEIROS, Adauto. Se tombar quem vai cuidar? *Tribuna do Norte*, Natal, 01 fev. 2014.

MOREIRA, Fernando D. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. *Revista CPC*, São Paulo, n. 11, p.152-187, nov.2010-abr.2011.

NASCIMENTO, José C. do; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália M.; NOBRE, Paulo J. L. O Hotel Internacional Reis Magos e a (des)construção da paisagem da Praia do Meio em Natal-RN. 4 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. *Anais...* [eletrônico], Belo Horizonte, 20 p., 2016.

OLIVEIRA, Emanuelle; LIBERALINO, Cíntia. Cartão postal às avessas: Hotel Reis Magos, o retrato do abandono. Análise da percepção ambiental do Hotel Internacional dos Reis Magos pela população de Natal/RN a partir de depoimentos nas redes sociais. III ENANPARQ – Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. *Anais...*, São Paulo, 2014.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009. 160p.

RIO GRANDE DO NORTE. Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. 1ª Vara da Fazenda Pública de Natal. Juiz Airton Pinheiro. *Processo 0800560-83.2014.8.20.0001* [Indeferimento da cautelar solicitada pelo MPE-RN para o HIRM]. 27 jan. 2014.

ROCHA, Mércia Parente. *Patrimônio arquitetônico moderno: do debate às intervenções*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SATO, Alberto. Demolición y clausura. *ARQ*, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, n. 59, marzo 2005, p.58-61

SILVA, Alessandro Ferreira C. *O litoral e a metrópole: dinâmica imobiliária, turismo e expansão urbana na Região Metropolitana de Natal-RN*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Heitor de Andrade. *Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas. A Ribeira como estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, Paula Maciel. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUSA, Heloísa S. S. de. *Centro Reis Magos de Cultura e Educação: projeto de requalificação de exemplar modernista*. Monografia (Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo), UFRN, Natal, 2015. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1343/1/Centro%20Reis%20Magos%20de%20Cultura%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

TRIGUEIRO, Edja; DANTAS, George; NASCIMENTO, José Clewton do; LIMA, Luiza; PEREIRA, Marizo V.; VELOSO, Maísa; VIEIRA, Natália M. *O Hotel Internacional Reis Magos e sua importância histórica, simbólica e arquitetônica*. Natal, s.n., 2014. [parecer técnico entregue ao Ministério Público Estadual-RN]

VELOSO, Maísa; VIEIRA, Natália M.; PEREIRA, Marizo. V. Crônica de uma Morte Anunciada: Arquitetura Moderna em Natal x Copa de 2014. In: *ANAIS do III Seminário DOCOMOMO Norte Nordeste*, 2010.

Artigo recebido em: 30/08/2016

Artigo aprovado em: 08/12/2016

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO:

UMA RETOMADA

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack, São Paulo, SP). Mestre pela Universidad Autónoma de Madrid (Espanha). Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP, São Paulo, SP). Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (USJT, São Paulo, SP). E-mail: drea.tourinho@ig.com.br

MARLY RODRIGUES UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Historiadora pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP, São Paulo, SP). Mestre pela mesma instituição (FFLCH-USP, São Paulo, SP). Doutora pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp, Campinas, SP). Titular da empresa Memórias Assessoria e Projetos. E-mail: marly@mem.com.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p70-91>

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: UMA RETOMADA

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO

MARLY RODRIGUES

RESUMO

O presente artigo aborda as tentativas de ampliação das ações de preservação em São Paulo, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, por meio do conceito de patrimônio ambiental urbano, enfatizando sua formulação como resultado das relações entre as novas questões metropolitanas, ambientais e culturais que então se colocavam. Tendo surgido no campo da gestão territorial, com a contribuição da área de preservação do patrimônio, ficou atrelado a este âmbito. Desde o início, foi objeto de atenção e discussão de profissionais de distinta formação – arquitetos, historiadores e geógrafos, entre outros -, tendo recebido diferentes enfoques e entendimentos. Retomar o contexto em que surgiu o conceito e as tentativas de sua aplicação contribui para recuperar o seu percurso e suas diferentes interpretações. De caráter inovador, o patrimônio ambiental urbano teve uma trajetória curta nos discursos de preservação do patrimônio, apesar de ainda se mostrar um conceito pertinente e atual na busca de proximidade entre as práticas de preservação e os anseios sociais de reconhecimento de identidades diversas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Patrimônio ambiental urbano. Planejamento territorial.

URBAN ENVIRONMENTAL HERITAGE: A RECOVERY

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO

MARLY RODRIGUES

ABSTRACT

This article discusses the attempts of expanding conservation actions in São Paulo during the 1970s and 1980s through the concept of urban environmental heritage, emphasizing its creation because of the relationship between new metropolitan, environmental and cultural matters discussed at the time. Emerging from the scope of territorial planning, with the contribution of the heritage preservation area, it was tied to this context. From the beginning, it was the subject of attention and discussion by professionals from different formations – architects, historians and geographers, among others – targeted with different approaches and understandings. Recovering the context in which the concept has been originated, and the attempts to apply it, helps it to regain its course and its different interpretations. Being an innovative approach, urban environmental heritage had a short lifespan in heritage preservation speeches, even though it still is a relevant and current concept to bring together conservation practices and social expectations of recognition of different identities.

KEYWORDS

Cultural heritage. Urban environmental heritage. Territorial planning.

1 TRAJETÓRIAS CONCEITUAIS

Na década de 1970, quando se ampliou o conceito de patrimônio cultural e intensificou-se a internacionalização dos valores e referências para seu tratamento,¹ também cresceram os desafios para todos os envolvidos na preservação, em especial os profissionais que compõem os corpos técnicos dos órgãos de proteção ao patrimônio, uma vez que, referenciados no contínuo processo de transformação social e de culturas, lhes cabe escolher critérios, conceitos operacionais e procedimentos metodológicos que, com isonomia e coerência, permitam atribuir valores culturais aos bens estudados.

Considerando-se que a própria dinâmica social impõe a transformação dos conceitos, entre nós, a definição do que será integrado ao universo

1. Nas recomendações e cartas internacionais sobre patrimônio, a expressão “bens culturais” começa a substituir “monumento” em meados da década de 1960 e, como no documento da Conferência Geral da Unesco, 13a sessão, realizada em Paris no ano de 1964, muitas vezes aparece relacionado a “patrimônio cultural”, implicando a ampliação da ideia contida nas expressões “patrimônio histórico” e “patrimônio arquitetônico”. A definição de bens culturais seria firmada na Convenção da Unesco, realizada em Paris, em novembro de 1970. No preâmbulo do Compromisso de Brasília, de abril deste mesmo ano, talvez em referência ao Iphan, aplica-se “patrimônio histórico e artístico”, não obstante desde a primeira recomendação se utilize bens culturais, assim ampliando o espectro do que poderia ser alcançado pela proteção do poder público. Ainda na década de 1970, o uso de “patrimônio cultural” torna-se mais frequente, expressando a afirmação do conceito, o que, posteriormente, resultaria em recortes específicos, por exemplo, “patrimônio industrial”. A Conferência Geral da Unesco, 17a sessão, em novembro de 1972, definiu patrimônio cultural e patrimônio natural, diferenciando-os. Na mesma ocasião, tratou-se da salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, e criou-se junto a Unesco, o Comitê do Patrimônio Mundial.

de bens culturais protegidos pelo poder público continua se ressentindo de adequações que atendam a atual amplitude do conceito “patrimônio cultural” e o aproxime das expectativas e finalidades que lhes são atribuídas pela sociedade.² Estas são, sem dúvida, bastante distintas daquelas da década de 1930, quando os bens, fossem obras de arte, edificações, ou núcleos e cidades históricas, eram avaliados tendo como referência a representação simbólica da nação brasileira.

No século XVIII, a nação, entidade subjetiva que apoiou a afirmação dos estados modernos e sua soberania fundada na ideia do progresso, se tornara personagem da escrita da História e foco da narrativa patrimonialista, esta construída por meio dos suportes materiais de memória. Assim, a ideia de patrimônio articulou-se à de monumento, de excepcionalidade artística e arquitetônica, e ao passado como um tempo histórico acabado, estático, apartado do presente.

Posteriormente, percebido como representação da cultura das sociedades, o patrimônio passou a ser visto como parte das disputas nelas manifestas e recolocou-se como memória e fator de qualidade de vida, o que exige do poder público ações e projetos que o efetivem como tal a partir de novas referências conceituais.

No Brasil, ao deslocar a compreensão do patrimônio cultural da nação para a sociedade, a Constituição de 1988 foi ao encontro das tentativas já realizadas de transformação e ampliação das ações preservacionistas, a partir de uma renovação conceitual que as dinamizassem e atendesse a percepção do patrimônio como um campo cultural em constante movimento, característica inteligível a partir da colaboração entre várias áreas de conhecimento sobre a sociedade.

A compreensão expressa na Carta, do patrimônio como um fato social, abriu espaço para a proteção dos aspectos subjetivos nele representados e para a diversidade cultural e de experiências. Abriu espaço para a memória como alimento para o processo contínuo de formação da autoimagem que diferencia os indivíduos e os grupos sociais e étnicos; abriu

2. A Declaração de Sofia, documento da XI Assembléia Geral do Icomos, em outubro de 1996, observa a importância da constante adequação do conceito de patrimônio cultural e afirma que, em consequência disso, a conservação dos testemunhos do passado não constitui apenas uma “questão de juízo ético e estético, mas também um tema de atuação prática” (CURY, 2000 p. 355).

espaço para ações de proteção a bens culturais considerarem a construção do patrimônio cultural como um campo político em que as informações pretéritas compõem sentidos para o passado, fazendo-o circular no presente como informação que explicita lugares sociais.

A essa reinterpretação do que é patrimônio cultural soma-se àquela de paisagem, no sentido definido pelo geógrafo Milton Santos, como um conjunto de formas que expressam heranças sucessivas das relações entre o homem e a natureza.³ Assim como os espaços nela inclusos, as paisagens são produtos da cultura, resultam da ação humana, compõem o ambiente. Tal perspectiva converge para as medidas de extensão do tombamento à proteção de áreas de importância ambiental, na década de 1970, encabeçadas por Aziz Ab'Saber, geógrafo e membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat).⁴

Outro passo decisivo do novo lugar do patrimônio cultural foi o de sua compreensão como um direito fundamental e difuso, uma vez que de interesse de toda a sociedade. Estudos realizados, entre outros, pelo jurista José Afonso da Silva,⁵ forneceram a conceituação jurídica necessária à adoção de mecanismos de defesa e proteção ao meio ambiente, neste incluso o patrimônio cultural, como essencial à sadia qualidade de vida, a que todos têm direito.

Desde a década de 1970, baseada em uma visão ampla de meio ambiente, também ganhou força a ideia de integração entre as ações de preservação e planejamento territorial.

As mudanças das formas de pensar o lugar do patrimônio cultural na sociedade tiveram repercussões no campo jurídico e no campo do

3. Entre os trabalhos do autor, destacamos *Pensando o espaço do homem*, São Paulo: Edusp, 2009; *Espaço do cidadão*, São Paulo: Edusp, 2009.

4. Por iniciativa de Aziz Ab'Saber, entre maio de 1976 e de 1979 representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo no colegiado do Condephaat, e seu presidente entre novembro de 1982 e março do ano seguinte, o órgão desenvolveu uma política pioneira de proteção de paisagens naturais, que incluía a manutenção das condições ambientais, importante ponto da pauta social do período. Tombaram-se então o Maciço da Juréia, em 1979; a Reserva Florestal de Morro Grande, em 1981; a Reserva Estadual da Cantareira, em 1983; e a Serra do Mar, em 1985. A respeito ver Crispim (2014).

5. Em 1971, José Afonso da Silva publicou *Aspectos jurídicos do patrimônio ambiental*, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Posteriormente, entre outros estudos, foram publicados pela Editora Malheiros, de São Paulo: *Ordenação Constitucional da Cultura*, em 2001; *Ação Popular Constitucional*, em 2007; *Direito Urbanístico Brasileiro*, em 2012; e *Direito Ambiental Constitucional*, de 2013.

planejamento urbano. Isso significa que a sociedade e o poder público passaram a endossar a ideia de que preservar não tem apenas efeitos materiais, relativos ao pleno uso do direito de propriedade ou ao estado de conservação, mas também outros de ordem subjetiva, uma vez que, além de interferir no meio ambiente, preservar implica interferir na percepção individual e coletiva do universo social e suas relações simbólicas. A preservação causa impactos no exercício da urbanidade e no imaginário que orienta a percepção da cidade, propiciando, ou não, a aproximação entre ela e seus moradores, por meio de mecanismos de reconhecimento de espaços e remissão às experiências aí já vividas.

Em São Paulo, apesar da incorporação pelos órgãos de preservação das noções que então se consolidavam, parte substancial de sua prática permaneceu fundada na metodologia correspondente ao conceito de patrimônio histórico-arquitetônico, o que tendeu a aumentar a distância entre as expectativas de grande parte da sociedade e os atuais resultados das ações públicas de proteção a bens culturais.

Neste texto, pretende-se abordar as tentativas de ampliação das ações de preservação, no decorrer das décadas de 1970 e início da década seguinte, por meio do conceito de patrimônio ambiental urbano, mostrando-o como resultado da imbricação das novas questões metropolitanas, ambientais e culturais que então se colocavam.

O conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaria, potencialmente, a preservação de espaços de cidades e uniria ações de planejamento e preservação em torno de uma perspectiva ampla, de constituição cultural de ambientes e das imagens que os cidadãos têm de seus espaços urbanos.

Buscava-se, assim, romper com a percepção, então quase exclusiva, das unidades ou conjuntos edificados, referências da história e da arquitetura, como vias de conhecimento do passado. Buscavam-se novos parâmetros de atribuição de valores culturais – não exclusivamente históricos ou arquitetônicos –, a partir da historicidade dos espaços, daquilo que nele ficara marcado cumulativamente no decorrer do tempo e que representa a constante transformação da sociedade. Dessa forma o patrimônio seria um veículo de aproximação entre o presente e o passado da sociedade.

Ainda que respondendo à pauta das discussões nos setores de preservação e planejamento, o conceito seria apropriado de maneira pouco

ortodoxa; criticando esse aspecto, Ulpiano Bezerra de Meneses (1978) afirmou que o patrimônio ambiental urbano, cuja amplitude potencialmente o tornava “lugar de todos”, tornou-se “um lugar comum”, isto é, banalizado por ampliações, muitas vezes, apenas retóricas.

2 NO CONTEXTO DA ÉPOCA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Com a instalação dos governos militares no país, em todos os setores da administração pública o planejamento ganhou credibilidade como um instrumento de desenvolvimento e garantia da segurança nacional.

Ao mesmo tempo, se aceleravam transformações no setor agrário, na composição da sociedade, nos padrões de consumo, na comunicação e nas manifestações culturais, estas sob a lógica da indústria cultural e do mercado.

Sob a égide do progresso e da especulação, nas grandes cidades desapareceram paisagens e foram ocupadas áreas de mananciais e de reservas florestais, rompendo memórias e criando riscos para a qualidade do ambiente.

A partir de 1975, cresceu a preocupação dos poderes públicos com a qualidade ambiental, o que se refletiu no II Plano Nacional de Desenvolvimento, cujas diretrizes incluíram a ordenação do crescimento urbano, o controle da poluição e do aproveitamento dos recursos hídricos. Quanto aos demais efeitos negativos da acelerada industrialização e urbanização, em 1976 o Plano Nacional de Cultura (PNC), propôs um controle capaz de preservar o “estilo de vida brasileiro” (RUBIM, 2008).

Datam desse período as primeiras medidas de incentivo à produção cultural e a criação de novas instituições, como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), à qual caberia coordenar as ações previstas no campo da cultura. Neste quadro também se colocou a reformulação do próprio Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, criado em 1937, que esgotara as possibilidades de atendimento à crescente demanda resultante da ampliação do conceito de patrimônio e de sua pretendida utilização econômica, em geral concebida via turismo.

A proteção ao patrimônio já fora objeto de duas reuniões de governadores e secretários de cultura: em 1970, em Brasília, e, no ano seguinte, em Salvador. O documento final deste encontro recomendou a criação do Ministério da Cultura, de Fundações Estaduais de Cultura, e a ampliação

das atribuições dos órgãos de proteção ao patrimônio, que deveriam passar a fornecer orientações nesse campo para a elaboração de planos diretores e urbanos, bem como para projetos de obras públicas.⁶

O crescimento das metrópoles brasileiras se tornara uma questão social, fato expresso na Constituição de 1967, que incluiu entre as competências da União a de instituir regiões metropolitanas. A criação destas seria implementada apenas a partir de meados da década seguinte, com base nas diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

No caso do estado de São Paulo, ainda no ano de 1967, o governo reconheceu como unidade de planejamento estadual a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).⁷ A criação da RMSP data de 1973, por meio de lei federal complementar que também autorizou a instituição de uma empresa metropolitana de planejamento, criada no ano seguinte, como sendo a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (Emplasa), formalmente constituída em 1975.⁸

A criação da RMSP foi contemporânea à implantação do Metrô e precedida de planos urbanísticos para a capital: Plano Urbanístico Básico (PUB) e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Deste resultou a criação da lei de zoneamento urbano que incluía áreas sujeitas a medidas específicas, entre elas, as Z8-200, referente aos imóveis de caráter histórico de valor cultural ou paisagístico.

A definição dessas áreas, bem como as intervenções nelas pretendidas, ficaram sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), cujas atividades se iniciaram em 1972 como Grupo Especial de Planejamento, vinculado diretamente ao gabinete do prefeito. Na ausência de um órgão municipal voltado para a proteção ao patrimônio, coube à Cogep a preservação das características urbanas e ambientais de áreas definidas como Z8-200, para isso cabendo-lhe ouvir, se necessário e para os fins

6. O Ministério da Cultura (MinC) foi criado pelo Decreto n. 91.144, de 15.3.1985. As questões da cultura até então foram tratadas por uma secretaria, no Ministério de Educação e Cultura.

7. Também foi criado pelo governo, visando à elaboração do Plano Estadual da Grande São Paulo, junto à Secretaria de Economia e Planejamento, o órgão consultivo do Conselho de Desenvolvimento da Grande São Paulo (Gegran), por meio do Decreto Estadual 48.162, de 3 jul.1967. Em 1973, o Gegran elaborou o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo - (PMDI-I).

8. Lei Complementar Federal n. 14, de 1973, e Lei Complementar Estadual n. 94, de 1974.

de direito, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, instalado em 1968.⁹

A definição de zonas especiais de preservação no centro de São Paulo foi produto do inventário realizado pelos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, do qual resultaria a proteção de inúmeras manchas compostas por edifícios de valor cultural, por meio de lei de gestão urbana.¹⁰

Esse inventário foi produzido no âmbito do Projeto Centro (1975), que definia esta parte da cidade como um setor específico de planejamento, com o objetivo de promover a sua revitalização, em um momento em que o centro passava por grandes transformações, tendo que dar respostas às demandas metropolitanas, sobretudo de transporte, com todas as consequências que isto implicava. Além das instâncias municipal e metropolitana, a Cogep ressaltava a importância do centro na instância nacional, citando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e seu objetivo de consolidar o modelo capitalista industrial vigente:

[...] o papel da Área Central de São Paulo, como nó urbano central do polo econômico mais importante do país, tem importância vital. E é nessa Área Central, entendida não só como Centro Histórico, mas que se estende e se inter-relaciona com espaços mais amplos, que se desenvolvem atividades comerciais nacionais e internacionais. (...) percebe-se, claramente, a necessidade de se manter esse centro municipal e nacional em condições de pleno funcionamento (SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1976, p. 12).

A Cogep atuaria nas questões de preservação em estreita colaboração com a Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) que, com a Secretaria Municipal de Cultura, fora criada em 1975.¹¹

9. O Condephaat foi criado pelo Art. 128, da Constituição de 1967, do Estado de São Paulo; em 1968, a Lei 10.247 dispôs sobre sua competência, organização e funcionamento e, no ano seguinte, o Decreto 149 dispôs sobre o tombamento de bens de valor histórico e artístico.

10. Lei n. 8328, de 2.12.1975, dispôs sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais Z8, criando novas zonas de uso, ampliando zonas existentes e dando outras providências.

11. A Secretaria Municipal de Cultura foi criada pela Lei 8.204, de 13.1.1975. A criação do DPH,

A Divisão de Preservação nasceria sob uma perspectiva de inovação da mentalidade que até então regia a prática social de proteção a bens culturais, procurando orientar o foco de ações para o ambiente urbano e se aproximando também das preocupações sobre a manutenção deste aspecto que então marcava as discussões internacionais¹².

A elaboração do conceito “patrimônio ambiental urbano” ocorreu no âmbito da Emplasa, então subordinada à Secretaria de Estado de Negócios Metropolitanos¹³, e envolveu profissionais da preservação. O conceito, em São Paulo, surgiu, então, no contexto do planejamento metropolitano preocupado com questões ambientais:

O acervo histórico, arquitetônico e artístico, a memória nacional, a proteção e a conservação do meio ambiente, a luta pela melhoria da qualidade de vida são reivindicações que ocupam a cada dia um espaço maior no cotidiano de alguns setores representativos da sociedade, particularmente nas grandes cidades brasileiras. (SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS, 1979, s.p.)

As questões ambientais estavam estreitamente relacionadas à qualidade de vida, esta propiciada, por exemplo, pela boa qualidade da água e do ar, o que significava a possibilidade de uma vida sadia. Assim, os problemas de poluição do ar e da água vão se colocando como centrais e, sem dúvida, como questões regionais. Ao mesmo tempo, cada vez mais, a noção de ambiente, além de não estar apenas ligada à natureza, passou a ser vista também como relacionada às questões culturais: a preservação das características locais ajuda a manter o equilíbrio do homem em seu habitat.

então Departamento do Patrimônio Artístico Cultural, estava prevista no Cap. VIII e incluía a Divisão de Preservação. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), foi criado apenas em 1985.

12. Entre outros, em 1972, a Declaração de Estocolmo, sobre o ambiente humano; em 1975, a Declaração de Amsterdã, que inclui no rol de patrimônio os conjuntos, bairros e aldeias; em 1975, o Manifesto de Amsterdã, sobre a importância da integração do patrimônio no quadro de vida dos cidadãos e sua inclusão no planejamento físico-territorial e nos planos urbanos. A recomendação do Conselho da Europa em 1973, sobre a importância dos planejamentos regionais para a melhoria da qualidade do meio ambiente e, em 1976, a Carta Européia dos Solos sobre a necessidade dos governos planejarem a ocupação do solo e evitarem a destruição advinda de usos inadequados.

13. A Secretaria de Negócios Metropolitanos foi extinta em 1995. Atualmente a Emplasa tem a denominação de Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A., sendo um órgão vinculado à Secretaria Estadual da Casa Civil.

Ambiente e habitat são conceitos que vêm se reformulando no contexto internacional, após a Segunda Guerra Mundial, e que são, inclusive, objeto de discussão no seio dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), colocados pelas novas gerações de arquitetos que criticam a visão funcionalista até então dominante.¹⁴

Buscando “contribuir nas discussões que afetam as condições de vida urbana”, e com a pretensão de elaboração de uma minuta de legislação para a preservação do patrimônio histórico cultural da Grande São Paulo, em setembro de 1978, a Emplasa promoveu um debate sobre patrimônio ambiental urbano, do qual participaram, além de pessoas vinculadas à área de planejamento, Murilo Marx, do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; Carlos Lemos, do Condephaat; Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão), do Iphan; e Ulpiano Bezerra de Meneses, conselheiro do Condephaat, como representante da Universidade de São Paulo.¹⁵

Durante o evento, as discussões mostraram que a amplitude do conceito suscitava interpretações variadas – e, possivelmente, não consensuais –, segundo cada especialidade profissional. Isso parece haver dificultado a apropriação sobre a qual se construiriam novos procedimentos técnicos, de modo a compor metodologias cujos resultados se refletissem na escolha de objetos de preservação e permitissem guardar a essência cultural dos espaços urbanos, suas relações material e simbólica com o conjunto da cidade e com as imagens mentais por meio das quais se constituíram como referências urbanas ou passariam a compor novos sentidos. Impunha-se entender as relações contemporâneas entre espaços e usuários, rompendo-se a lógica do passado justificar o presente em favor de outra noção, a do passado integrado ao presente, a partir deste.

Com efeito, naqueles debates, Meneses já apontava o predomínio de um procedimento limitado e insuficiente quanto à identificação do patrimônio

14. O IX CIAM, que ocorreu em Aix-en-Provence (França), em 1953, com o tema da “Carta do Habitat”, constitui um marco na ruptura com os encontros anteriores, devido às posturas dos jovens arquitetos que propõem outros tipos de organização espacial fundamentados na discussão dos conceitos de ambiente e habitat. Esse grupo de jovens arquitetos, ingleses, holandeses, franceses e italianos, continuaram os debates para preparar o X CIAM, tendo sido posteriormente conhecidos como Team X, do qual participaram, entre outros, Jacob Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods.

15. Ver Secretaria de Negócios Metropolitanos (São Paulo, 1979) e Rodrigues (2000, p 64).

ambiental urbano, na prática das instâncias de intervenção - listagem de bens que apresentam características vinculadas a “ideias apriorísticas definidoras de bem cultural” - em detrimento de uma noção de patrimônio como fato social, que apenas pode ser definido “através de uma indagação de caráter sociológico, antropológico e histórico” (MENESES, 1979, p. 22).

Para Meneses, o patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, em que estes não têm significação em si, mas que adquirem significação por se articularem a um suporte de significados referentes ao mundo urbano que só pode ser conhecido em sua apropriação social, sendo “capazes de provocar representações da realidade urbana” (MENESES, 1979, p. 23).

Contudo, ainda de acordo com Meneses, essas representações eram confundidas, muitas vezes, com outra categoria, a das “imagens da cidade”, o que seria decorrente da grande influência dos trabalhos do arquiteto norte-americano Kevin Lynch nos estudos urbanos, a partir dos anos 1960. Para Meneses, a proposta de Lynch, que se baseava na identificação pelos habitantes dos elementos que permitiriam a leitura da cidade, levaria a um planejamento de acomodação, pois não consideraria aqueles elementos que não permitissem a legibilidade da cidade.

Este e outros entendimentos do conceito não promoveram uma efetiva transformação das ações de preservação. Do ponto de vista institucional, o Condephaat permaneceria alheio ao movimento de valorização do ambiente urbano enquanto foco da preservação cultural. Alguns profissionais atuantes nesse órgão participaram das discussões do período e buscaram aproximação com as propostas então elaboradas. Entre eles, Carlos Lemos, que em parceria com Benedito Lima de Toledo coordenara o referido inventário de bens culturais promovido pela Cogep em 1974.

O patrimônio ambiental urbano foi, porém, uma expressão constante no discurso de técnicos, de conselheiros e nos textos de trabalho do Condephaat, sem que isso resultasse em uma efetiva mudança de procedimentos, critérios de escolha, de atribuição de valores a bens culturais, ou à sua gestão.

Uma ação proposta em 1976 parece revelar o esforço do Conselho recém-empossado, presidido pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho,¹⁶

16. A primeira gestão de Nestor Goulart Reis Filho se desenvolveu de outubro a dezembro de 1975. Ele exerceria a presidência por um segundo período, entre maio de 1976 a maio de 1979, e buscaria definir diretrizes para uma política de preservação e conservação do patrimônio. Na primeira

pela criação de uma metodologia de trabalho cuja referência era o conceito de patrimônio ambiental urbano.

Uma proposta revisada a partir de um parecer de Meneses foi apresentada por João Walter Toscano Arquitetos Associados ao Conselho, e aprovada.¹⁷ Tratava-se de um trabalho de pesquisa e de campo composto de duas fases: o diagnóstico, com levantamento e análise de dados; e, em seguida, se apresentariam as ideias para implantação de um Programa de Ação Cultural na cidade de Itu-SP. A proposta atendia diretrizes da presidência do Condephaat que incluía o levantamento, identificação e classificação setorial do patrimônio cultural, visando:

fornecer normas técnicas e padrões de controle de desenvolvimento da cidade de Itu, ao nível histórico, cultural e socioeconômico, (...) da formulação de normas e criação de condições que integrem e valorizem os diversos tipos de patrimônios culturais: monumental, urbano, paisagístico, artefactual e comportamental. (SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1976, s.p.)

Apenas a primeira parte do trabalho foi contratada, o que incluiu o inventário do acervo cultural existente, abarcando os acervos documentais e coleções, das tradições religiosas e manifestações populares, dos hábitos e costumes, e da linguagem.

Os relatórios de conclusão da fase de inventário e diagnóstico apontam a preocupação com as possibilidades futuras do patrimônio cultural. Nota-se que os procedimentos de identificação contrastam com as análises realizadas sobre a cidade, pois se limitam a fichas já clássicas,¹⁸ cujas

reunião do novo Conselho, Ata n. 285, 1.6.1976, Ulpiano Bezerra de Meneses encaminhou uma proposta de atuação para o órgão e Aziz Ab' Saber apresentou o documento *Recursos paisagísticos do Brasil*, que baseou suas propostas de preservação de áreas naturais até 1979.

17. Reunião realizada em 19 jun.1976, cuja ata não se encontra no Cedoc-Condephaat. O escritório João Walter Toscano Arquitetos Associados desenvolveu o *Estudo e análise da arquitetura urbana de Itu*, com uma equipe técnica formada por Toscano, Massayoshi Kamimura, Odiléa Setti Toscano, Octávio Ianni, Constantino Ianni, Julio Abe Wakahara, Kilsa S. de Castro Lima, Helmut Troppmair e Jaelson B. Trindade. O objetivo era implantar uma “experiência piloto,” de estabelecimento de “ação cultural integrada”, que embasasse a atuação futura do Condephaat. Termo de Referência, 19 jun.76. Cedoc-Condephaat.

18. As fichas têm o título de *Inventário do acervo cultural* (IAC) e trazem, além do cabeçalho, os seguintes tópicos: situação e ambiência; período, utilização atual, estado de conservação, elementos secundários, foto, planta, obs. No verso: dados cronológicos.

informações se prendem a aspectos arquitetônicos, históricos, de localização e conservação, sem referência aos significados culturais de cada unidade ou conjunto arquitetônico analisado, ou suas relações com o conjunto da cidade e com a cultura local.

Como a segunda fase do trabalho não foi contratada, a proposta permaneceu inconclusa e outros levantamentos não foram promovidos pelo Condephaat.

No âmbito do município de São Paulo, a Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Cultural adotaria a noção de patrimônio ambiental urbano desde o primeiro inventário realizado em parceria com a Cogep.

Em 1977, o DPH e a Cogep, por solicitação da Cia. do Metrô, procederam ao levantamento para a identificação dos bens culturais na área de influência imediata da linha Metrô Leste – ZML-I, pois a Zona Leste, de tradição fabril e operária, seria cortada pela primeira linha do metrô paulistano, o que implicaria a perda de parte das características urbanas e culturais da área.

Do ponto de vista da proteção a bens culturais, não se tratava de impedir a mudança, mas de controlá-la, o que exigia uma abordagem que “pudesse refletir, de forma abrangente, aspectos físicos, ambientais e culturais da área de estudo” e a seleção de bens segundo critérios de “representatividade; permanência das características fundamentais da herança arquitetônica e ambiental; e estado de conservação das construções” (BAFFI, 2006, p. 170).¹⁹

Assim como no Projeto Centro, no inventário da Zona Leste foram definidas “manchas”, isto é, “áreas com características ambientais significativas para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento urbano da região” (BAFFI, 2006, p. 171). Estas tinham interesse paisagístico, “com perspectivas significativas; eixos viários historicamente estruturadores dos bairros; áreas que englobam grandes trechos não edificados” (BAFFI, 2006, p. 171).

A “mancha” – forma de agrupamento de bens semelhantes – fora utilizada na década de 1960, no inventário geral realizado na França. No caso do inventário da ZML-I, a figura da mancha parece ter sido tomada como acomodação entre a abordagem arquitetônica tradicional e a urbana proposta

19. A *Revista do Arquivo Municipal* dos anos de 1980, 1981 e 1982 publicou textos e fichas dos inventários então realizados pela Divisão de Preservação do DPH.

pelo conceito de patrimônio ambiental urbano. O estudo considera os aspectos da materialidade para atribuir valores culturais aos bens inventariados, não realçando a importância dos sentidos sociais hodiernos do patrimônio.

Em 1983, o DPH estruturaria o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (Igepac-SP), louvável esforço de aprimoramento metodológico de suas atividades de preservação, orientado pelas experiências antes acumuladas por seus técnicos, assim definindo o patrimônio que deveria ser preservado:

Além dos já tradicionalmente consagrados pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, turístico ou arquitetônico, compreende-se como patrimônio ambiental e cultural passíveis de preservação os elementos partícipes do processo cultural da sociedade. São considerados não só os monumentos isolados ou casos de excepcional valor mas, principalmente, elementos representativos enquanto: pluralidade de ocorrência na paisagem, estruturação de valor ambiental, caracterização de tipos de agenciamentos urbanos, ou seja, aqueles elementos cuja valorização está na manifestação repetitiva na cidade, além daqueles de valor eminentemente afetivo para a comunidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1986, p. 47).

Além de identificar o patrimônio ambiental urbano da cidade, o Igepac-SP tinha como objetivo “servir de base ao planejamento da cidade, através de sua inclusão em políticas e planos de desenvolvimento urbano” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1986, p. 20), sob uma nova perspectiva que privilegiaria a ambiência e não o edifício isolado.

A metodologia do inventário geral da cidade estabelecia duas etapas de trabalho: a primeira delas tinha como objeto os bairros paulistanos visando o “levantamento e a indicação das manchas urbanas mais significativas” para preservação (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1986, p. 24), enquanto a segunda consistia em trabalho específico de aprofundamento e detalhamento das manchas e dos imóveis a serem preservados.

A primeira etapa compreendia, por sua vez, o estudo da evolução urbana, levantamento da legislação e trabalho de campo para identificar as conformações gerais do bairro, por meio da leitura da paisagem. Leitura esta que abarcava uma ampla gama de aspectos que caracterizariam os bairros,

desde relativos a usos, morfologia, tipologia, identificação de marcos visuais, até os referentes ao estado de conservação e salubridade das edificações.

Desde os anos 1960, os estudos referentes à paisagem urbana de Gordon Cullen e os de imagem da cidade de Kevin Lynch, a partir da leitura dos espaços urbanos, com suas propostas metodológicas de identificação dos elementos caracterizadores de uma paisagem – percursos, ponto focal, vias, limites, bairros, marcos – influenciavam as análises de cidades tanto no campo da realização de diagnósticos no planejamento urbano, quanto no do reconhecimento do patrimônio cultural.

A importância da leitura da cidade já vinha sendo enfatizada, desde a segunda metade da década de 1970, pelo arquiteto Carlos Lemos, relacionando-a com o patrimônio ambiental urbano, considerando que este:

[...] é fundamentalmente composto de uma grande massa de elementos típicos, normais, comuns, cotidianos que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano. Os bens históricos e artísticos quase todos são exceção. Percebemos que um dos interesses maiores quanto à conservação do patrimônio ambiental urbano é a conservação da inteligibilidade do espaço urbano, a compreensão da cidade, a leitura da cidade. (LEMOS, 1979, p. 9)

Fica evidente, portanto, na prática dos órgãos de preservação, o domínio desta visão sobre aquela que privilegia as representações urbanas no patrimônio ambiental urbano, conforme já defendia Meneses em 1978.

A história oral – “coleta de depoimentos de antigos moradores e líderes de comunidade local” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 1986, p. 24) – é prevista na primeira etapa do inventário geral da cidade de São Paulo, mas apenas como informação histórica.

Posteriormente, a realização do inventário do bairro da Liberdade, pelo DPH, na metade dos anos 1980, de acordo com Baffi (2006), enfatizou a pesquisa sociológica pela equipe de historiadores e sociólogos então presentes no Departamento:

Foi feito um extenso levantamento de história oral junto aos moradores da área de pesquisa. Foi também aplicado um teste, numa amostragem relativamente ampla de moradores, à procura da identificação dos

lugares de significado afetivo, lugares de referência e identidade, no bairro. Foram também verificados os tipos de moradia e condições de habitabilidade. Curiosamente não aparecem referências a esses trabalhos no volume publicado, não sabemos se em função do relativo fracasso da pesquisa através da aplicação dos testes quanto à identificação dos lugares de memória ou se pelo fato de que à época da publicação (1986), a equipe (composta por historiadores, sociólogos e estagiários) já se havia dissolvido. (BAFFI, 2006, p. 182)

Contudo, após estes estudos, o conceito de patrimônio ambiental urbano foi perdendo lugar no discurso sobre a preservação em geral. Mais recentemente, o campo da preservação tem privilegiado figuras como a do patrimônio imaterial e da paisagem cultural.

3 A ATUALIDADE DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

Em um trabalho publicado em 2006, Meneses (2006) voltou a reafirmar o seu entendimento do conceito de patrimônio ambiental urbano, e defendeu a elaboração de uma agenda urgente para a sua discussão, o que mostra que o autor o vê como um conceito ainda adequado ao desempenho da obrigação do estado de proteger os bens culturais, com a colaboração da sociedade. Um grande desafio, considerando que, tal como afirma o próprio Meneses:

A memória em questão [definição de patrimônio na Constituição de 1988] tem cada vez menos a ver com o passado e, de nenhuma maneira, com um “passado nacional” convergente. Como a própria normativa jurídica reconheceu a sociedade e seus segmentos como sujeito histórico, a identidade converge cada vez mais para uma noção difusa de pertença, em que a dimensão territorial é relevante e em que a qualidade de vida conta mais que uma suposta densidade temporal ou significação histórica. (MENESES, 2007, s.p)

No mesmo debate em que Meneses discutiu a atualidade do patrimônio ambiental urbano (2006), outros profissionais estabeleceram um estimulante diálogo com as suas ideias, comentando o conceito. O antropólogo José Guilherme Magnani (2006, p. 63) contrapôs a rigidez espacial que no conceito de patrimônio ambiental urbano é foco da leitura e reapropriação

dos espaços da cidade, à mobilidade da ideia de circuito, tendo em vista que muitas práticas sociais se articulam em forma de rede, e “a base territorial de sua prática não forma uma mancha contínua.” Para ele, a mancha acaba por privilegiar a dimensão espacial e física, enquanto o circuito, por exemplo, guarda mais relação com aspectos de apropriação social, uso e sentido.²⁰ De acordo com Magnani, o campo da antropologia urbana pode contribuir, por meio do método etnográfico, “para a caracterização do que seja um bem cultural e de seu valor de patrimônio no contexto da paisagem urbana”, principalmente para a definição do patrimônio imaterial (MAGNANI, 2013, s.p.).

Outros profissionais nunca deixaram de trabalhar o conceito de patrimônio ambiental urbano, como o geógrafo Eduardo Yázigi, que trabalhou no campo do planejamento territorial entre 1974 e 1979, tendo sido responsável pelo gerenciamento do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, promovido pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Yázigi defende este conceito como o único capaz de dar conta da necessária qualificação das cidades brasileiras, e assim o define:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir. (YÁZIGI, 2012, p. 28)

20. O autor dá o exemplo de uma determinada comunidade de interesses: os cinéfilos, cuja prática “está espalhada pela cidade e não é constituída apenas pelos chamados cinemas de arte, mas por livrarias, debates e exibições especiais em auditórios situados em instituições públicas e fundações privadas, eventos como mostras, festivais, lançamentos, etc” (MAGNANI, 2006, p. 63).

Como se percebe desses diferentes enfoques,²¹ o conceito de patrimônio ambiental urbano mostra-se oportuno para se pensar as práticas de preservação do patrimônio. De caráter inovador, o patrimônio ambiental urbano teve uma trajetória curta nos discursos de preservação do patrimônio, mas ainda se mostra um conceito pertinente e atual na busca de proximidade entre as práticas de preservação e os anseios sociais de reconhecimento de identidades diversas.

Tendo em vista a Declaração de Sofia,²² documento que afirma ser o passado um “tema de atuação prática” que exige a consideração da dinâmica geral da sociedade, somos levados a sugerir, como Meneses, a ampliação das reflexões, de modo a tornar possível discernir os caminhos que hoje se impõem definirmos para a obtenção de melhores efeitos sociais da prática de proteção a bens culturais.

Caminhos que promovam a confluência entre conceitos, procedimentos e resultados e conduzam à configuração de políticas públicas duradouras que tenham como perspectiva a memória tomada com uma das vias de valorização da diversidade e da pluralidade social.

Caminhos que revalorizem as cidades, promovam sua apropriação coletiva; caminhos que a considerem repletas de sucessivas camadas de memórias, às quais o acesso seja respeitado como um direito e como um instrumento de construção de uma nova urbanidade.²³

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BAFFI, Mirthes I. S. O Igepac-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 204, p.169-191, 2006.

COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO (Cogep) São Paulo-SP. *Plano Integrado da Área Central*. Relatório Informativo dos Elementos de Conhecimento. RD.001/76. São Paulo: Cogep, 1976.

21. Além destes, também os arquitetos têm se mostrado interessados no tema do patrimônio ambiental urbano. Ver, por exemplo, a dissertação de mestrado de Paula Rodrigues de Andrade (2012).

22. CURY, 2000, p. 355-357.

23. Muitos autores, seguindo a Jane Jacobs (2000), consideram a vitalidade urbana como um fator de urbanidade.

CORREIA, Belize Câmara. A tutela judicial do meio ambiente cultural. *Revista de Direito*

Ambiental, v. 09, n. 34, p. 41, 2001.

CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a geografia e o patrimônio*. Estudos das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). Dissertação (Mestrado em História), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP), 2014.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEMOS, Carlos. Participação em debate. In: São Paulo (Estado). Secretaria de Negócios Metropolitanos. Emplasa. Unidade de Ação Comunitária. *Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: Emplasa, 1979, Caderno de divulgação do debate “Patrimônio Ambiental Urbano em São Paulo”, promovido pela Emplasa em 27 set. 1978, p. 8-12.

MAGNANI, José Guilherme C. A antropologia, entre patrimônio e museus. *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, n. 13, 2013. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/680>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. Comentário 3. Os diferentes planos da cidade como bem cultural. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marize Campos de; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo (Orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2006. p. 61-64.

MARINO, Monica Cristina. *Tutela jurídica do patrimônio cultural: atuação do Ministério Público Estadual*. Apresentação realizada no Curso de Difusão “Proteção de bens culturais: concepções e práticas”. Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, São Paulo, Casa de D. Yayá, ago. 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marize Campos de; BASTOS, Rossano; GALLO, Haroldo (Org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2006. p. 35-53.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *Revista CJ Arquitetura*, n. 19, p. 45-46, 1978.

_____. Comentário XII: visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v.15, n. 2, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200014>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. Participação em debate. In: São Paulo (Estado). Secretaria de Negócios Metropolitanos. Emplasa. Unidade de Ação Comunitária. *Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: Emplasa, 1979, Caderno de divulgação do debate “Patrimônio Ambiental Urbano em São Paulo”, promovido pela Emplasa em 27 set. 1978, p. 20-33.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado; a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Condephaat; Fapesp, 2000.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais no Brasil: trajetória e contemporaneidade. *Nossos Documentos - Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil*, Rio Branco (AC), nov. 2008. Disponível em: <<http://documentos-fgb.blogspot.com.br/2008/11/politicas-culturais-no-brasil-trajetria.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2009.

SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS, São Paulo-SP. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. Unidade de Ação Comunitária. *Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: Emplasa, 1979, Caderno de divulgação do debate “Patrimônio Ambiental Urbano em São Paulo”, promovido pela Emplasa em 27 set. 1978.

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. *Estudo e análise da arquitetura urbana de Itu*. São Paulo: Condephaat, 1976, Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Departamento do Patrimônio Histórico. *Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: metodologia*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986. Cadernos do Igepac-SP 1.

YÁZIGI, Eduardo Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. IX, n.1, p.22-51, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/viewFile/471/499>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Artigo recebido em: 07/03/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016

E SE CAMILLO SITTE VISITASSE O RIO DE JANEIRO?

CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Arquiteto e urbanista, mestre em Ciências da Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ). Doutor em urbanismo pela mesma instituição. Professor do Departamento de Arquitetura e urbanismo, Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: claudio.limacarlos@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p92-117>

E SE CAMILLO SITTE VISITASSE O RIO DE JANEIRO?

CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS

RESUMO

O presente trabalho propõe a reflexão e o rebatimento, para o contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro, de aspectos teóricos do discurso de Camillo Sitte (1843 – 1903) caracterizado, dentre outros pontos, pela defesa da manutenção das características originais dos entornos de monumentos. O pensamento do autor opôs-se à tendência do urbanismo racionalista, emergente na Europa da segunda metade do século XIX, de isolá-los, integrando-os aos novos traçados viários. Nessa perspectiva, foram destacados dois casos de entornos de monumentos da cidade do Rio de Janeiro: a Igreja da Candelária (Centro) e o portão principal de acesso ao Jardim da Quinta da Boavista (São Cristóvão). Os pressupostos teóricos lançados por Sitte se baseiam nas ideias lançadas pelo urbanismo desenvolvido na Europa do século XIX, antecipando um fenômeno que afetou as cidades mundiais, inclusive o Rio de Janeiro, ou seja, o isolamento de monumentos. A reflexão proposta se baseia no livro escrito por Sitte e intitulado *A construção de cidades segundo seus princípios artísticos*, publicado em Viena (1889). A repercussão da obra foi observada no debate teórico mundial sobre conservação de áreas urbanas, desenvolvido ao longo do século XX. Os pressupostos lançados por Sitte foram observados mais tarde nos conceitos difundidos mundialmente por teóricos e por cartas e recomendações relacionadas à conservação do patrimônio cultural das cidades, como por exemplo a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964), a Carta de Brasília etc. Todas elas recomendam fortemente a manutenção da morfologia original dos entornos dos monumentos.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural. Urbanização. Paisagem urbana.

WHAT IF CAMILLO SITTE VISITED RIO DE JANEIRO?

CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS

ABSTRACT

This article intends to reflect upon and debate some theoretical aspects of Camillo Sitte's (1843 – 1903) ideas, in the urban context of Rio de Janeiro, especially maintaining the original urban setting features around monuments. Camillo Sitte's discourse opposes those of a rationalist urban trend, which emerged in Europe in the second half of the 19th century, that isolated monuments and integrated them into modern urban road projects. Under this perspective, we isolated two monuments and their urban settings in Rio de Janeiro: the Candelária church and the Quinta da Boavista Garden main gate access. Sitte's assumptions are based on XIX century European urban planning development ideas that anticipated a phenomenon that affected cities from all over the world including Rio de Janeiro: monuments being isolated. The reflection proposed is based on Camillo Site works entitled *City Planning According to Artistic Principles*, first published in Viena in 1889 as *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. The work impacted the theoretical debate on urban areas conservation throughout the world during the twentieth century. The theoretical assumptions put forth by Sitte were subsequently observed in concepts spread worldwide by theorists and charters related to the conservation of cities' cultural heritage, such as Athens Charter (1931), Venice Charter (1964), Brasília Charter (1995), and others. All these charters strongly recommended maintaining the original morphology of the monuments' surroundings.

KEYWORDS

Cultural heritage. Urbanization. Cityscape.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe a reflexão sobre alguns aspectos teóricos do discurso de Camillo Sitte (1843–1903) e o rebatimento, para o contexto urbano e legislativo da cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se do seu pensamento, dentre outros pontos, a defesa da manutenção das características originais das ambiências de monumentos, que se opôs à tendência do urbanismo racionalista, emergente na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, de isolá-los e integrá-los aos novos traçados viários.

Para a realização da análise proposta foram selecionados dois casos de entornos de monumentos protegidos da cidade do Rio de Janeiro: a Igreja da Candelária (Centro) e o pórtico principal de acesso ao Jardim da Quinta da Boavista (São Cristóvão). A referida reflexão se baseou no conteúdo da obra, de autoria de Camillo Sitte, intitulada *A construção de cidades segundo seus princípios artísticos* ([1889]1992), publicada no Brasil somente em 1992¹, cuja ressonância foi observada no debate teórico mundial acerca da conservação de áreas urbanas, ocorrido ao longo do século XX. Comprovam essa influência os conceitos de ambiência e de autenticidade, dentre outros, que foram consagrados mundialmente pelas principais cartas e recomendações internacionais acerca da conservação

1. A obra foi vertida para o francês em 1902, para o russo em 1925, e para o inglês em 1945.

do patrimônio cultural das cidades mundiais, tais como as Cartas de Atenas (1931), Veneza (1964), Brasília (1995) etc. No entanto, o seu contraponto veio a se concretizar no texto da Carta de Atenas (CIAM - 1933), que pregou justamente o inverso, ou seja, o isolamento dos mais significativos monumentos das cidades como a única solução para preservar suas existências, em face dos novos traçados viários.

No Rio de Janeiro, observa-se que as intervenções executadas pela prefeitura sobre o seu tecido urbano a partir dos anos 1940 seguiram os princípios urbanísticos racionalistas criticados por Sitte, especialmente o que consistia na submissão completa dos entornos originais de monumentos ao desenho das novas vias expressas, voltadas à satisfação das demandas viárias e imobiliárias da cidade. As aberturas da Avenida Presidente Vargas (Candelária) e da Rua General Herculano Gomes (Quinta da Boavista) materializaram a adoção desses princípios pela agenda do planejamento urbano da cidade, acarretando consequências no mínimo questionáveis, que o presente trabalho busca abordar.

2 ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES DA OBRA DE CAMILLO SITTE

Em função dos objetivos estabelecidos, o presente trabalho destaca da obra de Sitte alguns importantes aspectos relacionados ao modelo de cidade surgido na segunda metade do século XIX, bem como ao tipo de tratamento dispensado aos seus monumentos, face às adaptações formais e funcionais emergentes na modernidade.

Nesse contexto, Camillo Sitte dispensou grande atenção à manutenção da dimensão estética das cidades sob o risco de perda de seus princípios artísticos. Percebeu que a imposição de novos padrões construtivos dotados de novas tecnologias e preocupados apenas em atender demandas econômicas, produziria rapidamente a ruptura da cultura urbana existente, apagando tradições construtivas e induzindo à monotonia e uniformidade paisagística das cidades. O período por ele vivido foi marcado pelo início de uma nova lógica produtiva e pela construção de um novo contexto social que impuseram às cidades uma acelerada expansão, originando na arquitetura e no urbanismo do século XX um tipo de fenômeno caracterizado pela predominância de um discurso oficial bastante monolítico e simplista. Nele, prevaleceu sempre o dogma funcionalista que submetia a forma à

dependência das demandas advindas dos processos sociais e econômicos que lhes davam suporte (SANTOS, 1988, p. 25).

Sendo assim, propôs uma maneira de transpor a essência compositiva das cidades antigas para o contexto urbano e respectivas demandas construídas na modernidade, sem, no entanto, defender seu congelamento ou cópia. Assim, seria possível a formulação de alternativas compositivas capazes de evitar aquilo que identificou como duas das mais marcantes características das cidades modernas emergentes no século XX: a confusão e a monotonia. A antevisão de Sitte dos efeitos negativos das soluções racionalistas que posteriormente à sua morte foram adotadas de forma quase consensual em cidades mundiais, possibilitaram frequentes comparações teóricas entre ele e Le Corbusier, cujo pensamento floresceu muito tempo depois da sua morte, ocorrida em 1903.²

Camillo Sitte também destacou a falta de autenticidade representada, segundo ele, pela prática recorrente no século XIX de “copiar” estilos históricos e adaptá-los indiscriminadamente às novas tipologias arquitetônicas emergentes na modernidade. Seguindo o mesmo raciocínio utilizado para a escala urbana, Sitte defendia a manutenção da essência das soluções compositivas da arquitetura do passado, recomendando aos planejadores das cidades livrarem-se “(...) do sistema moderno dos conjuntos de casas regularmente alinhadas; salvar, na medida do possível, o que resta das cidades antigas; e aproximar sempre mais nossas criações atuais do ideal dos modelos antigos”. (CHOAY, 1979, p. 206)³

No entanto, o ponto mais importante da obra de Camillo Sitte para a reflexão proposta diz respeito ao tratamento dispensado aos monumentos históricos, pela urbanística emergente na modernidade, que estabeleceu como solução para o conflito gerado entre a renovação e a preservação, o seu isolamento e adaptação aos novos traçados. A premissa projetual

2. Cabe destacar um importante aspecto relacionado à edição francesa, datada de 1902, que trouxe alterações introduzidas pelo arquiteto Camille Martin, seu editor. Elas consistiram da retirada de partes relacionadas à cidade barroca e um capítulo escrito por Martin, que expandiu as observações de Sitte, originalmente restritas às praças, ao traçado das ruas. Martin destacou a morfologia sinuosa das ruas e praças medievais como as formas mais adequadas às cidades.

3. Segundo Sitte, “Os modelos dos antigos devem reviver hoje, e não como cópias conscienciosas; é examinando o que há de essencial em suas criações e fazendo sua adaptação às circunstâncias modernas que podemos atirar, num solo aparentemente estéril, um grão capaz de germinar de novo”. (CHOAY, 1979, p. 215)

apontou para o deliberado descarte dos entornos tradicionais mutilando irreversivelmente os respectivos tecidos, atentando assim contra a memória arquitetônica e a autenticidade das paisagens das cidades. Sobre esse importante aspecto da conservação urbana, presente na obra de Sitte, e o seu rebatimento para o caso do Rio de Janeiro, o presente trabalho irá debruçar-se brevemente.

3 A VIZINHANÇA DE MONUMENTOS

Entende-se que Sitte percebeu, a partir do seu olhar sobre as cidades europeias, o que viria a ser uma problemática urbana mundial que destacou o antagonismo estabelecido entre as intervenções com fito de “modernização” e a necessidade de conservação da sua herança cultural material. Mesmo tendo adotado como referência a conjuntura urbana europeia, os conceitos por ele lançados relacionados à vizinhança de monumentos e a necessidade da manutenção da essência compositiva dos contextos urbanísticos e arquitetônicos tradicionais das cidades, representaram uma contribuição relevante para o debate da questão mundial da conservação urbana.

Sitte, ao identificar as ameaças impostas pela modernidade às paisagens urbanas tradicionais europeias, antecedeu em algumas décadas importantes questões relacionadas à construção do debate mundial acerca da sua própria conservação, desenvolvido somente ao longo do século seguinte. Essas questões incidiriam não apenas no contexto das cidades europeias, mas também no ambiente urbano das cidades mundiais, especialmente as sul-americanas, dentre elas o Rio de Janeiro.

Nesse sentido, destacou como fundamental a manutenção da relação original estabelecida entre a arquitetura, principalmente as de escala monumental, e seus entornos, declarando-se frontalmente contrário ao princípio urbanístico do isolamento de monumentos, decorrente da sua inserção em novos e modernos traçados urbanos. Destacou a importância do respeito aos esquemas originais de implantação das edificações antigas e criticou de forma contundente a tendência da “urbanística moderna” de isolar construções antigas, para destacá-las ou alinhá-las aos eixos das novas ruas, conforme aconselhava Reinhard Baumeister em seu manual de construção urbana. Segundo ele, as construções antigas deveriam “ser preservadas, mas desimpedidas e restauradas” (SITTE, 1992, p.46). Nesse

sentido, denunciou o que denominou de “fenômeno” que corria em toda parte, apontando o seu “refinamento” quando a premissa projetual impunha o isolamento de antigos portões de burgos ou pórticos em geral. Em função disso, ironizou o efeito gerado pelo referido partido, adotado em alguns exemplos por ele analisados em cidades européias, afirmando: “De fato, uma coisa muito bonita, isso de um portão que não se atravessa, mas em torno do qual se passeia”. (SITTE, 1992, p. 46) (figuras 1 e 2)

Os esquemas de implantação, funções e relações originais do monumento com seus respectivos entornos, segundo Sitte, constituíam-se em entidades inseparáveis. Por outro lado, os aspectos arquitetônicos e urbanísticos tradicionais das cidades estabeleciam relevantes “lições do passado” que poderiam e deveriam orientar intervenções propostas por arquitetos no presente. Sitte, conforme já destacado, não propunha cópias, mas a ressonância da essência artística destas, no presente e no futuro das cidades.

FIGURA 1

Porta cidadina da cidade de Lubbeck, Alemanha, citada por Sitte como um exemplo de isolamento inadequado de monumentos. (SITTE, 1992, p. 46) Fonte: <<http://pe-laslentesdoturismo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

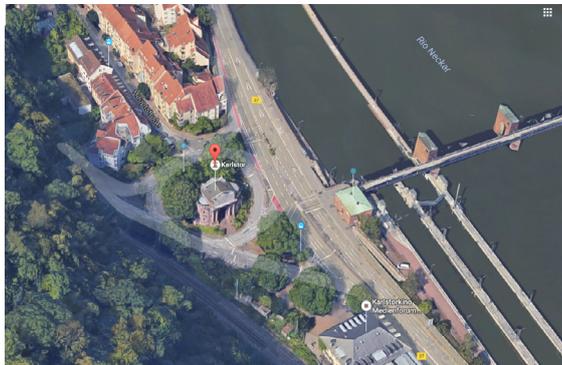


FIGURA 2

Karlstor, Heidelberg, Alemanha, citada por Sitte como exemplo de isolamento inadequado de monumentos. (SITTE, 1992, p. 46) Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Karlstor/@49.4139979,8.7238142,449a,20y,270h,41.57>>. Acesso em 20 nov. 2016.



4 A OBRA DE SITTE E A DISCUSSÃO MUNDIAL DO TEMA DA CONSERVAÇÃO URBANA

É importante destacar que, apesar das críticas de Sitte, a tendência de isolamento de monumentos foi consagrada mundialmente cerca de três décadas após sua morte, na Carta de Atenas (CIAM - 1933), face às necessidades prementes de preservação do patrimônio cultural das cidades. O referido documento teve seu contraponto dado por outro de igual envergadura internacional, a também denominada Carta de Atenas (1931 - Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações), que recomendou justamente o inverso.

Choay (RIEGL, 1984, p. 8), diante do conteúdo dos dois documentos, elegeu-os como os dois principais paradigmas urbanísticos que caracterizariam a ambivalência do pensamento contemporâneo sobre as cidades ocidentais. Enquanto a Carta de Atenas (1931) recomendou que “(...) na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas”; a outra Carta de Atenas (1933) recomendou, dentre outras medidas, o isolamento de partes únicas que constituam “uma lembrança ou um valor real” para a cidade. As duas premissas vieram a se constituir, ao longo do século XX, em objeto de debates mundiais acerca da conservação do patrimônio cultural urbano. Os pressupostos estabelecidos pela Carta de Atenas (1931) foram consolidados e ampliados conceitualmente, em nível mundial, a partir do Congresso de Arquitetos ocorrido, em 1964, na cidade de Veneza. O evento originou documento conclusivo de mesmo nome da Cidade italiana, que ampliou o entendimento de monumento histórico, inserindo-o na categoria de objeto plural, composto não somente pela “criação arquitetônica isolada”, mas também pelo sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. A Carta de Veneza (1964) inseriu no rol de objetos passíveis de conservação, além das grandes criações, as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

A Carta de Veneza (1964) também destacou que a “conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova,

toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas”. Mais à frente, as Recomendações de Nairóbi (UNESCO, 1976) definiram o conceito de ambiência como o “quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. No tópico n. 29, destacou que: “não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; (...)”. O Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade (BRASÍLIA, 1995), por sua vez, recomendou que: “(...) É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade”. O debate estabelecido ao longo do século XX, relacionado à conservação de monumentos no contexto urbano das cidades, comprovou que Sitte anteviu, com antecedência de décadas, alguns dos principais problemas que incidiriam sobre a questão.

A sua crítica ao isolamento de monumentos seria confirmada a partir de resultados obtidos em intervenções urbanísticas que visaram à implantação de sistemas viários, ocorridas em diversas cidades do mundo, inclusive e especialmente a do Rio de Janeiro. Por outro lado, observa-se que o pensamento de diversos autores ao longo do século XX, voltados à revisão das premissas teóricas generalizantes consolidadas pelos CIAM, retomou algumas das principais questões do discurso de Camillo Sitte, como o resgate e o respeito pelas soluções urbanísticas e arquitetônicas tradicionais das cidades, identificados a partir do estudo e da análise de seus respectivos contextos históricos.

Sob este viés, destacou-se Gustavo Giovannoni (1873 – 1943), autor da inédita terminologia “patrimônio urbano”, utilizada na obra *Vecchie città ed edilizia nuova* (1931).⁴ Giovannoni, além de consolidar a reverência ao legado urbano, destacando seu papel de referência compositiva obrigatória na expansão das cidades já detectado por Sitte, em 1889; ampliou seu entendimento integrando-o a uma concepção geral de organização do território acrescentando ao valor histórico o que Choay (2001, p. 194) denominou de valor de uso. Mais tarde, Aldo Rossi (1931–1997), em sua obra *A arquitetura das cidades* (1966), retomou a ideia de contemplação

4. Na França a obra recebeu o título de *L'Urbanisme face aux villes anciennes*.

obrigatória de componente histórico no planejamento e estudo das cidades contemporâneas, dentre outros aspectos teóricos que se aproximam do pensamento de Sitte. Acrescentaram-se a esse contexto teórico as contribuições de Henri Lefebvre (1901–1991) e de G. C. Argan (1909–1992), que desenvolveram estudos sobre a cidade orientados pela sua associação à categoria de produto artístico.

Mais recentemente, os conceitos de lugar e o de espírito do lugar, desenvolvidos por autores como Norberg Schulz (1984), dentre outros, foram consagrados mundialmente por intermédio da Declaração de Quebec (2008) que estabeleceu os aspectos tangíveis e intangíveis como elementos essenciais a serem percebidos pela prática da conservação de sítios urbanos. Dentre os aspectos intangíveis citados, encontra-se o “conhecimento tradicional” que, sem dúvida, abrange as formas tradicionais de construir e edificar lugares.⁵

Cabe também citar a corrente urbanística New Urbanism que marcou uma posição contrária aos cânones urbanísticos difundidos pelos CIAM, apropriando-se de vários aspectos relacionados ao pensamento regionalista derivado de vários autores, inclusive Camillo Sitte, apesar de não fazer qualquer tipo de referência ou citação. A “nova” corrente estabeleceu regras para um “urbanismo ideal”, calcadas na escala humana, priorização da percepção da paisagem urbana pelo pedestre, valorização de espaços públicos de convivência comunitária e, principalmente, no aprendizado com as lições do passado. Nesse sentido, A. Duany (1998), uma das lideranças do movimento New Urbanism na América Latina, destaca que os arquitetos e urbanistas “em lugar de eternamente inventar e experimentar” deveriam estudar os modelos que “funcionam” e humildemente tratar de desenvolvê-los. Observar o que funciona bem e organizar para as pessoas “o que não é uma invenção nossa: estamos recriando um processo que previamente

5. “(...) o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito, declaramos que o patrimônio cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao patrimônio como um todo, e deve ser considerado em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro para monumentos sítios, paisagens, rotas e acervos de objetos.” (Carta de Quebec, Icomos, 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016)

mostrou ser exitoso”. Sem dúvida Sitte endossaria essas proposições teóricas, cerca de mais cem anos após sua morte, o que confirma a importância do seu pensamento na contemporaneidade.

5 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A análise dos contextos culturais que abrigaram a criação das legislações vigentes no país e na cidade do Rio de Janeiro se faz necessária para um melhor entendimento dos dois casos destacados pelo presente estudo. A partir dela torna-se possível avaliar as reais intenções do Estado no cumprimento ou não dos parâmetros previamente estabelecidos.

Observou-se no Brasil, a partir dos anos 1920, alguns avanços no campo da proteção do patrimônio cultural, momento em que alguns estados e municípios além de São Paulo, já desenvolviam experiências de criação de órgãos públicos voltados a este fim.⁶ Muito contribuiu para esse cenário a atmosfera nacionalista emanada pelos movimentos neocolonial e modernista brasileiros, cujos valores foram incorporados pelo Estado Novo de Vargas (1930-1945), preocupado com a construção de nossa identidade a partir de nossas raízes culturais, capazes de cativar intelectuais voltados ao projeto de modernidade nacional.

A partir de 1931, o contexto de valorização das raízes culturais brasileiras foi fortalecido pelas preocupações com a preservação da herança cultural das cidades, emanadas pela Carta de Atenas. Observam-se diversos fatos que confirmam essa tendência no país como, por exemplo, a proteção da cidade Ouro Preto (1933)⁷, a edição da primeira Constituição brasileira que transferiu ao Estado a atribuição de preservar o patrimônio cultural brasileiro (1934) e a edição da primeira legislação de proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Decreto-Lei n. 25, de 1937, que ainda vigora integralmente. No mesmo ano, a gestão do Presidente Getúlio Vargas também criou

6. O município de Recife, por exemplo, em 1927 já possuía seu próprio serviço de patrimônio cultural, idealizado por Gilberto Freire. Os direitos da concepção do órgão foram cedidos por Freire, à Mário de Andrade, originando, em 1937, o então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual Iphan). (Mourão apud Prefeitura, 1990, p. 5)

7. Pelo Decreto n. 22.928, publicado em 12 de julho, de 1933.

o primeiro órgão de patrimônio cultural do país denominado inicialmente Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Sphan) e atualmente Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan).

No Rio de Janeiro, o início do século XX foi marcado por radicais intervenções urbanísticas voltadas, entre outros aspectos, ao aperfeiçoamento da mobilidade urbana a partir do seu centro. Um novo projeto viário foi criado com a intenção de ligá-lo, por intermédio de vias expressas, aos bairros da zona sul, ao novo porto da cidade e à zona norte, em atendimento aos novos vetores de expansão da intensificação da ocupação da cidade. Nesse contexto surgiram grandes avenidas, como as avenidas Central, Beira Mar, Rodrigues Alves e o eixo constituído pelas Ruas Estácio de Sá, Mem de Sá e Salvador de Sá (ligação centro-norte).

No período de 1940 a 1960, o automóvel consolidou-se como a principal forma de transporte intraurbano, consagrando o “planejamento radical” como forma de intervenção no tecido da cidade.⁸ Sob esse contexto, outras intervenções viárias que incluíram novas e grandes avenidas, além de viadutos e elevados, foram realizadas. Com relação aos dois paradigmas enunciados pelas duas Cartas de Atenas, anteriormente citados por Choay, viu-se, na cidade do Rio de Janeiro, o triunfo das premissas projetuais difundidas pela Carta de Atenas (1933), especialmente em relação à conservação de monumentos, considerada possível somente quando a sua adaptação e “alinhamento” aos novos traçados urbanos fosse viável.

As grandes intervenções observadas na cidade durante o referido período, que chegaram a poupar algum monumento, só o fizeram porque foi possível a adoção da estratégia do isolamento e alinhamento, criticada enfaticamente por Sitte. O engenheiro José de Oliveira Reis, que atuou intensamente à frente da prefeitura nesse período, definiu bem o que era entendido como urbanismo na sua época, afirmando que este consistia do “conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do

8. Alison Ravetz (RELPH, 2002, p. 129-130) classificou como “planejamento radical” a atitude de “(...) planejar sem quaisquer limitações físicas ou históricas”. Relph (idem, p. 130), nesse sentido, destaca que o “planejamento radical” integrou os sonhos de todos os construtores urbanos desde que Haussmann construiu avenidas através de Paris, no início dos anos 1850, ressurgindo com grande intensidade no segundo pós-guerra, em um cenário favorável de destruição generalizada das cidades europeias. Na perspectiva de minimizar ao máximo possíveis obstáculos a “(...) ideia era que pouco ou, possivelmente nada, do que era antigo merecia ser preservado ou reproduzido”.

arruamento, da circulação e do descongestionamento da circulação pública”. Buscava-se sempre “a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia, sem descuidar das soluções financeiras”. (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 20)

Sob esse contexto urbanístico, o presente trabalho buscou analisar criticamente os resultados obtidos a partir da construção de dois eixos viários em que estas premissas foram integralmente adotadas pela administração da Cidade. São elas: a construção da Avenida Presidente Vargas–Centro, cujo traçado incorporou e isolou a Igreja da Candelária; e a construção da Rua General Herculano Gomes, cujo traçado isolou em uma rotunda o pórtico de entrada principal do Jardim da Quinta da Boavista – Bairro de São Cristóvão. A análise dos dois casos buscará relacioná-los aos conceitos lançados por Camillo Sitte acerca dos inconvenientes causados pelo isolamento de monumentos, fato que possibilitou verificar a validade de seu pensamento para casos que extrapolam as fronteiras das cidades da modernidade europeia, foco original de sua obra.

Sendo assim, os dois casos aqui abordados (Pórtico da Quinta da Boavista e Igreja da Candelária) configuram exemplos de tombamentos federais cujas intervenções propostas foram devidamente analisadas e aprovadas pelos órgãos federais de patrimônio cultural. Mediante esses dois casos também é possível constatar, especialmente no caso da Igreja da Candelária, as contradições estabelecidas pelo autoritarismo de Vargas, que, por um lado, preserva e valoriza a memória arquitetônica do país, mas, por outro, também a destrói, submetendo-a aos padrões do urbanismo rodoviarista e comprometido com as leis do mercado imobiliário. Cabe ressaltar, dentre outros, a intensa mobilização de técnicos e estudiosos da arte e da arquitetura ocorrida em 1941 contra a demolição das igrejas de São Pedro dos Clérigos e de Bom Jesus do Calvário. As duas igrejas eram protegidas pelo tombamento federal desde 1938 e foram destombadas e demolidas em 1943 para viabilizar a construção da Avenida Presidente Vargas.⁹ Lyra (2007), acerca da demolição, relata que:

9. Lyra (2007) destaca sobre a demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos que: “Das perdas decorrentes da abertura da Presidente Vargas, a mais sentida é a da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Tinha nave elíptica recoberta internamente por magnífica talha e um par de torres cilíndricas,

O instituto do tombamento, criado pelo decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, surgiu como o instrumento jurídico capaz de atenuar a destruição do patrimônio construído. Entretanto, quatro anos depois, os planos de abertura de uma outra avenida levaram o presidente Getulio Vargas a promulgar decreto criando a figura do “cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. A finalidade imediata era legitimar a demolição das igrejas do Bom Jesus do Calvário e São Pedro dos Clérigos, além da mutilação do Campo de Santana (...).

Por outro lado, ao ler o texto do Decreto-lei 25 é possível também identificar alguns aspectos importantes para o entendimento de algumas razões legais que possivelmente embasaram a autorização das obras no entorno da Igreja da Candelária. O Artigo 18 expressa cuidados com o entorno do monumento estabelecendo que, sem a prévia autorização do órgão de patrimônio cultural, “(...) não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto (...)”. Realmente, ao resgatarmos as justificativas do engenheiro José de Oliveira Reis, entende-se perfeitamente que a demolição integral do entorno da Igreja da Candelária – comparado a “pólipos” – ironicamente teve respaldo legal do Decreto Lei n. 25/37, atendendo plenamente aos princípios da otimização da visibilidade do monumento. No entanto, no caso da intervenção executada nos jardins da Quinta da Boavista, não é possível sequer observar uma tentativa de respaldar legal e tecnicamente a intervenção, uma vez que o próprio Decreto-Lei 25 recomenda que as “(...) coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, (...)”.

Como contraponto à legislação federal, ao longo da década de 1980 a legislação urbana do Rio de Janeiro apresentou preocupações mais alinhadas com a evolução das questões e consensos mundiais acerca da conservação do caráter das cidades, verificada na segunda metade do século XX. Nesse período, observou-se a publicação de uma sucessão de legislações que,

um exemplo extraordinário do barroco derivado da escola italiana. Foram inúteis os esforços do Sphan para salvá-la. Pensou-se até em congelar o solo e transportá-la para um outro local, mas o custo da operação era altíssimo. Em 8 de janeiro de 1943, o tombamento foi cancelado e um ano depois a igreja foi demolida. Dela só restam fotografias”.

gradativamente, extrapolaram os limites físicos do monumento, impondo restrições aos direitos de propriedade também aos seus entornos. Tais preocupações surgiram timidamente em 1980, com a publicação da Lei Municipal n. 166, que estabeleceu parâmetros gerais da aplicação do tombamento no nível administrativo municipal.¹⁰ O texto estabeleceu que o órgão responsável pela conservação do bem cultural tombado pode estabelecer restrições ao seu entorno desde que haja a iminência de ato que de alguma forma altere, dentre outros pontos, a visibilidade do bem tombado.¹¹ Em 1988, surgiu a primeira legislação preocupada em conservar áreas urbanas e também naturais (Decreto 7.612), a Área de Proteção Ambiental (APA).

O texto do Plano Diretor Decenal da Cidade (1992) transformou a APA em Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) passando a ser um instrumento específico de proteção de áreas urbanas, estabelecendo outros graus de proteção, além do tombamento, bem como a obrigatoriedade da conservação de sua malha urbana, esquemas de implantação, dentre outros aspectos urbanísticos. O Plano Diretor ainda previu a possibilidade do estabelecimento de áreas de entorno de bens tombados, com vistas à proteção da sua ambiência. Em 2011, após atraso de nove anos, a revisão de seu texto consolidou as citadas diretrizes anteriores, bem como introduziu um novo mecanismo de proteção de monumentos, visando proteger cautelarmente o seu entorno, ou seja, o automático estabelecimento de uma área de influência correspondente a um raio de 200 metros a partir dos seus limites externos.

Certamente nos dias atuais, mais democráticos, dotados de leis mais abrangentes às demandas de conservação de sítios históricos e entornos de bens tombados, as citadas obras sofreriam, no mínimo, maior resistência e questionamentos à sua plena execução. No entanto, essas intervenções nos dão um claro e didático testemunho dos efeitos nocivos do planejamento radical, que inclui em seu repertório o isolamento e alinhamento de monumentos aos novos traçados impostos à cidade de forma invariavelmente autoritária.

10. Há no Brasil três esferas administrativas que são a federal, a estadual e a municipal. A atribuição de tombamento é estendida aos poderes executivos das três instâncias.

11. Art. 9º - Decretado o tombamento, compete ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro pronunciar-se quanto: (...) c) à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência, a integridade estética, a segurança ou a visibilidade do bem tombado pelo Município.

6 A IGREJA DA CANDELÁRIA E A AVENIDA PRESIDENTE VARGAS

A partir dos anos 1940, a malha urbana do centro da cidade foi significativamente marcada pela construção da Avenida Presidente Vargas, obra emblemática do governo ditatorial do Presidente Getúlio Vargas (1930–1945) na então capital do Brasil. A intervenção visou melhorar a ligação viária entre os bairros da zona norte e o centro, sendo que isso ocasionou a demolição de 525 prédios, durante os mais de três anos necessários à sua construção (19 abr. 1941-7 set. 1944) (ABREU, 1987, p. 113-114). Esses prédios distribuíam-se ao longo de seu leito, de pouco mais de 4.000 metros de comprimento por cerca de 80 metros de largura (REIS, 1994, p. 8). A intervenção urbanística, em que pese seu grande impacto na paisagem do centro da cidade, também gerou massa de desabrigados, que veio, assim como as demais intervenções ocorridas no centro, contribuir para o agravamento da questão social da cidade.

A construção da avenida sacrificou, além das mais de 500 edificações citadas, que configuravam um conjunto arquitetônico característico da virada do século XIX para o século XX, expressivo grupo de outras edificações com escala monumental e igualmente significativas para a paisagem e a memória carioca, tais como o Paço Municipal (sede administrativa da prefeitura da cidade), a Igreja de São Pedro dos Clérigos, exemplar raro de arquitetura religiosa barroca da cidade, dotada de planta elíptica; a Igreja do Bom Jesus do Calvário, a Igreja de São Domingos, além de trecho significativo do Campo de Santanna, todos localizados no “miolo” da avenida. Em face da destruição causada pelas obras de abertura da nova avenida, o único monumento a ser poupado foi a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, por condições bastante peculiares. Cabe destacar que a edificação já era protegida, desde 1938, por tombamento promovido pelo próprio governo federal. No entanto, a sua permanência foi explicada por outros motivos mais “convincentes” à época. Segundo o engenheiro José de Oliveira Reis (1994, p. 8), coordenador das obras para construção da avenida, a manutenção do monumento foi justificada também pela “sua arquitetura monumental e majestosa”, mas, sobretudo, “pela coincidência de ficar no eixo da avenida”. Ainda segundo ele, “antes da abertura dessa avenida, a Igreja da Candelária estava emparedada por edificações a ela aderidas como ‘pólipos’, (...). Foi preciso a Prefeitura desapropriar, pagar e demolir esses prédios para que a monumental obra arquitetônica aparecesse”.

Observa-se, na justificativa do engenheiro, total submissão aos preceitos teóricos da Carta de Atenas (1933), que por sua vez referendam a tendência da premissa projetual de isolamento de monumentos, difundida por Reinhard Baumeister, dentre outros, e criticada duramente por Camillo Sitte. O monumento foi inserido em uma praça retangular (Praça Pio X), definida por conjunto de prédios de arquitetura modernista com doze pavimentos¹², enquanto os demais trechos da avenida receberam prédios com gabarito de 22 pavimentos. O artifício, segundo Reis (1994, p. 9), foi adotado com o intuito de não “esmagar” a igreja. No entanto, a intervenção alterou completamente a relação volumétrica do monumento com seu entorno, deixando-o completamente isolado. O partido adotado deu à igreja ênfase exacerbada à função de elemento de composição da paisagem artificialmente criada, muito explicada pela sua localização, conforme já destacado.

A intervenção urbanística alterou drasticamente a relação volumétrica anteriormente existente entre a igreja e seu entorno original, formado por edificações com altura bem inferior, com dois pavimentos em média (figuras 3, 4 e 5). Antes da intervenção, a Igreja da Candelária, em função de sua escala, era a referência visual na paisagem do lugar, sendo visível a grandes distâncias e acessível aos passantes que a alcançavam por intermédio de ruas estreitas. Após a construção da Avenida Presidente Vargas, oculta pela significativa massa de prédios construída, o monumento tornou-se visível ao observador apenas da Praça Pio X e do leito da própria Avenida, até grandes distâncias.

Em função disso, as condições de acesso e de fruição do monumento por parte de pedestres ficaram sensivelmente prejudicadas, tendo em vista o “ilhamento” causado por vias expressas com grande tráfego de veículos, inclusive ônibus e caminhões (Figura 4). Sacrificou-se a condição de local de fácil acesso em prol da função de um mero elemento de composição paisagística. A igreja passou a ser um prédio cuja prioridade não é entrar e sim circundar e ser observado à distância pelo passante, talvez dissesse Camillo Sitte, caso visitasse o Rio de Janeiro.

12. Dentre eles encontra-se o edifício-sede do extinto Banco Boavista, projetado por Oscar Niemeyer em 1946 e o edifício-sede do também extinto Banco Aliança, projetado por Lúcio Costa em 1956.

FIGURA 3

Vista da Igreja da Candelária e parte de seu entorno, antes da abertura da Avenida Presidente Vargas. Postal. A. Ribeiro, Travessa Ambrosina, 25, Aldeia Campista, Rio de Janeiro, [c. 1910]
Fonte: <<http://www.caravelas.com.pt/lugares.html>>.
Acesso em: 21 nov. 2016.



FIGURA 4

Praça Pio X, com a Igreja da Candelária ao Centro.

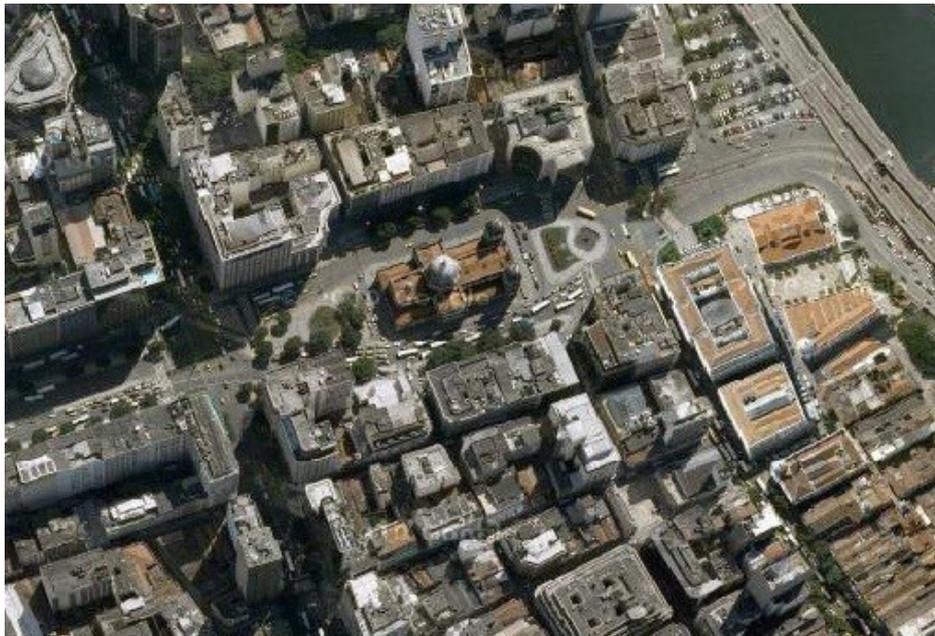


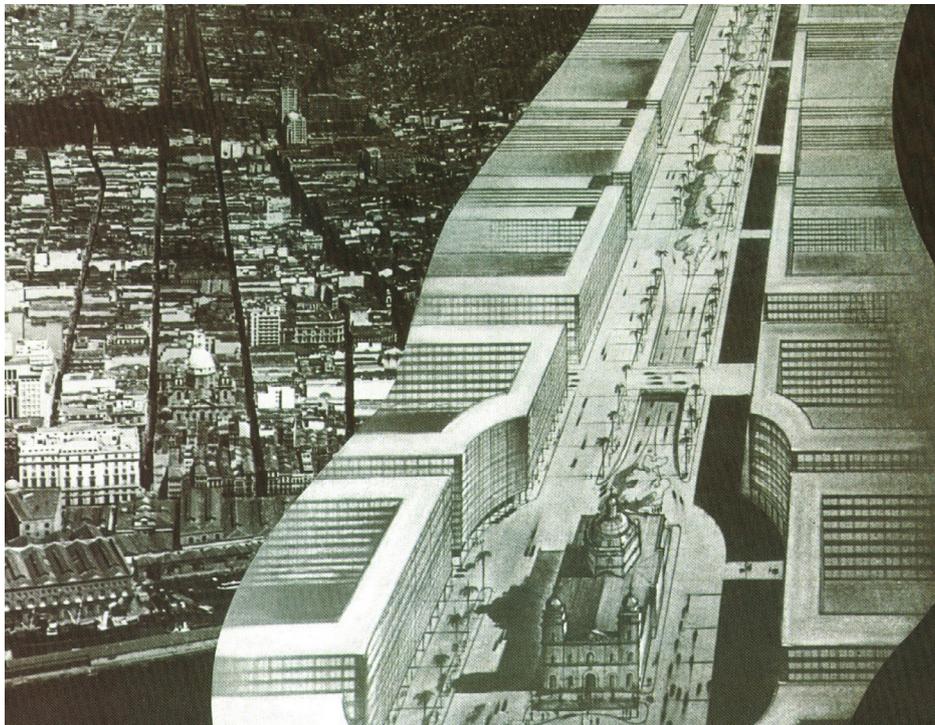
FIGURA 5

Vista do Centro da Cidade obtida da Baía de Guanabara, de onde se percebe a Igreja da Candelária que rompe a silhueta proporcionada pelas edificações existentes anteriormente à construção da Avenida Presidente Vargas. Fonte: http://literaturaeriodejaneiro.blogspot.com.br/200302mapas-antigos-do-rio-de-janeiro_html-janeiro_html. Acesso em 21: nov. 2016.



FIGURA 6

Estudo para a construção da Avenida Presidente Vargas associando uma perspectiva da obra executada à foto aérea com a demarcação da área de seu percurso a ser demolida. Sem autor. Fonte: BUENO, E. et al. (2010, p. 113) - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).



Passados mais de 60 anos de sua construção, a Avenida Presidente Vargas não se consolidou como o centro financeiro planejado nos anos 1940, tampouco exibe o *skyline* projetado, composto por conjunto de prédios com 22 pavimentos em ambos os lados. A ocupação prevista de fato não ocorreu em quase dois terços de seu percurso, sendo explicada por diversas restrições impostas pelo tombamento de diversos bens culturais ou pelo estabelecimento de áreas de proteção do ambiente cultural.

7 O PÓRTICO DA QUINTA DA BOAVISTA

Os jardins da Quinta da Boavista abrigam o antigo palácio que serviu de residência Real (1808 – 1821) e, posteriormente, imperial (1822 – 1889). Os jardins ingleses foram projetados pelo paisagista francês A. Glaziou em 1869, em reforma promovida no reinado de Pedro II. A intervenção introduziu em sua paisagem lagos, ruínas gregas, dentre outros elementos de características românticas.

O projeto de Glaziou, entre outros pontos, introduziu, a pedido de Pedro II, a Alameda das Sapucaias, um dos três elementos retilíneos dos jardins, além dos “(...) dois retângulos ao lado da edificação e um na sua parte traseira sugerindo um jardim clássico com duplo eixo de simetria”. A alameda iniciava-se e era acessada por um pórtico monumental, que tinha à frente a Praça Boavista. Com o artifício compositivo, tornou-se possível o enquadramento visual do corpo central da fachada principal do Palácio, por meio do efeito da perspectiva, reforçado pela Aleia das Sapucaias. (Figura 7) Segundo Trindade (2014, p. 63):

O Imperador solicitava uma aleia retilínea para a ligação entre a entrada principal dos jardins e o palácio – talvez em alusão às perspectivas infinitas tão presentes nos jardins barrocos, especialmente em Versailles – e Glaziou, mais interessado em conceber seus jardins com diferentes pontos de vistas como era característico dos jardins de sua época, relutava em atender ao Imperador.

A partir da proclamação da República (1889), os jardins viveram uma fase de decadência e abandono até que, no período 1907–1910 (gestão do presidente Nilo Peçanha), os jardins foram objeto de melhoramentos e modernização, sendo transformados em parque público.

FIGURA 7

Pórtico de entrada dos jardins da quinta da Boavista, no início do século XX, sem autor. Fonte: <<http://rioclick.blogspot.com.br/2012/12/sao-cristovao.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.



FIGURA 8

Visão atual do pórtico da Quinta da Boavista. Fonte: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.



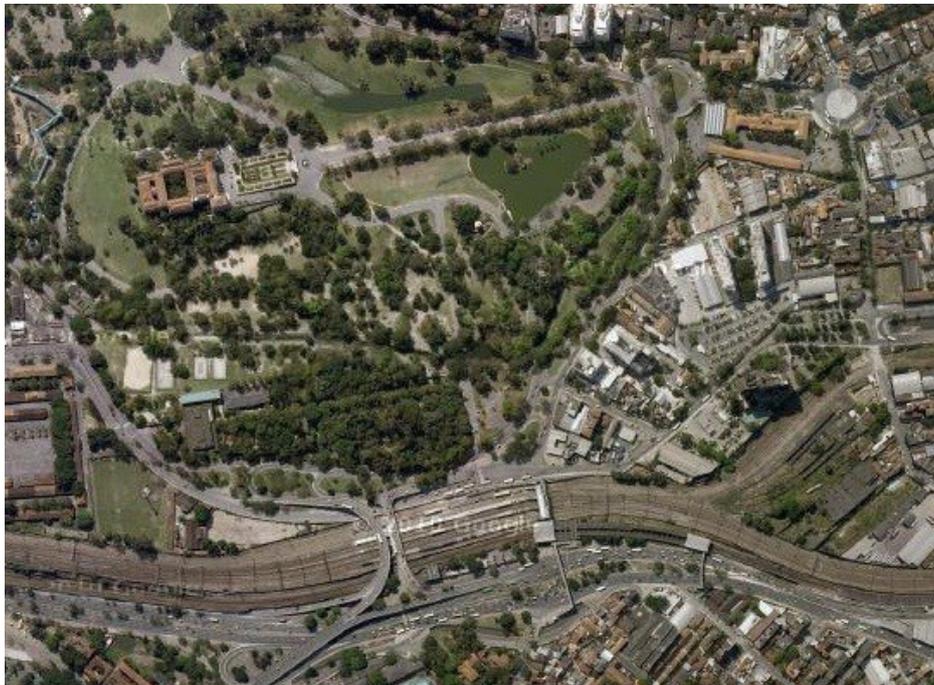
FIGURA 9

Segunda versão do projeto do parque, seguindo as exigências de Pedro II, arquivado no Muséum d'Histoire Naturelle de Paris. Fonte: TRINDADE, 2014, p. 65.



FIGURA 10

Pórtico de entrada principal do jardim da Quinta da Boavista – São Cristóvão. Fonte: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.



A partir deste momento, seus jardins receberam novos passeios, gradis, sanitários, mesas, jardim terraço, o Pagode Chinês, entre outros elementos paisagísticos de destaque. No entanto, a intervenção mais visível foi a remoção e conseqüente substituição do pórtico original de entrada por outro, de dimensões maiores, dotado de três amplos portões, encimados pelo brasão da República. Este elemento passou a marcar o fim da Rua Pedro Ivo, via pública alargada pelo Projeto de Alinhamento n. 349 (1910), além da entrada principal do novo parque cujas vias internas também possuíam função dentro do sistema viário do bairro.

Apesar de ser protegido pelo tombamento federal desde 1938, a exemplo da Igreja da Candelária, ironicamente, nos anos 1950, o monumento sofreu uma nova intervenção que lhe subtraiu parte de sua área verde em função da implantação de grande projeto viário, articulado às demais vias expressas já implantadas nas suas cercanias, construídas com o objetivo de otimizar a ligação do bairro de São Cristóvão a outras regiões da zona norte e também ao centro da cidade. Trata-se da construção da Rua General Herculano Gomes que proporcionou, com outras vias expressas, o “cintamento” dos jardins da Quinta da Boavista, por um grande anel viário, que retirou o fluxo de veículos de seu interior (Figura 10). O conjunto de vias foi integrado a mais dois viadutos e uma avenida de acesso aos bairros da zona norte, a Avenida Radial Oeste. A intervenção trouxe em seu bojo o isolamento, em uma rotunda, do pórtico de acesso principal da Quinta da Boavista, transformando-o em um mero objeto decorativo urbano, desconstruindo a unidade compositiva do projeto do Parque, proposta por Glaziou, neste trecho. Observa-se também que a função de enquadramento, por intermédio da perspectiva, anteriormente estabelecida para o pórtico de acesso principal, foi inviabilizada com a interposição de vias expressas de tráfego intenso imediatamente atrás e à frente do elemento arquitetônico (figuras 7 e 8).

Como resultados da deliberada destruição do seu contexto e funções originais, dentre outros fatores, observa-se a dificuldade da leitura da paisagem e dos limites originais do Parque, por parte do observador, bem como a criação de uma “nova função” para o pórtico principal, ou seja, a “decorativa”. Como diria Camillo Sitte (1992, p. 46), a intervenção realizada gerou “de fato, uma coisa muito bonita”, “um portão que não se atravessa, mas em torno do qual se passeia”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois exemplos de monumentos localizados no Rio de Janeiro e explorados no presente trabalho ilustram com nitidez a expansão mundial da premissa projetual do isolamento de monumentos, expondo claramente seus indesejáveis efeitos urbanísticos. Eles justificam o temor expresso por Camillo Sitte, em fins do século XIX, pela uniformidade de soluções urbanísticas que de fato ocorreu após a sua morte (1903), em uma escala nunca por ele imaginada.

Observa-se uma inequívoca aproximação da sua crítica relacionada aos casos construídos nas cidades europeias de fins do século XIX, aos analisados no Rio de Janeiro, muito distante geográfica e cronologicamente. A constatação confirma a universalização das soluções projetuais e também demonstra uma total submissão do tecido urbano das cidades às premissas de planejamento racionalista, expressas detalhadamente pela Carta de Atenas (1933), apesar da existência de forte corrente teórica oposta, materializada pela outra Carta de Atenas (1931). A revisão desses princípios observada a partir da segunda metade do século XX possibilitou o resgate das premissas teóricas do documento datado de 1931, viabilizando avanços consideráveis na conservação de bens culturais que foram consolidados em documentos internacionais posteriores que influenciaram legislações urbanísticas de cidades mundiais que incluem o Rio de Janeiro.

Apesar do avanço verificado na atual legislação urbana da cidade, verifica-se um grande descompasso em relação à legislação federal, em que ainda vigora o Decreto-Lei 25/37. Em função disso, admite-se que, pelo menos no tocante aos bens tombados municipais, ao menos teoricamente, não há qualquer possibilidade de reedição de casos semelhantes aos aqui abordados, apesar de sempre pairar o perigo da distorção de seus princípios em função de interesses econômicos de grupos hegemônicos atuantes na cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. Apresentação. In: SITTE, Camillo. *A construção de cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992. p. 4-6.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BUENO, E. et al. *Avenida Presidente Vargas: um desfile pela história do Brasil*. Porto Alegre: Buenas Ideias; Arco, 2010.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Coleção Estudos, v. 67.)

_____. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

_____. Apresentação. In : RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments, son essence et as genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.p. 8-18.

COLLINS, G. R.; COLLINS, C. C. *Camillo Sitte reappraised*. Londres: Mansell, 1981. (Serie Studies in History, planning and environment)

CURY, Isabelle (org). *Cartas patrimoniais*. Brasília: Iphan, 2004.

DUANY, Andrés. A common language of urban design. *Places, A Forum of Environmental Design*, n. 3, v.11, 1998.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (orgs). *Novas memórias cariocas do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux Villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

LYRA, Ciro C. 'Velharias' postas abaixo: ondas de modernização sacrificaram monumentos de valor inestimável na primeira metade do século XX. *Revista de História*, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/velharias-postas-abaixo>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

MINDLIN, H. *Modern architecture in Brazil*. Nova York: Reinhold Publishing, 1956.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: towards phenomenology of achitecture*. Nova York: Rizzoli, 1984.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da Haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

RELPH, E. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 2002.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto, 1988.

SITTE, Camillo. *A construção de cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Tombaram o Decreto Lei n. 25/37?* Paper publicado no IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, ocorrido na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, 2008. 9f.

TRINDADE, Jeanne Almeida da. Os jardins de Glaziou para a Quinta da Boavista, Rio de Janeiro-RJ. *Revista Espaço Acadêmico*, ano XIII, n. 156, maio 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/23782/12973>>. Acesso em 22 nov. 2016.

Artigo recebido em: 22/08/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016

APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY-RJ

MARIANA FREITAS PRIESTER INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, MARIANA, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana–MG, Brasil. E-mail:maripriester@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p118-144>

APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY-RJ

MARIANA FREITAS PRIESTER

RESUMO

A partir da pesquisa desenvolvida em 2015 com usuários (moradores ou não) do Bairro Histórico de Paraty sobre o impacto das intervenções realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no conjunto arquitetônico da cidade, foi observada a recorrente utilização de categorias como identidade e tradição para explicar essa relação. Buscamos analisar como essas categorias são acionadas na disputa simbólica pelo espaço urbano, considerado patrimônio nacional. Interessa-nos assim observar como essas categorias estão associadas às visões sobre as intervenções preservacionistas na cidade, pois o sentido de patrimônio está relacionado a uma representação simbólica de memória e identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade cultural. Tradição. Tombamento.

APPROPRIATIONS AND PERCEPTIONS ON THE HISTORICAL DISTRICT OF PARATY IN RIO DE JANEIRO

MARIANA FREITAS PRIESTER

ABSTRACT

Research carried out in 2015 with users (residents or not) of the historical district of Paraty about the impact of interventions by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan) in the architectural ensemble of the city observed the recurrent use of categories such as identity and tradition to explain that relationship. We intend to analyze how those categories are triggered in the symbolic dispute for the urban space considered national heritage. We are interested in observing how those categories are related to views about preservation interventions in the city, because the sense of heritage is related to a symbolic representation of memory and identity.

KEYWORDS

Cultural Identity. Tradition. Heritage listing.

1 INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa desenvolvida em 2015 com usuários (moradores ou não) do Bairro Histórico de Paraty sobre o impacto das intervenções realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Conjunto Arquitetônico da cidade, foi observada a recorrente utilização de categorias como identidade e tradição para explicar essa relação. Analisamos, neste artigo, como essas categorias são acionadas na disputa simbólica pelo espaço urbano, considerado patrimônio nacional.

O termo tradição é acionado por uma parcela da população paratiense que o utiliza como uma maneira de reforçar sua identidade, baseada no sentimento de preeminência em relação aos que vieram depois e com os quais têm de interagir. As mudanças que ocorreram na cidade geraram classificações, como “os de dentro” e “os de fora”. Essas mudanças também se refletiram nas percepções dos moradores sobre sua identidade e tradição. Assim, interessa-nos observar como essas categorias estão associadas às visões sobre as intervenções preservacionistas na cidade, pois o sentido de patrimônio está relacionado a uma representação simbólica de memória e identidade.

Consideramos que as cidades vivem em constantes transformações, pois possuem uma dinâmica sociocultural e ambiental e, como afirma Santos,

“[...] uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas. Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar com mais propriedade de história – de história urbana pelo menos [...]” (1986, p. 59).

Essa ideia se aplica a bens tombados individualmente e a conjuntos e sítios históricos como também a seus respectivos entornos que, após serem patrimonializados, não foram isolados da dinamicidade da vida cotidiana (NITO; PRIESTER, 2015, p. 999).

É preciso tecer alguns comentários sobre o início da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na cidade de Paraty. Segundo Augusto da Silva Telles, no livro *Memórias do patrimônio: entrevista com Augusto Silva Telles* (Thompson, 2010), Rodrigo M. F. Andrade costumava ouvir a opinião de Lúcio Costa nas decisões sobre os tombamentos, e no caso de Paraty não foi diferente, conforme o seguinte parecer em resposta às considerações de Carlos Drummond de Andrade:

De acordo. Parece de manifesta conveniência a inscrição do Conjunto Arquitetônico de Parati nos livros do Tombo, sobretudo tendo-se em vista que proprietários locais principiam a relutar em se submeter à determinação da Dphan, sob alegação da cidade não se achar efetivamente sujeita ao regime do tombamento tal como foi instituído na Legislação Federal. De outra parte cumpre ponderar que a fisionomia antiga de Parati se acha melhor conservada que de diversas cidades coloniais mineiras tombadas em conjunto, tal como São João Del Rei e Mariana. Peço, entretanto, o parecer do Diretor da DET, o arquiteto Lúcio Costa (ANDRADE, 1957).

É interessante notar que, pelo que vimos, mesmo a cidade não sendo efetivamente inscrita nos Livros do Tombo, os moradores de Paraty, que tanto almejavam o progresso nos tempos de isolamento, pareceram submeter-se às orientações da Instituição e eram mesmo gratos a ela pelas obras que faziam nos casarões arruinados. Com a chegada dos primeiros visitantes das capitais, o ‘olhar estrangeiro’ começou a alterar essa configuração ao questionar o porquê de seguir tais orientações, já que a cidade não seria de fato tombada. Isso porque Paraty, mesmo não inscrita em nenhum Livro de Tombo, era protegida pela Instituição como se fosse.

A cidade foi, primeiro, elevada a Monumento Estadual do Estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto-lei Estadual n. 1.450, de 18 de setembro de 1945. Em 13 de fevereiro de 1958 foi tombado pelo Iphan, em nível federal, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Paraty e, separadamente, o prédio da Santa Casa; os dois foram inscritos nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas Artes. Em 1966, todo o município foi elevado a Monumento Nacional por meio do Decreto-lei n. 58.077, de 24 de março. Em 01 de março de 1974, novo tombamento pelo Iphan, incluindo o entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty, inscritos nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no das Belas Artes, volume I. A elevação a monumento nacional e o tombamento do município de Paraty fizeram parte de um esforço para preservar o conjunto arquitetônico e sua paisagem envoltória, ameaçados pela iminente expansão da cidade.

A partir de 1947 a área urbana erigida em Monumento foi demarcada e a zona urbana dividida em dois bairros: Histórico e Industrial, por meio do Decreto-lei nº51, de 27/05/1947, que instituiu o Código de Obras Municipal. Esse Código permitia novas construções dentro do Bairro Histórico, desde que as características destas se “ajustassem” às das antigas, e que o alinhamento fosse mantido ao das construções pré-existentes. Determinava também que os terrenos vagos não poderiam ser fechados por meio de gradis e que os projetos propostos para a cidade fossem aprovados pelo município ou pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico (Dphan). Nessa época o Iphan já funcionava há 11 anos, tendo começado experimentalmente em 1936, com a direção de Rodrigo M.F. de Andrade, passando a integrar a estrutura do MES com a Lei nº378 de 13/01/1937.

Em 1972 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Paraty (PDIPBH), contratado pelo Iphan e desenvolvido pela Companhia Nacional de Planejamento Integrado (CNPI), com a participação do arquiteto Frédéric de Limburg Stirum. Segundo a arquiteta do Iphan, Isabelle Cury, durante a elaboração desse plano os paratienses participaram ativamente dos trabalhos, sendo inclusive contratados pela CNPI. A população teria mantido um diálogo com o Iphan opinando sobre os critérios de intervenção dos imóveis.

Na década de 1980 novos parâmetros urbanísticos, pautados na legislação municipal, são aplicados no município, sendo essas as principais leis: a Lei n. 608 de 25 jun. 1981, que fixa normas para o zoneamento da área urbana e de expansão urbana do município, ratificada pela Portaria Iphan n.10 de 24 set. 1981, a qual estabelece critérios objetivos para aprovação, pelo órgão federal competente, de quaisquer obras e edificações no município; a Lei n. 609 de 25 jun. 1981, que regula o parcelamento do solo para fins urbanos, no município; Lei n. 699 de 03 set. 1985, - que - regula o parcelamento do solo para fins urbanos; Lei n. 720/86, que instituiu o Código Municipal de Posturas; e Lei n. 706/99, que dispõe sobre o gabarito das edificações. Além da legislação municipal ratificada pelo Iphan, também foram desenvolvidos estudos técnicos sobre temas específicos necessários à gestão e conservação do Conjunto. Dentre eles, o estudo realizado para a definição de critérios para a ocupação de lotes vagos (elaborado por Isabelle Cury na década de 1980) o qual levou em conta os critérios de Parcelamento do Solo e Obras Novas do Plano de 1972 - por sua vez incorporados ao Código de Obras Municipal de 1983, vigente até os dias atuais. A legislação de Paraty abordou sistematicamente alguns critérios facilmente identificáveis: altura das edificações, parcelamento, traçado urbano, obras novas (incluindo reconstruções) e a questão dos vazios urbanos. No que concerne ao entorno, temos a definição de um raio de 5 km ao redor do Bairro Histórico, a questão do adensamento, restrito pelo gabarito das edificações, e a questão das coberturas em telha cerâmica. Cada código pode ser lido a partir do enfoque que dá a esses problemas, e cada enfoque corresponde a uma visão sobre o pensamento preservacionista.

Ao analisar a arquitetura civil a partir da percepção das apropriações estabelecidas pelos usuários dos imóveis, é possível avaliar as intervenções ocorridas e seus diálogos com o presente. Por apropriação entendemos as ações ligadas às transformações ocorridas nos imóveis por meio de alterações em seu uso – residencial, comercial, institucional, por exemplo – e às transformações socioeconômicas e culturais ocorridas no sítio tombado desde sua patrimonialização. É por meio delas que será analisada, com mais clareza, a relação de identidade dos usuários com o Conjunto Arquitetônico, dadas as transformações sociais pelas quais o Bairro Histórico passou na última década.

Com base em entrevistas, analisamos as alterações de uso dos imóveis ocorridas na cidade de Paraty a partir da segunda metade do século XX. Além de refletir sobre como os usuários veem o trabalho de preservação do Iphan, quais relações de memória mantêm com a cidade, de identidade com o espaço e suas maneiras de apropriação do Conjunto.

2 IDENTIDADE E TRADIÇÃO

Na cidade de Paraty podemos identificar algumas narrativas que construíram identidades distintas sobre a complexidade do lugar. Poderíamos tomar como exemplo as narrativas de grupos de moradores que habitavam o Bairro Histórico na época de seu tombamento; narrativas dos novos moradores que ali estabeleceram residência buscando o isolamento que a vila ainda mantinha quando foi redescoberta, na segunda metade do século passado; os discursos dos diversos órgãos de preservação que estão hoje presentes na cidade; as narrativas dos turistas que circulam diariamente e fazem parte de uma população sazonal; as narrativas dos jovens moradores de Paraty que ainda mantêm uma proximidade com o Bairro Histórico, seja por suas famílias conservarem imóveis na região, seja por compartilharem da memória de seus antepassados. Tais narrativas buscam associar as identidades ao lugar e estão em permanente disputa por legitimidade. Essas identidades distintas e fragmentadas apontam também para o que conceitualmente é conhecido como a crise identitária de uma memória hegemônica.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), Stuart Hall trata da questão da identidade, postulando da seguinte maneira: velhas identidades estão em declínio, e novas identidades estão se apresentando fragmentadas no indivíduo moderno (HALL, 2006). Segundo o autor, uma transformação estrutural teria ocorrido na sociedade moderna ocidental no final do século XX, período denominado pelo autor de “modernidade tardia”, fragmentando as “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2006, p. 9). Em outros tempos, para ele, seriam essas “paisagens culturais” que forneciam sólida localização do indivíduo na sociedade, e sua fragmentação levaria à perda do “sentido de si”, da estabilidade do indivíduo – situação chamada pelo autor de deslocamento do sujeito, constituindo-se em uma “crise de identidade”,

advinda de um duplo deslocamento: o deslocamento do indivíduo do seu lugar no mundo social e cultural e de si mesmo (HALL, 2006).

Assim como Hall, Joël Candau fala de uma atual “crise do presentismo”, na qual há um desaparecimento de referências e a diluição de identidades:

[...] em um contexto de esgotamento de grandes memórias organizadoras do laço social, em uma época marcada pelo retrocesso de memórias fortes em proveito de memórias múltiplas, confusas e oportunistas, o recurso às retóricas holísticas (memória coletiva, identidade coletiva etc.) para definir e descrever as relações entre memória e identidade à escala de grupos torna-se cada vez menos pertinente (CANDAU, 2014, p.12).

Para o autor, a memória nos modela e, ao mesmo tempo, é por nós também modelada. Isso resumiria a dialética entre memória e identidade, que se “nutrem mutuamente” produzindo uma “trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (idem, p. 16). É a memória que fortalece a identidade, tanto em nível individual quanto no coletivo - com isso o autor admite que o patrimônio seria uma dimensão da memória. O autor faz uma diferenciação entre memórias fortes e memórias fracas, e distingue a memória em três manifestações diferentes, a protomemória, que seria uma memória-hábito, memória-repetição; a memória em seu sentido comum, de evocação; e a metamemória, que seria a

[...] representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela [...] a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva [...] A protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da *faculdade* da memória. A metamemória é uma *representação* relativa a essa faculdade (idem, p. 23).

A memória fraca seria superficial, desorganizadora de sentidos, não podendo ser compartilhada pelos indivíduos; já a memória forte seria estruturadora de identidade. O autor se refere a esse último conceito como sendo retóricas holísticas, o que é entendido como o uso de termos e expressões que “visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos” (CANDAU, 2014, p.29). As retóricas holísticas são uma herança de disciplinas,

como a Sociologia e a Antropologia Social e Cultural, que, “no quadro de problemáticas integrativas e de esquemas de pertencimento, constituíram uma boa parte de seus vocabulários na era industrial, quer dizer, na era das massas representadas (pensadas) como entidades coletivas.” (2014, p. 29)

Na época do tombamento do Conjunto Arquitetônico de Paraty, criou-se uma retórica holística ao se atribuir ao Bairro Histórico a representação da memória coletiva ou da identidade coletiva da cidade de Paraty e de seus moradores. À época essa retórica estava baseada em representações factuais. A cidade constituía-se basicamente no Conjunto, o que teria criado um grande nível de aceitação e pertinência. Atualmente, a cidade moderna cresceu ao redor do Conjunto, que deixou de ser o centro da cidade de Paraty. Nas entrevistas realizadas podemos notar que atualmente essa retórica está começando a atingir um grau de pertinência fraco ou nulo, não somente pela perda de valorização dos imóveis tombados, devido ao alto grau de descaracterização que alguns atingem, mas pela falta de sentido que o lugar poderá exercer na vivência das novas gerações paratienses.

Muitos dos novos habitantes que foram para Paraty logo após seu tombamento estavam, por exemplo, em busca de uma comunidade tranquila, de um paraíso, de um lugar aconchegante e protegido dos grandes centros. Porém, esses moradores assistiram à transformação da cidade em função do turismo, o qual gerou necessidades de expansão e a perda de muitos moradores antigos do Bairro Histórico, que passou a abrigar pousadas e comércios voltados para as épocas de alta temporada. Atualmente, o Bairro passou a ser visto por alguns pesquisadores, como a arquiteta Ana Consciência (2009), e por moradores locais quase como um cenário para motivar seu principal atrativo econômico, o turismo. Por outro lado, em contraposição a esse movimento de globalização e abertura que vem ocorrendo em Paraty, podemos assistir também a um movimento contrário, o fenômeno descrito por Hall quando o autor afirma que, junto com o impacto “global”, há o novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades purificadas.

Uma parcela da comunidade dos moradores mais antigos da cidade, preocupada em manter e valorizar suas tradições, encaminhou ao Iphan,

por meio do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP¹), a demanda pelo reconhecimento da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, o que acabou gerando seu reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro ao ser inscrito no Livro de Registro das Celebrações em 2013. Segundo o dossiê apresentado pelo IHAP para essa candidatura, é no Bairro Histórico da cidade que estão localizados os principais espaços da Festa. Em função das peculiaridades de Paraty, no processo de preservação de seu conjunto urbano foi dado destaque à formação de uma identidade local específica, realçando, entre outras coisas, o modo de vida tradicional, as relações sociais e as festas religiosas. Para a realização destas, espaços como a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a Praça da Matriz e as casas de famílias paratienses se abrem para ser a Casa do Festeiro.

A dinâmica e o uso do espaço preservado do Bairro Histórico de Paraty participam da construção das identidades dos habitantes que remetem às memórias de acontecimentos passados, à paisagem, às edificações e à prática das tradições incorporadas pela comunidade na Festa do Divino:

Portanto, o patrimônio edificado, tais como as igrejas e todo o casario colonial preservado do Centro Histórico, juntamente com toda a cidade, está intimamente relacionado às manifestações culturais religiosas, dentre as quais é evidente o lugar da Festa do Divino Espírito Santo, que evoca uma espécie de sociabilidade comunitária, fundamental na construção da identidade social e coletiva dos paratienses e, como veremos, do Brasil (IHAP, 2009-2010, p. 09).

Segundo o Dossiê de Candidatura, alguns moradores dizem que, mesmo não estando comprometidos com alguma etapa de organização da Festa, não deixam de fazer doações em dinheiro ou produtos. Pessoas que em algum momento se negam a contribuir são apontadas como “as de fora”, não originárias de Paraty, na maioria das vezes donos de grandes hotéis ou pousadas locais:

1. O Instituto Histórico e Artístico de Paraty é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, instituída juridicamente em 6 de junho de 1976 por moradores da cidade preocupados em preservar a memória local, assim como o patrimônio material e imaterial do município. Promove a difusão de artes e ofícios, ações referentes à educação patrimonial e à preservação do meio ambiente por meio de palestras, cursos, exposições e edições de livros. Para mais informações sobre o IHAP, ver: <<http://www.ihap.org.br/index.php>>.

O conhecimento sobre a organização e a dinâmica da festa, mesmo sem estar envolvido diretamente com ela, é elemento que corrobora com a hipótese de que a Festa do Divino faz parte do processo de socialização da população paratiense. Por exemplo, ao conversar com um festeiro que hoje em dia, por motivos de doença, não faz mais parte diretamente da organização da Festa, este mencionou que sempre fica sabendo do andamento, porque é uma festa do pessoal local, de amigos. Todos sabem descrever, por exemplo, os nove dias da celebração e as regras para a escolha do festeiro. Ter domínio sobre essas informações faz parte do “saber incorporado”. Como os moradores dizem: as pessoas de Paraty, ou seja, aquelas que nasceram e têm família ali, sabem sobre o Divino. “É um fator que distingue quem é local, de quem é de fora.” (IHAP, 2009-2010, p. 43)

Ao mesmo tempo em que é possível perceber o fenômeno da “homogeneização cultural” decorrente da influência global que o turismo fomenta no cotidiano da cidade e que amplia o sentido de fragmentação das identidades locais, podemos perceber também, como vimos, um novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades ditas purificadas. Por isso a afirmação que Hall e Candau fazem em seus respectivos ensaios de que é improvável que a globalização destrua as identidades nacionais (ou locais, no caso de uma cidade e não de uma nação), mas que essa nova articulação entre o global e o local poderá gerar novas identidades “globais” e novas identificações “locais” e que as culturas híbridas são novos tipos de identidade criados na modernidade tardia (HALL, 2003), é extremamente pertinente quando procuramos entender as questões das categorias de identidade e tradição que permeiam o contexto de uma cidade como Paraty.

3 SOBRE O BAIRRO HISTÓRICO DE PARATY

A partir de meados do século XX, mudanças começaram a ocorrer no perímetro urbano protegido do Bairro Histórico². Os novos visitantes

2. O Código Municipal de Obras de 1947 dividia a cidade em Bairro Histórico e Bairro Industrial. Foi determinado que o tombamento compreenderia todos os logradouros e edificações situados nos limites do Bairro Histórico mencionado no Código: Art.4º - O Bairro Histórico é delimitado por uma linha que, partindo do eixo da Praça da Pedreira e passando pela foz do Rio Matheus Nunes, corre pelo litoral da Baía de Parati, segue pela margem direita do Perequê-Açu e atinge novamente a Praça do Pedreira pelo Beco do Propósito.

que começaram a frequentar a cidade – em sua maioria, genericamente reconhecidos pela população local como “paulistas” –, compravam velhas casas e sobrados a preços baixos. A movimentação de artistas plásticos e intelectuais em busca de aspectos e costumes tradicionais de outros tempos que acreditavam ainda existir na cidade, marcou a década de 1960. Segundo Mello e Souza: “pintores vinham retratá-la, poetas buscar inspiração e mais tarde cineastas usaram seus cenários para filmes inovadores [...]” (1994, p. 100). Tudo isso consolidou um significado do sítio que associa a cultura e as relações sociais tradicionais com a busca de um espaço de liberdade cultural e social, ocupado por segmentos urbanos ligados à criação artística ou à busca de modelos alternativos de vida.

Com essa nova efervescência, o comércio ganhou revitalização, ainda que pequena, e o Bairro começou a sentir os primeiros efeitos do esvaziamento de famílias locais, pois, quando os turistas retornavam para as capitais, as casas adquiridas ficavam fechadas a maior parte do ano (MELLO e SOUZA, 1994). A partir da década de 1970, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, parecia que a cidade entrava em um incontornável processo de transformação e expansão.

A partir daí esses novos moradores de Paraty adotaram a cidade como um meio de vida, tornando-se proprietários de seus próprios negócios “individuais” e transformando o perfil socioeconômico do Bairro Histórico, cujo comércio se voltou, cada vez mais, para bens de consumo exclusivos, naturalmente com um perfil de consumidores de renda mais elevada.

Na década de 1990, uma série de eventos marcou uma ressignificação do sítio, que passou a ser percebido não mais como um retrato de um modo de vida pacato e tradicional, lugar paradisíaco e destino dos herdeiros dos movimentos culturais dos anos 1960 e 1970, mas como um “novo lugar de cultura”, cuja imagem passou a ser construída em torno da existência do antigo Caminho Velho – efêmero caminho, instalado entre o final do século XVII e a primeira década do século XVIII, para o escoamento de ouro. Em oposição ao antigo sentimento relacionado ao isolamento e à simplicidade dos modos de viver e do estilo arquitetônico colonial basicamente vernacular, começou-se a construir uma história “nobre” para a cidade ligada ao ouro e à riqueza.

Esse movimento de “descoberta” teve, em 2003, alguns de seus marcos principais: o Decreto Municipal n. 92/2003, que “tomba” o Caminho do

Ouro, e o projeto de revitalização de suas ruínas, tentativa empreendida entre 2002 e 2003; e uma série de publicações que giram em torno das tradições e da história oral ou documental da cidade³. Também em 2002 acontece a primeira Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), que projetou novamente a cidade no cenário cultural nacional e internacional.

Isso implica em dois movimentos antagônicos em relação ao sítio: um de transformação e outro de conservação; ambos tendo como mote principal a posse de seu significado. Essas ações estão presentes na compreensão das intervenções que ocorreram no Bairro Histórico de Paraty e das formas como elas foram ou não apropriadas pela população.

4 APREENSÃO DO OLHAR LOCAL

Para gerar uma reflexão a respeito de como os moradores veem o trabalho de preservação do Iphan, quais maneiras de apropriação estabelecem com o Conjunto e quais são suas impressões e memórias da cidade, foram elaboradas entrevistas que serão apresentadas no próximo item. Questões como: a apreensão das alterações no Conjunto; quais são suas memórias mais antigas; quais são as identificações pessoais com o local; como o usuário vê os turistas que não cessam de caminhar entre as ruas do Conjunto, que observam o espetáculo sem se envolver; quais são os valores atribuídos ao Bairro Histórico e aos imóveis do Conjunto. Foi entregue um total de 20 questionários abertos, respondidos manualmente ou por meio de entrevistas guiadas pelo roteiro do questionário – nove questionários respondidos e 11 entrevistas realizadas.

Os sujeitos entrevistados foram selecionados a partir da premissa de que mantinham alguma relação de pertencimento com o Bairro Histórico de Paraty. Essas relações de vínculo puderam ser percebidas entre os paratienses que residem no Bairro Histórico; os que não residem, mas mantêm um imóvel no local, geralmente imóveis que estão na família há gerações; comerciantes que têm vivência diária nesse espaço; e profissionais que desenvolvem seu trabalho no local – no caso, arquitetos envolvidos em obras

3. Como, em 2003, a publicação do livro *A história do Caminho do Ouro em Paraty*, do ator e diretor do teatro Espaço, Marcos Caetano Ribas, e do *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty 1801-1883*, organizado por Maria José dos Santos Rameck e Diuner Mello com o apoio da Câmara Municipal de Paraty.

nos imóveis do Conjunto. Os moradores do Bairro Histórico nascidos em Paraty acabaram formando uma rede, indicando outras pessoas, e assim foi possível entrar em contato com oito moradores do Bairro Histórico e originários da cidade. A adoção de uma metodologia de entrevistas que parte de uma rede de conhecidos tende à homogeneização dos discursos, pelo fato de serem pessoas que se conhecem. Se, por um lado, essa amostra resultante de indicações dos próprios entrevistados representa narrativas mais uniformes, por outro, ela ainda permite identificar alguma diferenciação em função das atividades econômicas, dos usos das edificações (residentes e veranistas), da idade dos entrevistados.

No caso dos questionários respondidos manualmente, a entrega foi feita, em sua maioria, de forma aleatória, ao longo de frequentes idas ao Bairro Histórico e da abordagem das pessoas nas edificações, moradias ou comércio. Dessa maneira, as respostas podem ser definidas como menos tendenciosas. O tamanho da amostra referente aos questionários, nove, não foi grande, pois a análise das respostas, em função de sua maior heterogeneidade, demandaria um tempo mais longo para a realização da sistematização das informações.

Um tema não mencionado diretamente nas questões apresentadas pelo questionário foi o turismo, porém respostas relacionadas às alterações ocorridas no local por vezes abordaram o tema, de modo que não sentimos a necessidade de incluir uma pergunta mais direta sobre o assunto.

O grupo entrevistado ficou estabelecido da seguinte maneira:

- Dos 11 paratienses que responderam as questões, 8 fizeram parte da rede de indicações, os outros 3 foram selecionados de modo aleatório; 8 são residentes no Bairro Histórico (dos quais 2 também possuem comércio no local); 2 residentes na cidade que mantêm ateliê no Bairro Histórico; e 1 morador no Rio de Janeiro que mantém a residência da família no Bairro e vai periodicamente a Paraty para acompanhar as festas religiosas.
- 4 moradores do Bairro Histórico originários de outros estados brasileiros – dos quais 2 paulistas (um com residência temporária há 23 anos, e a outra, moradora da cidade há 30 anos, no Bairro Histórico há mais de 20 anos), 2 mineiros (um residente há 68 anos no Bairro, e outro, morador da cidade há 34 anos, no Bairro Histórico, há 22 anos). Os moradores mais antigos estabeleceram uma relação de

forte vínculo com o Bairro, apesar de ainda serem considerados de fora pela população local. Dos quatro sujeitos que responderam as questões, todos foram selecionados de maneira aleatória, apesar de termos conhecimento de que o mais antigo, um mineiro residente há muitos anos no local, mantém relações de vizinhança com outros paratienses do Bairro Histórico.

- 1 inglês – com residência temporária há 15 anos no Bairro Histórico; escolhido de maneira aleatória, mantém uma relação de temporada no Bairro.
- 2 paulistas, arquitetos que desenvolvem projetos no Bairro Histórico desde a década de 1970/80 – um deles residente na cidade há 35 anos, que, apesar desse longo período, ainda se sente como alguém que veio de fora. O outro não reside mais em Paraty, porém ainda executa trabalhos no local e mantém vínculos de amizade com alguns proprietários de imóveis, em sua maioria, também paulistas. Esses dois sujeitos foram selecionados a partir de um prévio conhecimento de seus trabalhos por meio das pesquisas realizadas nos arquivos da Instituição.
- 1 mexicana – possui ateliê no Bairro Histórico há 26 anos, onde morou por 10; 1 carioca – possui ateliê no Bairro Histórico há 10 anos.
- Os entrevistados tinham faixa etária entre 46 a 87 anos⁴.

5 APROPRIAÇÕES E PERCEPÇÕES

A respeito das transformações ocorridas no Conjunto Histórico e das memórias mais antigas, os nascidos na cidade trouxeram ricas, e por vezes fantasiosas, lembranças de uma época em que Paraty se restringia ao Bairro Histórico: “[...] Depois era mata virgem. Não tinha Mangueira, Ilha das Cobras, Bananal... Tinha sítios e fazendas longínquas, como Mamangá, Sono, Laranjeiras...”. Alguns de memória um pouco mais recente recordam-se de casas na Patitiba, Pontal e Chácara. Não havia luz elétrica, apenas hidráulica, e postes de ferro localizados no meio das ruas, que segundo alguns relatos iluminavam um fiozinho de luz... Como todos se conheciam, como uma grande família, ficar na rua até tarde, no escuro, era um hábito

4. O nome dos entrevistados será referido apenas no referencial bibliográfico como fonte de pesquisa.

dos jovens moradores de então. A rotina ocorria de maneira pacata e simples, com brincadeiras de rua, a convivência era tranquila.

As lembranças das casas arruinadas e das que iam se arruinando antes do tombamento ainda estão presentes em alguns relatos, como a lembrança de um belo casarão em frente à praia que fora se arruinando até cair, e cujo local hoje se encontra uma pousada. Ou como no caso do casarão que hoje abriga o Fórum. Há um relato que descreve o desabamento do casarão original, de noite, enquanto havia alguns jovens na rua e todos correram para ver o que havia sido o barulho, porém o casarão fora reconstruído e hoje seria praticamente “o mesmo casarão”.

Da convivência familiar pouco restou: segundo estimativas dos moradores remanescentes, 80% dos moradores venderam suas casas, e não foi costume retornarem ao Bairro, pois “tem tudo lá fora”, não há mais a vizinhança. Atualmente os moradores associam a falta de segurança ao surgimento do tráfico de drogas na cidade. Contudo, há ainda os que mantiveram o antigo hábito de ficar na porta até tarde vendo o movimento dos turistas. É uma forma de serem reconhecidos como moradores e por isso sentem-se seguros, pois “há um respeito”. Muitos recordam das brincadeiras de criança na rua, andar de canoa na maré cheia, brincar de roda, pescar... Recordam-se de que no Bairro Histórico as portas das casas ficavam abertas, o que atualmente não ocorre mais por questões de segurança, além de o local ter se tornado um “*shopping center* na horizontal”. O termo empregado refere-se ao uso atual de muitas das edificações, ocupadas por bares, restaurantes e lojas.

Sobre a perda da vizinhança antiga, há um ressentimento forte entre os moradores que se consideram tradicionais: é neles que se pode notar a diferenciação clara que estabelecem entre os de fora e os naturais de Paraty. O costume de se sentar no lado de fora da casa no fim do dia e observar o movimento, enquanto as crianças brincavam, alimentava o entendimento entre os vizinhos. Muitas das casas atualmente são de proprietários com alto nível econômico, o que gera uma dicotomia na relação com famílias tradicionais que se ressentem pela falta de comunicação, considerando uma falta de respeito, o que transparece na seguinte frase: “No tempo que morava paratiense analfabeto, pobre aqui, o povo tinha educação”.

Na década de 1960, o clube da cidade, o Paratiense Atlético Clube – hoje Casa da Cultura –, era onde ocorriam as festas nos finais de semana.

Junto das reuniões na Praça da Matriz, eram os programas da cidade. Na Praça, os moradores se reuniam para escutar um programa de rádio chamado “Jerônimo, o herói do sertão” e jogar futebol; no verão a praia frequentada era a do Pontal. Há um relato que demonstra bem a transformação do Bairro Histórico, outrora um lugar bucólico com casas em ruínas, para um local de lojas e comércio turístico; tal fala se refere a um bar onde hoje se encontra a loja Richard e nas décadas de 1960/70 costumava ser ponto de encontro de intelectuais, artistas plásticos, paulistas e paratienses.

Os poucos carros que havia apareceram na década de 1960, pela Paraty-Cunha. Atualmente são proibidos de entrar no Bairro Histórico, porém, na temporada, lotam a Rio-Santos e não param de chegar, sustentando o turismo. Na década de 1970, o conjunto tombado se constituía do centro da cidade, era onde havia os bancos, a prefeitura, as padarias, casa de material de construção. A praça continuava sendo o ponto de encontro, onde todos se misturavam: “o servente, o dono da obra, o arquiteto”. A sociedade paratiense mantinha sua identidade, havia as famílias mais ligadas à área rural, e as que mantinham comércio na cidade. É interessante a comparação, feita por um dos entrevistados, entre Paraty e a cidade de Ubatuba. Ele, ao se referir à cidade litorânea paulista, ressalta que o fluxo de pessoas que a ocupou foi tão grande que atualmente quase não há vestígios da sociedade que havia por lá; o mesmo não ocorreu em Paraty, lá a comunidade local conseguiu manter sua identidade. “Era uma cidade com os moradores, que preservavam suas casas...E não um balneário.” A memória dos que ainda viveram tempos em que o acesso à cidade era difícil, feito por lancha, que vinha de dois em dois dias, contrasta com a da geração atual, já habituada a uma cidade moderna. A transformação social e econômica ocorrida no Bairro Histórico, principalmente nas duas últimas décadas, restringiu o uso residencial a alguns setores, como mencionado no seguinte relato: “Existem três lugares com caráter residencial ainda hoje no Bairro Histórico: Largo da Santa Rita, ao redor da Capelinha [Nossa Senhora das Dores] e Largo do Rosário”.

A metade dos entrevistados relaciona a identidade do paratiense ao Bairro Histórico, pela valorização econômica que trouxe à cidade, e entende, portanto, que a história da cidade faz parte da identidade de seus habitantes, mesmo que eles não estabeleçam nenhum outro vínculo direto com o Bairro, nem o frequentem. Associam, portanto, ao Bairro Histórico

o ressurgimento econômico e o progresso que a cidade conquistou devido ao turismo cultural, pelo qual ficou famosa. Há, entretanto, entre os sujeitos entrevistados, os que mantêm um orgulho em exaltar a cidade histórica e os antepassados, em ser paratiense, e se identificam com as tradições locais: “o grande diferencial de Paraty é ser uma cidade que tem todas as tradições, ela não foi feita para o turismo, foi feita para os moradores”. A identidade da cidade e do paratiense é frequentemente relacionada à maré que adentra as ruas do Bairro Histórico. Recordam-se das antigas marés que subiam o Bairro “quase todos os dias”, nelas se podia pescar, andar de caiaque e ressaltam que atualmente os turistas ficam receosos: “Você tem que explicar, senão eles acham que tá invadindo”.

A outra metade se posiciona de maneira mais crítica, generalizando a situação cultural do país de modo pessimista, de modo que o povo atualmente não deteria informação suficiente para valorizar e preservar seu patrimônio cultural, não estaria mais interessado nisso; portanto, a geração atual paratiense não se identificaria em nada com o Bairro Histórico. As críticas perpassam também a espetacularização a qual o Bairro está envolto: “[...] Os carroceiros⁵ não têm nada a ver com o Bairro Histórico, eles têm muitas vezes informações erradas e não respeitam os cavalos”. Como já foi dito, muitos utilizam o termo *shopping center* para caracterizar o local atualmente, e alegam que os ‘moradores’ [paratienses] quase não frequentam o Bairro Histórico, preferem morar fora do Bairro e fazer “casas modernas com piscina”. A falta da antiga vizinhança também é um sinal de que a identidade cultural estabelecida entre os antigos moradores e o Conjunto tombado se perdeu com o tempo: “Antes, no Bairro Histórico, estavam famílias antigas da cidade, a maior parte das casas é alugada ou de propriedade de turistas e lojas”. Ressentem-se da preservação material do Conjunto por ela ter custado caro aos paratienses e às famílias tradicionais: “Você não vê as pessoas de noite sentadas conversando [...] época de São João, a gente fazia fogueira na rua todo ano... Cadê, você vê alguma?”.

De maneira geral todos concordam que as festas religiosas ainda mantêm a tradição da cidade, assim como a cultura caiçara: “Ser paratiense

5. Os carroceiros são um grupo que trafegam de carruagem e cavalos pelo Bairro oferecendo passeios aos turistas, contam um pouco sobre o que sabem da história da cidade, do casario e das igrejas.

ainda hoje significa as festas, na igreja você encontra um monte de gente de Paraty. Porque, se você quer achar paratiense, você tem que ir pra Chácara, pra Patitiba”. Outras festas mais modernas também já estão se tornando tradicionais na cidade, como a Flip, a Festa da Cachaça e os festivais de música, como o Bourbon Festival e o Mimo, que fazem parte do calendário cultural e turístico da cidade. Essa movimentação cultural e econômica voltada para o turismo garante à cidade uma movimentação quase o ano todo, com pequenos períodos de baixa temporada. Contudo, em alguns relatos evidenciam-se alguma discórdia sobre o incentivo prioritário dado pela prefeitura ao turismo: “Eu acho uma loucura incentivar o turismo aqui nessa cidade, mas o pessoal só vê isso... Eu acho que é predatório.”

A conservação do Conjunto é atribuída ao tombamento e à atuação do Iphan na cidade. De um modo geral, todos os entrevistados citaram esse fato como algo positivo das ações do Instituto no local. Citam que, nos primeiros anos de atuação do órgão, havia uma resistência das pessoas em seguir as orientações, mas atualmente é algo incorporado na cidade. Tanto que muitos criticam a postura atual do Instituto que, segundo os entrevistados, não seria mais tão rigorosa quanto antes. Reconhecem que, se não fossem os anos iniciais de atuação da instituição, Paraty não estaria hoje conservada, pois cada proprietário teria feito o que quisesse com seu imóvel: “[...] Considero importante a preservação do Conjunto, senão vira favela e fica tudo horrível”.

Sobre as reformas empreendidas antes do tombamento, existem dois relatos interessantes, que demonstram a apropriação dos moradores em seus imóveis, alguns evidenciando elementos construtivos, como em um relato em que o proprietário descreve as paredes de sua casa e, ao notar por meio da queda do emboço da parede que esta era de “pedra e marisco”, resolveu descascá-la inteira e a deixar à mostra. Posteriormente conta que seu vizinho, o ator Paulo Autran, o teria copiado, mas a cópia não teria sido bem feita “[...] ele viu e gostou da parede e foi e descascou lá também, mas os pedreiros envernizaram, passaram um produto lá, ficou horrível...”. O outro relato destaca a eliminação de partes da casa e de elementos originais por não se enquadrarem nas necessidades dos proprietários. Durante a década de 1940, a casa que anteriormente teria sido uma padaria fora comprada por um mecânico, pai do atual proprietário que faz o relato: “O que ele fez? Ele

partiu a casa ao meio, porque não tinha dinheiro para reformar a casa toda [...] a primeira coisa que ele fez foi derrubar o forno da padaria, porque ele não ia fazer pão. Essa foi a primeira mudança na casa”.

As descaracterizações das edificações também não passam despercebidas. Elas são mencionadas em detalhes, como a colocação de telhas novas – paulistinhas ou telhões, que se distinguem das telhas de Cunha-SP (usualmente utilizadas pelos proprietários de imóveis) no arremate dos beirais de bico de andorinha, as calhas recortadas em pedra que escoam as águas dos lotes na rua e nas capistranas do calçamento que não se veem mais em muitas das ruas do Bairro Histórico, as alterações nas configurações dos lotes, até os detalhes de encaixe em madeira de esquadrias e cimalthas, como nesse relato: “Tinha o Dito Pipoqueiro que é carpinteiro [...] ele pegou um pedaço da cimaltha [de um imóvel que estava caindo e fora comprado], pregou todo o modelinho... Sabe um cara simples daquele, ter um cuidado de ver que é importante esse tipo de coisa?”

A crítica mais contundente entre os paratienses, residentes e/ou de famílias tradicionais da cidade, é sobre a transformação social e econômica ocorrida, e que ainda ocorre, no Bairro Histórico. A venda dos imóveis do Conjunto é constantemente associada ao Iphan, por considerarem que a Instituição não contribuiu para a manutenção das famílias tradicionais no bairro: “Como que o paratiense vai voltar a morar aqui de novo? Pra mim tá bonito, tá restaurado, mas tá triste, não tem a vida que tinha.”

Cabe aqui o questionamento: o destino dos sítios tombados, das áreas valorizadas culturalmente, seria o da especulação imobiliária, da gentrificação e o da espetacularização? Esse tipo de questionamento se torna pertinente à medida que surgem relatos como o que segue: “Eu, como estou um tempo fora e venho aqui muito em festa [...] Teve uma vez que vim em agosto. Fui assistir à missa. Saí da igreja eu fiquei impressionada quando eu vi essa praça [...] porque não tinha uma viva alma na praça num domingo...”

Sobre a homogeneidade do Conjunto e sua feição colonial, mantidas e, muitas vezes, determinadas pelo Iphan, a maioria dos entrevistados se lembra dele já com a fachada branca, apenas com os vãos coloridos; a homogeneidade do conjunto colonial foi incorporada pela geração que nasceu após o tombamento de Paraty. Os poucos que se recordam de casas coloridas, lembram-se também que, em muitas, não era possível distinguir

as cores devido ao estado de deterioração em que se encontravam os antigos imóveis, e fazem os seguintes relatos: “[...] Eu lembro de casas de outras cores, depois que veio o Patrimônio para cá que começou a ter mais controle. Eu prefiro do jeito que está hoje, é mais organizado”; “Antes havia um trabalho de prospecção para se descobrir qual a cor original da casa, mas hoje em dia isso não é mais feito pelo Iphan.”

A conservação atual dos imóveis do Conjunto, de um modo geral, é considerada satisfatória pelos entrevistados. Uns atribuem esse trabalho ao Iphan, e à prefeitura atribuem a responsabilidade pelos pontos negativos, como calçamento, iluminação, barracas de ambulantes. Mas há também um relato que atribui a conservação dos imóveis aos proprietários, que enfrentam grandes dificuldades, pois não contam com incentivos do governo: “A conservação do conjunto é da iniciativa privada, não tem nenhum incentivo [...] O imposto aqui é ainda mais alto do que se você mora fora do Bairro Histórico”. O contrário também é evidenciado no relato que pondera que após a abertura da rodovia Rio-Santos, as alterações nas características dos imóveis se intensificaram: “Não só pela troca de usos nas edificações, mas pela permissividade, pela liberdade. Os primeiros que descobriram Paraty tinham um respeito pelas casas, mas isso acabou há muito tempo. Os que ficaram não têm o mínimo respeito atualmente”. Outro ponto levantado é a falta de articulação, de diálogo entre a população e os técnicos do Iphan, e mesmo entre Iphan e Prefeitura, o que fica claro nos depoimentos a seguir: “Tem a Associação dos moradores do Bairro histórico, mas a gente fica esperando um maior entrosamento entre o Iphan e a Prefeitura. Tem que facilitar para as pessoas que querem fazer uma restauração, senão o povo faz escondido”.

Há ainda os que acreditam que não há colaboração nenhuma, nem por parte dos comerciantes, nem dos proprietários de imóveis residenciais, pois não há valorização do patrimônio pela geração atual. Esses posicionamentos ficam evidentes nos seguintes depoimentos: “A população deveria colaborar mais com a preservação, valorizando este patrimônio, mas a nova geração me parece que não tem consciência desta importância.”, “[o Iphan] Deveria fiscalizar essas coisas que colocam que não existiam, essas plaquinhas ‘Casa de fulano’, ‘casa da vovó’. Isso é coisa de gente de fora, os paratienses não faziam isso.”, e “Se deixado por si só, a população local já teria

descharacterizado totalmente o Bairro histórico. Como ocorreu em outras localidades, vide Angra dos Reis. A atuação do Iphan é imprescindível.”.

As recomendações extraídas das entrevistas, sobre as medidas que poderiam ser adotadas para auxiliar na preservação do Conjunto, respeitando as memórias dos habitantes perpassam os seguintes temas: maior abertura e diálogo por parte dos órgãos de preservação com a população; maior acesso às informações, aos parâmetros e critérios utilizados para intervenções nos imóveis; retirada das interferências no calçamento antigo, como pedras de cachoeira e paralelepípedos; inserção no conteúdo escolar de disciplina sobre a educação patrimonial, da história da cidade, das festas, da cultura e das tradições; mais fiscalização dos órgãos competentes; mais rigidez no controle sobre intervenções no Conjunto, como, por exemplo, sobre barracas montadas em eventos, ambulantes, poluição visual; linha de crédito, com juros baixos para os proprietários, para reformas de manutenção, conservação e intervenções atuais nos imóveis do Conjunto; aplicação efetiva das leis já existentes; avaliação dos interiores dos imóveis, pois nem sempre as fachadas condizem com os mesmos; criação de medidas para facilitar o acesso ao Bairro Histórico, principalmente para idosos, quando em casos de emergência; acesso da população às igrejas do Bairro Histórico; regulamentação do comércio no Conjunto, de ambulantes, barracas etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que, ainda que a amostra tenha se concentrado em uma determinada parcela da população e que seu universo seja relativamente pequeno, ela permite tecer considerações significativas sobre a atual situação da preservação do Conjunto.

A dinâmica social alterou profundamente a percepção e a relação dos habitantes com o local. Percebemos que em Paraty, assim como ocorre em muitos centros históricos, apesar de não ter ocorrido um grande evento ou obra de requalificação que alterasse as características do local de imediato, a população tradicional que ocupava originariamente os casarios do Bairro se transferiu para outras localidades. Essa alteração, no entanto, se deu de maneira gradual e ainda vem ocorrendo. Podemos considerar que um processo de gentrificação vem acontecendo desde a patrimonialização do Conjunto.

As entrevistas atingiram uma população de usuários do local acima de 40 anos, o que poderia caracterizar um real distanciamento das novas gerações em relação aos valores atribuídos ao patrimônio pelas gerações passadas. A maioria dos jovens filhos das famílias tradicionais ainda residentes no Bairro Histórico não vive mais na cidade, ou transferiu-se para outros bairros.

Uma das principais críticas ao Iphan está relacionada à evasão da população originária do Bairro Histórico, por falta de meios para custear a manutenção das casas. A preservação material foi priorizada pela Instituição, deixando-se perder a relação imaterial do paratiense com o Conjunto de casas antigas. Nas décadas de 1960 e 1970, a Instituição custeava obras em casas antigas e intercedia por empréstimos bancários em favor dos proprietários. Essa relação se perdeu, e atualmente não há qualquer incentivo fiscal para os proprietários de imóveis no Bairro Histórico, seja por parte da Instituição, seja por parte da prefeitura.

Muitos entrevistados questionam o atual quadro de preservação das edificações e o discurso desgastado do Instituto na cidade. Acreditamos que, ao rever as normativas de preservação inerentes ao sítio, a Instituição poderia se abrir para uma reflexão mais profunda, ao invés de se ater apenas a alguns pontos técnicos sobre obras e reparos. A partir da percepção de que muito se alterou no Conjunto tombado, desde a década de 1950, a visão deste como um todo homogêneo deve ser revista para que se identifiquem entre as edificações quais ainda mantêm preservadas as características que se procurou ressaltar com o tombamento, ou seja, a criação de conjuntos de edificações dentro do conjunto tombado com diferentes níveis de permissividade e controle, de acordo com o grau de preservação do imóvel. Caso contrário, a aplicação de critérios de intervenção para imóveis que conservam um sistema tradicional de construção continuará sendo aplicada para o conjunto inteiro.

Retomando a ideia das retóricas holísticas, percebemos que as novas gerações têm de lidar com contradições na preservação de um Conjunto protegido, cuja justificativa foi salvaguardar além de edificações de sistema tradicional construtivo um modo de vida representativo de um período da história da cidade, mas que atualmente se constitui como um bairro de comércio e veraneio. Essa questão remete à identidade e à memória dos habitantes da cidade. As memórias fragmentadas surgem da ausência de grandes memórias

organizadoras o que gera um processo geral de individualização da memória. Segundo Candau (2014) atualmente, as memórias fortes, hierarquizadas, unificadoras, têm-se aniquilado diante de memórias mais fracas, provocando a construção de identidades plurais, fragmentadas e móveis. Com isso, as retóricas holísticas atingem cada vez mais memórias e identidades muito particulares e limitadas a grupos cada vez mais fragmentados.

Dentre os entrevistados pudemos identificar significativas críticas à instituição no que diz respeito à permissividade desta com relação às novas obras em edificações do Bairro Histórico. Podemos perceber um real interesse na manutenção e preservação das características das casas do Conjunto, assim como a vocação deste para uso residencial, de forma a valorizar e talvez reconstruir uma identidade local enfraquecida pelo turismo. Ao mesmo tempo em que é possível perceber o fenômeno da “homogeneização cultural”, decorrente da influência global que o turismo fomenta no cotidiano da cidade e que amplia o sentido de fragmentação das identidades locais, podemos perceber também, como vimos, um novo interesse pelo “local” e pela reconstrução de identidades ditas purificadas.

Acreditamos ser necessário o retorno ao diálogo entre o pessoal, o coletivo e o institucional para que se descubram novos caminhos e tendências para a salvaguarda do sítio, de forma que se assuma uma conduta de preservação coerente e que faça sentido para a realidade local. Neste sentido, a demanda de uma revisão nos critérios de intervenção, adotados pela Instituição e em vigência no Município para o Bairro Histórico de Paraty é de suma importância. Uma normativa atualizada exigiria um trabalho de hierarquização entre as casas do conjunto, com critérios distintos e levando-se em conta a dinâmica urbana, assim como um esforço para tentar resgatar ao Bairro Histórico de Paraty as características inerentes a um centro histórico que participa do cotidiano da cidade e não se isola como um cenário turístico, assim como ações de incentivo vindas da prefeitura para a manutenção dos aspectos ressaltados nas entrevistas.

Acreditamos ainda ser necessária uma reflexão por parte, não apenas das Instituições de preservação, mas da sociedade sobre os caminhos que se pretendem conquistar para a cidade. Mesmo com a percepção de que o Conjunto atualmente tenha se transformado em um espaço muito mais voltado para o turista, e mesmo com todas as críticas existentes a esse

contexto, os habitantes, em sua maioria, se orgulham de ostentar o título de patrimônio nacional, pois lhes dá a reconfortante impressão de que residem em um local que mantém valores que devem ser transmitidos e que conta com uma identidade consolidada, por meio de seu modo de vida e tradições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. Informação n. 15, de 1957, sobre o pedido de tombamento do Conjunto Arquitetônico de Paraty. In: *Processo de tombamento de Paraty*. Arquivo Escritório Técnico II Costa Verde/Seção Bairro Histórico

CANAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CONSCIÊNCIA, Ana. *Postal de Paraty*. Monografia (Licenciatura em Arquitetura), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11313>>. Acesso em: 22 ago. 2016

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PARATY. *Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty-RJ*: Dossiê de candidatura. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_divino_Paraty.pdf>. Acesso em 22 ago. 2016.

MELLO e SOUZA, Marina. *Paraty, a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

NITO, Mariana Kimie da Silva; PRIESTER, Mariana Freitas. *Destombamento, explorando uma política pública controversa: o caso de São João Marcos*. Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de 2015, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

THOMPSON, Analucia (Org.). *Entrevista com Augusto Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

Entrevistados - Todas as entrevistas foram realizadas em março de 2015.

Sueli Serra, 61 anos. Aposentada. Natural de Paraty.

Pedro Malvão, 46 anos. Artista plástico. Natural de Paraty.

Sirley Dantas. Comerciante. Natural de Paraty.

Claudia Lucia de Castro, 54 anos. Professora. Natural de Paraty.

Maria Inês Gibrail Costa Campos, 66 anos. Empresária. Natural de Paraty.

Carlos Luiz França Conti, 83 anos. Aposentado. Natural de Paraty.

Benedita Vieira de Oliveira, 87 anos. Aposentada. Natural de Paraty.

Patricia Sada Vilarreal, 63 anos. Artista plástica. México.

Antônio Carlos A. Marques, 75 anos. Aposentado. Natural de Minas Gerais.

Caudia Scatamacchia, 69 anos. Desenhista. Natural de São Paulo.

Sandra R. Santos Cermelli, 50 anos. Natural de São Paulo.

Simon James Clift, 57 anos. Aposentado. Europa.

Ricardo Inke, 57 anos. Artista plástico. Natural do Rio de Janeiro.

José Cássio Wallerstein. Arquiteto. Natural de São Paulo.

Márcio Antônio Franco, 57 anos. Artista plástico. Natural de Minas Gerais.

Théo Rameck, 77 anos. Aposentado. Natural de Paraty.

Lúcio Cruz. Artista plástico. Natural de Paraty.

Charles Abel de Oliveira. Aposentado. Natural de Paraty.

Rita de Cassia Melo Marques, 54 anos. Funcionária Pública. Natural de Paraty.

Renato Tavolaro. Arquiteto. Natural de São Paulo.

Artigo recebido em: 26/08/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016

OURO PRETO E O SÉCULO XIX:

O MITO DA DECADÊNCIA

LILIANE DE CASTRO VIEIRA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL,
DIAMANTINA, MINAS GERAIS, BRASIL

Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre pela Universidade Federal da Bahia (2006) e doutora pela Universidade de São Paulo. Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Escritório Técnico de Diamantina, Minas Gerais. Email: lilianevieira@usp.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p145-189>

OURO PRETO E O SÉCULO XIX: O MITO DA DECADÊNCIA

LILIANE DE CASTRO VIEIRA

RESUMO

Este artigo tem por objetivo relativizar a decadência atribuída para Ouro Preto, Minas Gerais, no oitocentos, através do estudo da evolução urbana desta cidade, do início do Império ao fim da Primeira República. As bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto, no século XIX, indicam uma fase de decadência para a cidade, nesse período. No entanto, Ouro Preto manteve sua posição de capital, até o final do oitocentos, assumindo novos papéis na rede urbana. O comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe, reafirmando o caráter citadino da antiga Vila Rica, desde a sua formação. A inauguração do ramal férreo, em 1888, trouxe crescimento e modernização. Através da análise de fontes primárias, no oitocentos, percebemos um processo de adensamento em curso, no núcleo urbano, assim como a expansão da cidade, em regiões contíguas ao arruamento setecentista, tornando a decadência atribuída para Ouro Preto, no século XIX, questionável.

PALAVRAS-CHAVE

Ouro Preto. Planejamento territorial urbano. Patrimônio ambiental urbano. Século XIX.

OURO PRETO AND THE 19TH CENTURY: THE MYTH OF DECAY

LILIANE DE CASTRO VIEIRA

ABSTRACT

This paper analyzes the urban setting of Ouro Preto, Minas Gerais, between the beginning of the Portuguese monarchy and the end of the First Republic in Brazil to answer a question about the decline of Ouro Preto in the 19th century. Reports and the bibliography about Ouro Preto in the 19th century indicate the city's decline, however, Ouro Preto kept its capital status until the end of the 19th century, sustained by business and crafts activities. The railroad, inaugurated in 1888, brought modernization and changes that developed Ouro Preto during the 19th century, as the records prove.

KEYWORDS

Ouro Preto. Urban environmental heritage. Territory planning. 19th century.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade ilustrar a configuração da cidade de Ouro Preto – MG, do início do Império ao fim da Primeira República, a fim de relativizar a decadência atribuída para a cidade no Oitocentos. Em última instância, objetivamos propiciar a reflexão de políticas de preservação que busquem resguardar e valorizar as camadas impressas ao longo do século XIX na antiga capital, geralmente ofuscadas pela adoção sistemática do colonial como marca¹. As bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto no século XIX indicam uma fase de decadência para a cidade nesse período. No entanto, Ouro Preto manteve sua posição de capital até o final do Oitocentos, assumindo novos papéis na rede urbana. Minas Gerais era a província mais importante do país e a antiga Vila Rica contornou as consequências do esgotamento das jazidas de ouro. Os dados demográficos disponíveis sobre o Oitocentos indicam certa vitalidade para Ouro Preto. O comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe, reafirmando o caráter citadino de Vila Rica, desde a sua formação. A inauguração do ramal férreo, em janeiro de 1888, trouxe crescimento e modernização: permitiu o acesso a novos materiais e, conseqüentemente, a mudança da aparência da cidade.

1. A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não é objeto deste artigo. No entanto, vale remarcar importantes contribuições como: MOTTA, 1987; e CHUVA, 1995.

A análise de fontes primárias do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) e Biblioteca Nacional (BN), nos indicam nesse período um processo de adensamento em curso no núcleo urbano, assim como a expansão da cidade em regiões contíguas ao arruamento setecentista. Nesse período, a cidade passou por algumas ações de renovação e melhoramentos urbanos que incorporaram novos materiais disponíveis, novas técnicas construtivas e estilos vigentes.

No início do século XX, Ouro Preto sentiu o efeito da transferência da capital para Belo Horizonte e amargou um período de abandono: percebemos uma queda drástica no número de edificações e uma retração populacional. Quando a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, este era o panorama do núcleo urbano.

2 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE OURO PRETO DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Com o objetivo de subsidiar a compreensão do percurso urbano de Ouro Preto ao longo do século XIX e início do século XX, realizamos um levantamento dos dados demográficos disponíveis, especialmente para debater a decadência atribuída por diversos autores para essa cidade no Oitocentos. Para tanto, recorreremos aos relatos dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX, assim como a fontes bibliográficas e dados de recenseamento.

A evolução urbana de Ouro Preto é marcada por mudanças que provocaram uma sucessão de fases de rápido crescimento, seguidas por períodos de declínio forte. A cidade viveu seu auge nos três primeiros quartos do século XVIII e apresentou cerca de 30 mil habitantes trabalhando nas minas (ANTONIL, 1899, p. 514)². No final do Setecentos, a cidade sofreu uma retração econômica e populacional em função do esgotamento das jazidas de ouro. A transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, levou Ouro Preto a uma fase de abandono, sentida, sobretudo, a partir do segundo quartel do século XX.

Até meados do século XX, Ouro Preto apresentou perdas significativas de seu patrimônio edificado e conservou seu traçado urbano inalterado em função de sua pobreza (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949). Manoel

2. Note-se que os dados disponíveis sobre o povoamento inicial de Vila Rica são, em geral, falhos e insuficientes para permitirem conclusões mais consistentes sobre seu desenvolvimento demográfico.

Bandeira observou, acreditando na crise, desde o final do século XVIII:

Na sua decadência econômica, que remonta às últimas décadas do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Nas reparações dos prédios envelhecidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava. Elas são raríssimas na cidade, que enfeiam pelo contraste chocante com o resto da edificação. (BANDEIRA, 1957, p. 43)

Dessa forma, ao analisarmos o papel de Ouro Preto no Oitocentos, devemos lembrar que a cidade manteve sua posição de capital da província até 1897 e essa função sustentou comércio, prestação de serviços e atividades culturais. A partir do segundo quartel do século XIX, Ouro Preto passou a ser referência na área educacional com a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876. Em janeiro de 1888, houve a inauguração do ramal férreo.

Paralelamente, a extração mineral não cessou por completo, embora tenha decaído muito: ainda no início do século XIX, o barão de Eschwege foi enviado a Ouro Preto para trabalhar com a mineração de ouro³. Dessa forma, notamos uma retração populacional expressiva no fim do século XVIII e a partir do primeiro quartel do século XX, como demonstraremos a seguir; mas, ao longo do século XIX, o crescimento vegetativo da população livre foi positivo.

Para tanto, recorreremos, primeiramente, a um estudo demográfico que contemplou o Setecentos para investigar o início do Oitocentos. A pesquisadora Iraci del Nero da Costa realizou um amplo estudo do comportamento populacional de Ouro Preto no período colonial em seu trabalho *Vila Rica: população (1719-1826)* (COSTA, 1979). Através da análise dos assentos de batismos, óbitos e casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias nesse intervalo de tempo, essa estudiosa concluiu como consequência do recesso da exploração aurífera: a deterioração das condições de vida (COSTA, 1979, p. 71); um processo emigratório onde prevaleceu o elemento masculino livre (COSTA, 1979, p. 47); e a retração no número de novos escravos encaminhados a Vila Rica (COSTA, 1979, p. 45).

3. Para mais informações, consultar: ESCHWEGE, Guilherme, barão de. *Pluto Brasiliensis*; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. v 1

De acordo com Costa, houve concentração populacional em Ouro Preto nos três primeiros quartos do século XVIII. Com a exaustão das minas, a população dirigiu-se para outras áreas do território brasileiro. “Estes movimentos foram condicionados, de um lado, pela ascensão e recesso da atividade aurífera e, de outro, pelas atividades econômicas subsequentes à decadência da mineração.” (COSTA, 1979, p. 3) Dessa forma, a pesquisadora observou que o último quartel do século XVIII foi marcado pela crise econômica e demográfica (COSTA, 1979, p. 47-48) com consequências para a vila: “... à época, como já assinalamos, a decadência da urbe mostrava-se pungente.” (COSTA, 1979, p. 68)

A concentração populacional nos três primeiros quartos do Setecentos teria sido provocada pela grande afluência de escravos africanos, grande contingente de livres oriundos do Reino e de escravos de outras regiões da própria Colônia (COSTA, 1979, p. 17). No entanto:

... com a decadência da atividade mineratória, a população - sobretudo a parcela livre (...) - tendeu a deslocar-se para novas áreas à procura de ouro ou, em momento mais tardio - quando esgotado o estoque aurífero acumulado milenarmente -, a demandar terras mais ricas aptas a garantir-lhe o sustento baseado, agora, na faina agrícola. (COSTA, 1979, p. 18)

Por fim, Costa concluiu pelo crescimento vegetativo negativo para a população de Ouro Preto no período analisado. No fim desse intervalo de tempo,

No entanto, caso consideremos os dois grupamentos sociais básicos da sociedade colonial escravista - livres e cativos - chegamos a resultado distinto quanto ao referido crescimento. Assim, os batismos de livres (inclusive forros) superaram, sistematicamente, os óbitos de alforriados e livres, a indicar crescimento vegetativo positivo. Para os escravos observou-se situação oposta, vale dizer, o número de óbitos superou, via de regra, o de batismos. (COSTA, 1979, p. 72)

Em 1804, foi realizado um censo populacional em Minas Gerais, revelado, em parte, por Herculano Gomes Mathias (MATHIAS, 1969). Em Vila Rica, a área apurada correspondeu aos distritos de Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morro. O referido censo foi exaustivamente analisado pela pesquisadora Iraci del Nero da Costa, no trabalho supracitado. O recenseamento realizou-se sob a responsabilidade dos Capitães de Distrito, diretamente subordinados ao Capitão-Mor de Vila Rica, considerando cada

residência, ou seja, unidade física habitacional. Foram avaliadas 1.753 residências (COSTA, 1977, p. 20), que necessariamente não correspondiam ao número total de edificações existentes na vila naquela data; infelizmente, não conhecemos o número de construções possivelmente vagas.

Ao descrever o início do século XIX, Costa colocou o quadro de Vila Rica como desolador, em função da estagnação da economia e recesso populacional:

A pobreza dos habitantes remanescentes e a existência de ruas inteiras quase abandonadas provocava imediata admiração nos visitantes que passavam por Vila Rica. Das duas mil casas, quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se cadente; a queda dos preços alcançou 50% nas transações imobiliárias. (COSTA, 1979, p. 80)

O censo de 1804 contou 8.867 indivíduos em Vila Rica, sendo que os livres e forros predominavam numericamente (68,61%) (COSTA, 1979, p. 83). Quanto ao sexo, preponderava o feminino, com 51,13% contra 48,87% de elementos do sexo masculino (COSTA, 1979, p. 83). Os escravos foram registrados em 40,9% dos domicílios (COSTA, 1979, p. 101). Foram identificadas, em média, cinco pessoas por domicílio (COSTA, 1979, p. 102). Houve numeroso contingente de cativos cuja única qualificação era o serviço doméstico (COSTA, 1979, p. 103).

A população distribuía-se pelos seis distritos já mencionados. Ouro Preto e Antônio Dias eram os mais populosos – apresentavam 50,77% da população, onde predominavam os cativos (COSTA, 1979, p. 84). Vale acrescentar que a vida administrativa, militar e religiosa do núcleo urbano concentrava-se nesses distritos. No Alto da Cruz (com 11,87% da população), Morro (14,56% da população) e Padre Faria (6,98% da população) predominavam as atividades consideradas em decadência ou tradicionais – faiscadores, mineradores e roceiros – assim como a maior parcela de livres (COSTA, 1979, p. 84). Essas regiões, de acordo com Costa, sofreram mais com o movimento emigratório. Nas Cabeças, residiam 15,82% dos habitantes de Vila Rica e predominavam as atividades artesanais (COSTA, 1979, p. 84).

Quanto às ocupações descritas, o comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe:

Já se desenvolvera, no afã mineratório, uma fisionomia mais próxima do urbano em Minas do que nas outras capitanias. Daí um quadro

mais diversificado de atividades, com maiores perspectivas de acesso a todos e menos discriminação entre setores: mais possíveis os grupos médios, conseqüentemente com o funcionalismo, os artesãos, os comerciantes – elementos indispensáveis à sociedade que se desenvolvera com a mineração. (COSTA, 1979, p. 105)

Em 1804, o setor primário – roceiros, lavradores, lenheiros etc. – absorvia 7,04% dos indivíduos, o secundário – alfaiates, costureiras, fiandeiras, carpinteiros, capineiros, faiscaidores, mineiros, ferreiros, latoneiros, sapateiros, pedreiros, seleiros etc. – aparecia com 53,61% das pessoas e as atividades do setor terciário – profissional liberal, igreja, administração civil, comércio, transporte etc. – correspondiam a 39,35% das ocupações (COSTA, 1979, p. 105)⁴. Um fato marcante foi a maior presença de faiscaidores (169 indivíduos) em relação aos mineradores (59 indivíduos) atestando, para Costa, a decadência da exploração aurífera em Vila Rica (COSTA, 1979, p. 109).

Ao analisar a estrutura de posse de mão de obra escrava de Vila Rica, em 1804, o pesquisador Francisco Vidal Luna computou 757 proprietários de escravos, nos distritos de Antônio Dias, Padre Faria⁵, Ouro Preto, Alto da Cruz, Cabeças e Morro (LUNA, 1981). Nesse trabalho, Luna verificou a variação do número de escravos possuídos em função da atividade econômica do proprietário de cativos. De forma geral, a média apresentada para Vila Rica foi de 3,7 escravos por proprietário (LUNA, 1981, p. 76): a média de escravos possuídos por proprietário diminuiu 47,15%, se compararmos com os dados de 1718 (LUNA, 1983), pesquisados por Luna. Esses dados corroboram as conclusões de Costa, a saber: a retração econômica provocou a diminuição do número de escravos africanos encaminhados para Vila Rica; o acesso à alforria possibilitou a transição de muitos escravos para forros.

No início do século XIX, dados demográficos complementares estão relacionados aos viajantes estrangeiros. Em 1801, em viagem pela província de Minas Gerais, o Dr. José Vieira Couto atribuiu a Vila Rica uma população entre 19 e 20 mil (COUTO, 1905, p. 77) habitantes e escreveu sobre a região:

4. COSTA ressaltou que o enquadramento das atividades em três setores é artificial para o Brasil colônia, mas se justifica por permitir uma perspectiva agregada e por ser útil à análise dos confrontos entre as diversas “economias” do período colonial. Citamos apenas as mais expressivas numericamente.

5. Os distritos de Água Limpa e Taquaral foram considerados junto com o Padre Faria.

“Espanta ao viajero observador a summa decadência destas povoações de Minas: transita de arraiaes em arraiaes, vê que tudo são ruínas (sic), tudo despovoação (...).” (COUTO, 1905, p. 77, grafia original)

Saint Hilaire, em viagem por Minas Gerais, em 1816, escreveu:

Contam-se em Villa Rica cerca de duas mil casas. Essa villa floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal se foi tornando raro ou de extração mais difficil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Villa Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está actualmente reduzida a 8 mil, e essa villa estaria mais deserta ainda não fosse a capital da província, a sede administração, e a residência de um regimento. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 130-131, grafia original)

Johann Emanuel Pohl, em viagem pelo Brasil, entre 1817 e 1821, relatou, ao falar do modo de construção de Vila Rica, 8.600 habitantes e 1.600 edifícios (POHL, 1951, p. 414-415). Sobre o Morro de Santana, esse viajante apresentou uma descrição que indicou 40 edificações no arraial (POHL, 1951, p. 387). Em 1821, a população da Comarca de Ouro Preto era de 75.480 mil habitantes, dos quais, 13.336 brancos, 29.502 mulatos e 32.642 pretos. A população livre era de 48.634 habitantes e a escrava de 26.846 habitantes (ESCHWEGE, 1899, p. 744)⁶. Afonso Arinos de Melo Franco atribuiu a Minas, na época da Independência, uma população entre 500 e 600 mil habitantes (FRANCO, 1944). Vale remarcar que esses dados referem-se a uma área muito maior que a que pretendemos analisar neste trabalho e, portanto, servem apenas para ilustrar o contexto de Minas Gerais, no século XIX. Em viagem em 1828 e 1829, entre o Rio de Janeiro e São João Del Rei, o médico e capelão inglês Robert Walsh, ao passar por Ouro Preto, contou 1.500 casas habitáveis e 7.000 habitantes (WALSH, 1985, p. 100).

Em 1830, segundo Luiz Maria da Silva Pinto (PINTO, 1897, p. 18)⁷, a cidade de Ouro Preto contava com 2.008 fogos, sendo 1.063 fogos na povoação de Ouro Preto (atual Pilar), 639 fogos na povoação de Antônio

6. Vale remarcar que a somatória da população indicada no quadro não totaliza os 75.573 habitantes mencionados, mas sim 75.480 habitantes.

7. Vale notar que a somatória dos fogos discriminados no documento (2.008) não corresponde ao número indicado como o total (1.702).

Dias, 75 fogos nos Morros de São Sebastião e São João, 88 fogos no distrito do Taquaral e 143 fogos nos Morros de Santana e Piedade.

Em viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1852, o Dr. Hermann Burmeister escreveu sobre Vila Rica:

O número de casas é calculado em 2.000. Ao tempo de seu apogeu, a cidade contava segundo dizem, 20.000 habitantes e é bem possível ter havido tamanha população, mas hoje uma grande parte das casas está em semi-ruínas e a população não chega a 8.000 almas. (BURMEISTER, 1952, p. 200)

O *Recenseamento do Brasil em 1872*, disponível nas Séries Históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou para Ouro Preto 42.582 habitantes nesse ano, como podemos observar na Tabela 1. O censo contemplou todas as freguesias que compunham o município, referindo-se a uma área maior que a que estamos ora analisando: interessamos a somatória das freguesias de N. S. do Pilar de Ouro Preto e N. S. da Conceição de Antônio Dias, ou seja, 12.575 habitantes.

TABELA 1

Município de Ouro Preto em *Recenseamento do Brasil em 1872*. Grafia original. Grifo nosso. Fonte: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>.

Freguesias	homens	mulheres	total
N. S. do Pilar do Ouro Preto	3.661	3.089	6.750
N. S. da Conceição de Antonio Pereira	221	260	481
S. Bartolomeu	1.786	1.783	3.569
N. S. da Conceição de Antonio Dias	3.117	2.708	5.825
Santo Antonio da Casa Branca	762	809	1.571
N. S. da Conceição do Rio das Pedras	747	771	1.518
N. S. da Boa Viagem de Itabira do Campo	1.646	1.640	3.286
N. S. de Nazareth da Cachoeira do Campo	2.375	2.319	4.694
Santo Antonio de Ouro Branco	1.458	1.436	2.894
N. S. da Piedade de Paraopéba	2.480	2.527	5.007
N. S. da Conceição de Congonhas do Campo	3.577	3.410	6.987
Total			42.582

O recenseamento de 1890⁸ apontou para o município de Ouro Preto 59.249 habitantes, como podemos observar na Tabela 2. O censo contemplou todas as paróquias que compunham o município, abrangendo uma área maior que a que estamos ora averiguando: interessa-nos a somatória das freguesias de N. S. do Pilar de Ouro Preto e N. S. da Conceição de Antônio Dias, ou seja, 17.860 habitantes.

TABELA 2

Município de Ouro Preto em *Recenseamento de 1890*. Grafia original. Grifo nosso. Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. p. 59.

Paróchias	homens	mulheres	total
N. S. do Pilar de Ouro Preto	6.004	5.162	11.166
N. S. da Conceição de Antonio Dias	3465	3.229	6.694
S. Bartolomeu	3.280	3.265	6.545
N. S. da Conceição de Antonio Pereira	407	460	867
Santo Antonio da Casa Branca	1.213	1.247	2.460
N. S. de Nazareth da Cachoeira do Campo	1.585	1.628	3.213
N. S. da Conceição do Rio das Pedras	1.215	1.215	2.430
N. S. da Boa Viagem de Itabira do Campo	2.939	2.923	5.862
S. Gonçalo do Amarante	446	464	910
S. Gonçalo do Bação	541	551	1.092
Santo Antonio do Ouro Branco	745	783	1.528
N. S. da Piedade do Paraopéba	4.098	4.026	8.124
Jesus, Maria e José da Boa Vista	858	902	1.760
S. José do Paraopéba	3.649	2.949	6.598
Total			59.249

O recenseamento de 1900 (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1905, p. 46) apontou para o município de Ouro Preto 65.383 habitantes. Em 1902, o atual distrito sede de Ouro Preto dispunha de 1.553 prédios e 10.000 habitantes (PINTO, 1906, p. 697), distribuídos nos seguintes

8. Cabe colocar que pesquisas recentes apontaram um possível erro nos censos de Minas Gerais, no século XIX: aparentemente, em função dos colégios eleitorais, a Província “inflava” a população das cidades nos censos. Ainda sim, ao averiguarmos o censo de 1890, por exemplo, notamos Ouro Preto dentre os municípios com maior número de habitantes no país.

bairros: Olaria, Passa Dez, Pão Doce, Água Limpa, Campo do Raymundo, Fonte da Chácara, Casa de Pedra, Saramenha, Taquaral, Morro de São Sebastião, Morro de Sant'Anna, Campo Grande, Morro da Piedade e Padre Faria.

Em 1920, o censo indicou uma população de 51.136 habitantes para o município de Ouro Preto (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1928). Em 1940, o Recenseamento Geral do Brasil contou 27.890 habitantes para esse município (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950). Note-se que, já privada da sua condição de capital da província, houve uma retração populacional na primeira metade do século XX.

Em carta informativa⁹ de 7/10/1949, o arquiteto Paulo Barreto escreveu que, em 1917, o número de casas na sede do município era de 1.436. No inventário realizado por ele e pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos, em 1949, foram cadastrados apenas 963 prédios (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949): em 32 anos, desapareceram 473 casas. No entanto, nota-se que o cadastro desses pesquisadores não contemplou os arraiais da Serra de Ouro Preto, apenas o caminho tronco, no distrito sede. Desta forma, os dados que temos são parciais.

Em 1950, a cidade contava com 11.878 habitantes na sede do município e 28.229 habitantes em todo o município (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75).

2.1 Algumas considerações

Retomando os dados apresentados, podemos defender que Ouro Preto viveu seu auge nos primeiros três quartos do século XVIII e sentiu o declínio econômico e populacional no final do Setecentos. O século XIX foi marcado por um crescimento vegetativo positivo da população livre, uma vez que Vila Rica manteve-se como capital da província e a cidade encontrou outra dinâmica. Na primeira metade do século XX, houve outro declínio econômico e populacional, acompanhado por um processo de ruína das edificações. Este processo foi evidente até meados do século XX, quando a cidade retomou seu crescimento urbano e populacional (VIEIRA, 2006).

9. Sobre os dados estatísticos de Ouro Preto de 1917, o arquiteto sugere que se consulte: P. Frade. *Dicionário Corográfico e Estatística Corográfica de distâncias do Estado de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917. p. 191.

A seguir, apresentamos uma tabela resumo dos dados levantados (Tabela 3), com o objetivo de clarear o percurso urbano e populacional de Ouro Preto no período ora em estudo. Devemos remarcar que as contagens de população nem sempre abrangeram uma área uniforme: houve variação do território do nosso objeto de análise nesse período, em função da emancipação de distritos; houve, ainda, cadastros parciais. Para este estudo, interessa-nos a área que compreende o atual distrito sede. Devemos mencionar, também, contagens populacionais que desconsideraram os escravos e a subjetividade dos dados dos viajantes.

TABELA 3
Quadro resumo dos dados levantados sobre Ouro Preto, do início do século XIX à primeira metade do século XX.

Fonte	Data	habitantes	edificações
Dr. José Vieira Couto	1801	19 a 20 mil* (*desconhecemos a área considerada)	-
Censo	1804	8.867	1.753 (avaliadas)
Saint Hilaire	1816	8.000	2.000
Pohl	1817 a 1821	8.600	1.600
Luiz Pinto	1830	-	2.008
Robert Walsh	1828 e 1829	7.000	1.500
Dr. Hermann Burmeister	1852	8.000	2.000
Censo	1872	12.575 no distrito sede (42.582 considerando todo o município)	-
Censo	1890	17.860 no distrito sede (59.249 considerando todo o município)	-
Censo	1900	65.383 (**considerando todo o município)	-
Moreira Pinto	1902	10.000	1.553
P. Frade	1917	-	1.436
Censo	1920	51.136** (**considerando todo o município)	-
Censo	1940	27.890** (**considerando todo o município)	-
Inventário Iphan	1949	-	963
Censo	1950	11.878 no distrito sede (28.229 considerando todo o município)	-

Entendemos que o universo de contagem dos censos de 1872, 1900, 1920 e 1940 é significativamente maior que o considerado pelos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX. Os censos de 1872, 1890 e 1950 e os dados de Luiz Pinto e Moreira Pinto apresentaram contagem por freguesias, distritos ou paróquias, permitindo a comparação com os dados dos viajantes: aparentemente, o território considerado pelos visitantes corresponde ao atual distrito sede¹⁰, ou seja, as freguesias ou paróquias de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, indicadas nas Tabelas 1 e 2.

Notamos que há certa coerência nos dados relativos ao número de edificações e habitantes. A exceção é o dado de 19 a 20 mil habitantes, em 1801: ou houve uma queda populacional dramática entre 1801 e 1804 - ou esse número é superlativo, ou representa uma área maior que apenas o núcleo urbano de Vila Rica, hoje distrito sede, como entendemos para os dados de recenseamentos a partir de 1872.

O censo de 1804, infelizmente, não computou o número total de residências, considerando as edificações vagas. Apenas as edificações ocupadas foram cadastradas. No entanto, vale a pena remarcar a maior concentração populacional nos bairros mais adensados – Antônio Dias e Ouro Preto – como demonstraremos no item a seguir.

Assim, considerando a área do atual distrito sede de Ouro Preto, podemos observar que há um mito amplamente divulgado sobre o e vaziamiento e a decadência dessa cidade no século XIX. Ao longo do Oitocentos, o número de edificações permaneceu relativamente estável e o crescimento vegetativo da população foi positivo. Na primeira metade do século XX, após a transferência da capital, percebemos uma queda drástica no número de edificações e uma retração populacional. O inventário de 1949 (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949)¹¹ remarcou, inclusive, o esvaziamento e arruinamento das áreas periféricas da vila.

É interessante notar como vários autores e pesquisadores propagaram o mito de Ouro Preto decadente no Oitocentos, até de maneira contraditória. O minucioso estudo da pesquisadora Iraci del Nero da Costa apontou

10. Apenas Pohl e Luiz Pinto mencionaram ter cadastrado os morros da vila.

11. Inventário da cidade de Ouro Preto realizado por Sylvio de Vasconcellos, em 1949.

o crescimento vegetativo positivo da população livre para essa cidade no século XIX, enquanto o mesmo trabalho descreveu o núcleo urbano como decadente, pobre e desolado. Nota-se que a pesquisa de Costa mencionou os viajantes estrangeiros; ou seja, ela certamente foi influenciada pelo quadro – equivocado, no nosso entendimento – retratado por eles.

Manuel Bandeira, ao escrever o *Guia de Ouro Preto*, estava observando a cidade no início do século XX. Certamente impactado pela aparência do núcleo urbano esvaziado e arruinado, ele expandiu o abandono daquele momento para um amplo espaço de tempo, começando pelo final do Setecentos.

Por fim, devemos lembrar o caráter citadino de Vila Rica desde a sua formação, que possibilitou o desenvolvimento dos setores terciário e secundário, com uma grande variedade de atividades artesanais, conforme o censo de 1804. Os relatos dos viajantes estrangeiros do início do Oitocentos firmaram o título de cidade decadente para Ouro Preto, mas eles a visitaram antes das novidades que a ferrovia trouxe. O núcleo urbano manteve-se dinâmico enquanto capital da província e a decadência atribuída para o Oitocentos parece ser um mito, uma interpretação equivocada dos ilustres visitantes. A seguir, aprofundaremos mais esse assunto através do estudo da evolução urbana de Ouro Preto, no período ora em análise.

3 A CONFIGURAÇÃO DE OURO PRETO NO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

Como mencionamos anteriormente, no fim do Setecentos Ouro Preto sofreu uma retração econômica e populacional em função do esgotamento das jazidas de ouro. A partir do primeiro quartel do século XX, o núcleo urbano encontrou-se novamente esvaziado, reflexo da transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897. Esses dados devem ser considerados na análise da cidade, do século XIX às três primeiras décadas do século XX, tendo em vista que deixaram marcas na cidade que buscamos entender.

Visando a ilustrar o percurso urbano de Ouro Preto nesse período, usamos como principais fontes primárias: o *Códice nº. 264, Livro de Tombos de terrenos*, de 1806 a 1812; a *Planta da Cidade de Ouro-Preto*, de 1888; e o

Mapa do Município de Ouro Preto, de 1939. Pesquisamos ainda documentos iconográficos, atas da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) e fontes bibliográficas que abordaram o assunto nesse período. Destacamos que alguns documentos estão apenas próximos do período de estudo; no entanto, como a evolução urbana é dinâmica, optamos por não analisá-la em períodos estanques.

3.1 O panorama de Ouro Preto no início do século XIX

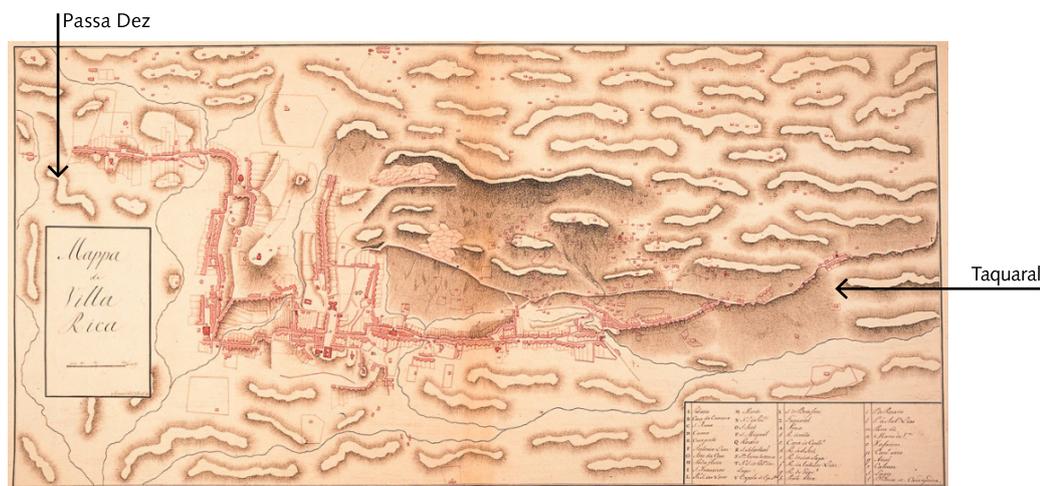
No início do século XIX foi realizado um inventário predial de Vila Rica, mandado executar por provisão de D. João VI, de 9 de outubro de 1809. Esse serviço cadastral gerou o *Códice nº 264*, disponível no APMOP (APMOP|CMOP, 1806-1812)¹². Embora o arrolamento tenha sido executado antes do período ora em estudo, ele nos proporciona um panorama do início do Oitocentos, fundamental para o entendimento da dinâmica que buscamos ler.

O *Códice nº 264* apresenta uma exposição preliminar que justifica a necessidade de tal arrolamento: o cadastro anterior, de 1737 (APM|CMOP, 1737-38), teria sido falho e incompleto; os edifícios iniciais eram de madeira e, por isso, muitos foram demolidos; e havia edificações irregulares. A documentação do início do século XIX foi organizada por trechos de caminhos, em um total de 1.134 aforamentos, ao longo do caminho tronco. Os registros parecem seguir o sentido longitudinal da vila, como podemos observar no *Mappa de Villa Rica* (Figura 1), base cartográfica do final do século XVIII, iniciando na região do Passa Dez e finalizando na região do Taquaral.

O cadastro de 1809 apresentou: o nome do foreiro; ocasionalmente sua ocupação; as confrontações de vizinhos. Como essa listagem foi organizada por trechos de caminhos, frequentemente houve a indicação da rua, beco, travessa ou marco que existia em cada extremidade ou transversal ao trecho de caminho em questão.

12. Este material também se encontra parcialmente disponível em: VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 171-232, 1955.

FIGURA 1
Mappa de Villa Rica;
 autoria de Manoel
 Ribeiro Guimarães,
 datado entre 1775
 e 1800, original
 manuscrito do
 Arquivo Histórico do
 Exército. Fonte: REIS,
 Nestor Goulart.
*Imagens de Vilas e
 Cidades do Brasil
 Colonial* [Colabora-
 dores: Paulo Bruna
 e Beatriz P. Siqueira
 Bueno]. São Paulo:
 EDUSPIFAPESP,
 2000.



No arrolamento do *Códice nº 264* foram listados os seguintes bairros, ruas, arraiais ou freguesias: “rua do Alto do Passa-Dez té a ponte do Rosário”, 182 foros; “Morro do Ramos até as praias do córrego do Caquende”, 57 foros; “rua que principia na ponte do Caquende té o chariz defronte da Capela do Rosário”, 91 foros; “rua Nova do Sacramento que principia detrás da Capela do Rosário até a ponte de São José”, 95 foros¹³; “ladeira da rua que segue para a Capela do Morro de São José”, 71 foros; “ladeira denominada de Simão da Rocha”, 17 foros; “rua que segue da ponte Seca até a ponte do Ouro Preto”, 34 foros¹⁴; “rua Direita que principia na ponte do Ouro Preto, até a Praça”, 79 foros; “rua de Santa Quitéria”, 25 foros; “na Praça, pelo poente”, 1 foro; “rua Nova do _? pela Parte do Poente”, 12 foros¹⁵; “continua _? rua Nova pelo Poente”, 18 foros; “Alto da Praça seguindo a rua Direita de Antônio Dias té a ponte”, 41 foros; “rua de trás de Antônio Dias denominada Cadeia Velha”, 17 foros;

13. Esse trecho de caminho foi apontado por Salomão de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1955), mas não foi encontrado no *Códice nº 264*. Como essa documentação encontra-se em estado de conservação precário, acreditamos que parte desse códice tenha se perdido. Na contagem total de aforamentos, cruzamos o levantamento parcial de Vasconcelos com o nosso. No entanto, esses fatos podem ter gerado alguma lacuna.

14. O mesmo ocorreu com esse trecho de caminho: não foi encontrado no *Códice nº 264*, mas indicado no levantamento parcial de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1955).

15. Infelizmente, nem todos os nomes estão legíveis.

“rua dos Paulistas que principia por detrás dos quintais de _? Antônio Dias”, 36 foros; “rua da Barra que principia dos fundos dos quintais do Quartel Mestre José de _? Lopes e segue para a mesma Barra”, 20 foros; “rua da Capela do Bom Jezus dos Perdões, 10 foros; “segue o mesmo beco da Barra”, 24 foros; “continua a rua da Barra da Ponte do _?”, 26 foros; “rua que principia na ponte de Antônio Dias té o Alto da Cruz”, 32 foros; “traveça do Trapiche”, 10 foros; “continua a rua de _? Alto da Cruz”, 14 foros; “traveça do _? que segue para a Capela do Senhor da Dor”, 50 foros; “rua denominada de _? até o beco do _?”, 14 foros; “caminho Novo do Vira Saya”, 8 foros; “rua das Lages que principia por sima _?”, 28 foros; “ladeira que principia no Alto da Cruz e segue por Água Limpa té o Taquaral”, 100 foros; “rua do Taquaral”, 22 foros (APMOP|CMOP, 1806-1812, grafia original).

As edificações ou marcos citados no *Códice nº 264* foram: fonte do Caquende; Capela das Almas, com adro; Capela do Rosário e adro; chafariz defronte à Capela do Rosário; Hospício da Terra Santa; Capela de São José; Capela do Paço; Quartéis da Tropa; Praça; Capela do Carmo; Cadeia; Casa da Ópera; Hospital Real; Santa Casa de Misericórdia; Igreja de São Francisco; Palácio Velho; Chafariz de São José, com largo; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; a Igreja Matriz de Antônio Dias, com adro à frente; Capela do Bom Jesus dos Perdões; Fábrica de Pólvora; e a Capela do Senhor da Dor. As seguintes pontes foram mencionadas: ponte do Rosário ou ponte do Caquende; ponte Seca; ponte de São José; ponte do Ouro Preto; ponte de Antônio Dias; ponte do Palácio Velho. Os seguintes córregos foram citados: córrego da Olaria; córrego do Passa Dez; córrego da Capela das Almas; córrego do Caquende; córrego do Ouro Preto; córrego do Antônio Dias; córrego do Palácio Velho; e córrego do Chafariz.

Com relação ao tombamento anterior da Vila, realizado entre 1737 e 1742 (*Códices nºs 38 e 40*), e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1), devemos remarcar que as seguintes edificações de destaque foram mencionadas pela primeira vez: o Hospício da Terra Santa, a Casa da Ópera, a Capela do Paço, o Hospital Real e a Fábrica de Pólvora.

Com o objetivo de avaliarmos o adensamento urbano no arruamento setecentista, buscamos comparar os *Códices nºs 38 e 40*, o *Mapa*

de *Villa Rica* (Figura 1)¹⁶ e o *Códice n° 264*. Entendemos que em função de eventual variação de nomenclatura das ruas ou ausência de correspondência dos trechos analisados, essa comparação está sujeita a erros; no entanto, o esforço é importante para avaliarmos a evolução urbana de Ouro Preto.

Os *Códices n°s 38 e 40* apresentaram juntos 752 aforamentos. O *Mapa de Villa Rica* (Figura 1) não apresentou um cadastro vinculado. No entanto, ao realizarmos uma análise desse mapa, ainda que muito falha, há no caminho tronco¹⁷ cerca de 638 edificações representadas. O *Códice n° 264* listou 1.134 foros. Comparando os dois tombamentos realizados, houve um aumento significativo no número de aforamentos.

Curiosamente, o número de aforamentos nesses arrolamentos é bem inferior à contagem de edificações dos viajantes estrangeiros. Não sabemos se os tombamentos foram completos ou se os visitantes consideraram toda a vila, ou seja, o caminho tronco e os arraiais dos morros; apenas Pohl e Luiz Pinto mencionaram ter cadastrado os morros da vila. Os dois tombamentos inventariaram apenas a Sesmaria da Câmara e isso excluía os morros, por se tratar de terras minerais.

O *Códice n° 264* indicou locais de expansão, com grande volume de aforamentos, como os atuais bairros Dores e Barra, demonstrando o crescimento da cidade em direção ao atual Morro do Cruzeiro. Indicou, também, locais que começavam a ser ocupados, inéditos até então, como o atual bairro da Água Limpa¹⁸.

A comparação entre trechos semelhantes de caminhos cadastrados indicou a evolução do arruamento setecentista, parcialmente ilustrado na

16. Os *Códices nos 38 e 40* e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1) foram analisados pela autora em sua pesquisa de doutorado, defendido na FAU-USP em 2016. Para mais informações, ver: VIEIRA, Liliane de Castro. *O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

17. Entendemos por caminho tronco o principal caminho da Vila, descrito por Sylvio de Vasconcellos da seguinte forma: “Principia esta estrada no passa-dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto. De onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antonio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana”. Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Villa Rica*. 1951. Tese (concurso para provimento da cadeira de Arquitetura do Brasil) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 75.

18. Se compararmos com os *Códices nos 38 e 40* e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1). Para mais informações, ver: VIEIRA, 2016.

Tabela 4:

TABELA 4

Quadro comparativo entre os *Códices n^{os} 38 e 40* e o *Código n^o 264*. Para tanto, buscamos os trechos de ruas correspondentes. Infelizmente não foi possível relacionar trechos importantes, como no Pilar, Carmo, Antônio Dias e Alto da Cruz.

Ruas ou trechos de ruas	Códices n ^{os} 38 e 40: n ^o foros	Código n ^o 264: n ^o foros
Rua do Alto do Passa Dez até a ponte do Rosário	31	182
Rua que principia na ponte do Caquende até o chafariz defronte da Capela do Rosário	27	91
Rua Nova do Sacramento que principia detrás da Capela do Rosário até a ponte de São José	32	95
Rua que segue da ponte Seca até a ponte do Ouro Preto*	37	34
Alto da Praça, seguindo a rua Direita de Antônio Dias até a ponte*	43	41
Rua de trás de Antônio Dias denominada Cadeia Velha	21	17

* Trechos onde a correspondência pode ser sido falha.

Na região do Passa Dez e Rosário, notamos um acréscimo expressivo de edificações. No Antônio Dias, notamos um decréscimo curioso de foros. Naturalmente, estamos sujeitos a erros em função de possíveis aforamentos não realizados, mudança de nomenclatura das vias ou alteração de trechos considerados. De qualquer forma, o número de aforamentos no *Código n^o 264* é muito superior ao dos *Códices n^{os} 38 e 40* e podemos entender um processo de expansão das áreas periféricas e uma certa estabilidade no centro, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX.

No entanto, notamos que no início do século XIX as solicitações de aforamentos em arruamentos definidos no século anterior eram frequentes, como comprovam alguns documentos da CMOP. Quase na virada do século, em dezembro de 1800, foi solicitado o “aforamento de algumas braças de terras devolutas, localizadas perto da rua do Vira Saia” (APM|CMOP, 1800). Um documento de 1802, de Francisca Xavier, mencionou: “solicitação do aforamento de 2 braças de terras devolutas, na rua da Ponte” (APM|CMOP, 1802, Doc. 9). No mesmo ano, Antônia Nunes da Silva solicitou o “aforamento de terras devolutas na rua da Água Lima, em Padre Faria” (APM|CMOP, 1802, Doc. 75). Em 1807, um documento indicou a “solicitação do aforamento de 4 braças de

A Planta da Cidade de Ouro-Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província, de 1888, está disponível na Biblioteca Nacional. À esquerda, na parte inferior do mapa, há uma legenda que revela as principais edificações, marcos ou regiões da cidade: 1- Praça da Independencia; 2- Palacio do Governo; 3- Assembleia provincial; 4- Cadeia; 5- Escola de minas; 6- Quartel de linha; 7- Quartel de policia; 8- Santa Casa; 9- Theso_?, geral e Correio; 10- Directoria da Fazenda; 11- Theatro; 12- Estação da Est. de Ferro; 13- Largo da alegria; 14- Largo do Dirceo; 15- Escola de pharmacia; 16- Lyceo; 17- Quartel dos menores; 18- N. S. do Carmo; 19- N. S. das Mercês; 20- S. Francisco de Paula; 21- S. José; 22- N. S. do Rosario; 23- Matriz de Ouro-Preto; 24- Bom Jesus; 25- S. Francisco d’Assis; 26- Mercês dos Perdões; 27- Matriz de Anto Dias; 28- Alto da Cruz; 29- Padre Faria; 30- N. S. das Dôres¹⁹. Abaixo da legenda, há a indicação de local e data – “Ouro-Preto, 7.2.88”; ao lado, os dizeres “With Brosenius des.” e o registro do norte geográfico. No centro, na parte inferior do mapa, há a indicação da escala – 1:5000; à direita, no pé do mapa, a nomeação dos gravadores – “Gravure de Giesecke & Devrient, Liepzig”.

Nesse mapa, vale destacar a representação da Serra de Ouro Preto a nordeste, do Morro do Curral e Morro do Cruzeiro a sudoeste e Alto da Cruz a sudeste, definindo os limites geográficos da cidade de Ouro Preto. Os principais rios, córregos ou ribeirões representados são: “Ribao do Passa-Dez”, no Passa Dez; o “Rio Funil e Barra”, na cota mais baixa de Ouro Preto, onde foi implantado o ramal férreo; “Corrego do Pellucia”, descendo da Serra de Ouro Preto em direção aos fundos do Rosário. Além dos destaques indicados na legenda, devemos ainda citar: as “antigas caixas de mineração”, na Água Limpa; duas pedreiras, na atual rua Conselheiro Quintiliano; e o “Mo da Forca”.

O mapa em questão ainda apresenta a indicação do sentido de alguns caminhos, a saber: “Para o jardim botanico”, próximo ao Passa Dez; “Para o Tripuy”, no Passa Dez; “Estrada para o cemiterio geral”, no sentido do atual bairro Saramenha; “Estrada para Marianna”, na continuação da

19. Grafia original.

atual rua Conselheiro Quintiliano; e “Caminho para o Itacolomy”²⁰, nos fundos da Capela de Padre Faria.

3.2.1 Caminho tronco

Ao analisarmos a *Planta da Cidade de Ouro-Preto*, no núcleo da vila percebemos a massa edificada, disposta ao longo dos caminhos principais de forma linear e cordeada. Há mais quadras definidas que no mapa anterior (Figura 1). No entanto, essas ainda concentram-se nas imediações do centro da vila, próximas à Praça.

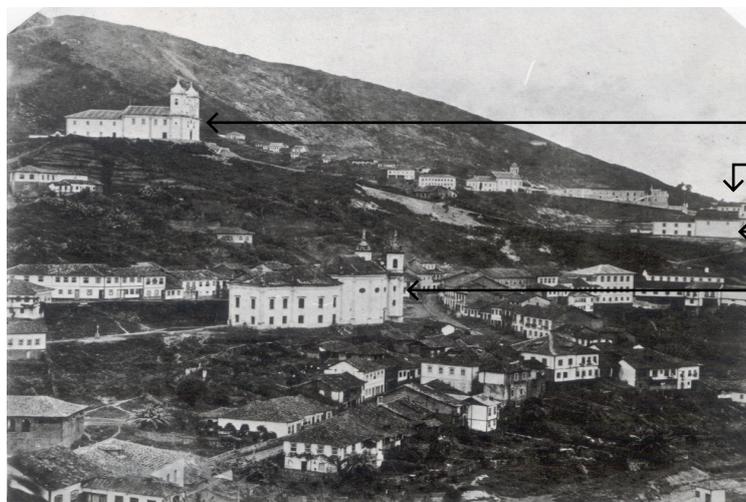
Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), houve uma expansão na malha viária. Notamos a abertura de um caminho, acompanhando a curva de nível, ligando o Passa Dez à Praça. A partir deste caminho, percebemos duas novas vias conduzindo para o fundo do vale, por trás da região das Cabeças e Rosário: trata-se da Água Limpa, identificada pela primeira vez em uma base cartográfica²¹. Em torno da Igreja de São José e Igreja de São Francisco de Paula, notamos caminhos de acesso aos templos, representados pela primeira vez em um mapa. Próximas às igrejas, foram abertas vias paralelas ao caminho principal do século XVIII (Figura 3). A Capela de Nossa Senhora das Dores é representada com uma rede de vias de acesso ao templo, com ocupação esparsa no entorno. O bairro Antônio Dias desenvolveu-se com a abertura de novas vias e ocupação na direção dos fundos da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Figura 4). A atual rua Conselheiro Quintiliano, já existente no século XVIII, foi ocupada de forma esparsa no trecho entre a Praça e a Igreja de Santa Efigênia. Em torno desse templo, houve a definição de novas quadras em relação à base cadastral anterior (Figura 1). Finalmente, no trecho em torno da Capela de Padre Faria, houve um decréscimo de edificações e arruamentos (Figura 2).

20. Grafia original.

21. Nota-se que a “rua da Água Limpa” foi mencionada em documentos da CMOP, dos séculos XVIII e XIX, localizada no Padre Faria. A Água Limpa na condição de bairro, nomenclatura que perdura nos dias atuais, foi identificada pela primeira vez em uma base cartográfica no mapa de 1888.

FIGURA 3

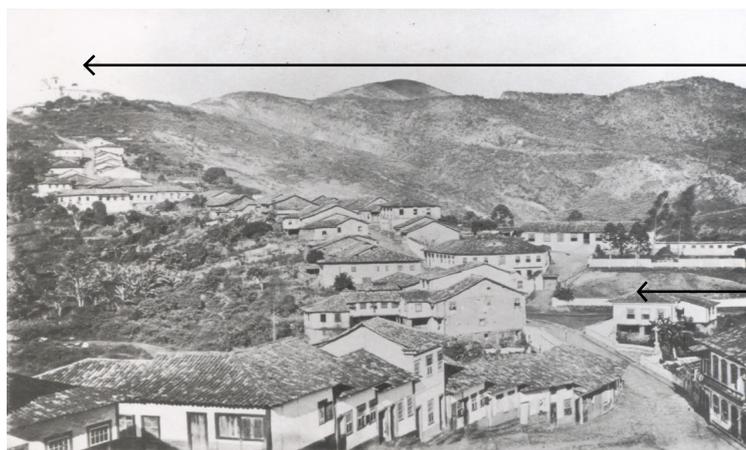
Vista de Ouro Preto, 1875; autor desconhecido. Acima, nota-se caminho ligando o Passa Dez à Praça. Entre as Igrejas de São Francisco de Paula e São José, notamos caminhos de acesso aos templos. Fonte: Museu da Inconfidência, Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura.



Igreja de São Francisco de Paula
Praça
Igreja de São José
Igreja de Nossa Senhora do Rosário

FIGURA 4

Vista de Ouro Preto, 1881; autoria de Guilherme Liebenau. Vista a partir do adro da Igreja de Antônio Dias. Nota-se o adensamento do bairro. À direita, acesso à Capela de Nossa Senhora das Dores. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 109.



Igreja de Santa Efigênia
Acesso à Capela de Nossa Senhora das Dores

Vale remarcar que a inauguração do ramal férreo, em janeiro de 1888, gerou a expansão do núcleo urbano em direção à estação ferroviária. Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), notamos: a abertura de uma via, nos fundos da Igreja do Pilar; um novo acesso paralelo ao Morro da Forca; e, a partir da estação ferroviária, em direção ao Alto da Cruz, há uma nova via e a ocupação da região atualmente conhecida como Barra, nas margens do rio Funil e Barra. Na Barra, há uma via em direção ao Morro do Cruzeiro (Figura 2). Em toda essa região, percebemos a ocupação ainda esparsa.

FIGURA 5

Vista de Ouro Preto, 1875-80; autoria de Guilherme Liebenau. Vista da rua Conde de Bobadela (antiga rua Direita), rua Coronel Alves (antiga rua Nova) e rua São José (antiga travessa de São José).
 Fonte: FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 109.



FIGURA 6

Recorte da *Planta da Cidade de Ouro-Preto*. Na atual rua Coronel Alves, destacamos: ocupação nas duas faces; e desmembramento de lotes da atual rua Conde de Bobadela.
 Fonte: Biblioteca Nacional.



Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), notamos ainda um adensamento no núcleo urbano, especialmente na região central (Foto 3): acréscimos, desmembramentos de fundos de lotes, novas edificações (Figura 6). Os trechos com declividade muito acentuada ainda permanecem desocupados.

No centro da vila, esse mapa nos revela a praça Tiradentes com uma configuração diferente do desenho anterior (Figura 1): quanto aos edifícios de destaque, notamos a supressão da Capela de Santana; na lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, percebemos a demolição de uma quadra e o aumento da área em torno deste templo; ao centro, a representação sugere um jardim central, comprovada pela imagem a seguir (Figura 7), de 1881; as edificações foram modificadas, em relação à Figura 8, que representa a praça Tiradentes, entre 1785 e 1790.

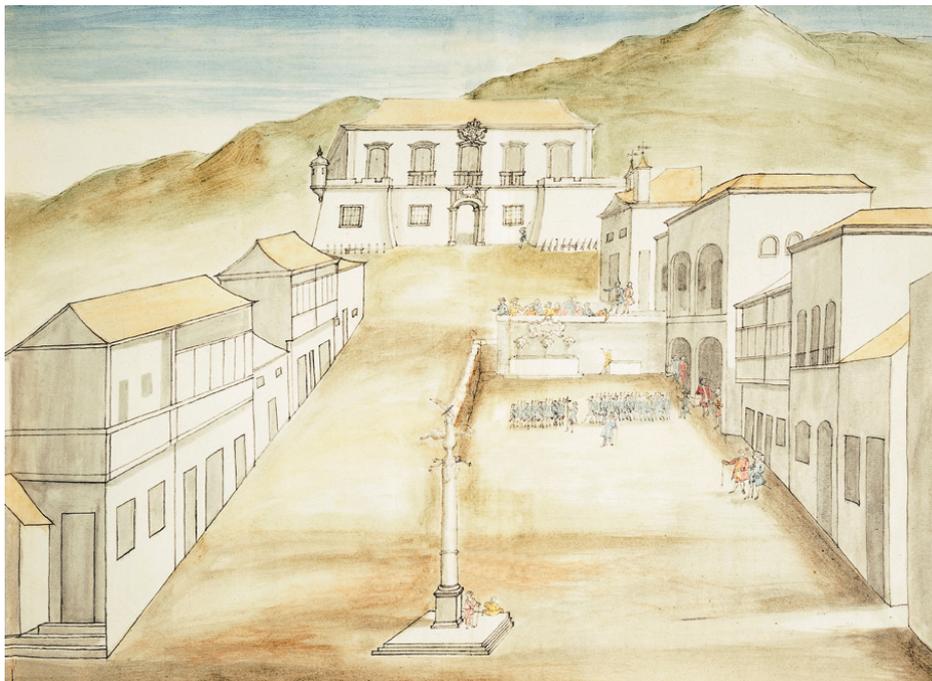
FIGURA 7

Vista da praça Tiradentes, em 1881; autoria de Guilherme Liebenau. Ao centro, em último plano, o Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas. À esquerda, conjunto Alpoim. Em destaque, jardim central. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 110.



FIGURA 8

Imagem da praça Tiradentes, em Ouro Preto, entre 1785 e 1790. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* [Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P. Siqueira Bueno]. São Paulo: EDUSPIFAPESP, 2000.



De acordo com o pesquisador Ivo Porto de Menezes, a Capela de Santana²² foi demolida no final do século XVIII para dar lugar ao caminho que ligava a Água Limpa ao Taquaral (MENEZES, 2002, p. 72). No mesmo trabalho (MENEZES, 2002, p. 72 e 76), esse estudioso mencionou a transformação da Santa Casa de Misericórdia em sede da Assembleia Provincial e a compra de casa particular para o “alinhamento da praça”, durante as obras de execução do edifício da Casa de Câmara e Cadeia (Figuras 1 e 6). Note-se que, no mapa de 1888 (Figura 2), a Santa Casa tem nova localização.

Devemos mencionar, ainda, as solicitações que nos levam a acreditar em um processo de renovação urbana. São pedidos de demolição, como “solicitação de licença para demolir as casas que estão localizadas em frente a (*sic*) Matriz de Antônio Dias” (APM|CMOP, 1820), de 1820. Não encontramos requerimentos de reforma de fachada, embora a análise das iconografias dos séculos XVIII (Figura 8) e XIX indique a renovação das fachadas, de acordo com um lento amadurecimento de critérios (REIS FILHO, 1999, p. 34) e novos materiais disponíveis (Figuras 9 e 10).

Sylvio de Vasconcellos remarcou que, em Ouro Preto, as inovações tornaram-se mais acessíveis à cidade com a chegada da Estrada de Ferro (VASCONCELLOS, 1951, p. 180; SALGUEIRO, 1996, p. 136). No entanto, de acordo com esse Vasconcellos, as mudanças não eclipsaram a tradição: “No máximo elementos mais decorativos, caixilhos caprichosos, pinturas inadequadas, esquadrias de venezianas, meios-portões de ferro (...) aplicam-se às fachadas, mascarando sua vetustês com uma *maquillage* moderna.” (VASCONCELLOS, 1951, p. 181). Note-se que essas renovações restringiam-se às fachadas principais; nas posteriores, as soluções permaneceram as mesmas do século anterior, como podemos notar nas Figuras 3 e 5.

Assim, a inauguração da linha férrea permitiu o acesso a novos materiais e, conseqüentemente, à mudança da aparência da cidade. Nas áreas centrais, os imóveis de uso comercial modernizaram-se, assim como os imóveis residenciais de proprietários mais favorecidos. Nas Figuras 7, 9 e 10, podemos perceber esses novos elementos: cimalkas coroando as edificações, a prevalência do vidro nas vedações, o uso de balcões em ferro, texturas

22. Devemos destacar que a Capela de Santana em questão localizava-se na Praça. Há outra, no Morro do Santana, ainda existente.

FIGURA 9

Rua do Ouvidor, atual Cláudio Manoel, em 1881; autoria de Guilherme Liebenau.

Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 110.



FIGURA 10

Rua Tiradentes, atual Rua São José, em 1875-80; autoria de Guilherme Liebenau.

Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 108.



no acabamento das fachadas, a inserção de sistema de captação de águas pluviais, a prevalência de esquadrias com vergas curvas.²³

Aparentemente, essas inovações não se desdobraram nas áreas periféricas do caminho tronco, como podemos observar na Figura 4, do bairro Antônio Dias: são poucas as edificações que adotaram os novos materiais. O inventário realizado em Ouro Preto (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949), em 1949, constatou as reformas de fachadas na região central da cidade, mas não nas periferias do caminho tronco.

No APMOP²⁴, há uma planta intitulada *Melhoramentos da cidade de Ouro Preto; Projecto de Boulevard* (Figura 11) que demonstra o desejo

23. Para mais informações sobre a renovação da arquitetura de Ouro Preto no século XIX, consultar: SALGUEIRO, 1996.

24. As imagens disponíveis no APMOP foram digitalizadas e gentilmente cedidas pela equipe do LAP.

de renovação das edificações e espaços urbanos, de acordo com os novos materiais disponíveis e estilos vigentes. O projeto, de 1892, fez parte do plano de melhoramentos urbanos de 1891 que buscou evitar a transferência da capital (SALGUEIRO, 1996, p. 130). Neste artigo, interessa-nos destacar a vitalidade de Ouro Preto no século XIX; no entanto, apesar do desenho não ser sido executado, é notável a vontade de mudança:

Ampliação da visão das mais importantes edificações iria permitir que se afirmasse o poder, exigindo demolições, rebaixamentos de ruas e praça, enquanto a nobreza, que exigia o centro dos poderes, aconselhava que novas formas arquitetônicas fossem implantadas e modificados seriam os elementos componentes das fachadas, mas, sobretudo, que as proporções das edificações já não representassem concepções do século XVIII, senão do XIX. (MENEZES, 2002, p. 78)

FIGURA 11

Melhoramentos da cidade de Ouro Preto; Projecto de Boulevard, de 1892. Fonte: APMOP.

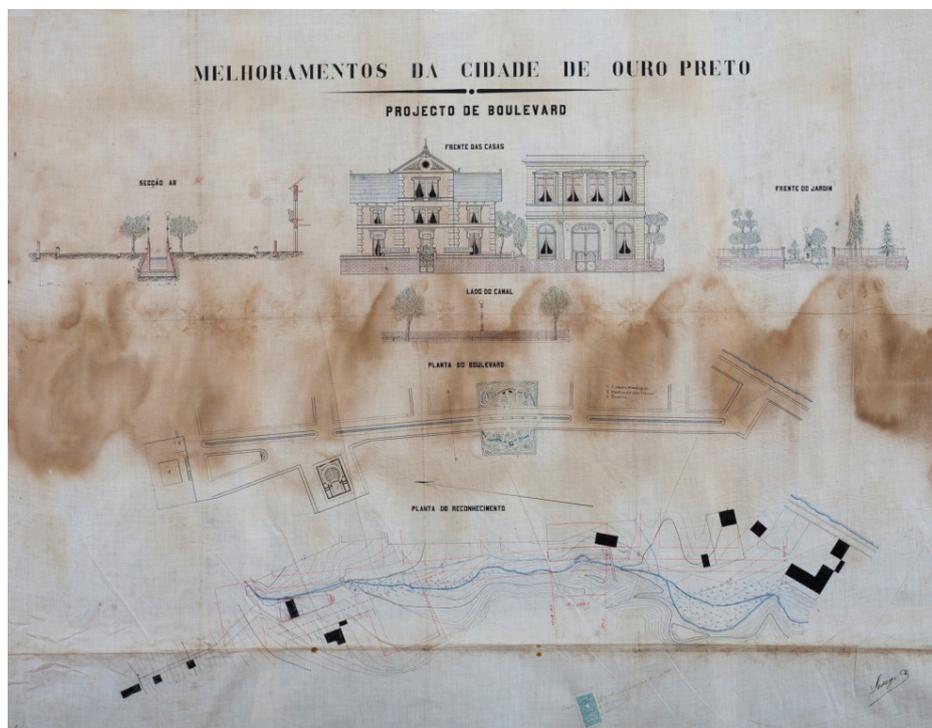


FIGURA 12

Mercado e Igreja de São Francisco, em 1880; autoria de Marc Ferrez. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 117.



FIGURA 13

Ouro Preto/Antônio Dias/Vista parcial da cidade: trecho do mercado e descida para Antônio Dias; foto de fins do século XIX a início do século XX; autoria desconhecida. O ângulo das Figuras 12 e 13 é diferente, mas o ponto a partir do qual foram tiradas foi o mesmo: a Figura 12 privilegiou o lado direito, onde se encontra a igreja; e a Figura 13 enfatizou o lado esquerdo, onde está a descida para Antônio Dias. Note-se que a localização dos mercados – o antigo e de linhas neoclássicas – foi a mesma. Fonte: IFAC/UFOP.



Algumas ações de renovação urbana foram levadas a cabo. O mercado de tropeiros, que existiu em frente à Igreja de São Francisco de Assis, foi substituído, entre o final do século XIX e início do século XX, por um edifício de linhas neoclássicas (Figuras 12 e 13). Posteriormente, esse edifício foi demolido²⁵. Na praça Reinaldo Alves de Brito, podemos observar edificações que adotaram a linguagem eclética ou neoclássica, como o antigo Liceu de Artes e Ofícios, inaugurado no último quartel do século XIX. Paralelamente, notamos os fundos das edificações inalterados e sem tratamento com os novos materiais disponíveis (Figura 14).

25. Para mais informações, consultar: VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

FIGURA 14

Praça Reinaldo Alves de Brito; foto de Hess; 1939. Em destaque, Liceu de Artes e Ofícios. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.



Liceu de Artes e Ofícios

FIGURA 15

Ouro Preto, 1903.
Fonte: APMOP.



O início do século XX foi marcado por melhoramentos urbanos para Ouro Preto, como podemos notar no relato de Moreira Pinto, que destacou a cidade sendo provida de postes para a iluminação elétrica nesse período (PINTO, 1906, p. 693), e na imagem a seguir - “Ouro Preto”, de 1903 (Figura 15). Esse mapa, disponível no APMOP, apresenta uma legenda que indica os seguintes serviços: “construção de esgotos”, “abastecimento de água” e “distribuição de luz elétrica”.

Esse mapa, que contemplou exclusivamente o caminho tronco, parece ter partido da base cadastral de 1888, embora com algumas atualizações: mais ruas, definidas ou projetadas, e novas edificações, como no Padre Faria e no entorno da Capela das Mercês.

3.2.2 Morros

Os arraiais da Serra de Ouro Preto não foram contemplados no mapa de 1888. No entanto, os caminhos representados nessa base cartográfica, citados anteriormente, apontaram regiões de expansão da cidade: o acesso a Saramenha, por exemplo, foi indicado pela primeira vez em um mapa, embora existissem aforamentos nesta região desde o final do século XVIII (APM|CMOP, 1776).

Há outros documentos iconográficos próximos ao período em estudo, disponíveis no APMOP, que merecem destaque pelas informações que revelam para os morros. A *Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto* (Figura 16), de 1898, não apresentou nada de novo quanto à configuração da cidade, tendo em vista que parece ter usado como base o mapa de 1888 (Figura 2). No entanto, vale destacar que essa planta registrou pela primeira vez o nome e a localização das minas em Ouro Preto, pois fazia parte de um estudo encomendado pela CMOP, realizado pelos engenheiros Marciano Pereira Ribeiro e Clodomiro de Oliveira, que tinha por objetivo reativar a extração de ouro na cidade²⁶.

A *Planta das Lavras Tassaras e arredores* (Figura 17), de 1903, disponível no APMOP, encontra-se em estado precário de conservação, comprometendo a sua reprodução. Essa planta indica a definição da área da lavra em questão e as lavras confrontantes. O destaque desse mapa é a representação precisa dos arraiais dos morros, inédita até então: Povoação do Taquaral; Padre Faria, Morro da Piedade, Morro de Sant' Anna e Morro S. João²⁷.

26. Para informações adicionais, consultar Memorial e Plantas das Lavras Tassaras (1903) disponível no APMOP.

27. Grafia original.

FIGURA 16

Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto, de 1898. Nota-se que este mapa encontra-se em estado precário de conservação, comprometendo a sua reprodução.

Fonte: APMOP.



FIGURA 17

Planta das Lavras Tassaras e arredores, de 1903. Fonte: APMOP.



Vale mencionar uma ata da CMOP, de 1892, disponível no APMOP, que citou a existência de ruínas e grandes extensões abandonadas nos arraiais ao longo da Serra de Ouro Preto. O objetivo dessa ata foi a incorporação dessas áreas vagas ao patrimônio da Câmara, para que pudessem ser aforadas; até então, por se tratar de terras minerais, o foro não era cobrado:

Considerando como nos Morros de Sant-Anna, da Piedade e outros antigos arraiais suburbanos, grandes extensões acham-se vagas cobertas apenas de ruínas; e bem assim como a Camara tem necessidade de terrenos para aforar á todos quantos desejam repovoar esses bairros no interesse de favorecer o grande manifesto desenvolvimento que a cidade está tomando.

Resolve:

Declaram-se incorporados por este acto expresso ao patrimonio da Municipalidade os terrenos e ruínas abandonados em toda a serra de Ouro Preto, exceptuando apenas do pagamento de foros aquellas casas antigas que sem interrupção estejam habitadas, e os terrenos á ellas anexos e fechados. (APMOP, 1892, Cx.14, grafia original)

Com isso, a CMOP vislumbrava obter áreas para a expansão da cidade e, assim, tentar evitar a transferência da capital do Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75). Aparentemente, o abandono evidente no caminho tronco, a partir da primeira metade do século XX, atingiu os arraiais da Serra de Ouro Preto já no Oitocentos.

3.3 Esvaziamento e decadência²⁸: a primeira metade do século XX

Com a transferência da capital do Estado, a estagnação econômica e a retração populacional atingiram Ouro Preto. A fase de decadência e abandono perdurou até meados do século XX. Quando a cidade foi tombada pelo Iphan, em 1938, o panorama do núcleo urbano era preocupante e esse quadro motivou uma série de trabalhos, como o inventário de 1949 (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949).

A principal fonte primária para a análise da configuração urbana da cidade nesse período é o *Mapa do Município de Ouro Preto*. Em 1939, o Serviço Geográfico de Minas Gerais organizou uma série cartográfica, entre eles o mapa em questão (Figura 18), disponível no Arquivo Público Mineiro (APM). Ao centro, acima, há os seguintes dizeres: “Mapa executado em obediencia ao decreto lei nacional no 311 de 2 de março de 1938”²⁹.

28. Esclarecemos que o termo “decadência” foi usado neste trabalho em referência às bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto que usam esta palavra para caracterizar a cidade, no século XIX.

29. Grafia original.



FIGURA 19

Recorte do Mapa do Município de Ouro Preto, de 1939: Ouro Preto, distrito sede. Nota-se que a qualidade da imagem disponível compromete sua reprodução. Fonte: APM; digitalizado pela equipe do LAP.

Ao analisarmos o *Mapa do Município de Ouro Preto*, no núcleo da vila, percebemos as edificações dispostas ao longo de caminhos principais, de forma linear e cordeadas; não há definição de lotes. Na Serra de Ouro Preto, na Água Limpa, em parte do Antônio Dias e Padre Faria, percebemos edificações dispersas e não cordeadas; nessas áreas, não há arruamento definido.

O nível de detalhamento da imagem compromete a leitura de alguns elementos. No entanto, em relação à base cadastral anterior (Figura 2), notamos uma malha viária semelhante, com a consolidação do arruamento nos seguintes trechos: Água Limpa, Morro da Forca, Barra e região da Capela das Dores. Nos bairros Antônio Dias e Padre Faria houve um aumento de edificações dispersas representadas. Devemos destacar ainda na região da Barra e Morro do Cruzeiro: a indicação do cemitério em Saramenha; a Estrada de Ferro Central do Brasil; a Lagoa do Gambá; e a Lagoa Seca.

O mapa de 1939 é notável, pois representou Ouro Preto no momento de esvaziamento e arruamento que mencionamos no início. Devemos ressaltar que, em relação à base cadastral de 1888, não notamos uma expansão urbana digna de menção. Muitas edificações arruinaram-se e o melhor documento desse estado de abandono foi o inventário realizado

por Sylvio de Vasconcellos (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949). No entanto, vale destacarmos o acervo fotográfico disponível no Iphan, de 1939, que caracteriza a cidade, na ocasião do tombamento (Figuras 20 a 22).

FIGURA 20

Rua Conde de Bobadela, Centro; autoria desconhecida; 1939. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.



FIGURA 21

Rua Paraná, Centro; foto de Hess; 1939. Fonte: Arquivo Central do iphan, Rio de Janeiro.





FIGURA 22

Rua Donato da Fonseca, abaixo da Ponte Seca, no Rosário; foto de Hess; 1939. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.

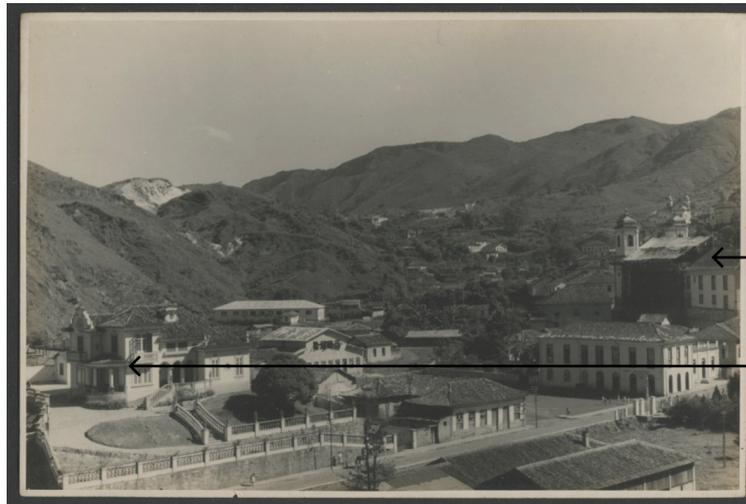
Nas imagens anteriores (Figuras 20 e 21), percebemos claramente a região central renovada, as fachadas dos edifícios com novos materiais disponíveis, enquanto os fundos das edificações (ver Figura 14) e as áreas periféricas (Figura 22) permanecem com a aparência mais próxima do século XVIII.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que, ao longo do século XIX, Ouro Preto sofreu um processo de renovação e adensamento urbanos na região central – reforma de fachadas e inserção de novas edificações – que incorporou os novos materiais disponíveis, novas técnicas construtivas e estilos vigentes e nova implantação (exemplo nas Figuras 23 e 24).

FIGURA 23

Casa do engenheiro do ramal férreo, na região do Pilar; foto de Hess; foto datável do segundo quartel do XX. À direita, a Igreja do Pilar. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.



Igreja do Pilar

Casa do engenheiro do ramal férreo

FIGURA 24

Adro da Igreja do Rosário; à direita, edificação com linhas neoclássicas, recuo lateral e jardim; foto de Hess; foto datável do segundo quartel do XX. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.



O crescimento vegetativo da população livre foi positivo e, paralelamente, Ouro Preto passou por um processo de expansão, nas imediações do arruamento setecentista: Água Limpa, Dores e Barra. A ferrovia é responsável pelo desenvolvimento, principalmente, das regiões do Pilar e Barra (Figuras 25 e 26) e pelo acesso aos novos materiais disponíveis.

Na Serra do Itacolomi, por sua vez, Ouro Preto apresentou regiões de expansão, no período ora em estudo, em processo de ocupação, como Saramenha, Tripuí e Itacolomi.

FIGURA 25

Vista da região do Pilar ocupada no século XIX; em primeiro plano, a Estação Ferroviária. Foto datável da primeira metade do século XX. Em destaque, início da ocupação na Água Limpa. Fonte: Coleção particular Aparecido Salatini



FIGURA 26

Vista da região da Barra ocupada no século XIX; à esquerda, ponte da Barra. Foto datável da primeira metade do século XX. Fonte: Escritório Técnico de Ouro Preto/lphan.



No final do século XIX, houve a intenção de grandes reformas urbanísticas na cidade com o objetivo de evitar a transferência da capital (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75); no entanto, esses projetos não foram executados. No início do século XX, Ouro Preto foi contemplada com obras de melhoramento urbano.

Ao longo do século XIX, Ouro Preto manteve-se relativamente dinâmica: cresceu e modernizou-se. Acreditamos que a origem da decadência atribuída para Ouro Preto no Oitocentos esteja nos relatos dos viajantes estrangeiros que interpretaram de forma equivocada a cidade que visitaram antes das novidades que a ferrovia trouxe. Com a transferência da capital do Estado, no final do Oitocentos, a estagnação econômica atingiu Ouro Preto e a cidade sentiu, enfim, o efeito do abandono.

Por fim, considerando a necessidade de salvaguardar a arquitetura, o urbanismo e a paisagem de Ouro Preto³⁰, vislumbramos políticas de preservação para a cidade que contemplem também a valorização do Oitocentos. Os critérios e normas aplicados, nas primeiras décadas de atuação do Iphan, elegeram elementos tipológicos de uma fase de Ouro Preto para serem eternizados, alterando as edificações primitivas e influenciando a nova arquitetura e o novo desenho urbano (MOTTA, 1987; VIEIRA, 2016)³¹. Aspectos da arquitetura e do urbanismo do século XIX foram banidos. Paralelamente, a decadência atribuída à cidade no século XIX casou perfeitamente com a adoção sistemática do colonial como modelo. As práticas de gestão da cidade devem possibilitar tanto a leitura histórica do sítio urbano quanto à preservação dos elementos que faziam parte do núcleo antigo, à época do tombamento: e isso inclui a dinâmica do século XIX.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni]. Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da america meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 4, 1899.

BANDEIRA, Manoel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

30. Em 1933, Ouro Preto foi elevada à condição de Monumento Nacional. Em 1938, Ouro Preto foi tombada e inscrita no Livro de Belas Artes pelo Iphan. Em 1980, Ouro Preto passou a integrar a lista de patrimônio cultural da humanidade da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1986, o tombamento de Ouro Preto foi re-ratificado pelo Iphan, com as inscrições nos Livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em 1989, o Iphan definiu o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto, englobando não só o núcleo urbano setecentista, mas também todos os morros circundantes ao sítio antigo.

31. Vale destacar a ampla pesquisa realizada por Lia Motta, primeira a evidenciar o “estilo patrimonial”.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

CHUVA, Márcia. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995

COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária de Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, IEB-USP, n. 19, p. 17-34, 1977.

_____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979, 268 p. (Ensaio Econômico, 1).

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios, e domicílio próprio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano X, 1905.

ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano IV, 1899.

_____. *Pluto Brasiliensis; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1944.

FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil: 1840-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. n. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. IPHAN, IEPHA, Prefeituras, 1973-75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil* (1º de Setembro de 1940). Série Regional. Parte XIII – Minas Gerais. Tomo II. Censo demográfico – População. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo, IPE-USP, 1981, 224 p. (Ensaio Econômico, 8).

_____. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), In: BARRETO, A. E. M. et al. *História Econômica: ensaios*, São Paulo, p. 25-41, 1983.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais* (Vila Rica - 1804). Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969.

MENEZES, Ivo Porto de. Praça Tiradentes (Ouro Preto): a transformação de um espaço público. *Aquí; Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*. Belo Horizonte, p. 71-79, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2ª parte). Tomo II. População do Brasil por Estados e municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

_____. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22, 1987.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Relação das cidades, villas e povoações da província de Minas Geraes, com declaração do número de fogos de cada uma (1830). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano II, 1897.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XI, 1906.

POHL, Johann Baptiste Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicado por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1951.

REIS FILHO, Nestor Goulart. A urbanização e o urbanismo na região das minas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n. 30, jul.-dez., 1999.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial* [Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P. Siqueira Bueno]. São Paulo: EDUSP|FAPESP, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 125-63, jan.-dez. 1996.

VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 12, p. 171-232, 1955.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Vila Rica*. 1951. Tese (concurso para provimento da cadeira de Arquitetura do Brasil) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX: estudo comparativo entre o inventário de 1949 e 2002*. Dissertação de Mestrado (Arquitetura) FAU / UFBA, 2006.

_____. *O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. v. 2.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

Fontes primárias

Arquivo Público Mineiro

APM|CMOP, Códice nº 38, “Livro de Tombo”, Rolo-21/22, Flash 01, 1737-38.

APM|CMOP, Códice nº 40, “Tombo”, Rolo-22/23, Flash 01, 1737-42.

Mapa do Município de Ouro Preto, 1939.

APM|CMOP, Cx. 73, Doc. 85, 1800.

APM|CMOP, Cx. 76, Doc. 09, 1802.

APM|CMOP, Cx. 75, Doc. 75, 1802.

APM|CMOP, Cx. 77, Doc. 30, 1807.

APM|CMOP, Cx. 83, Doc. 49, 1818.

APM|CMOP, Cx. 83, Doc. 47, 1818.

APM|CMOP, Cx. 80, Doc. 27, 1806.

APM|CMOP, Cx. 74, Doc. 30, 1801.

APM|CMOP, Cx. 84, Doc. 37, 1820.

APM|CMOP, Cx. 50, Doc. 24, 1776.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Códice nº 264, “Livro de Tombos de terrenos”, 1806-1812, registro nº 0151, microfilme nº 0298.

Melhoramentos da cidade de Ouro Preto; Projecto de Boulevard, 1892.

Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto, 1898.

Planta das Lavras Tassaras e arredores, de 1903.

Memorial e Plantas das Lavras Tassaras (1903).

Documentos de vereanças, Cx.14, 1892.

Biblioteca Nacional

Planta da Cidade de Ouro-Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província, 1888.

IPHAN/Arquivo Noronha Santos

Carta informativa de Paulo Thedim Barreto, de 7/10/1949.

Inventário da cidade de Ouro Preto.

Rio de Janeiro, 1949. Pastas 861, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871.

IPHAN/Arquivo Central

Acervo fotográfico da cidade de Ouro Preto.

IPHAN/Escritório Técnico de Ouro Preto

Acervo fotográfico.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Coleção particular Aparecido Salatini

Artigo recebido em: 29/08/2016

Artigo aprovado em: 21/12/2016

A CIDADE DE BAURU E A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL:

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS E A BUSCA PELA
VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO
FERROVIÁRIO E INDUSTRIAL NO BRASIL

TAÍS SCHIAVON UNIVERSIDADE DE ÉVORA, ÉVORA, PORTUGAL

Arquiteta e urbanista pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, campus Bauru, São Paulo, Brasil). Mestra em História, Gestão e Valorização do Patrimônio Industrial pelo Master Erasmus Mundus TPTI (Techniques, Patrimoine et Territoire de l'Industrie, convênio entre as universidades Paris 1 Panthéon Sorbonne, França; Università Degli Studi di Padova, Itália; Universidade de Évora, Portugal), atualmente cursando doutoramento em Arquitetura pela Universidade de Évora, Portugal¹

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p190-219>

1. Continuando os estudos desenvolvidos no Brasil pelo Projeto Temático Fapesp , a pesquisa desenvolvida para o master TPTI caracterizou-se pela releitura dos dados coletados previamente no Brasil e por sua adaptação metodológica aos conceitos de Arqueologia e Patrimônio Industrial realizado a partir da identificação da ferrovia como o elemento propulsor ao processo de desenvolvimento econômico e consequente urbanização da região oeste do estado de São Paulo. O vínculo desta pesquisa com a instituição francesa AHICF permitiu que os conhecimentos em torno do desenvolvimento ferroviário na porção oeste do estado de São Paulo fossem dispersos por novas fronteiras de estudo, permitindo a identificação de semelhanças e distinções referentes à implementação ferroviária e industrial em diferentes contextos. Em sua nova etapa, este estudo busca compreender as estratégias e interferências existentes nos processos internacionais (transcontinentais) envolvendo países europeus e sul-americanos, idealizados a partir da comunicação ferroviária e a navegação do Atlântico. Como esses projetos se articularam e influenciaram o desenho histórico e atual das principais cidades cortadas por estes grandes projetos.

A CIDADE DE BAURU E A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS E A BUSCA PELA VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E INDUSTRIAL NO BRASIL

TAÍS SCHIAVON

RESUMO

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizada na região Oeste do Estado de São Paulo, pode ser caracterizada como um exemplo da internacionalização de empresas europeias e brasileiras, a partir de investimentos mistos, nacionais e franco-belgas num território ainda pouco urbanizado, uma vez que a ocupação e o povoamento de cerca de 65% do território do estado de São Paulo ocorre em parceria com a atuação de companhias de Estrada de Ferro, a partir do avanço da Frente Pioneira. A estratégia inicial da companhia procurava comunicar os estados de São Paulo e Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), entretanto, o projeto sofre frequentes alterações, adquirindo características internacionais que permitiriam a comunicação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Esta estratégia de internacionalização demonstra a difusão do progresso técnico e científico impulsionado a partir da criação de companhias estradas de ferro no país, um meio de locomoção e transporte de mercadorias capaz de modificar hábitos e fisionomias territoriais. A análise destes e de outros fatos possibilitaram a criação de uma rede de estudos estruturados a partir dos núcleos urbanos inicialmente desenvolvidos pela ferrovia e os impactos decorrentes da transição para o modelo rodoviário de transportes intensificado a partir de 1960 na região. Um cenário dinâmico, capaz de descrever o patrimônio da mobilidade como um museu aberto.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Industrial. Patrimônio ferroviário. Planejamento territorial. Urbanização. Ferrovia.

THE CITY OF BAURU AND THE NOROESTE DO BRASIL RAILWAY: INTERNATIONAL COMPARISONS AND THE QUESTO TO VALUE E REQUALIFY THE RAILROAD AND INDUSTRIAL HERITAGE IN BRAZIL.

TAÍS SCHIAVON

ABSTRACT

The construction of the railway *Noroeste do Brasil*, located in the western portion of São Paulo state, can be considered an example of the internationalization of European and Brazilian companies, made possible by national and French-Belgian investments, in a still little urbanized territory, since 65% of state's area were urbanized by railroad companies while advancing the "Pioneer Front". The company's initial strategy was to connect the states of São Paulo and Mato Grosso (currently Mato Grosso do Sul), however, the project went through frequent changes and acquired international features that would allow the communication between the Atlantic and Pacific Oceans. This strategy of internationalization demonstrates the diffusion of technical and scientific progress driven by railways in the country, a way of transporting people and goods able to modify territorial habits and structures. Analyzing these and other data enabled the creation of a studies network based on the urban centers developed by the railroad and the impacts of the transition to road transport, which intensified in the region during the 1960s. A dynamic scenario, capable of describing mobility heritage as an open museum.

KEYWORDS

Industrial heritage. Railroad Heritage. Territory planning. Urbanization.

1 O CONTEXTO MUNDIAL E A CONFORMAÇÃO NACIONAL

Por várias vezes o conceito de modernidade foi responsável pela narrativa das transformações urbanas de nossa sociedade. Nesse processo, os meios capazes de promover comunicações e articulações no território foram alvo de avanços técnicos, diretamente refletidos na organização e reorganização do território (ANASTASIADOU, 2011).

Ao passo que a sociedade industrial se caracteriza pelo comportamento tipicamente urbano, seu desenrolar possibilita a constante instauração de padrões de desenvolvimento e organização espacial (CHOAY, 1992, p. 1), ambientes onde as teorias e modelos urbanos desenvolvidos por Haussmann, Cerdà, Sitte, Howard, Le Corbusier e tantos outros, influenciariam a atuação de arquitetos e engenheiros por todo o nascente mundo capitalista.

Considerando o continente europeu como berço de grande parte dessas transformações e dispersão dessas ações por todo o mundo, Caron (1992) analisa a evolução dos transportes terrestres, sobretudo relacionados às articulações francesas entre os séculos XIX e XX, especificando em seu estudo a concorrência entre os diferentes modais e a articulação de eixos internacionais de transporte, antes mesmo do advento das ferrovias. Em seu estudo, constata que a estruturação do sistema ferroviário europeu procurou fazer face a três exigências: responder à procura de transportes entre países ou regiões previamente servidas por estradas ou canais, respeitando desta

maneira lógicas e estratégias de comunicação preexistentes; agir em áreas onde o desenvolvimento econômico fosse tardio, buscando estimular as atividades locais; em acréscimo ao estabelecimento de trocas entre longas distâncias, permitindo assim a estruturação nacional e a integração do espaço europeu.

A análise dos fatos históricos, sobreposta à atual articulação dos transportes terrestres europeus, demonstra a constante evolução de eixos históricos interligada aos novos avanços tecnológicos. Nesse processo de diversificação, o ambiente urbano atua de maneira semelhante, buscando sempre a melhor forma de articulação entre a antiga estruturação, as necessidades do novo modal e as exigências do contexto urbano. A decisão de se construir uma ferrovia, uma rodovia ou um canal era resultado direto do confronto entre sua rentabilidade e utilidade (CARON, 1992), fatores constantemente aliados à sua renovação.

Um processo oposto ao ocorrido no Brasil, país em que a tardia organização política aliada à falta de planejamento teve como resultado uma desarticulada rede de transportes (CALÓGERAS, 1928), acompanhada pelo baixo interesse em sua reestruturação. Grande parte das estratégias nacionais optaram, a partir dos anos 1950, pela substituição gradativa da rede de transportes, adotando como novo 'padrão' o modelo rodoviário (BARAT, 1978).

No Brasil, a crescente necessidade de circulação entre os centros de produção e os mercados de consumo e exportação impulsionou, no início do século XIX, o desenvolvimento de diversos projetos. Em geral, essas estratégias buscaram a atuação de investimentos privados, sendo inicialmente desenvolvidos em torno da criação de caminhos terrestres e fluviais e posteriormente ferroviários, em parceria com a interiorização do território impulsionada pela abertura de novas áreas de plantio e povoamento que, a partir do Rio de Janeiro (capital do Império), seguiriam rumo ao Vale do Paraíba, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais. A partir dessa região, os caminhos deveriam buscar os produtos extrativistas, que em geral apresentavam a expansão de suas fronteiras, evidenciando a precariedade de transportes e impulsionando novos projetos.

Nesse contexto de transformações, a ferrovia, primeiro grande eixo de propulsão territorial e articulação industrial, busca inicialmente nas áreas de expansão da produção cafeeira, produtos e pessoas, transferidos entre as novas regiões e o mercado consumidor.

De forma contrária, a grande parte das companhias de estrada de ferro no Brasil que possuíam em torno de seu desenvolvimento a lógica

da expansão da cultura do café, a estrada de ferro Noroeste do Brasil foi concebida como uma estrada de “penetração” buscando promover a urbanização e o adensamento das novas regiões econômicas, possibilitando a comunicação do território, que em menos de 50 anos demonstraria uma surpreendente transformação de caráter espacial.

(...) Espanta-se o europeu, quando ouve chamar de ‘velha’ uma cidade como Ribeirão Preto, que não conta três quartos de século (...). Tudo se passa como se este país conhecesse em 75 anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. (MONBEIG, 1998, p. 23)

Pouco a pouco a região abandonou a condição de mata fechada em troca da abertura de fazendas e organizados núcleos urbanos dotados de centros de produção, investimentos e influências nacionais e estrangeiras difundidas sob a forma de equipamentos e conhecimentos técnicos. (SALGUEIRO, 2007)

Esse rápido processo de modernização revela as influências dos grandes centros europeus, em virtude da circulação de ideias e ideais dispersos por técnicos e engenheiros do velho mundo, contratados por companhias para a realização de estudos de viabilização e implantação das chamadas ‘obras de arte’ ferroviárias e consequente atuação urbana. No oeste paulista, em muitos casos, as novas cidades surgiam com características urbanas presentes nos grandes centros urbanos nacionais e mundiais.

2 A NOROESTE DO BRASIL E O TERRITÓRIO

O fim da Guerra do Paraguai, em 1870, reafirmou as necessidades em busca do povoamento e o domínio do território brasileiro, idealizadas a partir da comunicação entre o estado do Mato Grosso (divisa entre países como Paraguai e Bolívia e que atualmente representa o território pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul) e o litoral brasileiro. Além das intenções presentes na defesa e prolongamento do território, essa região representava ao território sul-americano, importante área de acesso ao Oceano Atlântico, realizado a partir da navegação da Bacia Cisplatina.

Após vários estudos aproximando técnicos e engenheiros internacionais ao Brasil, como os Planos Rebouças (1874), Bicalho (1881), Ramos de Queiroz (1882) e o Plano da Comissão (1890), o governo brasileiro lançou um decreto concedendo “privilégio, garantia de juros e mais favores para o

estabelecimento de um sistema de viação geral ligando diversos estados da União à Capital Federal”² (BRASIL, 1890). Esse decreto permitia a criação de um trecho entre Uberaba-MG e Coxim-MT, sendo sua concessão de responsabilidade do Banco União do Estado de São Paulo. A falta de recursos suficientes à construção da companhia é colocada entre as possíveis causas do não cumprimento do decreto.

Em 1904, o Sr. Joaquim Machado de Mello, engenheiro brasileiro renomado na Europa, conseguiu juntar recursos entre banqueiros e investidores franceses e belgas para a construção da recém-criada Companhia de Estradas de Ferro Noroeste, que teve como ponto de partida a cidade de Bauru-SP e seu gerenciamento realizado pelos representantes da *Compagnie Général de Chemins de Fer et Traveux Publics*, uma empresa de capital franco-belga sediada na Bélgica. Recursos incomuns no estado de São Paulo, onde grande parte do financiamento de ferrovias possuía o capital nacional ou inglês. Investimentos franceses eram comuns em estados do sul e nordeste do país.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tem sua estaca zero na cidade de Bauru, onde se entroncam a ‘Paulista’ e a ‘Sorocabana’, a primeira ligando-a a São Paulo através da ‘Santos-Jundiá’ (...) e a segunda a Santos (FIGUEIRÊDO, 1950, p. 5, 6)

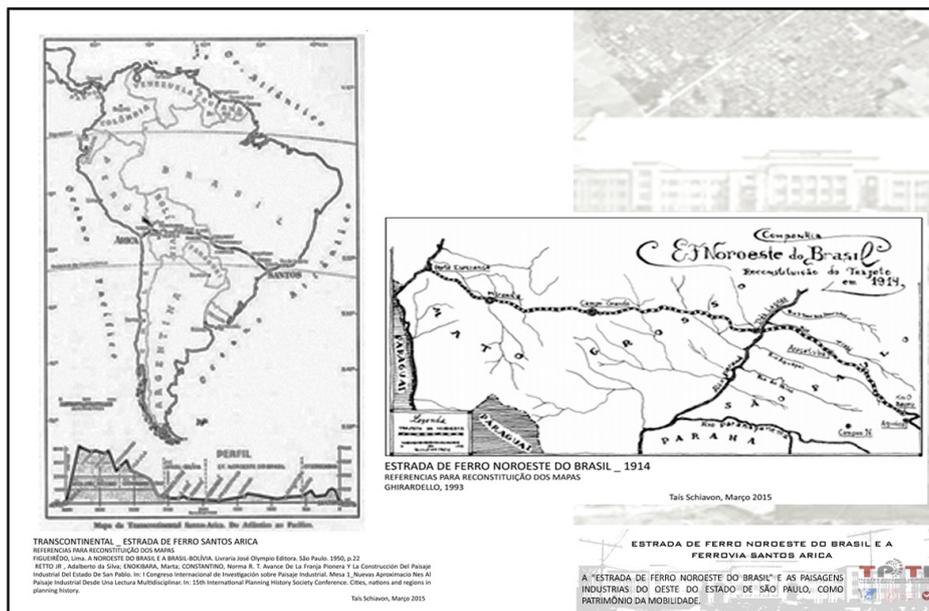
Iniciada em 1905, a construção da ferrovia tinha como ponto final a cidade de Cuiabá; em 1908 o destino foi alterado em um novo decreto, sendo prevista a cidade de Corumbá, na divisa com a Bolívia. A partir dessa conformação, a Noroeste abrigaria na cidade de Bauru um dos mais importantes complexos ferroviários da América Latina.

A alteração do trecho a Corumbá aproximaria o mercado brasileiro à Bolívia, Peru, Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai, países atuantes na navegação e comércio da Bacia Cisplatina, oferecendo um maior controle sobre as fronteiras e o aumento da influência política do país no continente sul americano, possibilitando a comunicação dos países de fronteira com o Brasil com o Oceano Atlântico, que, se realizado a partir de ferrovias, seria um meio mais rápido quando comparado à navegação fluvial.

2. Decreto n. 862 de 16 de Outubro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: dez. 2016.

FIGURA 1

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.
Ferrovia Transcontinental Santos Arica.
In.: FIGUEIRÊDO, 1950; GHIRARDELLO, 2008.



Até o início do século XX o modelo de desenvolvimento ferroviário adotado no país esteve mais próximo ao sistema europeu, onde as companhias atuavam próximas às regiões previamente povoadas e estabelecidas economicamente. Na Europa, a decisão de se construir uma ferrovia, uma rodovia ou um canal era resultado direto do confronto entre sua rentabilidade e utilidade (CARON, 1992), aliadas à sua constante renovação. No Brasil, esse processo avançava à medida que regionalismos agrícolas eram estruturados, permitindo assim a articulação econômica do território. Com o avanço dos trilhos em direção ao “sertão”, os investimentos tornaram-se mais raros em relação as regiões já povoadas, como um resultado das incertezas em torno da evolução das companhias em meio aos territórios “desconhecidos e selvagens”. (LANGENBUCH, 1971)

Em nenhuma região da America do Sul se operou, pois, na observação exata de Artur Neiva, transformação tão vasta e profunda como a da Noroeste do Brasil e o que era ‘selva selvaggia’, em 12 anos se transmutou em fazendas, povoações, vilas e cidades modernas. (AZEVEDO, 1950, p. 127, 128)

Abrindo o sertão, as ferrovias da porção oeste do estado de São Paulo tinham a necessidade de levar consigo os mínimos aparatos à continuidade de seus trilhos e o suprimento das necessidades de seus funcionários. O forte vínculo existente entre estações ferroviárias e o contexto urbano, ainda em desenvolvimento, revela a dependência do ambiente à dinâmica de sua respectiva companhia ferroviária, características reveladas a partir da análise de diferentes cidades ao longo dos trilhos (SCHIAVON, 2015). Nesse ambiente, as ferrovias constituíram o “elemento técnico predecessor ao estabelecimento da frente pioneira” (GALVÃO, 1996, apud CARVALHO, 2007, p. 44). Ao passo que os trilhos avançavam, cidades surgiam pontilhadas no território, verdadeiros “núcleos motores” responsáveis inicialmente pela ordenação e adensamento do território e posteriormente por seu desenvolvimento econômico. Azevedo (1950, p. 119-120) declara que

(...) a medida que avançava e progredia para o interior, ia a estrada lançando, nas suas estações-fantasma, as sementes de núcleos urbanos e fazia nascer, na extremidade da linha, essas cidades de vanguarda que se chamavam ‘bocas de sertão’. (...) Hoje é o caminho de ferro que funda as cidades e promove, com a indústria, as grandes aglomerações urbanas. Ele, o plantador de cidades, é todo-poderoso nessa matéria, como se viu na Noroeste, em que numerosas vilas, hoje cidades de primeira ordem, como que brotaram do chão, na ponta dos trilhos, e pequenas povoações foram obrigadas muito simplesmente a transportar suas casas para onde queria o caminho de ferro. Assim ergueram-se, ao longo da estrada cidades importantes como Lins, Penápolis, Birigui e Araçatuba, e, na variante, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

3 INFRAESTRUTURA DO TRECHO

O modelo homogêneo de expansão, caracterizado pela maior dependência de profissionais em relação às demais regiões exploradas anteriormente, permitiu a consolidação de uma nova área disciplinar e de conformação urbana no estado de São Paulo (MONBEIG, 1998, p. 23). Suas atividades traduziram-se no suporte técnico e teórico para a configuração e reconfiguração do espaço urbano para a difusão da arquitetura

eclética, para a constituição do repertório paisagístico e para a criação ou remodelação dos antigos largos, praças e jardins (MENEZES, 2008, p. 23). Esse novo ideal urbanizador foi em grande parte impulsionado por companhias de colonização, empreendimentos de capital nacional e internacional responsáveis pelo fracionamento, venda e administração de lotes, atuantes na dispersão da infraestrutura necessária aos novos núcleos abertos ao longo do avanço da frente pioneira. A abertura do sertão gerada a partir do avanço das ferrovias na porção oeste do estado de São Paulo permitiu que, em poucos anos, uma série de equipamentos fossem dispersos por diferentes regiões. Junto a esses novos equipamentos, profissionais atuavam na dispersão dos novos ideais. O engenheiro apareceria substituindo o bandeirante, como o desbravador de áreas desconhecidas e aquele que permitia a ocupação e incorporação destes lugares ao corpo da nação. (CASTRO, 1993, p. 152)

As marcas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil são presentes nas cidades de diversas maneiras. Com as distâncias cada vez maiores entre os centros de produção, mercados de consumo e exportação, e o crescente desenvolvimento de novas cidades abertas pela “Frente Pioneira”, evidenciam-se inúmeras carências, atingindo tanto as companhias quanto as estruturas urbanas. Hotéis, escolas, clubes, hospitais, aeroportos entre tantas outras estruturas são instaladas para atendimento dos operários da ferrovia e população urbana em constante crescimento. A parte cultural também se faz marcante, com a instalação de clubes e centros de recreação para a sociedade (SCHIAVON, 2009). Vilas operárias são construídas para abrigo do pessoal. Em algumas cidades estas estruturas se concentravam em um único ponto e em geral eram destinadas apenas aos cargos administrativos da companhia. Porém, em cidades como Bauru, Lins e Araçatuba, que concentravam maior número de equipamentos e pessoal da companhia, as Vilas eram dispersas por diversos pontos da cidade, originando bairros em distintas regiões conforme a dispersão dos equipamentos da companhia em seu contexto urbano. Sendo o maior destaque representado pela conformação existente na cidade de Bauru.

FIGURA 2

Identificação dos elementos presentes no pátio ferroviário de Bauru e entorno. SCHIAVON, 2015.



Essa articulação marcará por longo período a implementação e o crescimento de indústrias e a transformação de inúmeras cidades, existindo vários exemplos no próprio estado de São Paulo em que a relação fábricas, habitação operária e ferrovias estrutura vastas zonas. Ademais, muitos complexos ferroviários são verdadeiras usinas, existindo oficinas de produção de componentes, de montagem e de reparos que apresentam uma organização do trabalho e encadeamento de produção de fato industriais. (KÜHL, 1998, p. 40)

4 BAURU, SEDE DO ENTRONCAMENTO FERROVIÁRIO

Reconhecido como um dos mais importantes entroncamentos ferroviários no estado de São Paulo, a cidade de Bauru abriga três das maiores ferrovias do estado: Noroeste do Brasil, Alta Sorocabana e Alta Paulista. Ao contrário de grande parte das cidades do oeste do estado de São Paulo, abertas em função do avanço dos trilhos das Companhias de Estradas de Ferro, a cidade de Bauru já apresentava uma organização urbana, conformada por ruas, quadras e pela presença de equipamentos como igreja, praça e cemitério.

(...) o potencial da zona noroeste paulista transformou-se em recurso e energia com o advento da ferrovia, criando e trazendo os meios produtivos requeridos pelo crescimento, formando cidades capazes de

produzir bens e serviços demandados pelos mercados local, regional, nacional e internacional. Em decorrência, a população e o progresso econômico cresceram. (GALVÃO, 1996, p. 172)

Conforme afirmado por Castro (1993), um novo espírito de desenvolvimento toma conta do antigo vilarejo, fato este consagrado ao observarmos que em menos de 20 anos os trilhos já despontavam a divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul).

Se um dos objetivos principais da E. F. Noroeste, além de seus fins, estratégico e internacional, foi de abrir à civilização e à colonização novas extensões de território e de ligar ao porto de Santos um novo importante centro de produção de café (...). Nessa política de penetração e expansão econômica, de que a Noroeste foi instrumento, o que se realizou parecia um milagre da terra, pela força com que se expandiram e se povoaram pastagens, invernadas e currais e pela rapidez com que se transformavam estações e pequenas zonas agrárias em grandes centros urbanos. (...) como indústria de transporte, puxou a fila das iniciativas e atividades agrícolas, abrindo o caminho a toda a espécie

FIGURA 3

Rua Araujo Leite, fim do século XIX, 1893. Destaque para o traçado urbano da cidade com evidência para as ruas Araújo Leite (em laranja) e 1º de Agosto (em verde). Estes eixos representavam na época os principais caminhos para as localidades próximas. (SCHIAVON, 2015)



de plantações. A Noroeste era bem a terra da ‘Promissão’, em que dava tudo, do algodão ao trigo. (AZEVEDO, 1950, p. 124)

As primeiras instalações da companhia foram construídas na porção sul do município, em uma área paralela ao córrego da Água da Ressaca e um pouco atrás do Ribeirão Bauru, aproveitando as áreas planas entre os rios. Para sua instalação, a estrada corta algumas quadras do patrimônio, em uma região até então pouco utilizada, em função de sua localização próxima ao leito do rio, sendo, portanto uma região de interesse secundário ao desenvolvimento da cidade até a instalação da ferrovia. Assim como a Sorocabana, a Noroeste se instala em uma área pouco valorizada da cidade. Das três empresas, a Paulista se instala na área mais ‘nobre’ e densa do patrimônio original da cidade. Após o término do complexo, a Rua Araújo Leite perdeu seu *status* econômico para a Avenida Alfredo Maia, que desembocava em frente à estação.

Esta se supõe, é projeto da própria ferrovia, e está dentro de um contexto contemporâneo, de criação de boulevares nas capitais brasileiras, a moda do símbolo máximo europeu, a Paris de Haussmann. (GHIRARDELLO, 2008, p. 40)

FIGURA 4
Posicionamento das companhias e respectivas estações em Bauru. (SCHIAVON, 2015)

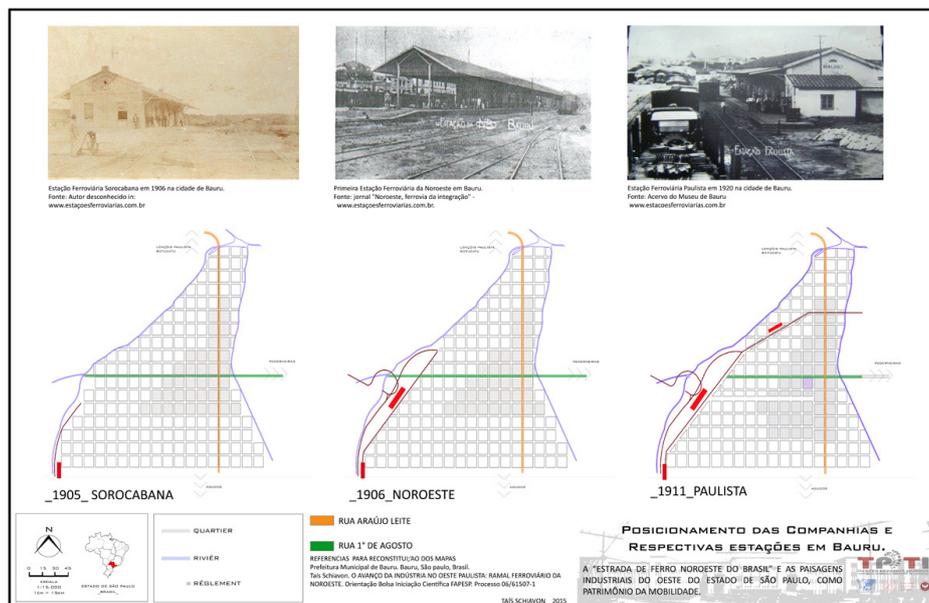
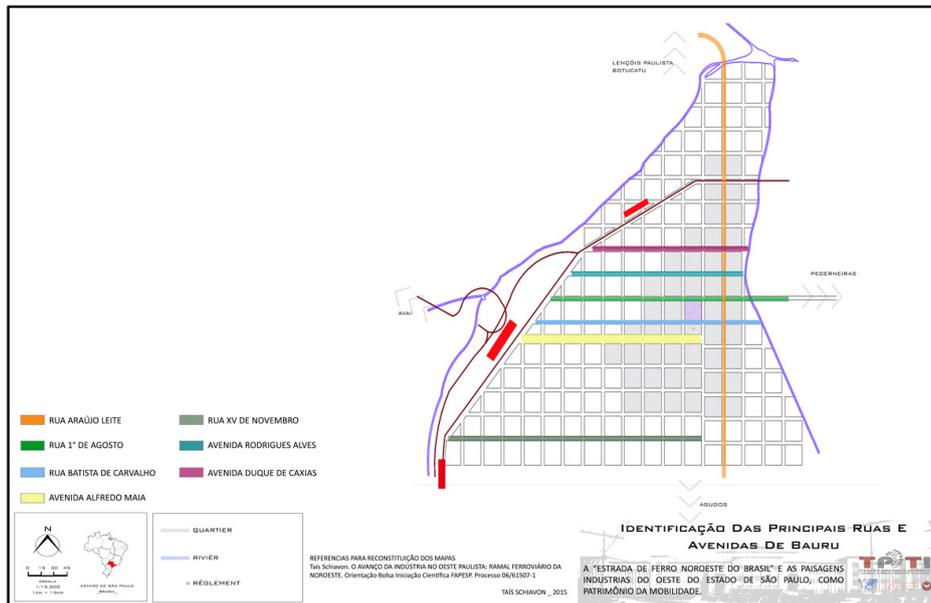


FIGURA 5

Identificação das principais ruas e avenidas de Bauru. Destaque para as ruas Araújo Leite (em laranja), 1º de Agosto (em verde), Avenida Duque de Caixias (em roxo), Avenida Rodrigues Alves (em azul escuro), Rua Batista de Carvalho (azul claro), Avenida Alfredo Maia (em amarelo) e Rua XV de Novembro (em cinza). (SCHIAVON, 2015)



O desenho formado pela junção entre as três companhias aumentou ainda mais a barreira existente entre a porção localizada nas margens do rio e os fundos dos trilhos. Essa região foi ocupada somente anos mais tarde, contendo primeiro características populares, destinadas a operários da companhia e de outras indústrias da região. Os terrenos localizados à frente das companhias caracterizavam-se como os lotes mais valorizados.

Aos poucos os limites da cidade começaram a ser ocupados. Principal “Boca de Sertão” da Linha,³ Bauru concentra parte dos principais equipamentos da companhia, responsável por empregar grande parte do operariado da cidade, que formaria principalmente a partir de 1918 bairros operários como a Vila Falcão e a Vila Antártica, além de residências projetadas para funcionários de cargos com maior importância em regiões próximas da estação.

Considerada a capital da zona Noroeste, a cidade de Bauru apresentava já na década de 1920 todos os aspectos característicos de uma

3. Nome que se dava ao último povoado ocupado pelo homem branco, área não isenta de conflitos entre os primeiros povoadores brancos e os últimos remanescentes indígenas.

Cem anos após o surgimento das grandes ferrovias paulistas (1870 - 1970) o Brasil consolida a substituição do transporte ferroviário em favor da indústria automobilística como carro chefe do nosso modelo econômico e social. (...) Esta transformação estrutural impacta em cerca de 90% das cidades paulistas conectadas pelo rosário das ferrovias. Desativados, (...) os pátios, leitos edifícios e bairros ferroviários são como em cadáveres em decomposição nos centros das cidades, (...) decorrente do abandono e descaso das políticas públicas. (BITTENCOURT, 2008, p. 45)

5 PROGRESSO X TERRITÓRIO

Em meio à “marcha para o oeste”⁴, as companhias Araraquarense, Noroeste, Paulista e Sorocabana promoviam o transporte de pessoas, bens e serviços entre as regiões já urbanizadas e o sertão do oeste do estado, alterando a antiga paisagem do “território desconhecido”, para um ambiente composto por cidades “modernas” abertas em um curto período. (RETTO JR; ENOKIBARA. 2012)

O uso do território pode ser verificado através da implantação de infra-estruturas, da dinâmica da economia e da sociedade, das políticas dos governos e das empresas, das normas e leis utilizadas na regulação, das regras de financiamento e da agricultura. (SANTOS; SILVEIRA, 2001 apud VENCOVSKY, 2006, p. 15)

A associação existente entre progresso e ferrovias caracteriza-se como um discurso amplamente utilizado ao longo do século XIX com o intuito de estimular os investimentos neste setor em todo o mundo. O progresso alcançado com os trens ultrapassava o aspecto material, pois as estradas de ferro exerciam influências positivas sobre o conjunto das atividades humanas, alterando costumes, a moral, a cultura, a instrução e a política.

4. Marcha para o oeste: nomenclatura utilizada por MONBEIG ao processo de expansão do território brasileiro intensificado no fim do século XIX e início do século XX. O intuito era promover a ocupação além dos limites da Depressão Periférica Paulista, interligando diversos estados brasileiros às regiões mais desenvolvidas e ao Porto de Santos. Compõe tal Marcha os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

Esta arquitetura industrial, posta em prática inicialmente nas ferrovias e suas estações, se estenderia a todos os tipos de indústria, expressando uma sociedade inteiramente transformada pelo trabalho. (CHARTON, apud CASTRO, 1993, p. 31)

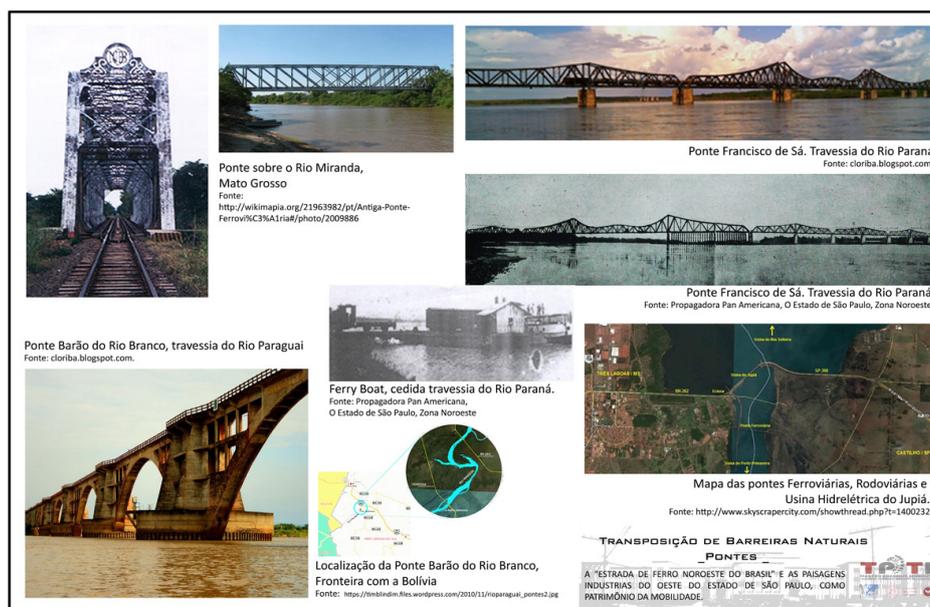
FIGURA 7

Transposição de barreiras naturais. Destaque para as pontes construídas pela Noroeste. Os primeiros materiais tinham sua origem na Europa, provenientes principalmente da França e Bélgica.

Entre as mais importantes, a ponte Francisco de Sá e Barão do Rio Branco.

Essas duas pontes demonstram também períodos distintos da companhia, a primeira, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso, demonstra um período de forte influência técnica e financeira da Europa.

Já a segunda, na divisa entre Brasil e Bolívia, a hegemonia nacional era marcante, sendo o projeto da ponte símbolo da evolução da engenharia nacional. (SCHIAVON, 2015)



Quanto à Noroeste, uma particularidade pode ser notada: mesmo sendo a *gare* o principal símbolo de imponência para uma companhia, foi identificado um certo improviso no estabelecimento de estações, característica percebida tanto em Bauru quanto nas demais cidades, onde a ferrovia pode por muitas vezes ser considerada como o elemento pioneiro do município. Em geral, nesse eixo, vagões ou estruturas improvisadas serviam como estações por um longo período. Em Bauru, por muitos anos a companhia fez uso de instalações das demais companhias presentes na cidade, já que no início das atividades grande parte das funções administrativas eram realizadas no Rio de Janeiro e transferidas gradativamente para a cidade. Estruturas de madeira também eram amplamente utilizadas. Essa característica é descrita em vários relatos dos diretores da companhia, que destacavam como maior importância o fator pioneiro do eixo. É de autoria de Eugene Lafón o primeiro projeto para a estação da Noroeste em Bauru, em 1905. Muito próximo do estilo das *gares* francesas, esse projeto não foi executado, sendo considerado

desnecessário perante os interesses reais da companhia. Dessa forma, por muitos anos, a Noroeste faz uso de uma estrutura de madeira e das instalações da Sorocabana, outra companhia com sede na cidade de Bauru.

Em 1917, a União encampa por completo a Noroeste. A companhia entregue com o fim do contrato de concessão foi considerada pelo governo como uma estrada inacabada, composta por uma infinidade de pontes de madeira e estruturas ainda a construir, entre elas as importantes pontes sobre os rios Paraná (divisa entre São Paulo e Mato Grosso) e Paraguai (divisa entre Brasil e Bolívia).⁵ Outro projeto para a estação é datado de 1922. Assim como o projeto anterior, não foi colocado em prática, permanecendo em funcionamento as antigas instalações em madeira, substituídas apenas pelo imponente projeto inaugurado em 1939, existente até os dias atuais. No projeto de 1922, o ecletismo representaria a imposição de um estilo arquitetônico capaz de representar uma nação autônoma, composta por profissionais capacitados na execução de projetos e gerenciamento de grandes obras.

5. CEFNOB. Relatório da Diretoria da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. *Livro Referencia _ RFFSA / R 012*.

FIGURA 8

Projeto para estação de Bauru 1905.
In.: Arquivos do Museu Ferroviário da Noroeste em Bauru, São Paulo, Brasil. Pesquisa realizada em abril de 2015

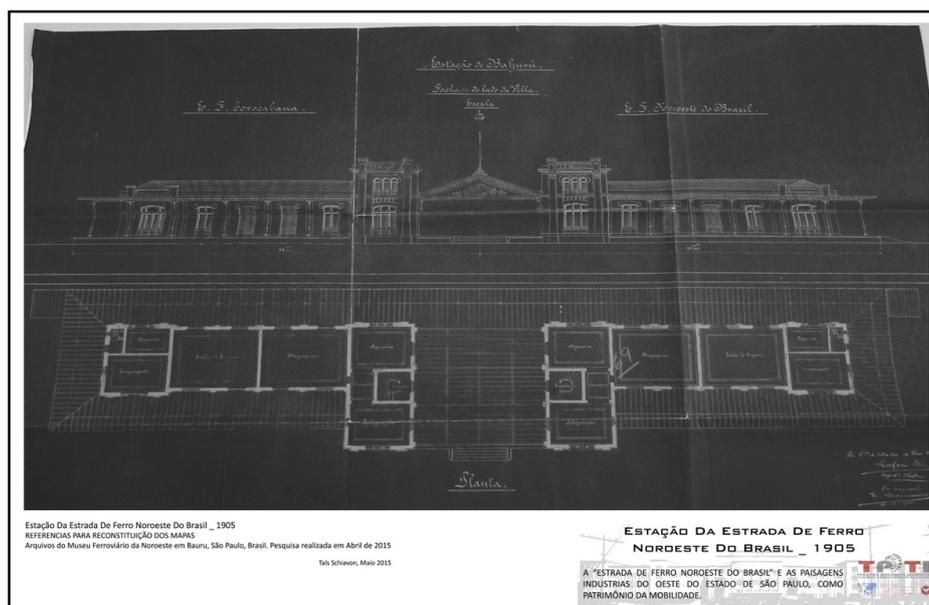
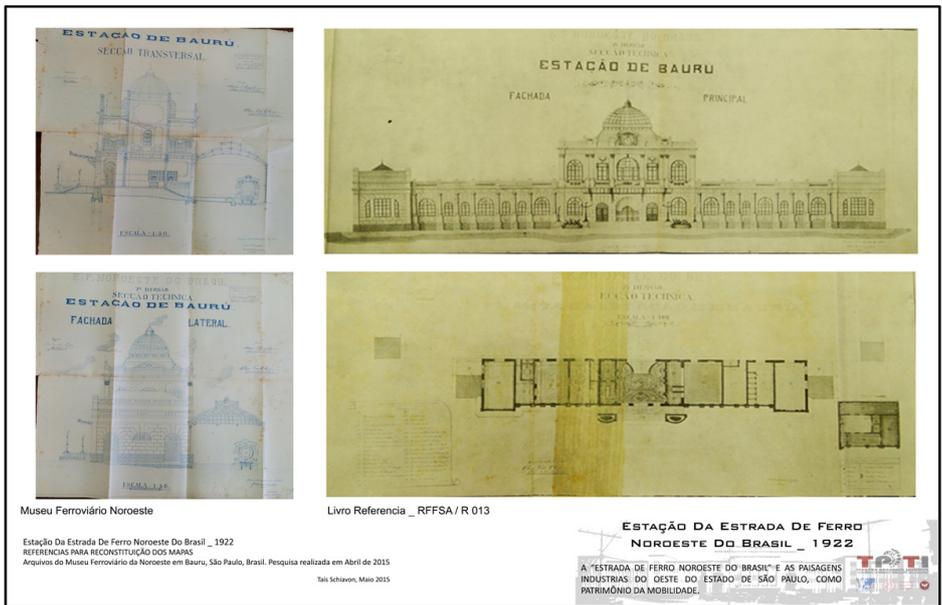


FIGURA 9

Projeto para estação de Bauru de 1922. In.: Arquivos do Museu Ferroviário da Noroeste em Bauru, São Paulo, Brasil. Pesquisa realizada em abril de 2015



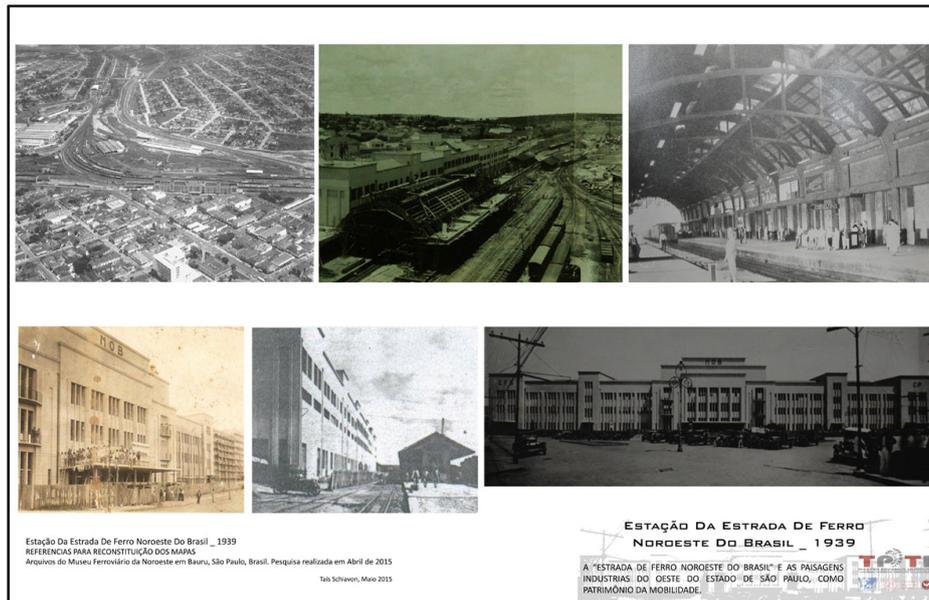
Somente em 1939 a Noroeste inaugurou sua estação, período em que a ferrovia não recebia mais influências estrangeiras. A grandiosa estação apresenta como estilo arquitetônico o *art déco*, buscando a modernidade a partir da simetria e grandiosidade. Edificada em três andares, o projeto da estação da Noroeste antecipa a utilização do concreto armado como elemento estrutural da *gare*⁶. Pouco tempo após sua inauguração, o edifício abrigou a sede administrativa das três companhias situadas em Bauru.

As grandes estações das principais cidades apresentavam uma ambivalência refletida no edifício de alvenaria e na cobertura metálica. (...) Nas primeiras décadas deste século, as novas tendências da arquitetura internacional, com o florescimento do racionalismo, avesso à toda

6. Outro projeto símbolo desta técnica no Brasil é representado pela Estação da Central do Brasil (Estrada de Ferro Dom Pedro II), no Rio de Janeiro, inaugurada em 1943.

FIGURA 10

Projeto de 1939.
In.: Arquivos do
Museu Ferroviário da
Noroeste em Bauru,
São Paulo, Brasil.
Pesquisa realizada em
abril de 2015



referência histórica, apregoando o uso do concreto armado, levaram a uma tentativa de renovação da linguagem arquitetônica nas ferrovias. (KÜHL, 1998, p. 66)

Importante salientar que o projeto de 1939 evidencia tais transformações identificadas por Kühl, ao propor para a *gare* uma estrutura em concreto armado, algo novo para o país que até então fazia uso de estruturas metálicas, material proveniente de outros países em grande parte dos casos.

Outro conjunto que merece destaque na cidade de Bauru se caracteriza pelas Oficinas Gerais da Noroeste. Construídas em 1921, representam a importância tanto do desenvolvimento da companhia como da cidade de Bauru, pois demonstram o rápido processo de modernização da principal cidade “Boca de Sertão” da companhia, além da autonomia nacional na gestão do empreendimento, uma vez que caracteriza-se como a primeira grande obra entregue desde a encampação em 1917.

Juntamente à imponência dos edifícios ‘industriais’ ferroviários, a ‘arquitetura industrial’ do oeste do estado de São Paulo acompanhou esse processo de modernização. Cada vez mais as cidades passam a apresentar indústrias com maiores índices de sofisticação e capital instalado, crescimento diretamente revestido em sua arquitetura, unidades como Samba,

Anderson Clayton, Matarazzo entre outras distribuem modernas unidades fabris por toda a região.

Nos arquivos da companhia, em Bauru, foi encontrado uma espécie de catálogo, contendo detalhes das unidades construídas pela empresa ao longo do avanço de seus trilhos. Moradias coletivas, individuais, hotéis, restaurantes entre outros *'thypos'* foram identificados, sendo catalogados conforme a quilometragem da linha.

(...) Numa indústria de transportes, sem perspectivas para suas atividades e ambições profissionais, tem de forçosamente ser mais numerosos (...) a concessão, aos jovens engenheiros que queiram especializar-se, de bolsas e viagens de estudos, para aperfeiçoarem, no estrangeiro, (...) em que se possa formar, com os engenheiros dotados de espírito inventivo, uma equipe de pesquisadores, incumbida, pela via férrea, do estudo e da solução de seus problemas. (AZEVEDO, 1950, p. 272)

Indústria por excelência, a ferrovia abre caminho por onde passa, preparando o terreno para o florescimento de estruturas capazes de agrupar

FIGURA 11
Oficinas da Noroeste em Bauru.
In.: Arquivos do Museu Ferroviário da Noroeste em Bauru, São Paulo, Brasil.
Pesquisa realizada em abril de 2015



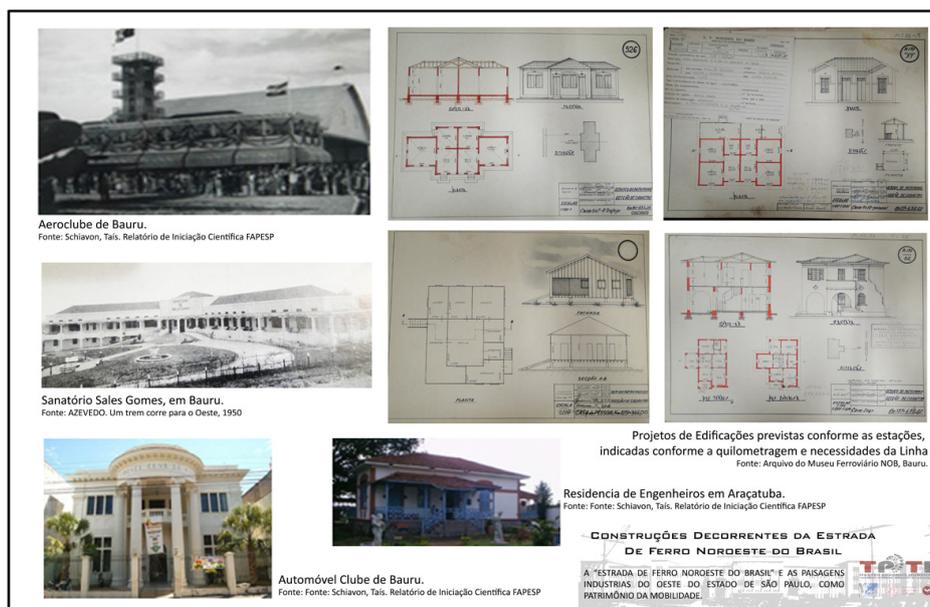
as bases para uma futura organização industrial voltada tanto para atender seu núcleo urbano, quanto para garantir suas necessidades em reparos, novas estruturas e material rodante. Segundo Azevedo (1950, p. 282),

(...) o que uma indústria ferroviária produz, para vender no mercado, é o transporte. (...) Mas a qualidade e a quantidade de serviços que uma via férrea é capaz de prestar à coletividade, (...) dependem, (...) de uma série de fatores entre os quais avultam as condições do respectivo traçado, o seu aparelhamento material, fixo e móvel, a sua organização técnico-administrativa, a natureza e a intensidade de seu tráfego e os recursos que este lhe pode proporcionar.

Patrimônio da mobilidade por excelência, uma indústria ferroviária envolve não apenas suas estações, mas um sistema econômico complexo, envolvendo estruturas urbanas e importantes centralidades formadas em torno da agricultura e da produção industrial, narrando a dispersão de técnicas e conhecimentos capazes de alterar de forma expressiva a organização da paisagem (SCHIAVON, 2016).

6 A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO

FIGURA 12
Construções decorrentes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.
In.: SCHIAVON, 2015.



O cenário contemporâneo demonstra em sua formulação os vestígios das diferentes formalizações da atividade humana, reflexos de distintos períodos históricos, agindo como testemunho de avanços e rupturas de antigos padrões de produção e consumo, atuantes em torno da fabricação de objetos cotidianos, produção de energia e suas relações aos contextos urbanos. Um cenário onde a arquitetura busca sobreviver em um mercado ferozmente competitivo. (GRAAFLAND, 2013, p. 305). Os vestígios deste processo evolutivo representam as mudanças ocorridas em meio à sociedade moderna, desvendadas por meio de visões multidisciplinares propostas pelas disciplinas de arqueologia e patrimônio industrial.

Diversas organizações foram articuladas buscando a valorização dos ambientes industriais. Segundo as definições propostas pelo TICCIH, o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, organização mundial com filiais em diversos países do mundo, a arqueologia industrial pode ser contextualizada como um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, compreendendo documentos, artefatos, as implantações humanas, paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais, dotados de métodos de investigação adequados ao contexto em questão, buscando a compreensão dos acontecimentos históricos e atuais dos processos de industrialização. Análises que, quando associadas ao patrimônio industrial, possibilitam a compreensão dos vestígios da cultura industrial dotados de valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico, por meio da identificação de edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A noção de patrimônio em meio ao ambiente industrial surge na segunda metade do século XX na Europa, um momento crucial em que o desaparecimento de ambientes e técnicas industriais de caráter histórico são identificados em decorrência dos diversos conflitos no território europeu, buscando a identificação, valorização e recuperação de ambientes repletos de vestígios produtivos de importância histórica, desprezados por seus traços pouco expressivos quando relacionados às novas técnicas modernas. Assim

como em grande parte do cenário mundial, no Brasil os anos 1960 representam o abandono de instalações ferroviárias e a substituição de antigos padrões de consumo, ampliando assim sua fragmentação urbana. Condição oposta ao cenário de boa parte do continente europeu, que nesse mesmo período iniciou um longo processo de reestruturação envolvendo políticas locais, regionais, nacionais e internacionais, que se prolongaram até os dias de hoje.

Bons exemplos podem também ser citados no Brasil, ainda escassos quando comparados com o cenário europeu. Em geral as ações se concentram em grandes centros urbanos, quanto às demais cidades, as ações se caracterizam pela baixa articulação entre o contexto urbano e as ações preservacionistas e de requalificação. Merecem destaque o Museu da Língua Portuguesa (estação da antiga São Paulo Railway Company, que infelizmente sofreu um grande incêndio em 2015) e a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (na antiga estação Júlio Prestes da Sorocabana), ambientes que em acréscimo à sua função cultural, oferecem também serviços de mobilidade urbana à cidade de São Paulo e sua região metropolitana. O grande desafio é articular projetos de requalificação em cidades de menor poder aquisitivo. Existem projetos de rearticulação da malha ferroviária do estado de São Paulo, desenvolvidos pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que buscam a rearticulação de trens de passageiros e ampliação do transporte de mercadorias entre as cidade de São Paulo e Bauru, sede da Noroeste, por exemplo, projetos que infelizmente esbarram em questões burocráticas.

Como comparativo, na França o processo de requalificação de ambientes industriais tem início nos anos 1970, um momento em que pesquisadores, associações, arquitetos e curiosos buscaram em meio ao território os vestígios potenciais de seu patrimônio industrial na tentativa de barrar novas demolições. Em geral, na França, o período marcado entre as transições e intervenções dos monumentos da era industrial sempre foram idealizados em associação à reflexão sobre seus possíveis valores e meios de revitalização. Após esse período de buscas, o trabalho de inventariação acompanhou a investigação de sítios de caráter histórico, buscando atribuir valores culturais aos ambientes remanescentes de períodos de desindustrialização ocorridos após os anos 1970. Os trabalhos foram estruturados buscando a descrição do prestigioso passado do território e sua articulação

para um progresso eminente. Ações que impulsionam até hoje movimentos em torno da requalificação urbana.

Conforme Pierrot (2014), o histórico de atuações na França engloba de um modo geral três estágios de atuação. O primeiro estágio (1970-1980) foi voltado à recuperação de fábricas desativadas, idealizada a partir da atuação de coletivos / cooperativas em busca de novos investimentos, um processo caracterizado pelo baixo índice de invasão capaz de permitir a manutenção das características do ambiente. Nos anos 1990 o segundo estágio é marcado por demolições, buscando a efetivação de operações privadas em ações destinadas à reconversão de *lofts* e ateliês para artistas. As maiores intervenções urbanas caracterizaram o terceiro estágio ao longo dos anos 2000, período em que as intervenções são acompanhadas do devido reconhecimento ao valor simbólico do patrimônio industrial. As intervenções deste estágio são caracterizadas por grandes projetos urbanos, elaborados a partir de iniciativas conjuntas entre os setores público e privado.

Entre os exemplos diretamente relacionados ao patrimônio ferroviário, a atuação busca aliar a requalificação de ambientes ferroviários ao transporte, como ocorrido na reestruturação das *gares*: de l'Est , du Nord e de Lyon, ambientes chave para a mobilidade urbana local, regional e internacional. Ou também como o ocorrido na reconversão da Gare d'Orsay em museu, nos projetos de revitalização do Viaduct des Artes e Parc de Reuilly. Devem ser ressaltadas também as recentes inaugurações da intervenção urbana em Paris Rive Gauche, que transformou um antigo distrito industrial dividido pelos trilhos da Gare d'Austerlitz em um novo bairro integrado e sustentável, envolvendo uma das maiores intervenções urbanas na cidade de Paris desde o século XIX com as propostas de Haussmann.

Recentemente, a cidade lançou uma consulta pública⁷ para que a população opinasse a respeito do futuro da antiga ferrovia da Petite Ceinture⁷, uma linha construída no século XIX em torno de uma das antigas muralhas da cidade de Paris. O trecho teve a maior parte de sua linha desativada em 1934, em função de seu ofuscamento pelo desenvolvimento do sistema de metrô, sendo o transporte de mercadorias atuante até 1990. Um espaço

7. Para mais informações, acesse: <<http://www.paris.fr/actualites/petite-ceinture-la-reconquete-continue-2265>> Acesso em: ago. 2016.

valioso, compondo uma faixa de 32 quilômetros de terreno ‘verde’ que se estende por alguns dos bairros mais adensados da capital francesa. A ação busca a identificação da opinião pública para a requalificação do trecho. Ainda em fase inicial, até o momento a ação reabriu como espaço de discussões das propostas a antiga estação Eastern Paris’s Ville de Bel-Air. As previsões buscam a gradativa divulgação dos resultados, incluindo até 2017 a abertura de outras nove estações onde a população será incentivada a desenvolver ideias criativas para implementação na antiga linha de trem.

Em uma atitude semelhante, em 2015 o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) lançou no Brasil uma consulta pública buscando a opinião sobre o futuro dos complexos ferroviários da Sorocabana e Noroeste atuantes nas cidades de Sorocaba e Bauru, respectivamente. Ambas as cidades iniciaram o processo de tombamento de seus complexos ferroviários, sendo aprovada até o momento a proposta de preservação e valorização porposta para a Sorocabana; quanto à Noroeste, a decisão ainda aguarda o parecer final.

Importante ressaltar que o primeiro passo foi realizado. Em um contexto marcado por fortes pressões do mercado imobiliário, ações que busquem a opinião pública quanto aos rumos de um ambiente histórico representam um importante avanço ao cenário nacional, propiciando tanto a valorização dos ambientes quanto a identificação dos habitantes em relação ao seu patrimônio.

No Brasil, as ferrovias se revelaram um símbolo de modernidade, que a partir dos anos 1960 entram em confronto direto com as novas dinâmicas de comunicação em suas escalas locais e regionais, nova lógica pautada em torno do modelo automobilístico que impulsionou o desordenado crescimento urbano no país.

7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao considerarmos que, no Brasil, o sistema ferroviário seria ao longo dos anos o precursor para o povoamento do território com a conseqüente dispersão da ‘modernidade’, acompanhado pela lógica industrial, podemos afirmar que a sua consolidação possibilitou a definitiva conformação urbana, em sobreposição à antiga lógica rural. A condição moderna imposta pela dispersão de ferrovias no estado de São Paulo pode ser considerada,

em boa parte de seus domínios, como um fator de extrema importância, uma vez que aproximadamente 65% do território paulista foi inicialmente atendido pelo sistema ferroviário de transportes mas gradualmente substituído pelo modelo rodoviário. Uma transição que atualmente revela um enorme complexo paisagístico e industrial formulado ao longo da era ferroviária e gradualmente abandonado a partir dos anos 1960, resultado das privatizações e a conseqüente finalização das atividades de boa parte das companhias, um importante campo de estudos em torno de sua identificação, valorização e reinserção às dinâmicas urbanas.

O modelo rodoviário emitiu uma nova lógica urbana. Nessa transição, as cidades anteriormente servidas pelos trilhos enfrentaram um processo de reestruturação urbana, cujas ações assumem um ritmo variável conforme características locais. Transições claramente visíveis na cidade de Bauru, foco de análise deste artigo, mas que também podem ser vistas em inúmeras cidades ao longo do estado de São Paulo e do país, que em geral demonstram diferentes estágios de preservação de seu patrimônio.

No Brasil, o desafio é fazer com que os projetos de revitalização atinjam os mesmos índices de reaproveitamento e utilização dos grandes centros internacionais, mantendo vivos os registros do desenvolvimento técnico, a continuidade e fluidez urbana, onde “a preservação e a renovação de edifícios, históricos distritos e paisagens afirmam a continuidade e a evolução da sociedade urbana.”⁸ Neste ponto cabem questionamentos buscando a compreensão dos meios de requalificação adotados pelo mundo e os possíveis meios de atuação em cada ambiente no contexto nacional. Ignorada por muitos anos, a arquitetura industrial foi por muitas vezes classificada como simples monumento de nostalgia. Recentemente, esses ambientes adquirem cada vez mais valores históricos atuantes em torno da evolução industrial e suas diferentes formas de atuação, provas vivas do avanço técnico e tecnológico da sociedade, narrando os avanços de seu tempo por meio de sua patrimonialização sendo recentemente alvo de vários os projetos de revitalização.

Mesmo com o aumento do número de estudos, publicações e encontros científicos sobre o tema, as experiências de intervenções nesses bens não

8. <http://www.cnu.org/sites/files/charter_book.pdf> Acesso em: maio 2015.

ocorre com a mesma frequência e qualidade, evidenciando a necessidade da ampliação do conhecimento do processo de industrialização e identificação de suas atuais potencialidades em meio ao território urbano, transformando os ambientes degradados em potenciais de requalificação.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIADOU, Irene. *Constructing iron Europe: transnationalism and railways in the interbellum*. Technology and European history series. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011.
- AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. São Paulo: Martins, 1950.
- BARAT, Josef. *A evolução dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1978.
- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. A dimensão urbanística dos leitos, edifícios e pátios ferroviários da cidade de Bauru. In: FONTES, M.; GHIRARDELLO, N. (org.) *Olhares sobre Bauru*. São Paulo: Unesp; Faac, 2008.
- BRASIL. Decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890. *Coleção de Leis do Brasil*, v. X, p.2855, 1890. (Publicação Original) Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: mai. 2015.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano: estado de São Paulo, séculos XIX e XX*. Projeto temático Fapesp nº 05/55338-o. Campinas: 2006.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1928.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2.º ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1977.
- CARON, François. L'Evolution des transports terrestres en Europe (1800 vers 1940). *Histoire, économie et société*, Paris, v. 11, n. 11, p. 5-11, 1992
- CARVALHO, Marina Barroso de. *Conformação da estrutura agrária na forma do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista: Linha Noroeste*. BP.IC. Processo: 06/58402-3. Bauru: 2007.
- CASTRO, Maria Ines Malta. *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1924)*. Dissertação (Mestrado). Unicamp, Campinas: 1993.
- CEFNOB. *Relatório da Diretoria da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Livro Referencia: RFFSA / R 012. Bauru: Arquivos do Museu Ferroviário da Noroeste em Bauru.
- CHARTON, Edouard. *Les chemins de fer*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cte., 1869.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CNU. Disponível em: <http://www.cnu.org/sites/files/charter_book.pdf>. Acesso em: mai. 2015.

- GALVÃO, Dora da Silva Ferreira. *A expansão geopolítica ferroviária para a região Noroeste do Brasil até a década de 40*. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros), Universidade Mackenzie. São Paulo, 1996.
- GHIRARDELLO, Nilson. Primórdios da formação de Bauru. In: FONTES, M.; GHIRARDELLO, N. (org.) *Olhares sobre Bauru*. São Paulo: Unesp; Faac, 2008.
- GRAAFLAND, Arie. *Sobre a criticalidade*. In: SYKES, A. Krista (org.). *O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. v. XII.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- LANGENBUCH, Jurgen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de documentação e de divulgação Geográfica e Cartográfica. 1971.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1. ; v. 2)
- MENEZES, Everton Pelegrini de. *A quadricula e suas variações na ocupação extensiva do território do Oeste Paulista: estudo comparativo nos quatro ramais ferroviários*. BP. IC. Processo: 06/58396-3. Campinas: 2007.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PARIS. Disponível em: <<http://www.paris.fr/actualites/petite-ceinture-la-reconquete-continue-2265>>. Acesso em: ago. 2016
- PARIS. Disponível em: <<http://www.paris.fr/actualites/des-chantiers-participatifs-pour-redonner-vie-a-la-petite-ceinture-3913>>. Acesso em: ago. 2016.
- PIERROT, Nicolas. *La reconversion du patrimoine industriel en Île-de-France*. França: Somogy, 2015.
- RETTO JR, Adalberto da Silva; ENOKIBARA, Marta. *The grid and its variations on the extensive occupation of the West of São Paulo State: a comparative study on the four railroads.* 15th International Planning History Society Conference. São Paulo, julho de 2012.
- RETTO JR., Adalberto da Silva. *Subtema III – saberes urbanos na configuração e re-configuração das cidades formadas com a abertura de zonas pioneiras no oeste do estado de São Paulo*. Campinas, 2011.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira*. Bauru: EDUSC, 2006.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHIAVON, Taís. *Heritage of Mobility In Brazil: The Railway “Noroeste do Brasil” and the Industrial Landscapes of the Western Portion of São Paulo State* TICCIIH Bulletin, n. 72, p.

10-11, 20 de abr. 2016. Disponível em: < <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2016/04/TB72162.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

SCHIAVON, Taís. *Le Chemin de Fer Noroeste do Brasil et les paysages industriels de l'Ouest de l'État de São Paulo, comme patrimoine de la Mobilité au Brésil*. Dissertação (Master Techniques, Patrimoine et Territoires de l'Industrie), Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2015. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18401>>. Acesso em: jan. 2016.

SCHIAVON, Taís. *O avanço da indústria no oeste paulista: ramal ferroviário da Noroeste*. BP.IC. Processo 08/61507-1, São Paulo: 2009.

VENCOVSKY, V. P. *Sistema ferroviário e o uso do território brasileiro: uma análise do movimento de produtos agrícolas*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Artigo recebido em: 19/08/2016

Artigo aprovado em: 29/11/2016

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE, A URBANIDADE E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO:

O CASO DO BEXIGA, SÃO PAULO

NADIA SOMEKH UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Doutora em Arquitetura e urbanismo. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: nadasom@terra.com.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p220-241>

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE, A URBANIDADE E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: O CASO DO BEXIGA, SÃO PAULO

NADIA SOMEKH

RESUMO

A chamada globalização e a reestruturação produtiva se caracterizam pelo esvaziamento dos espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, pelas novas tecnologias que conectam o mundo, pelo divórcio de política e poder, bem como pela dissolução de vínculos. A obsolescência produzida pelo capitalismo faz com que haja a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados, muitas vezes de forma “espontânea”, ou seja, conduzida pelos desígnios do mercado, sem projeto. A noção de urbanidade deve abrigar, dentro do espectro da sustentabilidade, o desenvolvimento local, sua relação com o tecido social e a possibilidade do encontro na esfera pública. O desenvolvimento local, enquanto prioridade nas políticas urbanas, pode ser compreendido de diversas maneiras. De um lado, liga-se à esfera econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, pela geração de emprego e renda no seio das comunidades, pelo acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais e pela diversificação/dinamização de atividades econômicas, com impacto na integração das populações marginalizadas. Em termos sociais, liga-se à busca da inclusão de diferentes setores populares, em um quadro de crescimento e evolução econômica. Combatem-se os efeitos excludentes da nova ordem mundial com linhas de ação, programas e projetos que tirem proveito das especificidades e potencialidades de cada região, partindo dos interesses da população. Entendemos também que a proteção do patrimônio deve ser tratada dentro da questão ambiental urbana. A apropriação dos espaços públicos produz urbanidade; a participação e o diálogo na identificação e proteção do patrimônio constrói o futuro das cidades. Dentro desse quadro, como produzir urbanidade? Quais os instrumentos contemporâneos de regulação urbana? Como então formular uma política de preservação do patrimônio cultural levando em conta o desenvolvimento sustentável? Como construir cidade a partir do patrimônio? A proposta é o debate de uma agenda que retome o conceito de patrimônio ambiental urbano. A verticalização, a

multiplicação do solo urbano, aumentando densidades e colocando mais pessoas usufruindo boas localizações urbanas, pode ser realizada de maneira a incluir urbanidade. Como definir cidade compacta? Como definir urbanidade? No caso de São Paulo, como os instrumentos previstos no novo plano diretor podem incluir a produção de espaços públicos e Preservação efetiva do seu patrimônio cultural? Utilizando-se do bairro do Bexiga, o presente artigo, organizado em três partes, levanta questionamentos acerca dessas questões: a política da preservação, a renovação de bairros históricos, terminando com a proposta de novas agendas para a preservação.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural. Renovação urbana. Política urbana.

BULDING THE CITY, URBANITY AND URBAN ENVIRONMENTAL HERITAGE: THE CASE OF BIXIGA, SÃO PAULO.

NADIA SOMEKH

ABSTRACT

The so-called globalization and/or productive restructuration produces obsolesced and abandoned ports, industrial neighborhoods, railway margins and historical city centers. It happens due to factors such as new technologies of communication, the divorce between politics and power, as well as to weakened bonds and structures. The obsolescence produced by capitalism generates the need for regenerating well located urban fabrics, although quite often in a “spontaneous” way, that is, driven solely by the market, without mediation of a project. To be sustainable, the notion of urbanity must encompass the local development, its links to the social fabric and the possibility for encounters and exchanges among people in the public space. Local development, as a priority in new urban policies, may be understood in several ways. It connects to the economic dimension, being then measured by the accumulated local built environment, by jobs and income creation, by increased fiscal autonomy of local administrations and by diversification and improvement of economic activities which integrate marginalized populations. In social terms, it is linked to the inclusion of different cultural and social groups. It is possible to face the excluding effects of the new world order with programs and projects which make the most of each region’s specificities, starting from local populations demands. Cultural heritage must be dealt with as an urban environment matter. People’s appropriation of the public space produces urbanity; participation in identifying and protecting cultural heritage contributes in constructing the future of cities. How can we promote urbanity in this new context? What are the contemporary urban regulation instruments? How to formulate a sustainable cultural heritage protection policy? How to build the city from its heritage as a departing point? The proposal is to reestablish an agenda that brings the concept of Urban Environmental Heritage back to the front line.

The verticalization, an act of multiplying urban land, increases density, placing a larger amount of inhabitants enjoying advantageous urban locations

can be done including urbanity. How to define a compact city? How to define urbanity? In the case of São Paulo, how do the instruments of the city's new masterplan can enable the production of public spaces and the effective preservation of cultural heritage? Using the Bixiga neighborhood as a case study, this article raises questions regarding preservation policies and redeveloping historic neighborhoods, and proposes a new agenda for cultural preservation.

KEYWORDS

Cultural Heritage. Urban renewal. Urban policy.

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras vêm sendo produzidas com um modelo urbano carente de urbanidade. O binômio demolição/construção resultou em um processo de verticalização que vem destruindo o patrimônio na cidade. As transformações recentes da indústria e a reestruturação produtiva trouxeram para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas. Essa reestruturação deixou vazias áreas bem equipadas, ampliando o processo de expansão e conseqüente dilapidação dos recursos naturais. Por outro lado, desigualdades sociais persistem principalmente na questão habitacional.

Sob a luz do desenvolvimento urbano sustentável, as cidades contemporâneas vêm passando por transformações que podem ser elencadas apontando a necessidade de ampliar a importância da proteção do patrimônio cultural, bem como dos espaços públicos, garantindo a permanência da identidade e democracia urbana. Nesse sentido, entendemos que repensar a construção da cidade significa atacar velhos e novos problemas: ampliar a oferta habitacional de diversas faixas de renda, reduzindo a gentrificação; (re)estabelecer uma mobilidade que atenda às demandas da transformação climática; produzir espaços públicos de qualidade e preservar o patrimônio histórico, reforçando núcleos identitários para cidadãos globalizados.

Em síntese, podemos apontar como principal processo contemporâneo, que influencia diretamente na produção da cidade, a chamada globalização

e/ou reestruturação produtiva, que esvazia espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, a novas tecnologias conectando o mundo, o divórcio de política e poder e a dissolução de vínculos. A obsolescência, intrínseca ao sistema capitalista, traz a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados muitas vezes de forma espontânea, ou seja, sem a mediação de um projeto. Entendemos também que a proteção do patrimônio deve ser tratada dentro da questão urbana. Nos anos 1970, em São Paulo, o patrimônio histórico foi tratado pelo órgão de Planejamento, entretanto, ao longo da sua atuação, foi se fragmentando e se desarticulando da questão urbana. Dentro desse quadro, como então formular uma política de preservação do patrimônio cultural levando em conta o desenvolvimento sustentável? Como construir cidade a partir do patrimônio?

As transformações funcionais mencionadas demandam novas formas de proteção do patrimônio cultural e histórico. Como ocorre a materialização do espaço urbano e como ele é apropriado? Como conferir qualidade e inclusão? O conceito de cidade compacta é defendido por Rogers e foi estabelecido no Programa de Desenvolvimento Educacional 2014 (PDE), de São Paulo. Consiste em concentrar população otimizando os investimentos realizados e reduzindo o avanço da cidade sobre zonas com recursos naturais a serem preservados. O limite da cidade compacta é a urbanidade, aqui entendida como possibilidade de boa convivência através de espaços públicos democráticos e pré-existências norteadoras de memória e identidade. A cidade compacta requer um sistema de transporte compatível e inclusivo. O automóvel não contribui para a constituição de uma cidade compacta. A promoção da cidade compacta pode reduzir a dilapidação dos recursos naturais e promover a redução do uso do automóvel.

O que debateremos neste trabalho é a utilização do conceito “patrimônio ambiental urbano” como elemento de construção de uma cidade compacta com urbanidade.

Estruturamos o trabalho em três partes: a primeira estabelece o debate conceitual de perspectivas de constituição da problemática de uma política de preservação, a segunda levanta questões acerca do bairro do Bexiga e suas perspectivas de desenvolvimento na contemporaneidade e, a partir dessa reflexão, na terceira parte, apresentamos alguns avanços e uma agenda para posturas de preservação.

2 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

Meu primeiro encontro com o conceito de patrimônio ambiental urbano foi a partir do curso realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em 1978 com o mesmo nome. Para Meneses, “Patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano” (MENEZES, 1978). A sua seleção é determinada pela sua carga de significação dotada de potencial legitimador, integrador e, portanto, transformador. É necessário ampliar a significação social. O projeto de futuro de uma cidade deve incorporar “o código de interação que efetivamente organiza as relações sociais daqueles objetos que fornecem ingredientes para as imagens da cidade” (Ibidem). Para Yázigi (2001), o patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos urbanísticos e demais elementos urbanos tendo a inclusão social como exigência crescente. Para o autor, o conceito está em constante transformação e “deve se configurar como o ser e o porvir”. Retoma a assertiva de Cervelati (1978): a preservação do patrimônio ambiental não pode existir fora da preservação social.

A ideia de monumento e conceito de patrimônio *tout court* é uma ideia construída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que deve ser superada e transformada em “herança” daquilo que buscamos transmitir às gerações futuras (BIASE, 2014). A superação do conceito de monumento para edifícios e conjuntos de importância histórica ocorre com a carta de Veneza, de 1964, incorporada no Brasil pela criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), em 1968. A Declaração de Amsterdã, de 1975, propõe a conservação e reabilitação de núcleos urbanos articulados e integrados ao processo de planejamento urbano. Esses dois documentos têm como projeto ícone a cidade de Bolonha, que ainda coloca a participação e a inclusão social no cerne do seu conceito de preservação. A carta de Nairobi, de 1976, aponta recomendações para a preservação contemporânea de áreas históricas, apontando a limitação da musealização do patrimônio edificado:

O documento ainda define ambiente como cenário, seja natural ou criado pelo homem, que influencia a maneira pela qual as áreas históricas

são percebidas ou são ligadas espacialmente por fatores sociais, econômicos e culturais. As áreas históricas, objeto do documento, devem ser consideradas como uma totalidade coerente, em que o equilíbrio depende da inter-relação dos componentes principais, as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial e os arredores. (LUSTOZA, 2011)

Dentro desse quadro não se poderia entender a preservação do patrimônio ambiental urbano fora do planejamento das cidades. Não foi o que se observou no Brasil em São Paulo. Bonduki (2012) aponta como um dos problemas do balanço da experiência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, o programa Monumenta, a desarticulação dos projetos com a política urbana. Meneses vai além dessa perspectiva integradora: propõe que o Ministério ou as Secretarias de Cultura deveriam se responsabilizar não só pela administração de instituições de eventos “culturais, mas sobretudo, na identificação da dimensão cultural em todas as políticas públicas de um governo” (MENEZES, 1978).

No caso de São Paulo, a ação municipal de preservação teve sua origem em 1974, na Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP), entidade instalada originalmente no Gabinete do Prefeito, com a elaboração da lista de bens culturais a serem protegidos solicitados aos professores Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, posteriormente incorporada ao zoneamento a partir da definição das zonas especiais Z8-200 (SOMEKH, 2015). A criação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) representou uma fragmentação nesse processo de revisão urbanística que agora começa a ser retomada.

Tentativas de integração ocorreram antes da constituição do conselho quando da instituição do Inventário Geral de Patrimônio Ambiental Urbano (Igepac) que buscava incorporação do conceito de patrimônio ambiental urbano desenvolvido a partir do curso da FAU, das experiências de Bolonha e recomendações das Cartas Patrimoniais.

Uma avaliação crítica a respeito dos instrumentos de preservação no nível municipal, bem como de uma revisão histórica dessas ações aponta a necessidade de busca de instrumentos financeiros complementares à identificação e ao tombamento para efetivar a proteção dos bens preservados.

Entendemos que projetos urbanos podem trazer recursos para a preservação do patrimônio ambiental urbano desde que sejam constituídos coletivamente. Para isso, elegemos os trabalhos que apontaram caminhos nessa direção.

3 O BEXIGA

Dentro da perspectiva de trabalhar os temas da verticalização e produtividade urbana, urbanidade e patrimônio cultural, o bairro do Bexiga se apresenta como um dos mais relevantes para a discussão dos padrões de materialização da cidade de São Paulo atualmente.

Trata-se de um bairro tradicional e central, que data do início da expansão da cidade, ainda no período colonial, representando um tecido social riquíssimo – tendo sido parada de escravos fugidos, local de assentamento dos primeiros imigrantes italianos e hoje abrigando importante parte da comunidade nordestina recém-chegada à cidade.

As características de sua ocupação e constante resignificação fazem com que hoje o bairro abrigue um considerável número de agentes e produtores culturais e artísticos, festas populares e inúmeras apropriações interessantes dos seus espaços públicos.

Suas diferentes fases de desenvolvimento e transformação representam momentos importantes do desenvolvimento de São Paulo. O bairro já recebeu inúmeros projetos de renovação e revitalização. Se, por um lado, passou por fases de transformação intensa e verticalização, com o espraiamento de processos de desenvolvimento do centro e da região da Avenida Paulista, por outro permaneceu ainda com grande parte de suas edificações e patrimônio cultural intactos, graças ao processo iniciado em 1990 que culminou na resolução de tombamento pelo Conpresp em 2002.

O Bexiga não pode ser considerado hoje um bairro imobilizado – dado o tombamento - mas em constantes transformações – dadas as suas dinâmicas de desenvolvimento e o acúmulo de projetos para ele elaborados.

Com as mudanças e oportunidades introduzidas pelo Novo Plano Diretor (PDE-2014), o bairro se apresenta como um interessante ponto de partida para a discussão das possíveis relações entre verticalização e densidade – estimuladas nos eixos de adensamento - e urbanidade – aqui definida como a construção das relações entre o patrimônio cultural, os espaços públicos, a diversidade de usos e o tecido social existente.

FIGURA 1

Sítio e principais pontos de referência do Bexiga no séc. XVI/ Sítio e primeiro parcelamento do território do bairro em 1897. Fonte: STEVENS, 2013.



As experiências acadêmicas (GIANOTTO, 2015; STEVENS, 2013) nos mostram a complexidade até mesmo de definição do que é o bairro do Bexiga, dados os diversos perímetros de abrangência político-administrativa e simbólica a que o bairro remete. Para efeitos desta análise, trabalhamos com o perímetro considerado o mais adequado ao momento fundacional do bairro e suas profundas relações com o sítio em que se insere, abrangendo a área entre os rios Itororó e Saracura e o espigão da Avenida Paulista.

3.1 Verticalização e produtividade urbana: a questão da densidade.

Ao tratar da questão da verticalização e do desenvolvimento urbano do Bexiga, podemos aliá-la à noção de produtividade urbana e às discussões sobre cidade compacta.

A pesquisa sobre o crescimento vertical de São Paulo é uma tarefa difícil e complexa, entretanto, podemos oferecer um panorama geral do processo, quantificá-lo e apontar seus principais problemas. A verticalização em si não é um problema e sim a forma que vem assumindo em São Paulo: a cidade foi perdendo o seu projeto de urbanidade e é necessário resgatá-lo. A experiência dos nossos trabalhos nos mostrou que São Paulo é uma cidade vertical, mas não é densa. Essa afirmação pode também ser feita sobre a verticalização do Bexiga?

A periodização adotada para o crescimento vertical não só segue os grandes períodos do desenvolvimento econômico, mas também os movimentos políticos no Brasil, através da ação do Estado, de maneira geral, e especificamente em relação ao urbano. Esses dois critérios – o desenvolvimento da economia e a ação do Estado – somados a um terceiro específico, que se refere à caracterização do fenômeno estudado e suas variações quantitativas e qualitativas, nortearam a definição dos períodos e a sua descrição. Assim, definimos os seguintes períodos de verticalização (SOMEKH, 1978):

- de 1920 a 1940: a verticalização europeia, período em que edifícios altos seguem padrões europeus de construção;
- de 1940 a 1957: a verticalização americana, de características ascendentes, que começa com a implantação do registro de elevadores e vai até a primeira limitação do coeficiente de aproveitamento dos terrenos. O padrão de construção valorizado passa a ser o norte-americano;
- de 1957 a 1967: a verticalização do automóvel, período de estagnação ou crescimento moderado, quando a ênfase do crescimento industrial está voltada para outros setores, como o automobilístico, sendo que o automóvel define um novo tipo de ocupação;
- de 1967 a 1972: a verticalização do milagre, período de ascensão vertiginosa que apresenta um índice de crescimento vertical bastante significativo, tendo início com as ações do Banco Nacional de Habitações (BNH) na promoção do desenvolvimento imobiliário;
- de 1972 a 1988: a verticalização pós-zoneamento, começando depois da promulgação da legislação de zoneamento, passando pela desaceleração econômica da década perdida, o fim do BNH em 1986, até a Constituição de 1988 e do PD 88 permitindo as Operações Urbanas e Interligadas, que possibilitaram um aumento dos coeficientes de aproveitamento;
- de 1988 a 2004: a verticalização negociada, a reversão da “desverticalização” anterior, com o aumento de coeficientes proporcionado pelas Operações Urbanas e Interligadas, aliadas à constituição dos fundos de pensão, produziu novos eixos do setor terciário avançado, tais como as avenidas Brigadeiro Faria Lima, Luís Carlos Berrini, Juscelino Kubitschek e a Marginal do rio Pinheiros;

- de 2004 até 2011: a verticalização metropolitana, a guerra de coeficientes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), aliada a preços fundiários mais baixos, atraiu o crescimento vertical para cidades vizinhas ou para outras centralidades mais distantes, como Alphaville, ampliando os deslocamentos pendulares e agravando ainda mais o trânsito de São Paulo.

Exemplos desses períodos podem ser encontrados pelo perímetro do bairro estudado, configurando diversos padrões de densidade e definindo diferentes padrões de urbanidade, através da inserção urbana do edifício vertical e de suas relações com o tecido urbano tradicional do bairro.

Ressaltamos que o crescimento vertical em São Paulo pode ser dividido em duas partes, a primeira até 1988, que denominamos de Desverticalização; a outra, de 1988 até hoje, quando ocorreu a reversão da redução dos coeficientes de aproveitamento, por meio das Operações Urbanas e da Outorga Onerosa. Entretanto, o processo de reversão recente não se apresenta como suficiente para produzir uma cidade compacta e evitar um transbordamento metropolitano da verticalização. Qual foi a forma urbana resultante e qual é a relação com as grandes transformações viárias do bairro? A análise do processo de desenvolvimento urbano e verticalização na cidade em geral demonstra que a materialização do espaço ocorre pela regulação e pelos desígnios do capital sem a busca efetiva de urbanidade. Dentro desse quadro, interessa conhecer melhor o impacto da verticalização em bairros tradicionais e sua relação com as densidades existentes.

As recentes mudanças na política urbana da cidade de São Paulo, a partir da aprovação do novo PDE (2014), configuram-se uma ousada tentativa de reestruturação da cidade através de instrumentos urbanísticos com foco em dez estratégias: (1) Socialização dos ganhos da produção da cidade; (2) Melhora da mobilidade urbana; (3) Orientação do crescimento; (4) Promoção do desenvolvimento econômico; (5) Preservação do patrimônio e estímulo à cultura; (6) Implantação de política habitacional; (7) Qualificação da vida urbana nos bairros; (8) Reorganização das dinâmicas metropolitanas; (9) Incorporação da agenda ambiental; (10) Fortalecimento da participação popular.

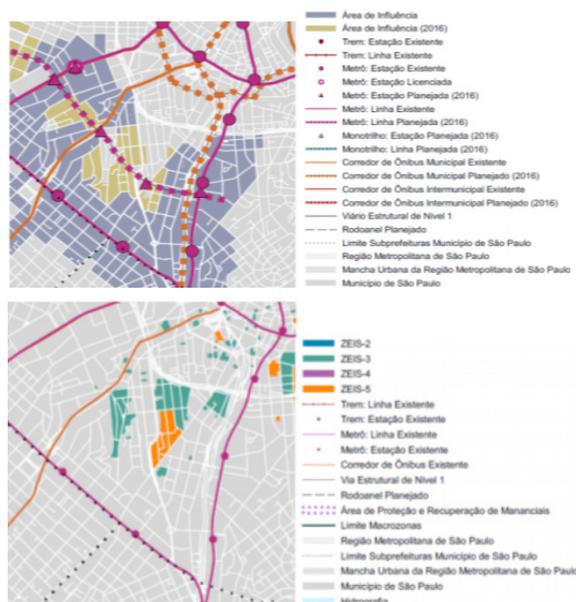
Com o objetivo de reequilibrar a cidade, grande foco foi colocado na questão do acesso à terra urbana — uma das questões críticas em São Paulo

— bem como nas funções e densidades ideais para cada região e eixo, através do sistema de tipologias incentivadas, incentivos ao uso misto, controle da forma urbana, aumento significativo da área destinada aos empreendimentos de habitação social e o estabelecimento da cota de solidariedade, que prevê que o desenvolvimento imobiliário no mercado da habitação venha acompanhado da realização também de habitação de interesse social. Além da mobilidade, destacam-se as diretrizes para as áreas verdes, parques e praças. O plano prevê instrumentos de incentivo à promoção de áreas verdes em terrenos privados e a preservação do patrimônio cultural, mediante a transferência do direito de construir e os incentivos para a proliferação de espaços de fruição pública no térreo de novos empreendimentos, com o objetivo de aumentar os espaços de uso público disponíveis da zona consolidada.

Na busca de uma cidade compacta com uma mobilidade eficiente e menos consumidora de recursos naturais, o patrimônio histórico poderá ser preservado dentro de uma perspectiva contemporânea e valorizadora da identidade paulistana com a criação de novos instrumentos, como as Zonas Especiais de Preservação Cultural - ZEPECs APC - e os Territórios Culturais e Criativos.

Essas inovações foram também propostas para o contexto do Bexiga, como podemos ver nos mapas abaixo:

FIGURA 2
Mapas da infraestrutura modal e suas zonas de influência e instrumentos urbanísticos incidentes no Bexiga de acordo com o PDE 2014.
Fonte: São Paulo (cidade), 2014.



A partir desse novo marco regulatório, perguntamo-nos: Quais transformações podemos esperar a partir da nova regulação? Qual é a sua relação com as noções de produtividade urbana e de urbanidade?

3.2 Patrimônio cultural: a preservação do patrimônio no Bexiga.

As primeiras ações acerca da preservação do patrimônio cultural no Bexiga aconteceram na sequência do concurso Parque da Grotta, em 1974. O projeto vencedor, de Paulo Mendes da Rocha, propunha a demolição de grande parte do patrimônio construído na área da Grotta do Bexiga, por ser considerado de pouco valor cultural e histórico. Essa proposta levantou a necessidade de conhecer e reconhecer o patrimônio cultural de um dos bairros mais tradicionais da cidade, culminando no processo de inventário realizado pelo então recém-criado (1975) Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), responsável por inventariar e proteger os bens culturais paulistanos. Para entender esse processo e em que medida ele se insere em uma política de preservação mais ampla do patrimônio, recorreremos a um breve histórico das políticas de preservação do município.

Apesar da existência do DPH desde 1975, o tombamento no âmbito municipal não foi possível até a criação do Conpresp, em 1985. Os primeiros tombamentos foram realizados três anos depois: o Casarão à Rua Brigadeiro Luiz Antônio, n. 42, localizado no Bexiga, e o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu. Até então o órgão de patrimônio recorria ao Condephaat ou Iphan para promover a salvaguarda dos bens considerados de extrema importância.

A Carta de Veneza, documento do International Council of Monuments And Sites (Icomos), de maio de 1964, amplia a noção de monumento histórico, estendendo-a não só a grandes criações, mas também a “obras modestas que tenham adquirido significação cultural” (ICOMOS, 1964). Segundo Kühl (2010), o curso da FAU-USP, sobre restauração e conservação de monumentos arquitetônicos, ocorrido em 1974 em parceria com o Iphan e o Condephaat, possibilitou um debate consistente sobre o documento e pode ter referenciado a demanda municipal de proteção de conjuntos urbanos. A partir dessa mudança de paradigma, então internalizada pelo órgão municipal de patrimônio, passam-se a realizar inventários aliados ao processo de tombamento, levando em consideração características além do bem a ser tombado.

A Divisão de Preservação do DPH foi constituída em 1977 a partir de então os inventários foram estruturadores do trabalho da preservação no último quarto do século XX. À luz de um momento singular para a preservação, tanto na cidade de São Paulo como no Brasil, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental (Igepac) foi gestado e teve sua metodologia estabelecida entre os anos de 1982 e 1983, continuando a operar até 2003. O Igepac foi um modelo que buscava ir além da preservação pontual do bem e procurava identificar as características urbanas que constituíam o patrimônio ambiental e cultural de cada bairro, registrá-las e elaborar propostas de preservação (BAFFI, 2006). Nesse contexto foi produzido o Igepac Bela Vista, finalizado em 1984. O trabalho tratou de levantar os edifícios mais significativos do ponto de vista histórico-arquitetônico, reconhecer os elementos urbanos caracterizadores locais, identificando conjuntos urbanos, além de levantar elementos construtivos, edificações e estruturas de valor ambiental, bem como componentes urbanos geomorfológicos como escadarias, muros de arrimo, encostas e coberturas vegetais existentes no bairro.

Pouco tempo após a realização do Igepac Bela Vista, foi lançado o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação Urbana e Preservação do Bexiga (1989 –1990), uma iniciativa da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) que contou com ampla participação popular e envolvimento dos atores locais, mobilizando o tecido social ali existente.

Em oposição à experiência de concurso realizada para o perímetro da Grota, as premissas do concurso indicavam a necessidade de compatibilizar processos de transformação e preservação no bairro, o engajamento e manutenção da população moradora e o mínimo de intervenção no tecido urbano possível.

O concurso de ideias, apesar de não executado, gerou grande mobilização local e o resultado desse trabalho embasou o processo de tombamento, cujo pedido partiu de iniciativa popular em 1990, culminando na resolução Conpresp–Resolução 11/90, alterada pela Resolução 01/93. Inicialmente a Resolução n. 11/90 abrangia 1400 imóveis e englobava toda a Bela Vista. Posteriormente, a resolução de 1993 definiu manchas especiais de preservação.

FIGURA 3

Estudo de intervenção em miolo de quadra realizado por uma das equipes escolhidas. Fonte: GIANOTTO, 2015.



FIGURA 4

Proposta de calçada na Rua Treze de Maio realizado por uma das equipes escolhidas. Fonte: GIANOTTO, 2015.

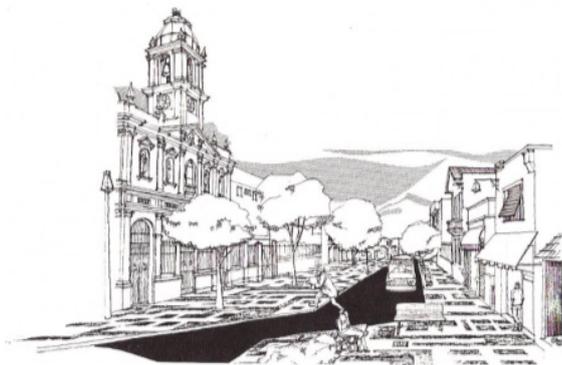


FIGURA 5

Mapa do plano de conservação do Bairro. Fonte: São Paulo (cidade). Resolução 1-93 – Bela Vista, Conpresp, 1993.



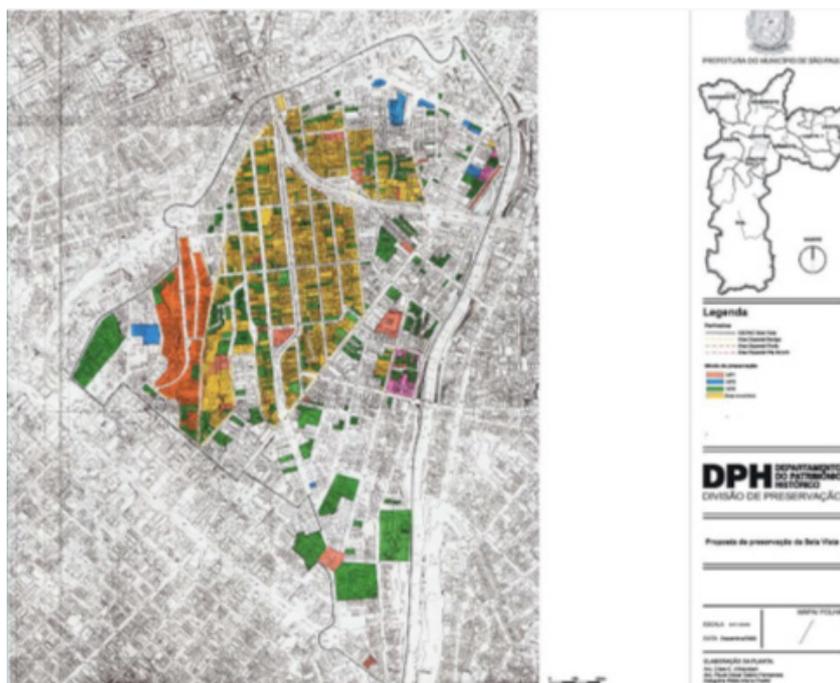
Foi proposta a preservação do traçado viário, de bens imóveis significativos e elementos relevantes levantados no inventário.

O tombamento ocorreu pela Resolução 22-2002 do Conpresp, tendo como base uma atualização do Igepac de 1984, realizada em 2001, somando diferentes níveis de preservação para 569 imóveis no Bexiga; 80 imóveis na Grota; a Vila Itororó, com 36 elementos; além de 217 imóveis isolados.

A política de preservação, entretanto, encerrou-se com o tombamento. Como ocorreu a relação entre preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano no contexto do Bexiga? A elaboração do Plano Diretor de 2002 e os subsequentes Planos Regionais e Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), em 2004, simplificaram o zoneamento da cidade e transformaram as antigas Z8-200 em ZEPECs – Zonas Especiais de Patrimônio Cultural. As ZEPECs, entretanto, não expandiram o conceito de proteção do patrimônio cultural para além dos elementos tombados, não integrando a criação de projetos mais abrangentes para a preservação da esfera urbana do patrimônio cultural e de sua vinculação com outras diretrizes de política urbana além da LUOS.

FIGURA 6

Mapa da Revisão do Igepac Bela Vista - 2001. Fonte: São Paulo, 2001.



O desenvolvimento local aliado à preservação do patrimônio ainda carece de instrumentalização. Como captar recursos através da produção de cidade, além da outorga onerosa, para a valorização da memória coletiva em busca de um futuro de melhor qualidade urbana?

O novo PDE de 2014 trouxe como conceito a produção da cidade compacta. Como poderá incluir efetivamente o patrimônio cultural como elemento de urbanidade diante dos desafios da contemporaneidade? O DPH, ao longo de sua existência, utilizou o tombamento como principal instrumento, desvinculou-se de planos urbanos utilizando apenas a definição de gabaritos como principal instrumento de valorização, e ainda não avançou nem na captação de recursos, nem no estímulo aos proprietários para a recuperação do seu patrimônio. Quais são os instrumentos de captação de recursos e valorização que poderiam ser aliados à política atual de preservação do patrimônio cultural?

4. POR UMA AGENDA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO.

A cidade contemporânea se caracteriza pelo resultado das transformações tecnológicas da reestruturação produtiva e da dissolução de vínculos identitários. Espaços produtivos esvaziados vêm passando por projetos urbanos que nem sempre, principalmente no Brasil, dão conta das preexistências históricas. O desperdício e a obsolescência criados pelo capitalismo tardio se traduzem em experiências voltadas para a produção de empreendimentos imobiliários a partir de tábula rasa, de forma ambientalmente insustentável.

O patrimônio é uma questão urbana, contudo vem sendo tratado como mero projeto de resistência, sem a busca efetiva para protegê-lo e conservá-lo. Projetos urbanos podem proteger o patrimônio e o ambiente desde que tratados com participação e inclusão social, desde que construídos socialmente. Ampliar a participação, a disseminação do conhecimento, da sensibilização ao patrimônio pode conduzir à construção de projetos urbanos com inclusão social. Para Poltosi (2016), a legislação recente das cidades brasileiras tem conduzido a fragmentação da paisagem urbana e que o patrimônio ambiental urbano é uma base para o desenvolvimento da cidade não um obstáculo. A análise da inserção o patrimônio ambiental urbano no quadro regulatório, normas e leis, planos e projetos é essencial para a busca de uma ação mais efetiva. A partir da experiência internacional propõe a desfragmentação da

gestão pública na criação de revalorização do patrimônio ambiental urbano. Ao tratar da valorização do patrimônio, percebemos alguns avanços recentes em São Paulo, dos quais destacamos a criação e regularização da Jornada do Patrimônio, do Selo de Valor Cultural Paulistano e a iniciativa Fábrica de Restauro, que propôs a promoção da coesão social em áreas com grande incidência de imóveis tombados na cidade.

No caso da Jornada, sua primeira edição, em 2015, contou com mais de 400 atividades de memória concentradas em um final de semana de dezembro. Cerca de 40 mil cidadãos puderam fazer visitas guiadas em imóveis históricos, acompanhar roteiros de memória, assistir palestras, participar de oficinas e ver apresentações artísticas ligadas ao nosso patrimônio imaterial. A segunda edição, em agosto de 2016, foi novamente um sucesso de público e consolidou o evento. Transformada em lei em outubro de 2016, a Jornada do Patrimônio passa a fazer parte do calendário oficial de atividades da gestão pública, garantindo a continuidade dessa importante ação de valorização do patrimônio. Outra ação inovadora para a visibilidade do patrimônio foi a criação do selo Valor Cultural Paulistano. Ao reconhecer estabelecimentos tradicionais da cidade e imóveis importantes para segmentos específicos da população, o selo ofereceu ao cidadão uma ferramenta para lutar pela preservação de seus bens, conduzindo à maior participação popular.

Além de ações de visibilidade, a valorização do patrimônio presume o apoio da sociedade civil, bem como articulação com atores locais, proprietários, usuários e entidades preocupadas com a Preservação. Sendo assim, o DPH criou o piloto do projeto Fábrica de Restauro, envolvendo o território da Vila Maria Zélia e do Bexiga, com o objetivo de estimular a gestão compartilhada e o cooperativismo de pequenos proprietários de bens tombados privados e outras esferas da sociedade civil.

No caso da Bela Vista, bairro tombado na cidade de São Paulo abordado por Gianotto (2015), apresenta fatores de estagnação advinda de planos e projetos fragmentados. A esperança apontada consiste na implantação do metrô sem a desarticulação de espaços de convivência popular. Há, contudo um longo caminho a percorrer, pois a sociedade que não conhece não valoriza. Portanto, engajar os cidadãos no reconhecimento e valorização de sua história nos conduz à necessidade de programas de sensibilização. Ampliar

participação, ampliar a disseminação do conhecimento, da sensibilização ao patrimônio pode conduzir a projetos urbanos com inclusão social.

REFERÊNCIAS

BAFFI, Mirthes. O Igepac-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, v. 204, p.169-191, 2006.

BIASE, Alessia de. *Héritier de La Ville*. Paris: Donner Lieu, 2014.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan, 2012.

COMITÊ DE MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA. *Manifesto de Amsterdã*. Amsterdã, 1975

GERALDES, E. A. S. *Paisagem, identidade e memória: Vila Picinguaba*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

GIANNOTTO, Joice Chimati. *Fedora e o Bixiga: projetos e planos para o bairro paulistano*. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Carta de Veneza*. Veneza, Itália: Icomos, 1964.

_____. *Carta de Burra*. Burra, Austrália: Icomos, 1980.

LUSTOZA, Regina. E. *Patrimônio ambiental urbano: revendo conceitos*. Artigo apresentado no 9º Seminário Docomomo Brasil – interdisciplinaridade, experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, Brasília, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, v. 5, p. 18-20, 1978.

MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; Gallo, Haroldo (Orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: ONU, 1967.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Declaração de Estocolmo*. Estocolmo, Suécia: ONU, 1972.

_____. *Recomendação Paris paisagens e sítios*. Paris: ONU, 1962.

POLTOSI, R. Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana: estratégias possíveis para o 4º distrito. Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.

ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta*. Londres: Gustavo Gili, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 1966.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Igepac Bela Vista (relatório)*. São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico. *Resolução 1-1993*. São Paulo, 1993. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/1aeb7_01_APT_Bairro_Bela_Vista.pdf>. Acesso em: out 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico. *Resolução 22-2002*. São Paulo, 2002. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf>. Acesso em: out. 2015.

SOMEKH, N. A *(des)verticalização de São Paulo*. 1987. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SOMEKH, Nadia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 185.o8. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>. Acesso em: out. 2015.

VARINE-BOHAM, H. *A experiência internacional: notas de aula*. São Paulo: FAU/USP, 1974.

YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano*. Artigo apresentado no Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, 2001.

Artigo recebido em: 17/20/2016

Artigo aprovado em: 01/12/2016

A POLÍTICA DE REGISTRO DAS CONGADAS EM MINAS GERAIS:

MOBILIZAÇÃO, DIÁLOGOS E DESCONTINUIDADES
EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG.

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN). Especialista em Patrimônio Cultural pelo PEP-IPHAN e professor de sociologia e antropologia. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-MG. E-mail: francimariovitos@gmail.com; francimariovsantos@outlook.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p242-266>

A POLÍTICA DE REGISTRO DAS CONGADAS EM MINAS GERAIS: MOBILIZAÇÃO, DIÁLOGOS E DESCONTINUIDADES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do processo de Pedido de Registro das Congadas de Minas, conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Trata-se de uma manifestação cultural afro-brasileira cujas origens remontam o período da escravidão. Há registro de rituais festivos em louvor a Virgem do Rosário e outros santos do imaginário católico como São Benedito e Santa Efigênia, em todas as regiões do estado. As festividades recebem denominações diferentes em cada localidade. Em Santo Antônio do Monte, no centro-oeste mineiro, comumente se usa o termo *Reinado* para referir-se a tais festividades; na região do triângulo mineiro é mais usual o termo *Catupé*, já em outras *Congadas* ou *Congados*. As pesquisas em curso visam construir uma produção de conhecimento diversa e abrangente acerca da prática cultural e levantar dados através de metodologia específica denominada de INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. Paralelamente são utilizados dados etnográfico e histórico capazes de embasar o Pedido de Registro, e possivelmente a inclusão da referida referência cultural na lista de bens culturais do instituto. O estudo analisa alguns dados etnográficos e históricos obtidos a partir de observações participantes realizadas entre os anos de 2014 e 2015, durante as visitas das equipes de pesquisas do Iphan em Santo Antônio do Monte. Em linhas gerais, reflete sobre algumas considerações acerca da condução do processo de mobilização da base social, diálogos institucionais entre estado e congadeiros e possíveis descontinuidades da política.

PALAVRAS-CHAVE

Congadas. Registro de bens culturais. Política cultural. Patrimônio imaterial.

THE REGISTRATION POLICY FOR THE CONGADAS IN MINAS GERAIS: MOBILIZATION, DIALOGUES AND DISCONTINUITIES AT SANTO ANTÔNIO DO MONTE.

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

ABSTRACT

This article debates the registration process for the Congadas in Minas Gerais carried out by the Institute of National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan). The Congadas are a manifestation of the African-Brazilian culture with origins dating back to the period of slavery, there are records of festive rituals to praise Our Lady of the Rosary and other catholic saints, such as Saint Benedict and Saint Ephigenia in all regions of the state. The festivities receive different denominations in each location, Santo Antônio do Monte, located in the central-west region of Minas Gerais, uses the terms *reinado*, while *catupé* is generally adopted at the region of the Triângulo Mineiro and other use *congadas* or *congados*. The researches in progress aim to create a diverse and wide-ranging knowledge about the cultural practice and to collect data through a specific methodology called INRC – National Inventory of Cultural References. In parallel, ethnographic and historic data are used to support the Registration Request, and to possibly include the referred cultural reference in the list of the institute's of cultural properties. The study analyses some ethnographic and historical data obtained by observing participants and collected during the 2014 and 2015 visits of Iphan's technicians to Santo Antônio do Monte. The article reflects on considerations about how the process of mobilizing the social base takes place, the institutional dialogues between state and *congadeiros*, and the possible discontinuities of the policy.

KEYWORDS

Congadas. Registration of cultural properties. Cultural Policies. Immaterial heritage.

1 INTRODUÇÃO

Apresento aqui, de modo pragmático e resumido, um conjunto de reflexões em torno da política de preservação do patrimônio imaterial, com ênfase no processo de pedido de registro das Congadas de Minas, conduzido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os dados empíricos que embasam as discussões são resultados de pesquisas etnográficas que realizei, em diferentes momentos, durante a festa de reinado de Nossa Senhora do Rosário em Santo Antônio do Monte, e nas reuniões organizadas pelos técnicos do Instituto, que contaram com a participação dos congadeiros/detentores, agentes do poder executivo municipal e a comunidade.

A metodologia consiste basicamente de um estudo etnográfico realizado durante os festejos de reinado nas cidades mineiras de Santo Antônio do Monte e Araújos, no período de 2014 a 2015. Procurei realizar observações participantes e registros de imagens nos vários momentos que compõem a festa, além de estabelecer diálogos como devotos, congadeiros, presidente da irmandade e alguns participantes que encontrava na rua. O uso da caderneta de campo foi fundamental para que os dados empíricos fossem, posteriormente, cruzados com a literatura acerca do tema. Em outros momentos também acompanhei de perto a construção de diálogos entre os técnicos do Iphan e os congadeiros, na sede da irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Diante do exposto, reflito sobre a construção da política de patrimonialização específica para os festejos em homenagem a Virgem do Rosário, tendo como ponto de partida o acompanhamento sistemático da construção de diálogos entre os técnicos do Iphan e os congadeiros, que tem como foco a construção conjunta de ações de salvaguarda que representem os anseios expressos pelos detentores da prática. É de igual interesse refletir sobre a condução do processo de mobilização da base social, sobretudo como os atores envolvidos absorvem determinados conceitos institucionais da política de preservação da cultura imaterial, e deles se apropriam. Acrescento ainda, mesmo que de forma preliminar, algumas reflexões sobre a descontinuidade do processo, resultado do desmonte institucional provocado no Ministério da Cultura, com base na política de preservação da cultura imaterial do governo federal.

O primeiro contato foi em 2011, com os grupos de congadas e o reinado de Nossa Senhora do Rosário de Santo Antônio do Monte, cujas homenagens também são extensivas a Santa Efigênia e a São Benedito. Na ocasião, meu olhar sobre os festejos era de um expectador admirado com a sonoridade das caixas e pandeiros, o bailado ritmado dos congadeiros, o colorido das indumentárias e outros rituais performáticos e devocionais que compunham as festividades. É bem verdade que tal manifestação cultural não era, para mim, de total desconhecimento. Durante a infância, quando passava as férias de final de ano na cidade de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, costumava presenciar as performances realizadas por grupos de negros denominados Negros do Rosário, que saíam às ruas com seus bailados e coreografias no dia 30 de dezembro de cada ano, para homenagear Nossa Senhora do Rosário¹. Mesmo que o intuito desta discussão não seja traçar um apanhado das ideias sobre as origens do folguedo, haja vista que o interesse maior é compreendê-lo a partir de uma perspectiva processual, portanto antropológica, em termos introdutórios é interessante trazer alguns dados a esse respeito.

A partir de meados do século XX vários intelectuais, sobretudo os folcloristas, dedicaram-se às pesquisas sobre as festas de congados e

1. Não aprofundarei a discussão em torno do contexto festivo de Jardim do Seridó-RN, uma vez que o foco do artigo diz respeito ao contexto das congadas em Santo Antônio do Monte-MG. Para obter mais detalhes sobre os Negros do Rosário, sugiro a leitura do trabalho de Silva (2012) intitulado *Nego veio é um sofrer: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário*.

coroação de reis congos. Nesse período se intensificaram os estudos no campo do folclore, considerados “uma grande mobilização que foi identificada pelos próprios integrantes na época como um ‘movimento folclórico’” (VILHENA, 1997, p. 21). Entre os autores destacam-se Arthur Ramos, 1940; Câmara Cascudo, [(1954), 2001]; Edson Carneiro, 1965; Roger Bastide, 1971 e outros. Para Cascudo [(1954), 2001], trata-se de um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas, no que diz respeito à religiosidade. No entanto, “especificamente, como vemos e lemos no Brasil, nunca esses autos existiram no território africano” [CASCUDO, (1954), 2001. p. 150].

As publicações provenientes de pesquisas realizadas final da década de 1970 em diante, pautadas, sobretudo, por um viés antropológico, demonstram uma preocupação de compreender os cultos em louvor a Nossa Senhora do Rosário a partir dos vários processos inseridos no contexto. Isso significa que o foco das investigações recai mais sobre as dinâmicas culturais das congadas e da pluralidade de sentidos que os congadeiros e devotos atribuem aos festejos, nos diversos territórios onde elas ocorrem, do que propriamente aos fatos históricos que os fundamentam. Os estudos realizados por Pereira de Queiroz (1976), Gomes e Pereira (1988) e Brandão (1978; 1987) demonstram essa preocupação.

O culto em louvor a Nossa Senhora do Rosário é antigo e antecede ao período da colonização portuguesa no Brasil. De acordo com Bastide (1971), o culto a Virgem do Rosário já havia sido introduzido na África pelos missionários católicos antes mesmo do processo de colonização no Brasil. Em território brasileiro, os congados são manifestações artísticas e religiosas, cujas homenagens são recorrentes a Virgem do Rosário. No entanto, outros santos consagrados pela Igreja Católica são inseridos nos festejos, como, por exemplo, São Benedito, Santa Efigênia, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e outros. Já no que diz respeito à devoção a São Benedito e Santa Efigênia, “veio a ser reforçado entre os escravos e seus descendentes no Brasil, pela identificação fenotípica desse seguimento populacional com estes dois santos negros” (SILVA, 2007. p. 45).

Embora alguns registros historiográficos apontem que os primeiros grupos de congadas denominados de “ternos” tenham surgido no Recife-PE,

como mostra Ramos (1940), é na região centro-oeste do Brasil, mais precisamente nos estados de Minas Gerais e Goiás, que se encontra com maior intensidade a prática das congadas. Em Minas Gerais, o congado teve sua origem vinculada às irmandades católicas dos “homens pretos”, fundadas desde o século XVII. Associadas aos fatos históricos passaram a se disseminar, principalmente de forma oral, algumas narrativas míticas que também reforçam a existência da prática, como o aparecimento de Nossa Senhora do Rosário “no mar”, e o papel de um rei africano que se tornou conhecido em Vila Rica pela alcunha de Chico Rei.

Esta personagem lendária é descrita como um rei tribal congolês que foi trazido para o Brasil como escravo e levado para as Minas Gerais, onde, forçado a trabalhar na lavra do ouro, conseguiu com o esforço braçal comprar a sua liberdade. Além disso, com astúcia e a solidariedade dos “irmãos de mesa” da irmandade religiosa da qual se tornou membro, também alforriou outros cativos. Esse ato heroico valeu ao ex-escravo a coroação simbólica como Rei Congo do Brasil, e a oportunidade de promover a primeira festa do congado (SILVA, 2007. p. 45).

É na região sudeste, mais precisamente no estado de Minas Gerais, onde há uma significativa ocorrência dos festejos. Tanta expressividade contribuiu para que fosse dado início pelo Ministério da Cultura, através do Iphan, o processo de produção de conhecimento com o objetivo de fundamentar o seu pedido de registro. No centro-oeste mineiro, os festejos recebem o nome de “reinado”, em outras regiões são conhecidos por “congadas” e “congados”, noutras por “catupé”, e, ainda, como “moçambique”. Rabaçal (1976), por enxergar a complexidade das manifestações populares em torno de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, optou por nomeá-las de “Congos, Congados e Congadas”, com o objetivo de compreendê-las na sua pluralidade. Essa pluralidade de termos sinaliza para a existência de um campo de pesquisa diverso e complexo do ponto de vista etnográfico e analítico.

2 OS FESTEJOS DE REINADO

Congada ou reinado é um festejo religioso-popular realizado em louvor a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, composto por uma série de rituais, danças, cantos sagrados e abundantes refeições, tudo harmonizado ao som de pandeiros, caixas e sanfonas. A manifestação

aglutina uma diversidade de sons, formas, movimentos, coreografias e adereços multicoloridos, como fitas, brilhos, colares (rosários) entre outros. As homenagens proferidas a Virgem do Rosário são conhecidas na cidade de Santo Antônio do Monte-MG como “festa de reinado”², mas em outras regiões do país pode receber o nome de “congadas”, como demonstram pesquisas realizadas por alguns estudiosos.

Existe uma semelhança entre os termos Congos, Congada e Congado. A denominação congo é mais usada no Norte e Nordeste, designando a totalidade do auto; pode também designar uma guarda ou terno como em Minas Gerais (GOMES; PEREIRA, 1988. p. 183)³.

Ainda sobre o termo reinado, principalmente nas regiões mineiras, acrescentam os autores: “é um dos componentes do Congado, exatamente aquele que se refere à coroação de reis e à constituição de uma corte. Esse fator se tornou muito forte em Minas Gerais, pela atuação das Confrarias” (Idem).

Santo Antônio do Monte situa-se a 150 km de Belo Horizonte, no oeste mineiro⁴. A primeira capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário foi construída no princípio do século XX. Em meados de 1925, por estar muito deteriorada, ela foi demolida para dar lugar a uma capela mais ampla. No que se refere aos aspectos econômicos da cidade, inicialmente, de acordo com Borges (1997), a vida econômica centrava-se em torno da produção de café, açúcar e criação de gado. Desses produtos, apenas o gado ainda é expressivo atualmente. Em 1915, surgiram os primeiros barracões para a fabricação artesanal de “foguetes” (fogos de artifícios). Atualmente há 33 fábricas de foguetes em funcionamento no município, o que gera uma média de 2 mil empregos diretos e 3 mil indiretamente⁵.

2. Atualmente o reinado possui 23 ternos de congadas, sendo um terno de marujo, três de moçambiques e o restante de congos.

3. Em Santo Antônio do Monte é comum o uso do termo “corte” para fazer referência aos coletivos de congadas.

4. A origem da cidade remonta ao ano de 1782, quando foi legalizada a escritura de doação de seismaria “Alta Serra” para a formação de um povoado. Como bem destaca Borges (1997), no ano de 1832, o povoado contava com uma população de 3.594 habitantes, sendo a maior parte de negros cativos. O povoado foi elevado à categoria de cidade em 1875. Conta atualmente com uma população de 25.975 habitantes.

5. Dados fornecidos pelo Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais – SINDIEMG. Censo realizado pela instituição nas empresas em 30 de setembro de 2014.

A festa de reinado é uma manifestação que apresenta estrutura e hierarquia próprias, regras disciplinares e atores sociais com papéis definidos. De acordo com o texto *Informativo da Tradicional Festa de Reinado* (IRMANDADE DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 2013), o marco oficial da festa acontece quando as congadas se juntam nas ruas para buscar os reis para a entrega de coroas, e é composto da seguinte forma: soldados de linha; major; primeiro, segundo e terceiro capitão; mordomos; reis festeiros; reis perpétuos e reis congos.

O termo reinado carece de uma reflexão pormenorizada, uma vez que se estrutura a partir de uma complexa rede de significados que interligam o plano das crenças religiosas à vida cotidiana dos congadeiros, reis, festeiros e devotos dos santos padroeiros. O reinado comporta uma gama de ritos: ritual de levantamento dos mastros, coroação de reis e rainhas, pagamento de promessas, cortejos e procissões, missa conga e outras formas de homenagens aos santos. Para entender a amplitude simbólica do reinado e o lugar do culto a Virgem do Rosário nesse festejo religioso, que é o ritual de coroamento de reis e rainhas, Vilarino (2014), com base na fala da rainha conga de Minas Gerais sobre a função de uma coroa nos ritos congadeiros, faz a seguinte ressalva: “A coroa é a confirmação da presença da força protetora da santa junto àquele rei/rainhas coroado” (VILARINO, 2014. p. 100).

Outra função, não menos importante, que se percebe no contexto do reinado, além do culto à santa e demais rituais que os envolve, é o fato de promover entre os ternos (grupos de dançadores), sobretudo aqueles compostos por negros, a noção de pertencimento aos ancestrais escravos. Assim, é possível perceber que o reinado “esteve [e está] diretamente associado à escravidão, é uma manifestação religiosa em que seus praticantes rememoram aquele tempo através de seus rituais” (VILARINO, 2014. p. 97).

A fina observação etnográfica sobre as “festas dos pretos” associada aos relatos colhidos “parecem associar Nossa Senhora do Rosário à liberdade e São Benedito ao cativo” (COSTA, 2012. p. 54). Elementos que forçam a postura de seriedade, devoção e respeito adotada pelos congadeiros durante os dias de reinado. Para Costa (2012), que pesquisou as congadas em Serra do Salitre-MG, na região do Alto Parnaíba, os congados representam a aparição de Nossa Senhora do Rosário, o que estruturou as comemorações atualmente marcadas pela participação dos ternos. “É o evento mítico

situado no tempo do cativo, e que a partir dele foi instaurado um *reinado* idealmente responsável pela conformação da festa como um todo” (COSTA, 2012, p. 67). Portanto, assegura a autora, “o reinado, garante que a festa seja realizada com muita alegria, dança, cantoria e comida” (Idem).

Os festejos de reinado se iniciam com o levantamento dos mastros. Para Costa (2012), os mastros possuem um significado simbólico que remontam os momentos de segregação vividos pelos negros, pois quando estes não podiam entrar na igreja o louvor à santa era realizado em torno da fogueira e do mastro. Eles simbolizam para a população devota que a cidade está em louvação, tempo marcado pela excepcionalidade. Ainda sobre a importância simbólica dos mastros, Gomes e Pereira (1988) afirmam que se trata de um momento de intensa emoção, pois quando se eleva o madeiro elevam-se simultaneamente os corações. As homenagens de louvor começam pela manhã, quando os cortes⁶, embalados pelos cânticos e coreografias, percorrem as ruas da cidade e realizam visitas a devotos pagantes de promessas, que lhes oferecerem cafés da manhã. Ao meio dia, os cortes se alternam no almoço, proporcionado pelos reis festeiros. Em seguida continuam as visitas aos mordomos, reis e rainhas festeiros.

No ano de 2014 o cortejo saiu da residência do rei festeiro e seguiu em procissão para capela do Rosário. Na ocasião foi celebrada missa campal no pátio da capela. Após a cerimônia, os mordomos levantaram os mastros (uma bandeira para cada santo), seguido da queima de fogos pirotécnicos. Um mês após, em agosto, acontece a festa de reinado propriamente dita, na semana em que se comemora a Assunção de Nossa Senhora. São quatro dias de festa. É o momento em que a cidade se transforma, sai do cotidiano e entra em um período “extracotidiano” (AMARAL, 1998), impulsionado pelos rituais em homenagem aos santos.

Os festejos têm início na quinta-feira pela manhã, prosseguem durante o dia e à noite acontece a missa conga⁷. Nessa celebração os 19 cortes

6. Termo comumente usado pelos devotos e detentores para se referirem aos grupos de congadeiros, que saem às ruas com seus bailados e batuques, para homenagear a Virgem do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

7. Trata-se de um ritual religioso ocorrido no Centro Social São Lucas que contou com a presença da rainha perpétua, do rei e rainha congos, dos reis e rainhas festeiros, e dos 23 cortes de reinado, além dos representantes da Igreja Católica local. Cada corte, ao adentrar as dependências do espaço, pedia permissão aos santos, em seguida seguia em direção ao altar cantando e dançando seus bailados. Para mais detalhes, ver Silva (2007).

de congadas, as três guardas de moçambiques e uma guarda de marujos entram, um após o outro, nas dependências do Centro Social São Lucas, cantando e bailando ao som de instrumentos como caixas, sanfonas, pandeiros e tambores⁸. Nos outros dias de festas os cortes seguem uma rigorosa agenda de compromisso: café da manhã, visitas aos reis festeiros, almoço e jantar. Na sexta-feira, os reis festeiros do ano em curso entregam as coroas recebidas ao Capitão-Mor da festa na Igreja Matriz. No sábado, os cortes se organizam para a entrega das coroas aos reis festeiros do ano seguinte. No último dia de festa, em um domingo depois de intensas atividades, acontece o encerramento dos festejos, marcado pela celebração de uma missa, procissão para entrega das imagens à capela de Nossa Senhora Rosário e arriamento dos mastros.

A festa do reinado, portanto, já faz parte do calendário festivo-católico da cidade, inicia-se, anualmente, no mês de julho, quando os mastros em homenagem a cada santo são hasteados em frente à capela de Nossa Senhora do Rosário.

Toda festa acontece de modo “extracotidiano”, mas precisa selecionar elementos característicos da vida cotidiana. A cidade segue seu ritmo, deixando-se contagiar pelo clima festivo embalado pelas cores, danças e sons produzidos pelos cortes de reinado (AMARAL, 1998),

Como afirma Roberto DaMatta, “O rito dá asas ao plano social e inventa, talvez, sua mais profunda realidade” (DAMATTA, 1981. p. 31). Brandão (1989), a partir de estudos realizados sobre as festas no interior do Brasil central, também observa que a festa é

O lugar simbólico onde cerimonialmente separam-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não festejado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado. (BRANDÃO, 1989. p. 8).

8. Dos 23 coletivos de congadas existentes na cidade, a maioria, 19 cortes elaboram suas coreografias a partir do compasso dos pandeiros e caixas; as três guardas de moçambiques têm como elementos rítmicos tambores e gungas – gunga é considerado um instrumento musical sagrado que é conduzido preso ao tornozelo; e o único corte de marujo que utiliza apenas varas enfeitadas com fitas coloridas como elemento coreográfico.

Assim posto, o reinado é uma festa que, certamente, faz parte da vida diária de uma parcela significativa da população da cidade. Embora muitos devotos participem dos festejos com o objetivo de pagar suas promessas⁹, de acordo com Borges (1997, p. 1), a festa também contribui para promover reencontros com antigos conhecidos, promovendo assim a integração de todos. Ainda para Brandão (1989), a festa toma a seu cargo os mesmos sujeitos, objetos e estrutura de relações da vida social e os transfigura. Para Borges (1997), não há como participar do evento sem que se dê alguma coisa de si, a *dádiva*, tal qual pensou Marcel Mauss [(1950); 2003] é uma parte intrínseca da festa. Entre todas as formas de dádivas presentes na festa destacam-se as decorrentes da *promessa*.¹⁰ “A promessa é um fenômeno básico, faz o sistema funcionar, quase todos os participantes da festa estão pagando promessa. É porque as pessoas continuam fazendo promessas que a realização do evento está garantida”, enfatiza Borges (1997). A colocação da autora é pertinente, sobretudo porque se não houver mais pagantes de promessas, denominados de “festeiros”, devotos que patrocinam os almoços para os congadeiros, a festa perde boa parte do significado de sua existência ritual e material. Pereira de Queiroz (1976), na sua obra *O campesinato brasileiro*, relata que:

Por toda parte do Brasil tradicional, a festa se estrutura sempre do mesmo modo. Cada ano é escolhido um festeiro da festa, encarregado de organizá-la e de pagar parte da despesa. Fica a seu cargo, por exemplo, a alimentação de todos que virão comemorar da data (QUEIROZ, 1976, p. 82).

Ainda de acordo com Brandão (1978), em estudos realizados sobre as congadas de Pirenópolis–GO, era comum o festeiro oferecer aos participantes um tabuleiro com doces e salgados conhecidos por “Verônicas e Pães do Divino” (BRANDÃO, 1978, p. 139). Na comunidade negra mineira

9. De acordo com o vice-presidente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Geraldo Aparecido da Silva (Dinho), há uma “lista de espera”, de pessoas interessadas em oferecer os almoços nos dias de reinado, que se estende até 2016. A lista para oferecer “os cafés” também segue a mesma dinâmica. A lista é composta por nomes de devotos que fizeram promessas aos santos (Nossa Senhora, Rosário, São Benedito e Santa Efigênia) e, como forma de agradecer, patrocinam um dos almoços aos participantes dos cortes de reinado.

10. Stiel (1996) define a *promessa* como um compromisso de curto prazo ou de uma dívida que pode ser paga, sustando o contrato. Já o voto tem a conotação de uma relação mais permanente que compromete o fiel por um longo tempo.

dos Arturos, onde Gomes e Pereira (1988) realizam uma densa pesquisa etnográfica sobre o reinado, é tradição oferecer almoços aos participantes dançadores. Algo semelhante acontece durante as festividades do reinado em Santo Antônio do Monte. Ainda que de forma exploratória, presenciei as chegadas e concentração dos cortes de reinados às dependências do salão da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, lugar onde são servidos os almoços e os jantares aos congadeiros¹¹. De fato, os almoços são elaborados por várias mulheres, todas voluntárias, muitas delas estão doando seu trabalho em troca das graças alcançadas.

Na região do Serro-MG, onde a antropóloga Patrícia Trindade Maranhão Costa (2012) realizou sua pesquisa etnográfica, o ritual em torno da comida, tal qual como acontece em Santo Antônio do Monte, também é um elemento central nos festejos de reinado.

“Encaminhados para o almoço, os ternos conduzem o festeiro que lhes fornecerá a refeição. A comida está disposta em uma mesa, sendo normalmente distribuída pelos donos da casa a cada terno após a sua apresentação” (COSTA, 2012, p. 106-107).

Enquanto no Serro os almoços são servidos nas residências dos festeiros, em Santo Antônio do Monte o almoço, mesmo sendo patrocinado pelo festeiro, é servido nas dependências da sede da irmandade¹².

3 MARCOS INICIAIS DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DAS CONGADAS MINEIRAS E MOBILIZAÇÃO DA BASE SOCIAL

Fica evidente, com base nessas reflexões, que as manifestações que fundamentam os ritos festivos em louvor aos “santos pretos”, além de demarcarem

11. É de praxe durante os três dias de reinado o oferecimento de café da manhã aos participantes dos cortes. Para tanto, é necessário que o devoto pagante de promessa tenha dado seu nome aos organizadores da festa, com antecedência, haja vista ser grande a procura de pessoas querendo retribuir as “graças” alcançadas. Em conversa com o vice-presidente da irmandade, o Dinho, ele afirmou que as despesas com almoços para cada festeiro, giram em torno de R\$ 12.000,00. O que evidencia que somente podem adentrar na categoria “festeiro” pessoas de posses.

12. A sede da irmandade possui um amplo salão de eventos com cadeiras, bebedouros, banheiros e uma cozinha equipada com fogões industriais, *freezers*, utensílios – panelas, pratos, talheres etc., usados durante o período do reinado para o preparo dos almoços e durante o ano nos eventos realizados para angariar recursos. O cardápio servido aos congadeiros no decorrer do período de reinado é composto por tutu de feijão, macarrão, salada, frango cozido e almôndegas fritas. Todo festeiro que for patrocinar um almoço já sabe que o cardápio é fixo, não pode ser modificado.

um momento especial que rompe com a vida cotidiana, propiciam que os sujeitos devotos possam revisitar as memórias afetivas de tempos antigos e ressignificá-las. Essas memórias são reforçadas de tempos em tempos durante as festividades, e contribuem para o fortalecimento da identidade negra dos grupos. As cantigas, danças, adereços, instrumentos e tantos outros elementos ritualísticos que compõem o folguedo são cruciais para que os congadeiros acessem as memórias do cativo vivido pelos seus ancestrais e passem a ressignificá-las com uma postura de resistência e de lutas. Isso os torna sujeitos autônomos e politicamente conscientes de suas condições de exclusão.

O fato de os congadeiros estarem imbuídos desses sentimentos de resistência e luta foi crucial e serviu de ponto de partida para o início das primeiras ações de mobilização com vistas a salvaguardar as festividades que acontecem no estado de Minas Gerais, em torno da devoção dos negros a Virgem do Rosário. Esforços coletivos de detentores, base social, poderes públicos locais e entidades representativas (associações e irmandades)¹³ fizeram chegar ao Iphan um documento solicitando o pedido de registro das congadas mineiras. A partir daí o órgão deu início às pesquisas de mapeamento e identificação através do uso de metodologia própria, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que tem como objetivo juntar evidências possíveis para embasar a referida política de proteção.

É interessante, nesse caso, destacar o caráter coletivo das ações de solicitação de pedido de registro. “As propostas de registro devem ser necessariamente coletivas, envolvendo, sempre que possível, a representação dos detentores dos bens em questão” (IPHAN, 2010. p. 23). Isso significa que o caráter coletivo do pedido, junto do caráter descentralizador da instrução do processo e o caráter transitório da inscrição formam as características

13. Em 2008 foi encaminhado ao presidente do Iphan um ofício do prefeito municipal de Uberlândia solicitando o reconhecimento das Congadas de Minas como patrimônio cultural do Brasil. A solicitação foi acompanhada de cartas de apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas, e da Associação dos Congos e Moçambiques Nossa Senhora do Rosário de Ibiá, que reiteram a importância dessa expressão religiosa e cultural no estado. Após uma série de deliberações junto à prefeitura de Uberlândia e internos ao Iphan, em 2011 foi enviada cópia do processo de registro das Congadas de Minas para a Superintendência do Iphan em Minas Gerais, que desde então ficou responsável pelas pesquisas e encaminhamentos necessários à instrução do referido processo. Em julho de 2012 o Iphan-MG iniciou os trabalhos de inventariamento das Congadas de Minas, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

que diferem o Registro do Tombamento. De modo que “a melhor política cultural será sempre aquela que melhor assumir e potenciar todo esse imenso cabedal de recursos humanos” (VANNUCCHI, 1999. p. 90).

Para Vannucchi (1999), entende-se por política cultural todo o conjunto das grandes linhas pelas quais o estado regula sua ação no campo da cultura. No que se refere ao processo de patrimonialização das manifestações culturais, esse reconhecimento possui bases legais no Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2001, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Ação essa que segundo Laurent Lévi-Strauss sinaliza que “o Brasil tomou iniciativa notável” (2001. p. 23). Sobretudo porque, durante muito tempo, o estudo e a salvaguarda das formas de patrimônio cultural imaterial,

Em particular aquelas ligadas à vida cotidiana e às culturas populares, serem vistas como primos pobres das políticas de conservação do patrimônio, se comparadas com os meios e esforços consagrados às obras de artes e aos monumentos (LÉVI-STRAUSS, 2001. p. 23).

Não resta a menor dúvida sobre a importância de tal instrumento jurídico nas ações de implementação e fortalecimento das manifestações populares existentes no Brasil, em particular aquelas cujos detentores têm um significativo legado na formação da identidade de brasilidade, como os povos originários, a saber, indígenas e afro-brasileiros, culturas e formas de vidas que, por muitos anos, foram deixadas de escanteio pelo Estado.

Para compreender a complexa história da política cultural brasileira, incluindo os processos de estagnação, descasos políticos, falta de investimentos e tantos outros, Rubim (2010) dá algumas pistas. Para ele, a área de cultura enquanto uma política de estado brasileiro é marcada por ‘tristes tradições’: “ausência, autoritarismo e descontinuidade” (RUBIM, 2015. p. 11). Não interessa, no momento, realizar um apanhado de ações políticas com base nas três tradições. De acordo com Rubim (2015), o governo Dilma, no que se refere às ações de políticas culturais, tem sido marcado por “descontinuidades”. Os dois anos de experiência atuando como consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco), realizando atividades específicas no Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan), permitiram-me acompanhar a saga que é a descontinuidade de ações já em andamento, sobretudo por restrições de recursos financeiros.

Na maioria das vezes, os técnicos vão à localidade, iniciam um processo de mobilização e diálogo junto aos grupos, além de comprometerem-se moralmente com a continuidade das ações. Inesperadamente, chega a informação via chefia imediata de que os recursos destinados ao projeto em andamento foram suspensos porque o Ministério da Cultura foi atingido por cortes de gastos. Outros casos de descontinuidade de ações dependiam de aprovações no orçamento do ano seguinte para prosseguir. Enfim, os projetos são paralisados e todo trabalho realizado com os detentores é interrompido, ocasionando entre os integrantes do grupo um sentimento de frustração e descrédito. Foi o que aconteceu com as ações do projeto de Pedido de Registro das Congadas de Minas, sobretudo no que tange aos diálogos já em estágio bastante adiantado entre os congadeiros, lideranças políticas municipais e o Iphan. Não é propósito deste artigo fazer um apanhado dos diversos momentos históricos da política cultural brasileira, mas pontuar algumas ações, sobretudo no âmbito da preservação do patrimônio imaterial, a partir do referido decreto. Nesse sentido, parte para a análise de algumas ações que marcam um contexto anterior e outro posterior às políticas culturais no governo Lula (RUBIM, 2010).

Anterior ao referido decreto, e de importância ímpar, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. O artigo define, também, que o poder público – com a colaboração da comunidade – promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. Embora o instrumento jurídico que salvaguarda os bens culturais de natureza imaterial tenha sido sancionado, ainda nas gestões do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, com saldo dos bens registrados¹⁴, o período de 2003 a 2011, que corresponde

14. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, inscrito no Livro de Registro dos Saberes (20 dez. 2012), e a Arte Kusiwa – Pinturas Corporais e Arte Gráfica Wajãpi, inscrita no Livro de Registro Formas de Expressão do Iphan, na mesma data.

às duas gestões do presidente Lula, que teve como ministro da cultura da primeira gestão Gilberto Gil, e no segundo mandato o ministro Juca Ferreira, foi definitivamente decisivo para a consolidação e implementação da política de salvaguarda dos bens imateriais. Foi possível perceber que o período contabilizou o registro de 21 bens, distribuídos em todas as regiões do país e inscritos nos quatro livros¹⁵.

Diante do quadro de avanços das ações de preservação da política, é crucial fazer um apanhado das transformações, sobretudo no que se refere às lutas e demandas impostas aos movimentos sociais. Como bem frisa Soto et al. (2010), nos governos democráticos representativos os direitos políticos dos cidadãos incluem a possibilidade de participar das decisões governamentais (SOTO et al., 2010. p. 26).

Os autores referem-se ao mecanismo democrático denominado participação social, ou como se costuma falar no dia a dia das ações de salvaguarda de patrimônio imaterial do Iphan: mobilização da base social, de modo que o diálogo com a sociedade permita enfrentar os autoritarismos, enfatiza Rubim (2015). Para melhor elucidar a ideia de participação social nos processos de decisão política do governo Lula, é preciso ir ao cerne da questão:

As lutas sociais e o processo de organização popular fizeram com que em 1989 a nordestina Luiza Erundina fosse eleita prefeita do município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a pasta da Secretaria de Cultura. Marilena Chauí instituiu o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultura como um direito do cidadão (BEZERRA; WEYNE, 2013. p. 06).

Estavam, portanto, plantadas as bases que viriam a ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista a partir de 2003, acrescenta a autora. Em seu discurso de posse no Ministério da Cultura, Gilberto Gil (2007) deixou evidente o “início de uma nova fase na política cultural do país”, no sentido antropológico, com a preocupação de “revelar os brasis”, suas múltiplas manifestações culturais, e na retomada do papel ativo do Estado na formulação de políticas culturais, procurando, sobretudo,

15. Informações disponíveis no site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>.

estabelecer diálogos e compartilhar com a sociedade brasileira a revisão, formulação e execução das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, a cultura, pela primeira vez na história do país, passou a ser vista como importante ferramenta de inclusão, cidadania e desenvolvimento. A democratização e acesso aos bens culturais decorrentes da implementação dessas mudanças podem ser percebidas em diversas áreas no campo institucional das políticas culturais. No âmbito das políticas de preservação da cultura imaterial é possível perceber inúmeras ações, sobretudo no que tange ao reconhecimento de práticas culturais produzidas por populações até então desmerecidas pelo Estado, como grupos indígenas e afrodescendentes, cuja importância é fundamental para formação da identidade brasileira¹⁶.

O primeiro contato estabelecido entre os congadeiros de Santo Antônio do Monte e o Iphan ocorreu em agosto de 2014, por ocasião de uma reunião realizada entre os representantes da empresa terceirizada responsável pela coleta de dados para compor a primeira fase do INRC. Na ocasião, fui convidado a estar presente pelo presidente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A pesquisadora apresentou o projeto, expôs os objetivos, falou sobre a atuação do Iphan, em seguida, abriu a sessão para perguntas e questionamentos dos congadeiros. As perguntas giraram em torno das interferências do órgão sobre o reinado, desde a imposição de mudanças a recursos financeiros. Após o término da reunião, orientei o presidente da irmandade a encaminhar um ofício à superintendência do órgão no estado de Minas Gerais, solicitando a visita de um técnico para prestar mais esclarecimentos sobre o projeto.

Um ofício em resposta chegou à irmandade confirmando a reunião para novembro de 2014. Próximo à data acertada, o compromisso foi desmarcado sob a alegação de problemas técnicos burocráticos. No mês de março, o ofício foi refeito e entregue à superintendência do Iphan, pois o objetivo era que a referida reunião ocorresse antes das festividades do reinado, que acontecem entre os meses de julho e agosto. Em resposta à solicitação, o órgão agendou uma visita para os dias 10 e 11 de junho. De fato, o primeiro

16. Para que tais ações atingissem de forma democrática os mais diversos grupos localizados no interior do país, foram necessárias medidas de reestruturação dos órgãos de cultura. Foi quando, pela primeira vez na história do Iphan, houve concurso para a contratação de técnicos especializados em diversas áreas do conhecimento.

diálogo entre o técnico e os detentores aconteceu na sede da irmandade. Na ocasião, o servidor destacou tópicos importantes, como o papel do Iphan durante e após um processo de pedido de registro, deixando explícito que em nenhum momento o órgão interferiria nas dinâmicas das congadas nem na organização do reinado; nem o fato de um bem cultural ser reconhecido como patrimônio cultural em nível nacional implicaria no recebimento de recursos financeiros oriundos do governo. A posição do órgão é promover políticas públicas de culturas visando a manutenção do bem.

No dia seguinte, o técnico reuniu-se com o prefeito, a secretária de Educação e Cultura e o presidente da irmandade. Apresentou-se o projeto e a justificativa pela qual as congadas da cidade tinham sido escolhidas para uma pesquisa mais detalhada. Entre os 332 municípios que mantinham vivas as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio do Monte estava incluso, e o passo seguinte das pesquisas seria a realização de encontros regionais de congadeiros em cidades polo, com a presença de pelo menos dois integrantes de cada congada. Imediatamente, o prefeito sugeriu que o evento fosse sediado na cidade, oferecendo o prédio do Centro de Turismo e Cultura (Cetuc) para a realização do evento, além de outras parcerias. Justificou ainda, como forma de enfatizar a grandiosidade do reinado perante a região, que várias congadas de cidades vizinhas vêm para a cidade na época dos festejos. O técnico ouviu as propostas, ficou de analisar junto ao superintendente e, posteriormente, daria uma resposta. No dia 13 de agosto de 2015, portanto, durante os festejos do reinado, o técnico do Iphan retornou à cidade para comunicar ao prefeito que o município seria uma das cidades a sediar um dos encontros regionais de congadeiros¹⁷. Enfim, de acordo com o técnico, o calendário dos encontros estava previsto para acontecer entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016. O que se sabe é que, enquanto o orçamento da União referente ao ano vigente de 2016 não fosse aprovado, não haveria expectativas quanto à continuidade das ações do projeto. O cenário que pareceria estar fluindo, do ponto de vista da construção de diálogos e mobilização da base social, sofreu uma interrupção. O que reforça de forma direta e contundente a realidade de descontinuidade que se instalou na gestão do governo Dilma.

17. Os encontros regionais com os congadeiros seriam realizados em sete municípios mineiros: Divinópolis, Machado, Montes Claros, Santo Antônio do Monte, São João Del Rei, Sete Lagoas e Uberlândia, conforme documento oficial expedido do Iphan/MG.

5 APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS INSTITUCIONAIS E DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA

Desde 2014, inicialmente como integrante da comunidade e depois como agente de interlocução, acompanho de perto a construção do processo de diálogo entre os congadeiros e o Iphan no que diz respeito à elaboração de uma agenda conjunta para implementação da política de patrimonialização das congadas mineiras, cujo objetivo seria o reconhecimento da prática como patrimônio cultural dos brasileiros. No período de 2014 a 2015, os técnicos do Instituto estiveram duas vezes em contato direto com os congadeiros de Santo Antônio do Monte. Foi o suficiente para que se percebesse a apropriação de alguns conceitos institucionais, não somente por parte dos detentores, mas também pela comunidade. Assim, termos que eram difusos e até desconhecidos como “tombamento” e “registro” passaram não somente a ser discutidos, mas diferenciados. Antes, toda forma de proteção de bens culturais por parte do poder público se resumia ao tombamento. Durante algumas participações em reuniões da irmandade, notou-se o engajamento dos representantes dos ternos em colaborar com o processo acima descrito, que tomava corpo a partir do discurso de empoderamento e de interesse de querer se informar mais sobre o funcionamento da política.

Outro episódio que pode ser entendido como resultado desse processo de aproximação foram os dizeres impressos nas camisetas confeccionadas e vendidas para angariar recursos e também divulgar a festa de reinado de 2015: “Valorize o maior patrimônio cultural e religioso de nossa cidade, ele faz parte da sua história e é seu!” Fica evidente, através da palavra “patrimônio”, que a congada, historicamente desprestigiada e relegada à marginalidade, possui valor e carece não somente de ser valorizada pelos detentores e comunidade, mas também de condições de preservação criadas pelo poder público para que as futuras gerações possam ter acesso a essa manifestação.

Em meio ao avanço das negociações o Ministério da Cultura foi extinto, e com ele todas as expectativas de ver as congadas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial. O grupo, reerguido após diversas ausências e incertezas por parte dos órgãos institucionais de cultura (municipal e estadual), e que havia acreditado ser possível mudar os rumos da sua história, foi mais uma vez obrigado a desmotivar-se e acreditar que o poder público não tem interesse em apoiá-lo. Em termos políticos, voltou-se

à estaca zero, momento que remete à primeira reunião dos representantes do Iphan, quando a postura dos congadeiros era de total descrédito com as políticas públicas de cultura.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO: O CASO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

O primeiro contato que estabeleci com os congadeiros de Santo Antônio do Monte partiu de um convite do presidente da irmandade para participar de uma reunião com as presenças dos pesquisadores contratados pelo Iphan e os detentores, cuja pauta era a realização de uma pesquisa sobre as congadas mineiras. Antes do evento, alguns participantes perguntaram sobre o que seria a reunião e, de modo geral, destaquei que o Instituto é um órgão público encarregado de criar ações destinadas à preservação e continuidade das práticas culturais de relevante valor afetivo para os grupos locais e, conseqüentemente, para o Brasil. Após isso, ouvi uma frase meio sussurrada saindo da plateia: “mas nós não aceitamos que o nosso reinado fique como o de Araújo!” Inicialmente a frase soou como uma resistência à presença do Iphan, por se tratar de um órgão público, e tornou-se uma questão a ser investigada.

Ao término da reunião, abriu-se espaço para os congadeiros se pronunciarem e sanarem dúvidas. O presidente da irmandade foi o primeiro a pedir a palavra, e sua observação foi em tom de desabafo, alegando que durante muitos anos os órgãos públicos gestores de cultura os procuraram para realizar estudos e pesquisas e colher dados sobre o reinado, fazendo uma série de promessas, e ao final dos trabalhos, nunca voltaram para mostrar os resultados. É igualmente interessante que, em sua fala sobre poder público não há distinção nítida entre a esfera municipal, estadual ou federal. O poder público trata a cultura com descaso. Tais estudos foram realizados pelo órgão de cultura do estado de Minas Gerais. A grande preocupação dos congadeiros era de que forma o Iphan interferiria na organização da festa de reinado. Foi por conseguir associar o desabafo do presidente, antes da reunião ter início, que resolvi problematizar esse tópico.

Depois, em conversas e informações com alguns congadeiros e comunidade em geral, foi possível entender que havia uma diferença entre

as festividades de reinado da cidade e aquelas que acontecem na cidade vizinha de Araújos. Ouvi queixas no seguinte sentido: “o reinado virou uma micareta, com trio elétrico, muita bagunça”. “Nós não queremos que aqui fique igual ao que findou o reinado de Araújos”. Mas o que havia contribuído para tal transformação, a ponto de causar tanta resistência por parte dos moradores e congadeiros? O fato é que, em Araújos, a organização do reinado está sob a responsabilidade do poder público municipal, que o transformou em uma espécie de “espetáculo alegórico, contrastando com o sentido de missão” (COSTA, 2012. p. 63). Ao contrário do reinado de Santo Antônio do Monte, cuja organização, estrutura e promoção da festa ficam a cargo dos congadeiros e da comunidade. A prefeitura apoia, sem necessariamente ter o compromisso de realizá-la, situação adequada para refletir sobre o que é ser congadeiro. Nesse sentido,

O congadeiro é aquele que, além de dançar, trabalha para a produção da festa durante todo ano, vive e percebe a congada como uma tradição pela qual é responsável e tem uma relação de fé com a Santa do Rosário (COSTA, 2010. p. 131).

Por trás das palavras proferidas pelos congadeiros com ares de desaprovação, estão sentimentos bastante difundidos entre os devotos dos santos padroeiros: fé e sacrifício. Para eles, o trabalho dedicado para homenageá-los é recompensado pelas graças alcançadas. A essência de existência da festa reside no fato de cada indivíduo se doar e oferecer o que pode. Na maior parte das vezes, as ofertas se dão em forma de serviços voluntários, sobretudo, nos almoços, jantares e outras ações promovidas na comunidade com o intuito de angariar fundos, e durante o reinado, na preparação das refeições. Para Costa (2012) realizar as festas e participar dos grupos superando o cansaço e as dificuldades financeiras é uma forma singular de expressão de louvor, e mais, é a profunda devoção que enaltece a organização das festas e a participação nos ternos, não as roupas ou enfeites.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já evidenciei no início do artigo, a minha inserção no campo empírico das congadas é bastante preliminar e incipiente; foi sendo construída a partir do que ouvia dos amigos sobre a manifestação e, sobretudo, da minha

participação como expectador das festas de reinado em Santo Antônio do Monte. Portanto, não tenho aqui o propósito de realizar conclusões definitivas, mas trazer o tema para o debate e suscitar provocações que sejam úteis na construção de problemáticas para futuras pesquisas.

Durante as leituras que realizei sobre a contextualização das congadas no Brasil e, posteriormente, nas Minas Gerais, foi possível compreender que se trata de uma prática cultural que, embora tenha sido trazida na bagagem cultural dos negros africanos, ganhou aqui especificidades jamais vivenciadas em outros lugares. Isso demonstra estarmos diante de uma tradição afro-brasileira. No tocante à festa de reinado de Santo Antônio do Monte, as promessas e as devoções aos “santos pretos” têm sido a chama que faz perpetuar, ano após ano, as comemorações e louvores. Os pedidos de graças aos santos resultam no pagamento de promessas, conseqüentemente, no patrocínio da festa pelos denominados festeiros.

Escrever sobre as nuances do reinado e suas representações, mais especificamente pensando no recorte das políticas públicas de preservação da cultura imaterial, tem se mostrado para mim um exercício cognitivo que exige muita sutileza e cuidado. A cada reflexão produzida sobre o tema surgem novas ideias e impulso para continuar a desvendar suas toadas.

O tema da mobilização social entre o poder público e os congadeiros, imprescindível no campo do processo de patrimonialização, tem sido uma das vertentes transversais aos festejos em homenagem a Virgem do Rosário que mais tem instigado, e se apresenta com mais evidência. A ideia de envolver os principais atores no processo através de diálogos, se conduzido com o devido cuidado e atenção, gera produção de conhecimento e fortalece o senso de pertencimento, essenciais para a manutenção das congadas.

Por outro lado, após acompanhar a evolução das negociações, e da mesma forma perceber sua descontinuidade, causa-me sensação de impotência e frustração. Não somente a mim enquanto pesquisador, mas aos detentores que, de certa forma, foram induzidos a criar expectativas. Portanto, as reflexões expostas neste texto apostam na obtenção de elementos que possam dar respaldo à construção de debates que apontem ou não caminhos para pensar a relação entre as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e o que pensam os detentores das congadas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. Tese (Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Edusp, 1971. v. 1.
- BEZERRA, Jocasta Holanda; WEYNE, Raquel Gadelha. Políticas culturais no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. In: *IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- BORGES, Eloisa. *Os devotos do Rosário: devoção e promessa na Festa do Rosário de Santo Antônio do Monte*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.
- _____. *Festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Ícone, 1987.
- _____. *A cultura na rua*. Campinas: Papyrus, 1989.
- BRASIL. *Decreto n. 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- CARNEIRO, Edson. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Global, (1954), 2010.
- COSTA, Carmem Lúcia. *Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão-GO*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Curitiba: Appris, 2012.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GIL, Gilberto. *Discursos do ministro Gilberto Gil na solenidade de posse do Conselho Nacional de Política Cultural*. Brasília, 19 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. Juiz de Fora: MinC/EDUFJF, 1988.
- IRMANDADE DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. *Informativo da Tradicional Festa de Reinado*, Santo Antônio do Monte, n. 5, set. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

_____. *Bens culturais imateriais registrados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato brasileiro*: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RABAÇAL, João Alfredo. *As congadas no Brasil*. São Paulo: Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia, Cons. Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Folclore, n. 5).

RAMOS, Arthur. *O folclore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: _____. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24.

_____. Políticas Culturais no primeiro governo Dilma: patamar de rebaixamento. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). *Políticas culturais no primeiro governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-32.

SILVA, Bruno Goulart Machado. *Nego veio é um sofrer*: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário. 161 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo do Brasil. In: VAGNER, Gonçalves da Silva (Org.). *Imagário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro, 2007. p. 43-87.

SOTO, Cecília. et al. Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-47.

STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias*: um estudo antropológico sobre o Santuário do Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

VANNUCCHI, Aldo. *Cultura brasileira*: o que é, como se faz. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1999.

VILARINO, Marcelo de Andrade. D'África ao Brasil: elementos hi[e]stóricos conformadores e estruturantes do congado belo-horizontino. In: PEREZ, Léa Freitas. et al. (Orgs.). *Variações sobre o Reinado*: um rosário de experiências em louvor a Maria. Porto Alegre: Medianiz, 2014. p. 83-100.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão*: o movimento folclórico brasileiro -1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Artigo recebido em: 28/08/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016

PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

JOÃO LORANDI DEMARCHI UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Graduando (bacharelado e licenciatura) em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisa de Iniciação Científica com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial. Santos, SP, Brasil. E-mail: joao.l.demarchi@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p267-291>

PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

JOÃO LORANDI DEMARCHI

RESUMO

Este artigo, em um primeiro momento, traz uma revisão bibliográfica sobre a educação patrimonial brasileira. Com a contribuição dos autores analisados, fica evidente a necessidade de se constituir uma sistemática reflexão sobre o tema e propor novas possibilidades de atuação. Analisando o crescente e grande número de atividades educativas que têm o patrimônio como mediador, estas pesquisas apontam para o problema da falta de subsídio teórico para as ações que acabam por confundir educação patrimonial com divulgação ou promoção do patrimônio, ou, ainda, fetichizam o bem cultural transformando-o em uma mercadoria. A educação patrimonial pela qual se argumenta neste artigo, além de ser uma temática de constante reflexão, deve considerar as pessoas da comunidade com que se trabalha como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significações. Assim, e só assim, será possível uma educação patrimonial dialógica, que conte com a participação de todos desde a definição de recursos até a concretização de ideias, desde a identificação do patrimônio até como agir para preservá-lo. Será uma educação patrimonial problematizadora e politizadora, que partirá de questões difíceis para propiciar a vinda de sujeitos únicos. Esta educação patrimonial, portanto, está estritamente ligada à nossa concepção de ser humano e do mundo que queremos.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Políticas Públicas.

PROSPECTS FOR PERFORMANCE IN EDUCATION HERITAGE

JOÃO LORANDI DEMARCHI

ABSTRACT

This article first brings a literature review on Brazilian Heritage Education. These authors highlight how it is necessary to systematically reflect on the subject and propose new possibilities for action. Analyzing the large, and growing, number of educational activities that include heritage as a mediator, these studies point to the lack of theoretical subsidy for these actions, which end up confusing Heritage Education with the dissemination or promotion of heritage, or even fetishize cultural properties, turning them into commodities. The Heritage Education for which we argue in this article, not only should be the subject of constant reflection to be renewed, should also consider people in the community in which it works as historical subjects, legitimizing their worldviews, their symbols and meanings. That is the only way a dialogic Heritage Education that includes everyone from defining resources to achieving ideas, from the recognition as heritage to actions to preserve it, will be possible. A questioning and political-minded Heritage Education based on difficult questions to make unique subjects possible and, therefore, closely linked to our conception of human beings and the world we want.

KEYWORDS

Heritage Education. Cultural Heritage. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação patrimonial é um campo de reflexão relativamente novo. Apesar de haver práticas educativas com foco no patrimônio cultural desde o século XIX, foi só nas últimas décadas que o tema entrou na pauta das reflexões teóricas e acadêmicas. Passados alguns anos, a produção de conhecimento a respeito destas atividades educativas ainda é incipiente ou datada: há reproduções de ideias produzidas há anos, sem reflexão crítica. Um exemplo desta frágil conjuntura brasileira é observável nas abordagens das pesquisas realizadas no programa de mestrado profissional do próprio órgão de preservação do patrimônio nacional, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): das aproximadamente 90 dissertações defendidas entre 2012 e 2015, apenas 5% abordam o tema educação patrimonial. É sob esse panorama que este artigo esforça-se para contribuir com avanços na reflexão sobre a prática educativa mediada pelo patrimônio. É necessário instaurar uma agenda de reflexão e discussão crítica acerca da produção teórica e da atuação da educação patrimonial para que se proponha novas possibilidades de atuação.

Considerando isso, é preciso situar as perspectivas que aqui serão apontadas num contexto mais amplo. Ainda à título de introdução, será feito o esforço de contextualizar a educação patrimonial brasileira, focando na sua trajetória das últimas duas décadas. Partindo da problematização do *Guia*

básico de educação patrimonial (HORTA et al., 1999) como um documento, de fato, norteador das práticas educativas, cotejaremos algumas pesquisas acadêmicas que analisam o panorama da educação patrimonial e procuram mostrar a confusão que é feita entre educação patrimonial e divulgação ou capacitação. Trazidos à discussão elementos importantes para se compreender as práticas educativas e a produção teórica sobre educação patrimonial, será possível refletir sobre outras perspectivas de atuação em educação patrimonial.

Por ora, estamos convencidos da importância que a educação patrimonial tem para a efetiva preservação do patrimônio. Mas, sobretudo – como ficará claro ao fim da leitura –, estamos convencidos da importância que a educação patrimonial tem para uma nova relação do homem com ele próprio, com o seu meio e com seus (des)semelhantes. Por isso, em suma, será defendida uma educação patrimonial que trabalhe conjuntamente com a comunidade local, que considere “outros sujeitos e outras pedagogias” (ARROYO, 2012), supere a “educação bancária” (FREIRE, 2014), “ensine a compreensão” e o “conhecimento pertinente” (MORIN, 2011), propicie à pessoa “tornar-se presença” (BIESTA, 2013) e que, por conseguinte, seja “pós-abissal” (SANTOS, 2007) – conceitos que serão explorados ao longo do artigo e são importantes para a construção argumentativa da educação patrimonial defendida.

2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A temática educação patrimonial é um campo relativamente novo de discussão no Brasil, apesar de já no século XIX existirem práticas educativas nos museus, que, no entanto, não recorriam a esta denominação, como nos apresenta Mário Chagas (2006). Foi “a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education*”, como consta no *Guia básico de educação patrimonial* (HORTA et al., 1999), que a expressão passou a compor nosso vocabulário. Intentou-se ainda, segundo Mario Chagas, fundar um “marco zero” brasileiro da educação patrimonial. Para além disso, esse guia, publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), definiu quais seriam os limites da educação patrimonial e a metodologia a ser utilizada. No entanto, apesar de considerarmos as reais contribuições do guia para a

consolidação e sistematização do tema no Brasil, devemos saber, como propõe Simone Scifoni (2012), que todo conhecimento é historicamente datado e que as práticas de educação patrimonial há tempos necessitam de avanços teóricos.

A despeito do relativo vago teórico – reflexo das poucas pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre o tema e, portanto, de novas reflexões – o número de práticas educativas que se autointitulam educação patrimonial pululam por todo o Brasil. São diversas organizações civis formais e informais, instituições públicas e privadas que fomentam ações educativas em torno dos patrimônios culturais, na maioria das vezes não possuindo um fundamento teórico atual e denso. Dessa forma, intenta-se aqui contribuir com a reflexão sobre as práticas educativas que focam nos patrimônios, acautelados pelo Estado ou não, para se pensar outras possibilidades de atuação, atentando para a importância da tomada de posição ideológica com que se atua, pois ignorar sua posição é tão perigoso quanto se sujeitar a qualquer uma.

É necessário avançar na reflexão para superar ideias obsoletas. Deve-se considerar, por isso, que tanto a noção de patrimônio cultural quanto a de educação patrimonial são dinâmicas e mudam ao longo do tempo. Consideremos, por exemplo, o patrimônio aceito em 1937 que deveria ter vínculo “a fatos memoráveis da história do Brasil” e ser de “excepcional valor” (BRASIL, 1937, art. 180) em relação ao de 1988, que segundo a Constituição “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216). Houve um salto da concepção do patrimônio como nacional, singular e excepcional, para o patrimônio que deve contemplar todos os grupos formadores da nação brasileira.

Por sua vez, a própria noção de educação patrimonial possui sua história, conforme se verifica na relação do Iphan com sua política educativa. Pode-se observar na pesquisa realizada por Cléo Oliveira (2011) e também por Sônia Florêncio (FLORENCIO et al., 2014) a respeito da trajetória deste campo no órgão. Em 1936, Mário de Andrade escreveu o anteprojeto para a criação do Sphan (atual Iphan) demonstrando interesse na promoção de ações educativas em museus; em 1981, a partir das ideias de

Aloísio Magalhães, cria-se o Projeto Interação, que propõe maior relação no trabalho educacional com a dinâmica do cotidiano cultural; em 1999 publica-se o guia, que pretende instaurar uma metodologia de trabalho baseada na “alfabetização cultural”; em 2004, cria-se a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (Geduc). E dentre estes marcos importantes que revelam a trajetória da educação patrimonial no Iphan, tem-se a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), em 2000, e das Casas de Patrimônio, em 2007. Estes dois últimos são novos instrumentos de educação com foco no patrimônio que ainda estão em um processo de consolidação.

A despeito dos avanços e da abrangência que se nota no discurso do órgão, sobretudo com a criação Ceduc e da Geduc, é evidente o não protagonismo adequado à educação patrimonial. Segundo Cléo Oliveira (2011), a educação ainda é vista como acessória para o Iphan. Isso revela uma dissonância entre as práticas sociais e a proposta pública, como escreve Ana Carmen Casco (2014), levando a sociedade a desenvolver ações educativas voltadas ao patrimônio entendendo ser esse seu papel e ocupando um vazio deixado pelo Estado.

Ainda segundo a pesquisa de Oliveira (op. cit.), o *Guia básico de educação patrimonial*, a despeito da existência de críticas a ele, é o material mais utilizado nas práticas educativas por todo o Brasil como referencial. Alguns dos fatores que podem justificar esse uso são: o fácil acesso a ele pela *internet*; a chancela estatal, que lhe confere credibilidade; sua narrativa didática, com sugestões de tabelas a serem preenchidas e de exemplos concretos a serem seguidos; e a falta de outros materiais que proponham diretrizes às práticas. No entanto, como alerta Simone Scifoni (2014), é preciso considerar este documento como fruto de sua época, tal qual todo tipo de conhecimento e que, portanto, deve ser superado. Além da crítica já mencionada tecida por Mário Chagas, de que o guia forja um “marco zero”, Cléo Oliveira (2011) critica a cartilha por ela enquadrar a educação patrimonial como uma “metodologia específica” (HORTA et al., 1999), ao que propõe que deve ser mais do que isso, seja “uma ação que dispõe de *várias metodologias* para atingir seus propósitos” (op. cit., p. 11, grifo nosso).

Percebendo a dimensão do desafio enfrentado pelos educadores que usam como intermédio o patrimônio cultural, Bezerra e Silveira (2007)

apontam para a necessidade de se discutir o tema, estabelecendo análise crítica sobre os princípios educativos dessas atividades. É preciso, portanto, novas pesquisas que produzam novos conhecimentos e alimentem, assim, as atuações educativas com ideias progressistas.

Outro diagnóstico que se deve considerar é o que foi feito por Oliveira (2011). Segundo a pesquisadora, há na prática uma recorrente confusão entre ações educativas, ações de divulgação e ações de capacitação. Considerando isso, é preciso reconhecer a distinção entre cada um dos campos. Por exemplo, a educação patrimonial pode conter momentos de divulgação, mas não pode ser resumida à difusão e divulgação de informações sobre um bem cultural. Isso implica na necessidade da educação patrimonial deixar de ser acionada apenas ao final do reconhecimento dos bens culturais, visando sua preservação a partir da “conscientização” da sociedade, como tem sido feito e foi alertado por Scifoni (2014). Dessa forma, é preciso considerar a importância da ação educativa em todo o processo, desde a identificação do patrimônio cultural até a escolha dos meios utilizados para preservá-lo, incluindo a própria gestão dos recursos. Assim, será um processo participativo – não uma mera ação esporádica. Isso pode causar verdadeiras transformações, afinal, como escreve Vera Bosi (1987, p. 140): “A prática participativa pode certamente alterar os números e sugerir outros quadros de forma a orientar as metas e as prioridades que normalmente são decididas de forma aleatória e centralizada”.

A problemática da confusão entre ação educativa com foco no patrimônio e difusão do patrimônio e da conscientização para preservação são duas questões que serão abordadas mais detalhadamente, pois incidem diretamente sobre o entendimento de educação patrimonial em si.

Muitas instituições, ao divulgar e promover determinado patrimônio cultural, acreditam estar fazendo alguma ação educativa. Cartilhas informativas ou jogos lúdicos em torno do bem cultural são tomados, nesses casos, como educativos. No entanto, cartilhas e jogos não problematizam as questões do patrimônio, por vezes só promovem o turismo e uma relação superficial com os bens culturais, como simples mercadorias a serem consumidas. Como consequência, o bem material ou imaterial é fetichizado, tornando-se imanente de significado por si próprio, o que é um equívoco. Nas palavras de Ulpiano Meneses (1998, p. 91) “nenhum atributo de sentido é imanente. O

fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – nas quais eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e neutralidade”. Hannah Arendt (2013, p. 264) alerta, ainda, para o perigo dessa sociedade de consumo “que condena tudo à ruína”. Mais detida no caso patrimonial, Choay (2006, p. 211) detecta dois tipos de apropriação do bem patrimonial, “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.

Nos casos de mercantilização do patrimônio, prática recorrente, o interesse passa a ser angariar cada vez mais consumidores, não de camisetas ou relógios e bolsas, mas agora de *souvenirs* e ingressos. Nessa lógica, grandes empresas se interessam por financiar projetos em que tutelam o patrimônio para, assim, terem seus nomes vinculados a uma preocupação pública de preservação do bem cultural. Como constata Luiz Antônio Custódio (apud GASTAL, 2003, p. 82) “a iniciativa privada brasileira descobriu a cultura como uma boa fonte de negócios, independente das questões de sustentabilidade, memória ou identidade nela implícitas”. O problema se agrava, como aponta Suzana Gastal, com a política de renúncia fiscal instaurada pelo próprio Estado, por exemplo, com a Lei Rouanet, pela qual “o governo transfere não apenas recursos financeiros, mas a própria gestão, a prioridade e os objetivos dos assuntos e das políticas culturais para os grandes grupos financeiros, por que serão eles, em última instância, que escolherão quais produtos culturais ‘merecem’ apoio financeiro” (GASTAL, 2003, p. 83). A cultura é, por fim, gerida por diretores de *marketing* e, nesses casos, o patrimônio perde seu principal caráter: o de mediador. Ele passa a fazer parte de uma encenação. A educação patrimonial, aqui, assume a enganosa função estritamente informativa e publicitária.

A outra problemática trata da noção de “conscientização” que costumadamente confundem como sendo função da educação. Alguns projetos educativos são concebidos com a ideia redentora de levar o conhecimento sobre o patrimônio para a comunidade que detém o artefato em questão. Segundo Silveira e Bezerra (2007), esta é uma relação paternalista que não leva em conta os interesses dos envolvidos, os quais escapam à visão técnica. Não percebe, portanto, o outro como sujeito das relações. Ainda segundo os autores, é preciso reconhecer o uso do passado como um caminho para

o fortalecimento daquela comunidade. E finalizam: conscientizar o outro é uma violência simbólica que deve ser substituída pela sensibilização e pela participação crítica acerca do patrimônio que tais sociedades detêm, levando em consideração a participação dos grupos sociais envolvidos. Para Ivandro da Costa Sales, “o técnico detém o saber acadêmico, administrativo. Seu papel é intercambiá-lo com os saberes populares, ajudando a esclarecer e viabilizar estes interesses” (apud. BOSI, 1987, p. 138).

Trata-se, dessa forma, da proposta de uma educação patrimonial dialógica que concebe a população junto a qual atua como sujeito do processo. Segundo Simone Scifoni, “os projetos devem ser pensados e planejados junto com as comunidades envolvidas, a partir de suas próprias necessidades e demandas” (2012, p. 32). Sendo assim, devem buscar a construção de uma nova relação entre a comunidade e seu patrimônio, considerando a participação social com seus laços afetivos, sociais e simbólicos. Só assim teremos a possibilidade de construção de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural, como vislumbra Sônia Florêncio (2014).

A educação patrimonial passa, portanto, a ser uma ferramenta fundamental na valorização da identidade da comunidade. O patrimônio é usado como subterfúgio para a “ponte” (CHAGAS, 2006) entre o “visível” e o “invisível” (POMIAN, 1985); uma oportunidade para desconstruir questões até então tidas como naturais e propor questões difíceis.

Quando se privilegia o diálogo amplia-se a noção de patrimônio. Supera-se, assim, o patrimônio chancelado pelo Estado, que reproduz uma narrativa da história nacional seletiva no reconhecimento do outro. Segundo Scifoni (2012), na educação patrimonial dialógica constrói-se uma relação com as comunidades, possibilitando a apropriação social de conhecimento do qual o patrimônio é suporte. Dessa forma, problematiza-se a “desigualdade do patrimônio”, que acaba por criar “uma visão parcial do que somos, na medida que nem todos estão ali representados, alguns bem mais do que outros” (SCIFONI, 2012, p. 34). Uma “redução do Brasil” (FALCÃO, 2000) que está marcada na trajetória de reconhecimentos do que deve ser eleito como patrimônio nacional. “O caráter coletivo (e a dimensão ‘pública’) foi, portanto, desenhado e oficializado com base nas sugestões de pequenos grupos de intelectuais, que tomaram suas próprias ideias um sinônimo da experiência social ‘real’” (MARINS, 2008, p. 145).

3 EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A partir do que foi exposto sobre a educação patrimonial fica evidente a necessidade de fornecer novas reflexões teóricas. É preciso, antes, ressemantizar o termo educação patrimonial. Admite-se que tal nomenclatura está desgastada, há um verdadeiro descompasso entre as práticas e as políticas públicas, as práticas e as teorias e entre as próprias práticas. Uma denominação arbitrária é perigosa, pode esconder ideologias que não são a verdadeira intensão do proponente. “Educação para o patrimônio”, por exemplo, denota um enfoque no objeto em detrimento dos sujeitos, contribuindo, assim, para a fetichização do patrimônio.

Aqui defende-se a educação patrimonial com um certo significado. Para isso é preciso, antes, discutir alguns valores. É o que se fará na próxima seção.

3.1 Diálogo: para além do patrimônio oficial

“A questão do que significa ser humano é também, e talvez até acima de tudo, uma questão educacional” (BIESTA, 2013, p. 15).

É a partir da ideia defendida por Gert Biesta que se escreverá algumas linhas para reflexão sobre qual o posicionamento que os educadores patrimoniais devem assumir sobre os seres humanos e suas inter-relações. Neste esforço de pensar criticamente a condição humana pensaremos, por conseguinte, sobre a formação do conhecimento. Problematizar essas questões é analisar a realidade social, as hierarquizações e a formação de “linhas abissais”. Pensar o ser humano e o conhecimento está estritamente ligado ao pensar a diversidade, a pluralidade. Esse é o caminho que se julga ser necessário refletir para propor uma nova educação patrimonial que seja transformadora, politize o patrimônio e considere as pessoas com quem se trabalha como agentes históricos. Para defender a educação patrimonial participativa e dialógica é necessário voltar alguns passos e argumentar a respeito da concepção sobre o ser humano.

A divisão abissal analisada por Boaventura de Sousa Santos “é tal que o ‘outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (2007, p. 3-4). Para o autor, o conhecimento é representação desse pensamento abissal. Os seres

humanos deste lado da linha são concebidos como os únicos legítimos a produzir conhecimentos legítimos. Do outro lado só há crendices e folclores. A cultura e o ser humano do outro lado da linha são inferiorizados, são considerados subumanos. É contra essa linha abissal, que produz hierarquias entre seres humanos e epistemologias, que tanto Biesta quanto Morin também se posicionam. A crítica de Biesta, citando Bonnie Honig, incide sobre o humanismo que “propõe uma norma de humanidade, uma norma do que significa ser humano, e ao fazê-lo, exclui aqueles que não vivem ou são incapazes de viver essa norma”. É preciso, portanto, superar a linha abissal e considerar esses outros sujeitos e suas formas de perceber a realidade tão legítimas quanto as nossas. Enquanto pensarmos que nossa forma de conhecer a realidade é única, verdadeira e irrepreensível não avançaremos para a “ecologia dos saberes” em que se reconhece a “existência de pluralidade de formas de conhecimento” (SANTOS, 1998, p. 23). Morin, por sua vez, argumenta que a educação deve “mostrar que não há conhecimento que não esteja em algum grau ameaçado pelo erro e pela ilusão” (2011, p. 19), portanto, que nosso conhecimento é passível de repreensões e não está imune.

Seguindo algumas ideias introduzidas por Michel de Certeau, que nos ajudam a problematizar a construção de conhecimento a partir do patrimônio cultural, devemos considerar que o patrimônio nacional, como toda narrativa,

baseia sua autoridade no fato de se fazer passar pela testemunha do que é, ou do que foi (...). No entanto, o ‘real’ representado não corresponde ao real que determina sua produção. Ele esconde, por trás da figuração de um passado, o presente que o organiza (2012, p. 49).

Ou seja, camuflando as suas reais condições de produção como patrimônio, sua narrativa se impõe como verdade. Corre-se o risco da metonímia: julgar a parte pelo todo.

O conhecimento de uma realidade ocorre por um fragmento que não é neutro. É preciso problematizar a sua sobrevivência. A educação patrimonial deve trabalhar no sentido de refletir sobre o conhecimento que todo patrimônio é suporte, assim como contestar e contextualizar sua autoridade narrativa. Como propôs Meneses (1998), se não é o documento quem

fala, mas sim o historiador, o educador patrimonial pode e deve trabalhar para trazer à tona que a eleição de um patrimônio como nacional não é inocente. Como alerta Biesta, não nos relacionamos só pelo conhecimento. Sendo assim, a visão científica do técnico do órgão de preservação deve dialogar com o conhecimento trazido pela comunidade local; uma vez que “o racionalismo que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade e a vida é irracional” (MORIN, 2011, p. 23).

Para além da aprendizagem sobre o patrimônio, a educação patrimonial deve trabalhar na construção de reflexões problematizadoras, com questões difíceis. Deve, com a participação da comunidade, valorizar as diferenças e as pluralidades culturais e epistemológicas. É papel da educação democrática, inspirado em Arendt, ser um “espaço onde os indivíduos podem agir, onde podem introduzir seus inícios no mundo, e com isso podem ser um sujeito” (BIESTA, 2013, p. 181). Ainda escreve Biesta, “a minha subjetividade só é possível na situação em que outros também podem ser sujeitos” (op. cit., p. 177). Portanto, é na diferença que construímos nossa subjetividade e propiciamos “oportunidades para que os indivíduos venham ao mundo” (BIESTA, 2013, p. 48). É condição *sine qua non* valorizar e afirmar a diversidade cultural e a copresença de outros sujeitos e de outras culturas para “tornarmo-nos presença”, ou seja, começarmos “em um mundo cheio de outros iniciadores, de tal maneira que não sejam obstruídas as oportunidades para que outros iniciem” (op. cit., p. 75).

A educação patrimonial que trabalha dessa forma acabará por criar tensões pois, segundo Arroyo (2012, p. 111), questionará “o monopólio da cultura única, dos valores únicos e dos sujeitos únicos legítimos de produção e de cultura”. Mas é justamente essa a intenção. As práticas educativas que são mediadas pelo patrimônio não devem ser reprodutoras de um *status quo* que privilegia algumas camadas sociais e legitima apenas seus patrimônios e suas visões de mundo. A educação patrimonial aqui defendida busca transformar a realidade através de perguntas difíceis, ao contrário da “conscientização”.

3.2 Desnaturalizar a realidade

A história humana é uma história de intercâmbios culturais, o que implica em invasões, dominações e resistências culturais e violências simbólicas. Portanto, condições sociais às quais pessoas são submetidas são

historicamente localizáveis: não são naturais. Oprimidos são oprimidos não porque são menores, mas porque foram intencionalmente feitos assim. A história dos homens tem sido regida por dominações sociais que implicam em desumanização, encara-se o dominado como objeto, como subumano: é um argumento a favor da dominação. A educação pode ter a perversa função de reprodutora das condições de desigualdade. Porém, ela também pode ser o oposto: uma prática de libertação e de consciência da realidade histórica mencionada, de dominação e inferiorização.

Nesse sentido, é tarefa da educação patrimonial desnaturalizar a desumanização, “mesmo que um fato concreto da história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera violência dos opressores e esta, o *ser menos*” (FREIRE, 2014, p. 41); e desnaturalizar a própria constituição do patrimônio nacional. Como um documento, o patrimônio é resultado de um “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria. No limite, não existe documento-verdade. Todo o documento é mentira” (LE GOFF, 2013, p. 497). Ou ainda, como aponta Simone Scifoni, o patrimônio não é neutro, através dele são explicitadas hegemonias e legitimados pontos de vistas perante a sociedade. Desta forma, a educação patrimonial deve trabalhar para problematizar o patrimônio.

Se a trajetória do patrimônio nacional é uma história de imposições, de decisões centralizadas e que privilegia uma certa narrativa da história, a educação patrimonial deve ser a vanguarda do movimento que repense o patrimônio – ampliando sua concepção – e a relação da sociedade com sua cultura material e imaterial. Se a definição estatal do patrimônio tem o poder de instaurar verdades e é um meio de opressão, uma vez que a seleção de reconhecimento do que é o patrimônio oficial é uma seleção arbitrária e centralizada, a educação patrimonial deve assumir o seu condão de propor outras leituras do patrimônio cultural. Nesse movimento, como proposto por Simone Scifoni, o patrimônio e a cultura devem ser mediadores para a tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história.

Neste duplo movimento em que problematiza o patrimônio e cria nos homens a consciência de sua tarefa histórica, a educação patrimonial articula tanto o passado e o presente, quanto o futuro.

Em relação ao passado, ela revela a trajetória de formação do

patrimônio como tal. Busca, através de pesquisas, entender porque tal bem cultural é considerado um patrimônio. Procura entender tanto o que é dito e explícito quanto o que foi omitido e esquecido. É com perguntas difíceis, como quis Biesta, que a educação patrimonial deve trabalhar, desafiando os educandos “a responder, confrontando-os com o que é outro e com quem é outro” (BIESTA, 2013, p. 49). Assim, a ação educativa será “um processo de introduzir algo novo no mundo: a resposta de alguém” (idem, p. 97).

A educação patrimonial, que valoriza os sujeitos com quem se está trabalhando e considera relevantes as suas contribuições, será mediadora para a tomada de consciência de todos como agentes históricos e plenos para transformar a realidade em que vivem. A ação educativa instaurará projetos na vida das pessoas compreendendo o presente pelo entendimento do passado. A educação patrimonial pode e deve mostrar que o futuro é algo ainda por fazer.

3.3 Repolitizar o patrimônio

A conquista sobre um povo além da dimensão bélica, corpo a corpo, tem a dimensão imagética, o poder simbólico. A dominação ocorre, também, pela imposição de valores e práticas sociais. A invasão cultural é vitoriosa porque oprime, a despeito do movimento de resistência que perdura. Esse movimento que visa a dominação é embrutecedor e submete os vencidos, cria subalternos e subumanos. A invasão cultural, para Paulo Freire (2014, p. 216) “serve à conquista e à manutenção da opressão, implica sempre a visão focal da realidade, a percepção desta como estática, a superposição de uma visão do mundo na outra”.

A construção de uma nação se dá através de mitos fundadores, elege-se heróis nacionais que sintetizam o espírito do nacional, enquanto se esquecem fatos condenáveis praticados. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) empenhou-se, no século XIX, na construção de uma identidade nacional brasileira. Feito o Brasil, era preciso fazer os brasileiros. O Iphan, criado em 1937 por um Decreto-Lei como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), também possui um discurso que pretende sintetizar uma identidade brasileira através da eleição de bens nacionais.

Esses esforços, tanto do IHGB quanto do Iphan, em construir o

nacional buscam instaurar paradigmas culturais, definir uma identidade brasileira. A história contada pelo patrimônio nacional é a história da casa-grande, da arquitetura neoclássica, do catolicismo, de Ouro Preto... Porém, onde está o resto do Brasil? Onde estamos na história contada pelo patrimônio? É papel da educação patrimonial problematizar essa narrativa. Ler nas entrelinhas, ver por trás do que está sendo dito. A educação patrimonial não deve reproduzir o discurso dos bens tombados. Ela vai além do senso comum.

O patrimônio instaura o que Edgar Morin chama de *imprinting cultural* (2011, p. 26):

ao determinismo de paradigmas e modelos explicativos associa-se o determinismo de convicções e crenças que, quando reinam em uma sociedade, impõem a todos e a cada um a força imperativa do sagrado, a força normalizadora do dogma e a força proibitiva do tabu.

Ou seja, esses “estereótipos cognitivos” ou “conformismos cognitivos” instauram verdades que são recebidas sem crítica, sem serem contestadas. Quando pensamos numa cidade histórica brasileira, nossos pensamentos alcançam as mesmas: Ouro Preto e as cidades mineiras da época do ouro, Salvador, Olinda, Petrópolis... Pensamos nelas porque fomos condicionados a reconhecer apenas nelas o suporte da história nacional. Será que o Brasil se reduz a essas cidades? Não, trata-se de um paradigma que foi construído.

Essas eleições privilegiam uma determinada narrativa da história nacional, buscam homogeneizar a história de todos os povos que compõem a nacionalidade brasileira. Pensar o Brasil como sendo formado pela três raças simplifica o problema sem resolvê-lo. É uma armadilha pensar o Brasil como um país de miscigenação, pois “a síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra” (FREIRE, 2014, p. 249).

Na vanguarda da transformação da relação das comunidades com seus patrimônios e para valorização das culturas, a educação patrimonial deve politizar os bens culturais, reinserindo-os no seu contexto de produção, pois, como critica Miguel Arroyo (2012, p. 103), o “transmitir objetos culturais deslocados da produção da existência, da história, do trabalho empobrece a educação enquanto ato cultural e empobrece os próprios

sujeitos/objetos culturais”. É o que Ulpiano Bezerra de Meneses chamaria de “fetichismo”, ou seja, considerar o valor do patrimônio como imanente a ele, quando na verdade seu significado ocorre nas relações sociais.

A instauração de paradigmas cognitivos e a construção de narrativas homogêneas acaba por desconsiderar as minorias e os outros como pertencentes à narrativa contada. Para superar essa condição e para politizar o patrimônio deve-se reconhecer a existência da diversidade de rituais e símbolos, reconhecer outros sujeitos, senão caímos na “monopedagogia empobrecedora”, definida por Miguel Arroyo, que ignora a diversidade.

A contribuição de Boaventura de Souza Santos é importante para superarmos a linha abissal imposta pela invasão cultural. A “ecologia dos saberes” reconhece a diversidade epistemológica do mundo, “o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimentos além do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p. 23). É princípio teórico da educação patrimonial considerar as minorias não contempladas no discurso patrimonial, e trabalhar com suas referências culturais.

Ou a educação patrimonial é tradicional, na definição de Magalhães et al. (2009) e adere ao discurso homogeneizante e universalizante, à memória nacional, pressupondo uma identidade e memória imposta e vinculada aos grupos dominantes, em outras palavras, reproduz o *status quo*. Ou a educação patrimonial é transformadora, no sentido de possuir caráter político visando a transformação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural deixando de ser meros espectadores e resgata as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989).

Um fator relevante que deve ser aderido pelos ativistas da educação patrimonial é o problema do desenraizamento. Como expusemos, a atividade educativa libertadora que defendemos reconhece a existência da alteridade e a julga legítima, mais do que isso, defende a existência de culturas diferentes. Na era planetária ou global que vivemos, em que o capital impera, é mais do que comum a expropriação de terra, o desenraizamento e a gentrificação. A educação patrimonial deve ser contra isso. Como afirma Miguel Arroyo, desenraizar é um processo de desumanização. Sobre tudo ao encontro do tema patrimonial, Ecléa Bosi (1994, p. 443) afirma que “o desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o domínio das relações do dinheiro sobre outros vínculo sociais”. Dessa

forma, como é no espaço que as relações sociais são reproduzidas, expropriar ou desenraizar é destruir a viabilidade material do viver.

3.4 Pedagogias x Antipedagogias

A educação bancária definida e criticada por Paulo Freire é uma prática recorrente no ensino. Por isso, devemos encarar de frente esse problema e superá-lo.

A educação patrimonial que, mediada pelo patrimônio, dialogue com as comunidades porque crê nelas, desconstrói as antipedagogias que fortalecem a opressão.

Na “visão bancária, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 2014, p. 81) e que absolutizam a ignorância, “o que chamamos de alienação da ignorância, segunda a qual ela se encontra sempre no outro” (op. cit.), as atividades que se autointitulam educação patrimonial – a despeito do que tem sido defendido aqui –, se pretendem messiânicas e querem salvar as pessoas da subumanidade e da ignorância. “Levar o verdadeiro conhecimento” sobre o patrimônio à comunidade detentora de tal bem é uma prática embrutecedora e opressora. Nesses casos de educação bancária, os sujeitos são vistos como meros objetos nos quais deve ser depositado o conhecimento. Porque não veem os homens como seres históricos, essas práticas antieducativas não propiciam a reflexão problematizadora, não instauram projetos de mudança.

A educação bancária, nas palavras de Simone Scifoni (2012, p. 32) “é vista como instrumental para a reprodução da sociedade enquanto tal, reprodução do sistema e do *status quo*, ou seja, para que tudo fique como está, perpetuando-se uma situação de desigualdade social”.

Para a superação desse tipo de educação deve-se ter real consciência da concepção que se tem da realidade e da condição humana, como tem sido explorada aqui. Para passar da educação do depósito para a educação da problematização é necessário compreender que foi um processo histórico que instaurou a adjetivação dos oprimidos como subumanos, como ignorantes, logo, como passíveis de depósitos. Não é algo natural, nem a-histórico. Compreendê-los detentores de saberes legítimos, de pedagogias de resistência, da mesma forma que nos saberes opressores e detentores de saberes ameaçados por erros e ilusões, é fundamental para entender que o único método é o diálogo. Não é a sobreposição de visões de mundo ou de

conhecimentos, mas o diálogo entre eles.

Conforme declara Miguel Arroyo, qualquer pedagogia para os diferentes que não supere a visão inferiorizante – que é a primeira concepção para justificar os depósitos – será uma antipedagogia.

Compreendida a produção dos outros como inferiorizados é superar a concepção bancária da educação. Agora não mais os homens são frustrados na sua capacidade de criação e recriação como sujeitos de ação nem lhes é dificultado o seu pensar autêntico. Na educação patrimonial, que não se pretende salvadora nem quer depositar conhecimentos, a noção de patrimônio é ampliada e serve à mediação para trocas de experiências e de saberes. O técnico traz a sua contribuição acadêmica, científica, e as pessoas da comunidade trazem a sua contribuição empírica, seu conhecimento prático, a significação cotidiana. A educação patrimonial não quer depósitos embrutecedores, quer trocas enriquecedoras.

3.5 Ato de amor

Na educação, o amor ao mundo e ao ser humano é fundamental para instaurar projetos de mudanças. Concebendo a realidade histórica como de desigualdades, opressões e subalternizações, o amor às pessoas é o requisito primeiro para a renovação. Segundo Hannah Arendt (2013, p. 247), “a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante (...) preparando-as (...) com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum”.

Paulo Freire também reconhece a importância do amor, que infunde “a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação” (FREIRE, 2014, p. 110). Somado a este sentimento que é ação, o autor acrescenta ainda a importância da intensa fé nos homens para haver diálogo. Trata-se, pois, não de um amor ingênuo, mas de um amor que faz agir, intervir. Um sentimento que está intimamente relacionado à nossa relação com o mundo, à maneira que vemos a realidade e é, portanto, a resposta que damos. O amor implica, nessa situação, em pensamento crítico. Cria-se a solidariedade verdadeira que, como apresenta Paulo Freire, supera o paternalismo e luta-se conjuntamente com o outro, buscando juntos a mudança da realidade objetiva.

É fundamental o amor para se chegar à compreensão do outro e de nós mesmos. Para além de tolerância civilizada de reconhecimento da alteridade, na compreensão de que “o outro não apenas é percebido objetivamente, é

percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e identificamos conosco” (MORIN, 2011, p. 82). Esse é o grande mérito, para Miguel Arroyo, das pedagogias da prática da liberdade e do oprimido, fundadas no amor, que deslocam atenção dos objetos e métodos para os sujeitos.

Para podermos compreender o outro, precisamos ter consciência daquilo que Edgar Morin (2011) chamou de “ensinar a compreensão”. Para isto, segundo ele, se faz necessário evitarmos o “egocentrismo” que provoca a autojustificação e autoglorificação, jogando sobre o outro a causa dos males. Portanto, é preciso primeiro que nos compreendamos, façamos autoexames. Também é preciso evitar os reducionismos, ou seja, julgar o todo complexo a partir de um de seus elementos, não possibilita a real compreensão. Considerar, sobretudo, a complexidade humana e as multidimensões de cada pessoa. Dessa forma, entendendo tanto os outros como nós mesmos, reconheceremos a existência da alteridade, da pluralidade de identidades, a existência de pessoas e culturas diferentes da nossa. Desenvolveremos, assim, a compreensão que levará, conseqüentemente, à aceitação de “expressão de ideias, convicções, escolhas contrárias às nossas” (MORIN, 2011, p. 88).

O patrimônio pode ser um importante mediador no processo que leva à compreensão do outro e ao entendimento da alteridade. A educação patrimonial, como ato de amor, de pensamento crítico e que busca a compreensão do outro, pode partir da problematização do patrimônio local para pensar outros patrimônios. Olhando para nós, entendemos como se construiu o significado simbólico de nossos bens culturais e podemos compreender outras construções simbólicas. Na visão de Sônia Florêncio (2014, p. 29) podemos pensar a alteridade a partir de nós,

A partir das referências culturais locais, utilizando-as como arcabouço de símbolos, valores e significados por meio dos quais as ligações necessárias para a compreensão da vida, da cultura, da sociedade e do humano venham a ser estabelecidas, em um processo em que cada sujeito parte de seu mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outros mundos e alteridades.

Portanto, para uma educação patrimonial que procura a liberdade é necessário superar o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo, como escreve Morin (op. cit., p. 84), “de fato, a incompreensão de si é fonte

muito importante da incompreensão de outro” e ainda, “a incapacidade de conceber um complexo e a redução do conhecimento de um conjunto ao conhecimento de uma de suas partes provocam consequências ainda mais funestas no mundo das relações humanas” (op. cit., p. 85).

3.6 Educação dialógica e participativa

As pessoas que desenvolvem atividades educativas precisam confiar na comunidade para que a educação seja dialógica. Para essa confiança não ser superficial é preciso o “pensamento pós-abissal”, admitir a “ecologia dos saberes”. A ciência moderna não é a única maneira legítima de se conceber a realidade, tampouco ela é infalível. Tal como foi exposto, a partir de Edgar Morin o conhecimento é passível de erros e ilusões; somado a isso, a verdadeira racionalidade deve considerar os seres, a subjetividade, a afetividade e a esfera irracional. Logo, é preciso entender a construção histórica que levou à hierarquização de saberes, implicando em inferiorizações e desumanizações para ser possível confiar e dialogar.

A educação dialógica prima pela superação da opressão. A realidade opressora é necessariamente antidialógica, como define Paulo Freire (2014). Para tecer essa relação de troca sem depósitos ou dissertações que não tentem oprimir o outro, “nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (op. cit., p.120). No sentido dialógico, como aponta Simone Scifoni (2012, p. 37)

A educação patrimonial tem, assim, um papel fundamental, colocando-se para além da simples divulgação do patrimônio: não se trata de estratégia de marketing ou difundir conhecimento a um maior número de pessoas possível. Trata-se, antes de tudo, de construir uma relação com as comunidades e os lugares, possibilitando a apropriação social de conhecimentos do qual o patrimônio é o suporte.

A educação dialógica é problematizadora, desvela a realidade e constrói conjuntamente uma percepção histórica do mundo, traz a consciência de que o ser humano é um agente histórico, plenamente apto a mudar a história. Como diz Scifoni (2014), influenciada por Paulo Freire, a educação patrimonial deve ser mediadora para a tomada de consciência dos homens

como sujeitos da sua própria história. Também como mediação, o patrimônio no sentido apresentado por Florêncio (2012), que tem influência das ideias de Vygotsky, contribui para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas e em seus patrimônios culturais. É uma ferramenta na formação de identidades.

A educação patrimonial dialógica e mediadora faz das referências locais a possibilidade da compreensão e reflexão sobre outros mundos e alteridades (FLORÊNCIO, 2014). Supera-se a estabilidade da diferença cultural musealizada, “como um valor flutuante que responde às necessidades da moda, a etnicidade permanece uma referência estável, uma vez que é a condição básica da museificação das culturas” (JEUDY, 2005, p. 41). Possui, então, visão crítica do passado e da memória oficial encarando a não neutralidade do patrimônio, como projeta Scifoni (2014).

4 CONCLUSÃO

Conforme explorado no começo do artigo, é evidente a necessidade de se discutir as práticas educativas que são mediadas pelos patrimônios culturais. Há um contraste entre o grande número de ações educativas e a insipiente quantidade e qualidade de reflexões teóricas.

Educação patrimonial muitas vezes tem sido confundida com promoção do patrimônio e confecção de cartilhas e panfletos. A educação patrimonial aqui defendida ama as pessoas e o mundo. Por isso, reconhece em todas as pessoas sujeitos históricos que podem mudar a realidade de desigualdade social. Desigualdade refletida no reconhecimento seletivo dos bens patrimoniais. A educação patrimonial aqui defendida problematiza essa condição e trabalha para a valorização de todas referências culturais e patrimônios, sendo eles tombados e registrados ou não. Cabe à educação patrimonial, portanto, como busca Ecléa Bosi (2003, p. 18), “interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”.

A educação patrimonial libertadora, como define Scifoni (2012, p. 33), “é a busca da construção de uma nova relação entre a população com o seu patrimônio cultural”. Para tanto, é preciso considerar “além do valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais, simbólicos”. A valorização do estilo e da estética não pode diluir as marcas sociais que são inerentes ao patrimônio. O fetichismo, a transformação do bem cultural em uma

mercadoria, em um produto espetacular empobrece a cultura e embrutece os homens. A educação mediada pelo patrimônio, para libertar, deve problematizar a condição histórica.

Se dialógica, a educação patrimonial será democrática, garantirá a existência das minorias. Não a democracia que concede a todos os grupos formadores da nação brasileira a sua representatividade no rol do patrimônio nacional, mas democrática na representação de todos nas decisões. Como sugere Sérgio Miceli (1987, p. 47),

trata-se de democratizar o acervo, os meios de acesso ao acervo, os espaços de debate sobre o acervo; trata-se igualmente de assegurar a representatividade dos setores da comunidade e dos movimentos sociais atingidos por decisões preservacionistas. E não adianta tapar o sol com as peneiras do elitismo e/ou do populismo, muitas vezes embaladas em consórcio por especialistas do belo e diletantes do pobre.

Com a concepção de ação educativa problematizadora, dialógica e democrática, que considera a participação da comunidade local porque a concebe de uma maneira positiva, confiando nela, e que questiona a realidade histórica, desnaturalizando hierarquias; a participação como característica da educação patrimonial deve ser “apreendida e assumida como um processo com perspectiva de longa duração e de ampliação, com garantia de continuidade e de rebatimento para o planejamento e reformulação das práticas das instituições comprometidas com a preservação cultural” (BOSI, 1987, p. 143), deve ir desde a definição de recursos até a concretização das ideias.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei n. 25, de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Vera. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 138-144, 1987.

CASCO, Ana Carmen. *Sociedade e educação patrimonial*. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/SOCIEDADE%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20PATRIMONIAL%20CASCO_A.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Dossiê Educação Patrimonial*, n. 3, Iphan, jan.-fev. 2006.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FALCÃO, Joaquim. *A redução do Brasil*. Folha de S. Paulo, 4 maio 2000.

FLORÊNCIO, Sonia R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson (org.). *Caderno do patrimônio cultural*. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

_____. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Atila B. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012.

_____; et al. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*, Brasília: Iphan, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GASTAL, Suzana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 14, p. 77-89, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, M. A. (coord.), *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Cenpec; Imesp, 2008, p. 135-165.

MENESES, Ulpiano T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais e espaço público. *Estudos Históricos*, São Paulo, n. 21, p. 89-103, 1998.

MICELI, Sérgio. Sphan: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.

- MORIN, Edgar. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011.
- OLIVEIRA, Cléo Alves P. *Educação patrimonial no Iphan*. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POMIAN, K. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. 1. Memória-História. Porto: Imprensa Oficial – Casa da Moeda, 1985. p. 51-86.
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Princípios da educação patrimonial*, São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012.
- _____. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson (org.). *Caderno do Patrimônio Cultural*. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.
- SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.81-97.

Artigo recebido em: 30/08/2016

Artigo aprovado em: 29/11/2016

SEMINÁRIO: ESCANEAMENTO LASER EM TRÊS DIMENSÕES PARA BENS ARQUITETÔNICOS:

CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE USO

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), com especialização e mestrado na Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica) e doutorado pela FAU-USP. Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP. E-mail: bmk@usp.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p292-295>

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico. Conservação. Patrimônio universitário.

Um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Ferrara, ligados ao Development of Integrated Automatic Procedures for Restoration of Monuments (DIAPReM), estivera em São Paulo entre 15 e 22 de outubro de 2016 para trabalhos conjuntos com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), no próprio edifício sede da faculdade, localizado na Cidade Universitária.

O DIAPReM é um centro de pesquisa de excelência da Universidade de Ferrara e foi representado no evento por seu diretor, professor Marcello Balzani, acompanhado pela professora Federica Maietti e ainda por Guido Galvani e Luca Rossato. Desde 1997 o DIAPReM vem trabalhando com técnicas digitais para registro, interpretação e modelagem eletrônica de bens arquitetônicos e conjuntos urbanos, estendendo o interesse também para as relações com o ambiente e o território. Adquiriu, ao longo do tempo, grande competência e reconhecimento, tendo realizado trabalhos de interesse em obras de prestígio, tanto na Itália quanto em outros países.

Entre as especialidades do DIAPReM estão o levantamento em três dimensões com escaneamento a laser, prototipagem (impressão) em três dimensões de objetos arquitetônicos, análises multiespectrais, estudo de

materiais e estruturas históricas. A ênfase da atuação é no estudo e conhecimento aprofundado dos bens culturais. Com o escaneamento laser é possível trabalhar com medidas e geometrias precisas, elaborando modelos de análise que permitem programar a conservação em função da realidade como de fato se apresenta. A partir dos estudos aprofundados do estado de conservação do bem, com mapeamento de eventuais problemas, é possível estabelecer prioridades programar ao longo do tempo as ações a serem empreendidas.

Levando em conta que esses métodos de análise são parte importantes para um acurado registro e aprofundamento cognitivo sobre os bens culturais e que oferecem bases consistentes para o diagnóstico, o Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP) assinou um acordo de cooperação científica com o DIAPReM. A atividade na FAU-USP foi a primeira resultante desse acordo e foi estruturada em duas linhas principais: um workshop de formação de pesquisadores da FAUUSP e um ciclo de conferências voltado a um público mais amplo.

O workshop foi centrado na formação de uma equipe da FAU-USP para que possa trabalhar com a nuvem de pontos resultante dos dados coletados no escaneamento laser em três dimensões do edifício-sede da FAU-USP na Cidade Universitária, realizado em agosto deste ano e conduzido por Guido Galvani e Daniele Sasso. Esse trabalho faz parte das atividades propostas para a elaboração do Plano de Conservação Preventiva para o Edifício Vilanova Artigas (FAU-USP), financiado pelo programa Keeping it Modern da Getty Foundation, liderado pela professora Maria Lucia Bressan Pinheiro e tendo por coordenadores de linhas de investigação os professores Antonio Carlos Barossi, Beatriz M. Kühl e Claudia T. A. Oliveira.

Depois da coleta dos dados, o trabalho do DIAPReM em Ferrara foi voltado para a aquisição métrico-morfológica das fachadas externas do edifício, permitindo a realização de um modelo com nuvem de pontos, cuja precisão métrica e morfológica estabelece as bases para indagar pormenorizadamente a geometria e os aspectos formais da obra e também as características das fachadas e de seus elementos estruturais. Foi também elaborada uma elevação-modelo de trecho de uma das fachadas, com as principais alterações e morfologias de degradação, de modo a oferecer uma base de discussão e elemento de comparação para o diagnóstico de todas as fachadas, que está sendo feito pela equipe local da FAU-USP. Desse modo,

o grupo do DIAPReM entregou as elevações em AutoCAD das quatro fachadas da FAU-USP, formou a equipe local para trabalhar com a nuvem de pontos e analisar as patologias do edifício. Assim, a equipe FAU vem dando continuidade ao trabalho de diagnóstico que será encerrado no primeiro semestre de 2017. Quando as análises estiverem mais avançadas será organizado um novo seminário para apresentar e discutir os resultados com um público mais amplo.

Como parte dos trabalhos da equipe do DIPReM em São Paulo foram também realizadas duas conferências voltadas a aspectos metodológicos gerais, abertas a um público mais amplo, nos dias 17 e 19 de outubro de 2016, e conduzidas pelos professores Marcello Balzani e Federica Maietti. Foram abordados temas como: levantamento arquitetônico integrado; tecnologia de escaneamento a laser 3D; estudos de caso e possíveis aplicações da tecnologia; conceitos teóricos: o levantamento diagnóstico integrado no âmbito de estratégias de conservação; procedimento de diagnóstico baseado em instrumentos; levantamento diagnóstico: análise visual, documentação fotográfica, levantamento instrumental, documentação in loco.

A organização do evento esteve a cargo do CPC-USP e da FAU-USP, sendo estruturado pelo Grupo Plano de Conservação Preventiva para o Edifício Vilanova Artigas (FAU-USP). O financiamento foi da Universidade de São Paulo e do Programa Keeping it Modern da Fundação Getty.

AÇÃO EXPOSITIVA DO CPC EM 2016:

*AS MOSTRAS CORES DO BIXIGA NA YAYÁ E YAYÁ, UM
LUGAR DE MEMÓRIA*

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) (2012), ocupa o cargo de Especialista em Laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), na área de Referências Culturais e Memória. Mestrando pela FAU-USP junto ao Núcleo de Estudos da Paisagem, no qual explora as diversas manifestações discursivas da ideia de ambiente; na arquitetura e urbanismo nos anos 1960 e 1970. E-mail: gaf.arq@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p296-306>

A Casa de Dona Yayá, sede do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP), é reconhecida como um importante lugar de memória das questões de gênero e de saúde mental no Brasil, bem como documento relevante do processo de urbanização e suporte material de identidade e memória do bairro em que se encontra, o Bixiga. Espaço utilizado por cerca de quatro décadas como sanatório particular onde foi mantida a senhora Sebastiana Mello Freire (Dona Yayá), diagnosticada como louca pela medicina de sua época, à Casa se associam fortes referências simbólicas ligadas ao feminismo e à luta antimanicomial. Apesar dos intensos laços estabelecidos entre este peculiar artefato e os vários grupos sociais articulados àquelas temáticas e àquele território — como coletivos feministas e ativistas ligados à luta antimanicomial, bem como à própria construção da memória da região do Bixiga — trata-se de espaço não muitas vezes ativado em todo o seu potencial dialógico por parte do CPC-USP, entidade que hoje lhe serve de guardiã. Órgão ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (USP), o CPC-USP busca desde 2004, quando se instalou definitivamente na Casa, promover ações que contribuam ao uso qualificado deste bem cultural¹.

1. Um panorama da relação entre o CPC e a Casa de Dona Yayá, bem como uma reflexão sobre sua ação cultural e educativa, encontram-se em Lanna e Prata (2006) e em Pereira e Pinheiro (2011).

Em que pesem, no entanto, as relevantes ações de conservação e restauro desenvolvidas pelo órgão, bem como as muitas atividades culturais e educativas promovidas em mais de dez anos de ocupação da casa, o CPC-USP enfrenta relações tensas com esses diferentes atores sociais com os quais dialoga (vizinhos do Bixiga, grupos ligados à memória de Yayá etc.), pois nem sempre sua atuação corresponde às expectativas de um devido tratamento das citadas temáticas. Apesar da expressão “Casa de Dona Yayá” ter se consolidado como título do imóvel-sede do CPC-USP, suas ações em torno da memória e da história da personagem nem sempre corresponderam plenamente à responsabilidade de celebrar sua memória ou de qualificar o espaço como um lugar de memória das questões de gênero e da loucura. Não são incomuns as críticas ao órgão pelo pequeno destaque dado à personagem em sua ação expográfica e cultural. Na mesma medida, apesar de sistemáticos esforços, também são muitas as críticas à ainda tênue relação da Casa com sua vizinhança imediata do bairro da Bela Vista.

Como agravante a esta tensa relação com os grupos com os quais dialoga, o acesso do público à Casa de Dona Yayá em 2016 foi interrompido por cerca de dez meses em decorrência de obras de acessibilidade realizadas no jardim. O fechamento interrompeu, este frágil elo estabelecido com a vizinhança, mas permitiu, por outro lado, o estabelecimento de uma reflexão interna sobre o papel da Casa e a responsabilidade do órgão sobre ela. Findo o período de obras, em novembro de 2016, os portões foram reabertos com a inauguração de dois espaços expositivos que buscam justamente atacar estas duas dimensões de dialogicidade do CPC: com o bairro do Bixiga e com a história e a memória de Dona Yayá.

1 YAYÁ, UM LUGAR DE MEMÓRIA

Um pequeno espaço expositivo dedicado à figura de Dona Yayá, a ser permanentemente incorporado à dinâmica de funcionamento da Casa e do órgão, foi instalado no cômodo conhecido como Sala Rosa. Ainda que não se trate de um memorial, é um primeiro esforço para consolidar a memória da personagem no dia a dia do CPC-USP para além dos vestígios materiais espalhados pelo imóvel que caracterizam o infeliz enclausuramento de Yayá neste local por 40 anos.

Intitulada *Yayá, um lugar de memória*², esta sucinta exposição (caracterizada por painéis informativos e uma vitrine aberta de *fac-símiles*) busca apresentar minimamente aos visitantes a trajetória de Yayá e sua relação com o imóvel: trata-se de uma primeira resposta a uma usual crítica feita pelos visitantes de que a personagem pareceria invisibilizada na materialidade da Casa. Ainda que todo o trabalho de conservação e restauro previamente realizado tivesse procurado evidenciar sua presença por meio do destaque aos dispositivos arquitetônicos médicos e de clausura que conviveram com ela, é justamente a assepsia que caracteriza tal configuração arquitetônica que colaborava em dotar a Casa de uma dimensão abstrata, aparentemente vazia de história aos visitantes menos atenciosos. O desafio enfrentado foi pontuar a presença de Yayá na Casa sem recorrer a instrumentos cenográficos menos sutis, bem como em não ocupar os demais (e já exíguos) espaços expositivos do CPC-USP dedicados às suas exposições temporárias relacionadas à temática do patrimônio cultural.

Visto que o CPC-USP não se configura como um museu dedicado à Yayá, parte-se desde o início de uma relação institucional tensa, já que se trata de um órgão universitário em princípio sem qualquer obrigação com a memória da personagem (nem com a salvaguarda de qualquer acervo a ela relacionado) que, no entanto, ocupa espaço fortemente carregado de expectativas sociais variadas e cuja missão institucional está justamente atrelada a adequar a ocupação dos bens culturais a um uso qualificado.

Além disso, por ser um espaço pequeno, revelou-se necessário tomar certos cuidados com o grau de assertividade com que descrevíamos a personagem: nem de um lado desejávamos apresentar uma descrição hermética e distante, nem de outro construir um retrato profundamente processado — cheio de certezas e ausente de questionamentos — de sua trajetória, já que são ainda poucos os estudos sobre sua história. Destaque-se, aliás, a

2. Os trabalhos de pesquisa e curadoria da sala *Yayá, um lugar de memória* foram desenvolvidos por Cibele Monteiro, Cecília Salamon, Gabriel Fernandes, Jade Lockmann Anunciação, Mayra Carvalho França e Priscila Cruz Barbosa. O projeto gráfico foi concebido por Marina Leonardi e os trabalhos de produção contaram com Bruna Gabriela Elias, Cibele Monteiro, Cláudia d'Arco, Ewerton Vilela e Lucimara Vianna. A digitalização e a produção dos *fac-símiles* ficou a cargo de Gerson Tung. Agradecemos ao Arquivo Público e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como à Biblioteca Municipal Mário de Andrade e ao Departamento de Patrimônio Imobiliário da USP pela disponibilização de documentos relacionados a Dona Yayá. Agradecemos ainda à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, e especialmente a Marly Rodrigues, por todo apoio.

centralidade da pesquisa desenvolvida pela historiadora Marly Rodrigues em 1987 — publicada mais tarde na forma de um artigo para o livro *A Casa de Dona Yayá* (LOURENÇO, 1999) —, referência principal de todas as ações desenvolvidas pelo CPC-USP sobre Yayá. Com exceção deste e de alguns outros estudos, todo o material que tínhamos à disposição era o enorme corpo documental identificado por Rodrigues no processo 3903/19 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim como alguns fragmentos de imprensa — como os artigos do fundamental periódico *O Parafuso*, identificado por Marly Rodrigues em sua pesquisa.

Espalhados por acervos diversos (Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Arquivo do Tribunal de Justiça, Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre outros), todos estes documentos indicavam pistas para o estabelecimento de múltiplos retratos de Sebastiana Mello Freire, mas nenhum deles (ou o seu conjunto) permitia a construção de uma fotografia fiel da personagem. Os elementos deste enorme *corpus*, aliás, reúnem uma miríade de vozes sobre a personagem que buscam falar em nome dela, mas dificilmente permitem se aproximar com clareza de sua vida ou de seu cotidiano. O acúmulo de tantos documentos amarelados e envelhecidos colabora para expor várias facetas do dia a dia da personagem: muitos deles frios e burocráticos — notas de compras e balancetes, inventários e ordens de serviço; outros aparentemente preocupados com a saúde de Yayá, mas ainda assim tristemente frios e reveladores da cultura patriarcal a que ela estava submetida — como laudos médicos e pedidos para compras de medicamentos; e ainda outros, prosaicos e anedóticos — como pedidos de compras de panelas e louça, ou de autorizações para aquisição de uma televisão para o “cinema em casa” de Yayá. Todos eles, porém, vozes alheias falando sobre a personagem: no seu conjunto, um emaranhado complexo, labiríntico e meândrico de representações e mediações de Yayá.

A solução buscada para configurar a sala dedicada a Yayá, portanto, foi expor o visitante a esta situação algo claustrofóbica com que o pesquisador se depara quando precisa discursar sobre a personagem: aliada a uma cronologia aparentemente objetiva de fatos sobre a personagem, pontuaram-se vários fragmentos e citações de tais documentos. Em complemento a tantos fragmentos, expusemos ainda alguns *fac-símiles* do jornal *O Parafuso*, de um laudo médico de Yayá e de um inventário de bens.

Desta forma, para além da presença autônoma desta sala no cotidiano do CPC-USP — cumprindo finalmente com a expectativa externa de responder a muitas dúvidas dos visitantes sobre Dona Yayá —, permite-se ainda a constituição de uma futura exposição maior dedicada à personagem, com uma curadoria ampliada e mais aprofundada, de tal modo que esta sala funcione como módulo para outras aventuras do CPC-USP em torno de Yayá. Esperamos, contudo, que por ora este recorte do imenso emaranhado documental que apresentamos possa ser apropriado pelos visitantes para que eles também desenvolvam seus percursos em busca de Yayá.

FIGURA 1

Fonte: Acervo CPC.

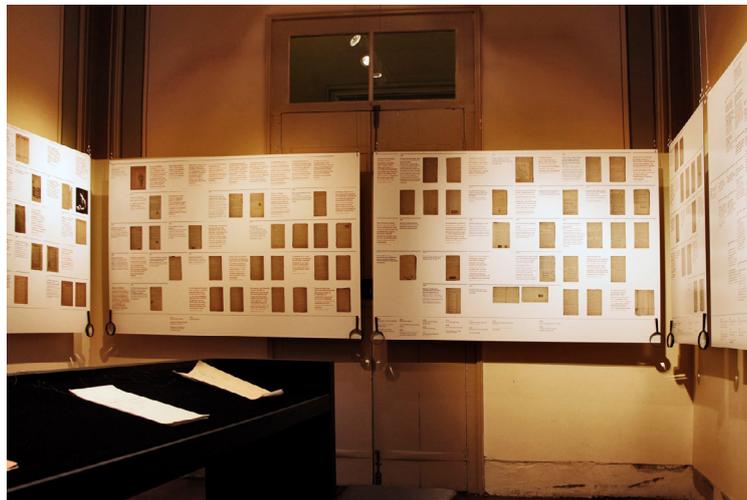


FIGURA 2

Fonte: Acervo CPC.



2. CORES DO BIXIGA NA YAYÁ

Em 2015, o CPC-USP promoveu duas oficinas de arte *naïf* voltadas, respectivamente, ao público infantojuvenil (intitulada *Infinitas cores do Bixiga*) e ao de terceira idade do bairro do Bixiga (intitulada *Outras Yayás*). Ministradas pelo morador do Bixiga e artista plástico Wagner Lins (conhecido como “Arieh”), ambas as atividades constituíram elementos da ação educativa do CPC e procuraram explorar as impressões, lembranças e histórias dos participantes em sua relação com o bairro e com a Casa de Dona Yayá. O resultado foi um conjunto variado de registros, memórias e representações materializadas em riscos, esboços, desenhos, poemas, aquarelas e maquetes. Este conjunto constituiu a base para a exposição *Cores do Bixiga na Yayá*, inaugurada em 30 de novembro 2016 e em cartaz até 24 de março de 2017³.

A partir desse conjunto documental, a equipe do CPC-USP propôs uma configuração que não apenas exibisse os produtos, mas dialogasse com os participantes e eventuais novos interessados em futuras oficinas. Desta forma, a exposição foi dividida em três momentos:

- na Sala Amarela da Casa de Dona Yayá são exibidos exemplares dos produtos de cada um dos participantes de ambas oficinas, constituindo um mosaico característico não só da variedade de expressões, como da colcha de retalhos que caracteriza o próprio bairro do Bixiga;
- na Sala Marrom destacam-se imagens do processo e depoimentos dos participantes, de forma a não só ilustrar os procedimentos adotados como também explicitar a centralidade dos vários sujeitos envolvidos nas oficinas, suas lembranças e histórias;
- no espaço da varanda foi montado um espaço para o desenvolvimento, por parte da equipe do órgão, de novas “minioficineiras”, enquanto durar a exposição (aproveitando, sobretudo, o período de férias escolares mas buscando atingir os mais variados públicos).

3. . A concepção e curadoria da exposição *Cores do Bixiga na Yayá* envolveu Camila Vasques, Erika Vanoni Peixoto, Gabriel Fernandes, Jade Lockmann Anunciação e Wagner Lins. A produção envolveu Antônio Alves de Almeida Filho, Bruna Gabriela Elias, Cibele Monteiro, Cláudia d’Arco, Ewerton Vilela e Lucimara Vianna. O projeto gráfico é de Erika Peixoto. Agradecemos especialmente a Anunciação Rosa, ao Núcleo de Convivência para Idosos da Paróquia Nossa Senhora Achirópita e ao Abrigo Taiguara, bem como a todos os participantes das oficinas *Infinitas cores do Bixiga e Outras Yayás*.

FIGURA 3

Exposição *Cores do Bixiga na Yayá*. Sala Amarela da Casa de Dona Yayá. Fonte: Acervo CPC.

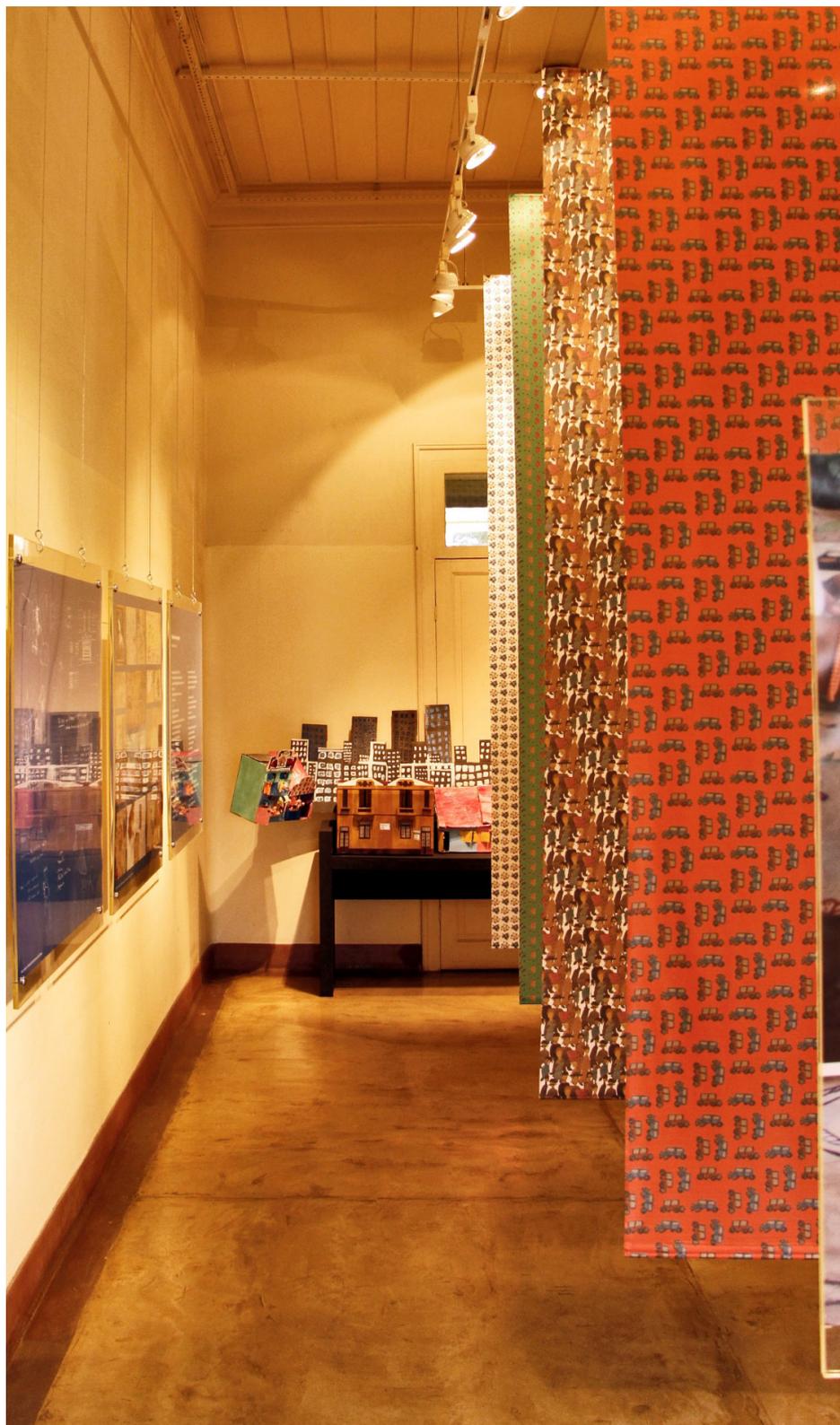


FIGURA 4

Exposição *Cores do Bixiga na Yayá*.
Varanda da Casa de
Dona Yayá. Fonte:
Acervo CPC.



O conjunto de imagens mobilizadas pelos participantes das oficinas em seus desenhos, pinturas e maquetes foi retrabalhado pela equipe do CPC como elemento identitário na construção da expografia: delas se extraíram fragmentos que, recompostos, levaram à produção de estandartes, elementos cênicos, cartões postais e estampas.

Ainda que modesta em escala e em recursos expográficos, a exposição *Cores do Bixiga na Yayá* atingiu um resultado satisfatório no estabelecimento de um diálogo do órgão com o imaginário sobre o Bixiga e sobre Dona Yayá que este conjunto de participantes desenvolveu. A iniciativa permite ainda potencializar a Casa de Dona Yayá como um espaço de novos encontros e trocas com a vizinhança do Bixiga, de modo a que novas e mais vibrantes cores do bairro continuem a contagiar o cotidiano do Centro de Preservação Cultural da USP — instituição normalmente tão distante do dia-a-dia de um território tão fragmentado como é o Bixiga.

Cabe ressaltar que os materiais produzidos nas oficinas talvez ainda insistam em um olhar por demais caricato sobre o Bixiga: ao longo do processo, acabaram sendo privilegiadas as imagens que associam o bairro ao passado italiano e a uma cultura patrimonial de “pedra e cal”. A exposição, contudo, permite pontuar novas possibilidades e destacar outras narrativas que surgiram marginalmente nas falas e nos traços dos participantes.

FIGURA 5

Cartões postais com padrões gráficos produzidos a partir dos trabalhos dos participantes das oficinas Infinitas cores do Bixiga e Outras Yayás. Projeto gráfico de Érika Peixoto.



3. CONSIDERAÇÕES

Embora o Centro de Preservação Cultural não seja um museu — nem desenvolva, rigorosamente, um trabalho sistemático com o ciclo museológico que normalmente caracteriza museus-casa ou centros de memória similares à situação do órgão como guardião da Casa de Dona Yayá — as ações expositivas aqui apresentadas consolidam uma presença do órgão em meio às demandas de duas vizinhanças suas relevantes: de um lado, todo um conjunto de grupos e ativistas ligados às questões de gênero e de saúde mental que exigiam um posicionamento mais claro do CPC-USP em relação a toda a trajetória e espólio de que ele é herdeiro. De outro, a vizinhança imediata do Bixiga, que ainda enxerga o CPC-USP como uma espécie de invasor em seu território, dada a conhecida distância da Universidade no cotidiano da dinâmica social. Acreditamos, portanto, tratar-se de mais um passo relevante na constituição de uma política contínua de cultura e extensão universitária no campo do patrimônio cultural, bem como no estabelecimento de laços mais firmes entre universidade e sociedade.

4. REFERÊNCIAS

LANNA, Ana Lúcia Duarte; PRATA, Juliana Mendes. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá. Questões de gestão de um patrimônio cultural. *Revista CPC*, n. 1, p. 6-15, 2006.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan; PEREIRA, José Hermes Martins. Educação patrimonial no Centro de Preservação Cultural “Casa de Dona Yayá”: balanços e novos desafios. *Revista Cultura e Extensão USP*, v. 5, p. 37-42, 2011.

RODRIGUES, Marly. A Casa de Dona Yayá. In: Lourenço, Maria Cecília França (org.). *A Casa de Dona Yayá*. São Paulo: Edusp, 1999.